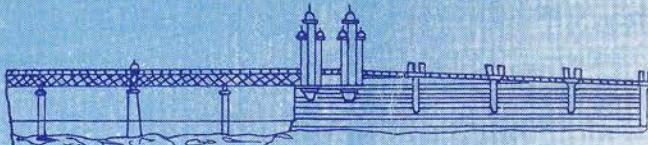
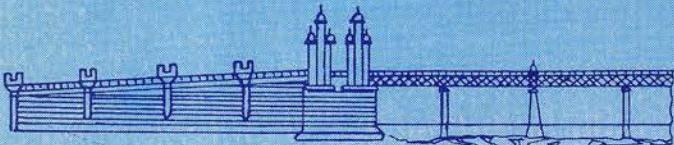


arqueologia
património
e história local

nº4-5 novembro 84/novembro 85

300\$00
número
duplo

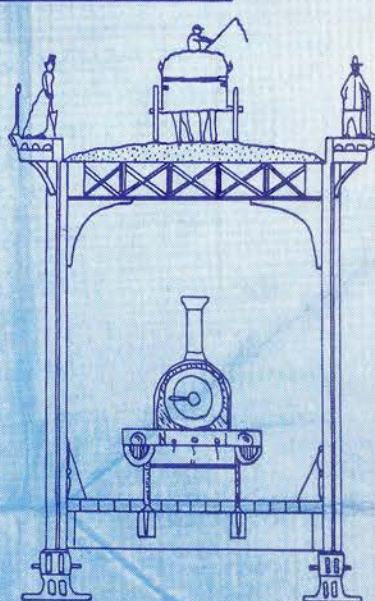
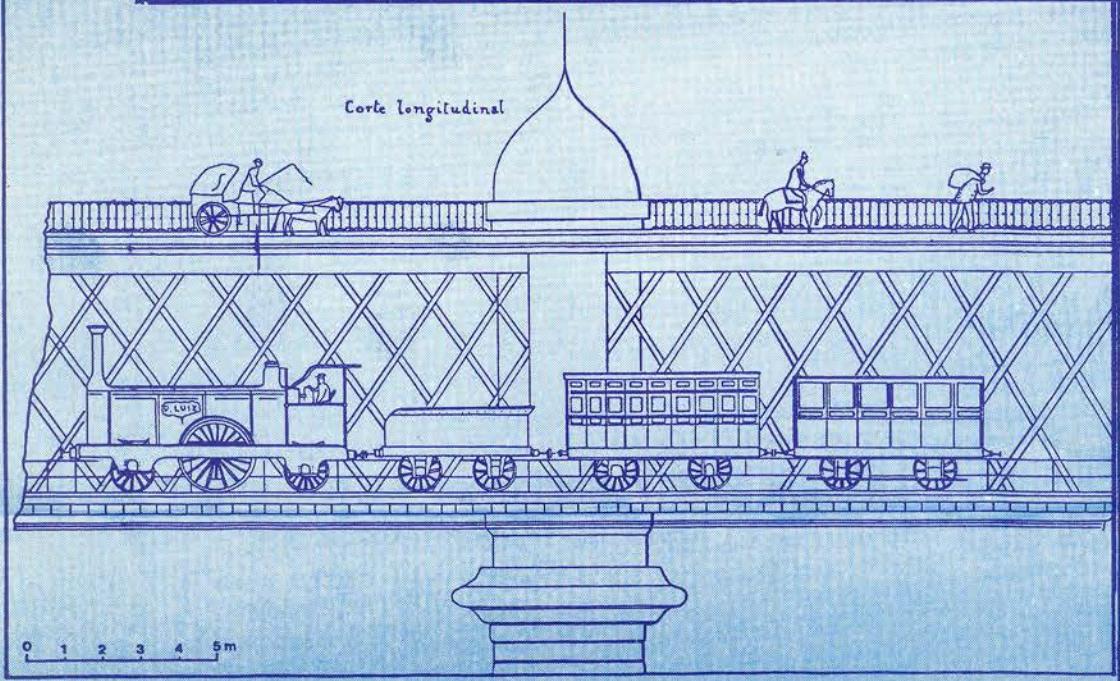
centro de arqueologia de almada



Alcado do pilar central com uma viga contínua em três vãos



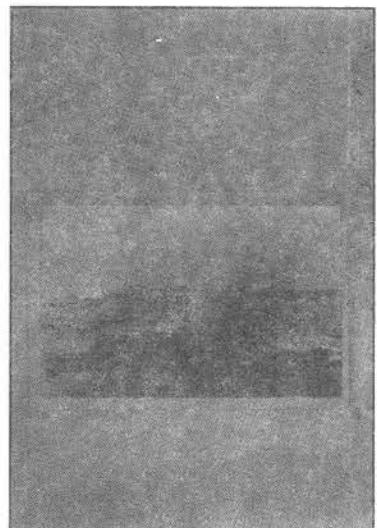
projecto de 1879:
PONTE SOBRE O RIO TEJO



- evolução do perímetro urbano de almada (séc. XVI-XIX)
- cerâmica romana do monte da romeira
- projecto higgs: o motor hidráulico "seixal"
- moinhos de vento do todo almadense
- intervenções arqueológicas para 1985 (zona sul)
- conímbriga... a história pode ser fascinante



CONTRA-CAPA:
Almada vista do Castelo
em frente de Lisboa, 1863
(Imprensa Nacional)



CAPAS:
Projecto da Ponte sobre o
Tejo, do Eng. Miguel Car-
los Correia Paes, de 1879

NESTE NÚMERO

- 1 — Editorial
 - 2 — Intervenção de emergência na “Defesa de S. Pedro” (Campo Maior)
 - 7 — Elementos para o estudo da estratigrafia da Gruta do Cadaval (Tomar)
 - 13 — Campanha em Palermo III-IV Caspe (Zaragoza) — Baixo Aragão
 - 14 — Marcas de oleiro em “terra sigillata” provenientes de Tróia (Setúbal)
 - 17 — Cerâmica romana do Monte da Romeira (Viana do Alentejo)
 - 19 — Ponte sobre o Tejo: um projecto de 1876
 - 24 — Forais do Distrito de Setúbal
 - 26 — Alguns documentos para a história de Almada medieval
 - 30 — Igreja de Santa Maria do Castelo: novos dados para o seu conhecimento
 - 32 — Cronologia regional: 1589-1755
 - 33 — Fábrica de salga de peixe de Cacilhas: achegas para o seu conhecimento
 - 35 — Evolução do perímetro urbano de Almada: séculos XIV a XVIII
 - 39 — O motor hidráulico “Seixal”
 - 44 — Silves, uma cidade à procura das origens
 - 47 — Conímbriga: a história pode ser fascinante
 - 49 — Estação paleolítica da Ramalha II: notícia preliminar
 - 53 — Concelho de Almada: quem salva o que resta dos moinhos de vento?
 - 56 — Em Almada: um exemplo a seguir
 - 59 — Malhada Sorda: um exemplo de arquitectura popular
 - 63 — Palavras: bibliografia
 - 65 — Livros: actividade editorial em Almada
 - 67 — Notícias — actividade científica
 - 72 — Notícias — intervenções arqueológicas
 - 77 — Notícias
 - 83 — Dos jornais
-

Propriedade e Edição:
Centro de Arqueologia de Almada
Apartado 103 (Torcatas)
2801 ALMADA CODEX
PORTUGAL

Registo de Imprensa n.º 108998

Director:
Luis Manuel Boa Ventura de Barros

Corpo redatorial:
Ana Luisa Duarte
Jorge Raposo
Paulo Espírito Santo
Vitor Santos

Grafismo:
Jorge Machado Dias
Jorge Raposo

execução:
Gráfica Progressiva de Cacilhas

distribuição:
Vega, Publicação e Distribuição de Livros e Revistas, Lda.

Colaboram neste número:

Adilia Alarcão
Alexandre Castanheira
Alexandre Flores
António Carlos Silva
António Diegues
António Filipe Rodrigues
António Nabais
António Rafael Carvalho
Armando Sabrosa
Clementino Amaro
Isabel Cristina Ferreira
Joaquim Cabeça Padrão
José d'Encarnação
José O. Caeiro
Luís Baltazar
Luís Pequito Antunes
Luís Raposo
Luisa Ferrer Dias
Luiz Oosterbeck
Manuel Lourenço Soares
Manuel Pessoa
Mária Fernanda Gomes
Maria Manuela C. Moutinho
Mário C. Moutinho
Raul H. Pereira de Sousa
Salete da Ponte
Saul António Gomes

Tiragem:
2 000 exemplares

Apoios:
CMA e IPPC (aquisição de exemplares)
e Dir. Geral da Ação Cultural

Solicita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht
Sollicitiamo intercâmbio

Editorial

Fevereiro de 1985 ficará para nós assinalado pela concretização (finalmente!) da tão esperada classificação do Centro de Arqueologia de Almada como Associação de Utilidade Pública.

Contrastando com este reconhecimento formal de um trabalho desenvolvido desde 1972, ai temos o propagado Ano Internacional da Juventude, uma capa que apenas parece servir para dar cobertura a uma série de acções propagandísticas, tão do agrado do nosso Poder Central.

Associação maioritariamente constituída por jovens (cerca de 70% dos seus sócios têm menos de 25 anos), o CAA encarou 1985 com um redobrado empenhamento — o seu Plano de Actividades virou-se ainda mais para as Escolas e para o apoio aos jovens da região (sessões de animação, curso de introdução à prática da Arqueologia, campo de trabalhos arqueológicos, etc.). Todos os projectos foram devidamente fundamentados e enviados, via FAOJ de Setúbal, à Comissão para o Ano Internacional da Juventude (Ministério da Educação), solicitando o indispensável apoio financeiro. A "omnisciente" Comissão, no entanto, deliberou considerar "não prioritárias" uma série de iniciativas, algumas delas participadas noutras Associações!

Os incompreensíveis critérios utilizados continuam a estar no segredo dos deuses.

E assim vai Portugal: uns vão bem; outros mal...

Mais uma vez somos forçados a pedir desculpa aos nossos leitores pelo atraso na edição desta revista, como sempre motivado pela falta de verba.

Assim mesmo, continuamos teimosamente a manter de pé uma publicação que julgamos necessária e que cremos ter já conquistado um espaço próprio no panorama editorial das publicações científicas.

Desenvolvendo a orientação a que nos cingimos desde o primeiro número, "al-madā" continuará aberta à divulgação da Arqueologia, Património e História Local, esperando o apoio amigo de quem nos lê.

INTERVENÇÃO DE EMERGÊNCIA NA "DEFESA DE S. PEDRO"

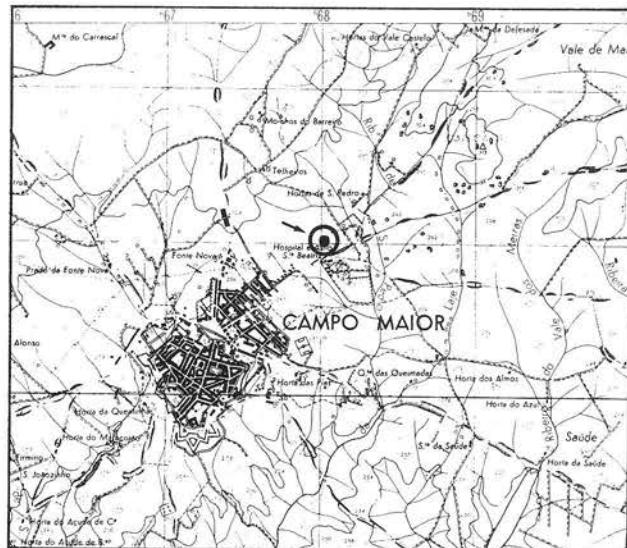
(Campo Maior)

por José O. Caeiro (*)

Em Outubro de 1980, foi o Serviço Regional de Arqueologia do Sul alertado, através de comunicação da Dr.^a Teresa Júdice Gamito, para a existência de vestígios de época romana (provável necrópole), no local designado por Defesa de S. Pedro, em Campo Maior.

Tendo-nos sido cometida, por parte daquele organismo a tarefa de intervir de emergência no local, já não pudemos observar qualquer sepultura, mas sim vestígios dispersos de uma "villa", que surgiam onde os caboucos de fundação penetravam mais fundo. Estávamos perante a construção de um bairro social, já quase totalmente erguido. A demora verificada na obtenção do indispensável apoio financeiro por parte da então Direcção-Geral do Património Cultural provocou a desesperada situação de apenas pudermos intervir junto dos caboucos de duas moradias, as únicas que ainda não possuíam mais caboucos a céu aberto.

Localização da "Defesa de S. Pedro" na Carta Militar Portuguesa N.º 400, esc. 1/25.000.



Devemos porém salientar a extrema compreensão demonstrada pela empresa construtora, que suspendeu a edificação daqueles fogos até à nossa intervenção. Agradecemos ainda o precioso auxílio da Câmara Municipal de Campo Maior que cedeu alguns operadores e do Centro Elvense de Arqueologia que trabalhou dedicadamente, durante os trinta dias de duração dos trabalhos.

A Defesa de S. Pedro, local da última expansão urbana de Campo Maior, situada à saída da vila, junto da estrada que se dirige para Ouguela, pode ser observada na C.M.P. 1/25000 n.º 400, Q.Kil. 668-228 e tem as seguintes coordenadas: Lat. = 39°01'06"; Long. = 2°04'25".

Como atrás referimos e poderá observar-se na planta do bairro, apenas escavámos uma vala, coincidente com um cabouco do último fogo e cerca de metade do espaço a ocupar pelo penúltimo.

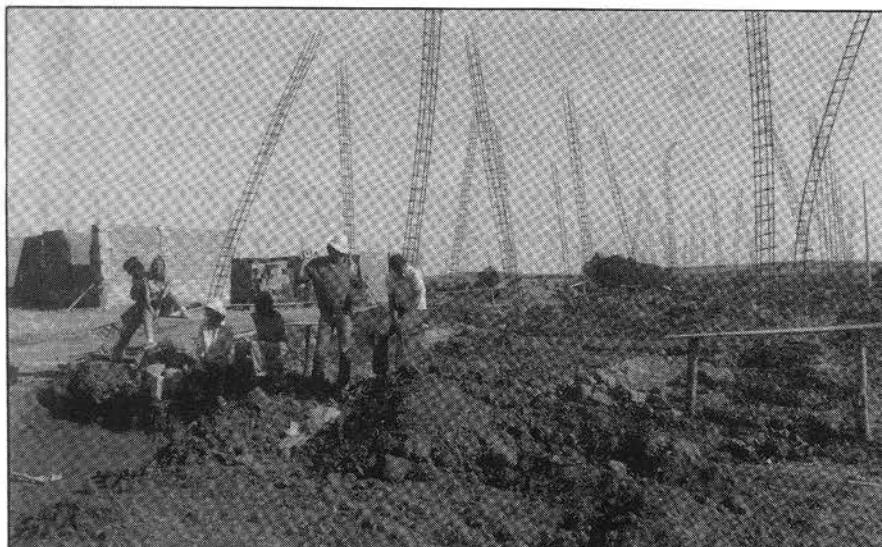
No catálogo de materiais começamos por descrever e apresentar o desenho de alguns fragmentos de cerâmica com mais interesse e que foram recolhidos à superfície da área escavada, marcados **DSP-0-...**. Destacamos aqui dois fragmentos datáveis da 1.ª Idade do Ferro. Todas as cores são referidas ao Código de Munsell.

Os materiais exumados da vala (**DSP/V130/...**), como indica a sua marcação, foram encontrados na cota — 130 cm abaixo da superfície actual do Terreno.

O perfilamento da totalidade do corte forneceu alguns materiais entre a superfície e cerca de 53 cm de profundidade (**DSP/0-53/...**).

Na sondagem efectuada sob o local do fogo com a cota 288.28 (vd. planta

Aspecto do terreno antes de iniciada a escavação.



(*) Arqueólogo ao serviço do Departamento de História e Arqueologia da Universidade de Évora e dos Serviços Regionais Sul do Departamento de Arqueologia do IPPC.

anexa), encontramos, a 80 cm de profundidade, uma estrutura sub-rectangular, com muros de pedra onde se inseria um enorme "dolium", de asas decoradas por estampilhagem. Esta importante peça, cuja decoração a coloca fora da vulgaridade foi integralmente retirada do solo, achando-se agora à guarda da Câmara Municipal de Campo Maior, aguardando restauro e o estudo à parte, que merece.

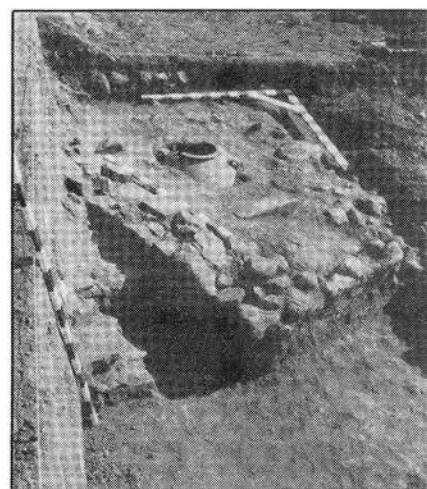
No catálogo de materiais, indicamos, em separado, materiais recolhidos no interior da estrutura (superfície), DSP/80-96/..., sendo -- 80 cm a cota mais elevada dos muros da construção e surgindo o bordo do "dolium" a -- 96 cm.

O enchimento da construção, feito com a intenção deliberada de sustentar o recipiente e constituído por terra muito compacta, forneceu inúmeros fragmentos de cerâmica comum (DSP/97-113...), até à profundidade de -- 113'cm.

A extrema dureza do terreno e o seu estado de secura, rodearam a escavação de grande dificuldade e ao mesmo tempo tornaram-na morosa.

É de salientar a grande quantidade de cerâmica comum recolhida, cerâmica de grande qualidade e que apesar de uma certa variedade tipológica, apresenta semelhanças nos componentes da pasta, deixando-nos pensar num profícuo e eficiente fabrico local.

Aspecto da construção onde se inseria um enorme "dolium".



A escavação, como elementos mais seguros de datação, forneceu três moedas (não documentadas dado o seu estado de erosão):

1. Encontrada fora da construção envolvente do "dolium" na cota -- 112 cm, cunhagem datada de entre 330-337.

2. Sobre a construção, cota = -- 74; Decentius ca 350-353.

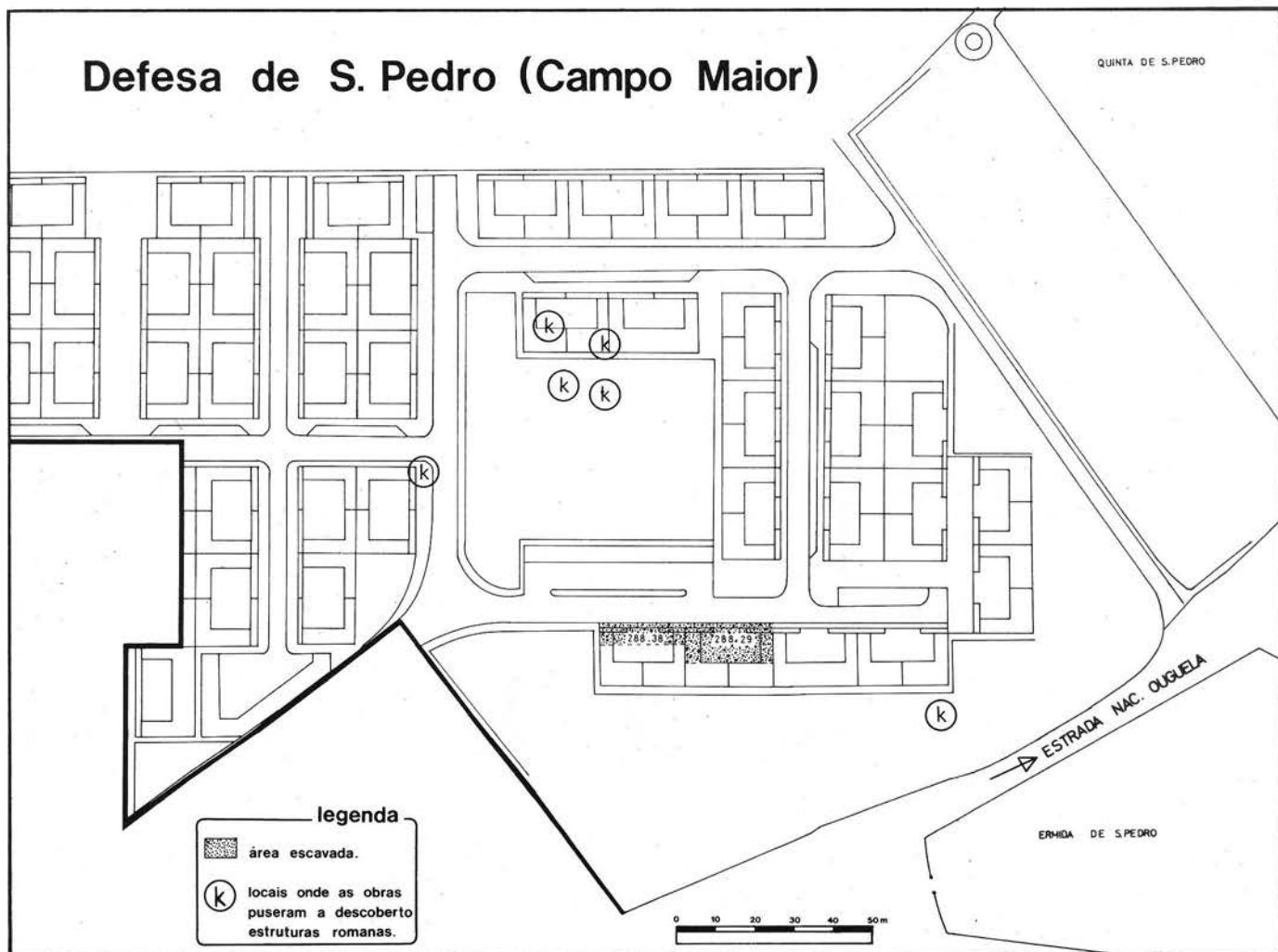
3. No interior da construção, cota = -- 96 (mesma cota da boca do "dolium"), um exemplo do tipo genérico de Constancio II (355-360).

Sob o ponto de vista estratigráfico e cronológico, atribuímos os materiais exumados (incluindo o "dolium") ao séc. IV (2.ª metade), distinguindo-se dois níveis sem grande amplitude e significado cronológico. No entanto, o aparecimento de alguns fragmentos de sigillata Hispânica (não documentável) e de um fragmento de sigillata marmoreada, leva-nos a concluir ter sido a defesa de S. Pedro ocupada na época romana desde os finais do séc. I da nossa Era.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. — *La Céramique Commune Locale et Régionale. "Fouilles de Conimbriga"*, V, Paris, 1975.
 Alarcão, J. e A. — *O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel)*. "Conimbriga", V, 1966, pp. 7-104.
 Caeiro, José O. — *Observações sobre cerâmica comum romana do séc. III proveniente da Cidade das Rosas (Serpaj)*. "Actas das III.ºs Jornadas Arqueológicas", Assoc. dos Arq. Portugueses, Lisboa, 1978, pp. 251-271.
 Viegas, João Rosa; Nollen, Jeannette; Dias, Maria Luisa — *A Necrópole de S. André*. "Conimbriga", XX, 1981, pp. 5-180.

Defesa de S. Pedro (Campo Maior)



temas...

CATÁLOGO

Recolhas de superfície:

DSP-0-70 — Fragmento de bordo de pote. Pasta com minúsculas partículas de mica prateada e quartzo; cor castanha 7.5YR 5/4.

Diâm. — 214 mm

DSP-0-76 — Fragmento do bordo de um "dolum". Pasta grossa, mal alisada, com quartzo e mica de dimensão média; cor castanha avermelhada 5YR 5/4.

Diâm. — 196 mm.

DSP-0-77 — Fragmento de bordo de "dolum". Pasta com grânulos de quartzo filoniano hialino, de dimensão média e palhetas de mica; cor castanha 7.5YR 4/6. Diâm. — 250 mm.

DSP-0-79 — Fragmento de bordo de "olla". Pasta com grânulos de quartzo filoniano hialino, de dimensão média. Sobre a pasta notam-se manchas de concreções alióticas e possíveis traços de manganés, juntamente com palhetas de mica; cor castanha 7.5YR 4/6.

Diâm. — 276 mm.

DSP-0-80 — Fragmento de bordo e parede de um vaso. Pasta com partículas médias de quartzo. A cozedura é muito redutora. Pelo perfil e características da pasta pensamos estar na presença de uma peça da 1.ª Idade do Ferro; cor preta 2.5YR 2.5/0.

Diâm. — 100 mm.

DSP-0-89 — Fragmento de bordo e colo de um vaso. A pasta e a cor são em tudo semelhantes à peça anterior. Deve igualmente tratar-se de um exemplar da 1.ª Idade do Ferro.

Diâm. — 142 mm.

DSP-0-107 — Fragmento do bordo e parede de "olla". Pasta dura, sonora, alisada, com minúsculas partículas de quartzo e mica. Apresenta sobre o bordo um curioso grafito infelizmente incompleto; cor castanha avermelhada 2.5YR 4/4.

Diâm. — 276 mm.

Vala:

DSP/V130/2 — Fragmento de bordo e parede de "olla". Pasta dura com partículas minúsculas de quartzo e mica prateada; cor vermelha acastanhada 5R 4/2. Diâm. — 220 mm.

DSP/V130/3 — Fragmento de Bordo de uma taça. Pasta fina, dura, de toque metálico, muito bem alisada, notando-se no exterior estrias de alisamento ao torno, com seixo. Partículas minúsculas de mica dourada; cor vermelha amarelada 5YR 5/6.

Diâm. — 130 mm.

DSP/V130/5 — Fragmento de asa. Pasta muito mal moldada, com quartzo e mica dourada em partículas de reduzida dimensão; cor castanha avermelhada 5YR 5/4.

DSP/V130/6 — Fragmento de bordo de "olla". Pasta dura, bem alisada, com quartzo e mica prateada em minúsculas partículas; cor cinzenta escura 2.5YR 4/0. Diâm. — 102 mm.

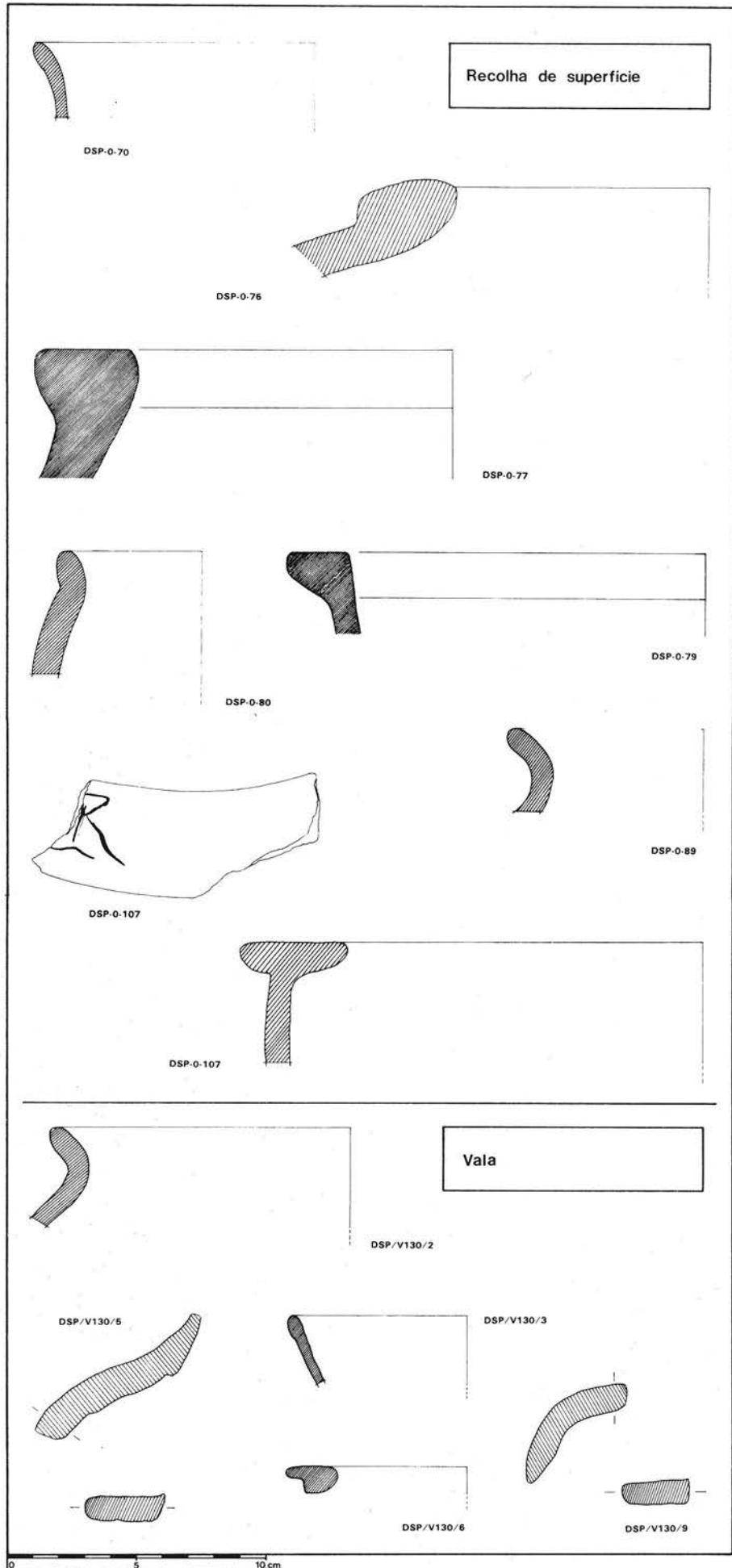
DSP/V130/9 — Fragmento de asa. Pasta semelhante aos números 5 e 13; cor exterior cinzenta escura 10YR 4/1 e interior castanha avermelhada 5YR 4/3.

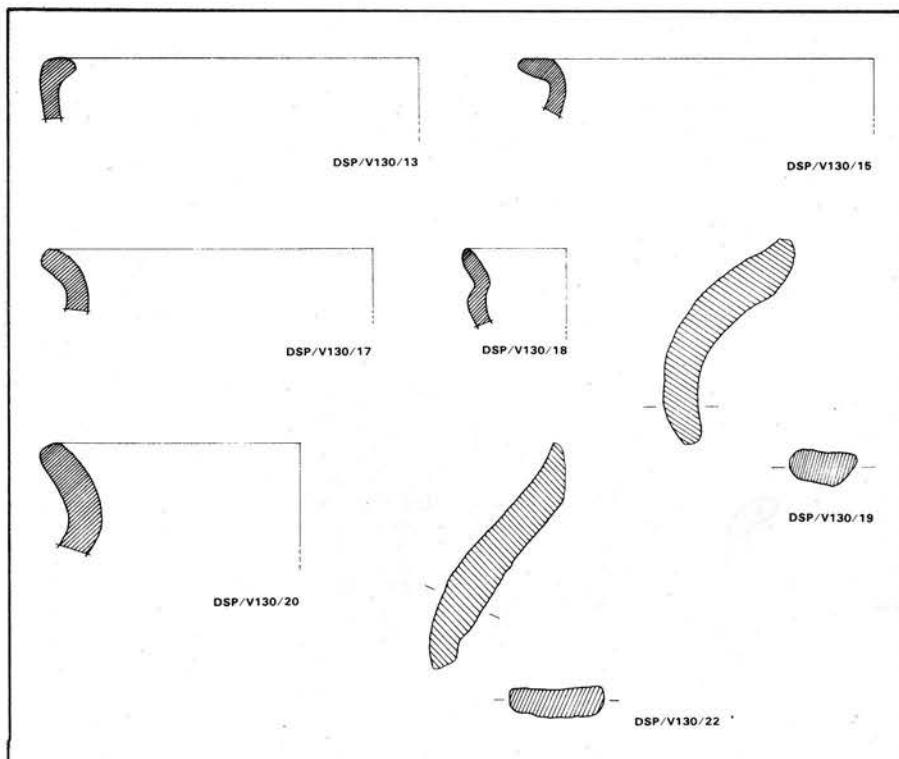
DSP/V130/13 — Fragmento de bordo de prato. Pasta com quartzo e mica dourada em partículas de reduzida dimensão; cor cinzenta 7.5YR 4/0.

Diâm. — 216 mm.

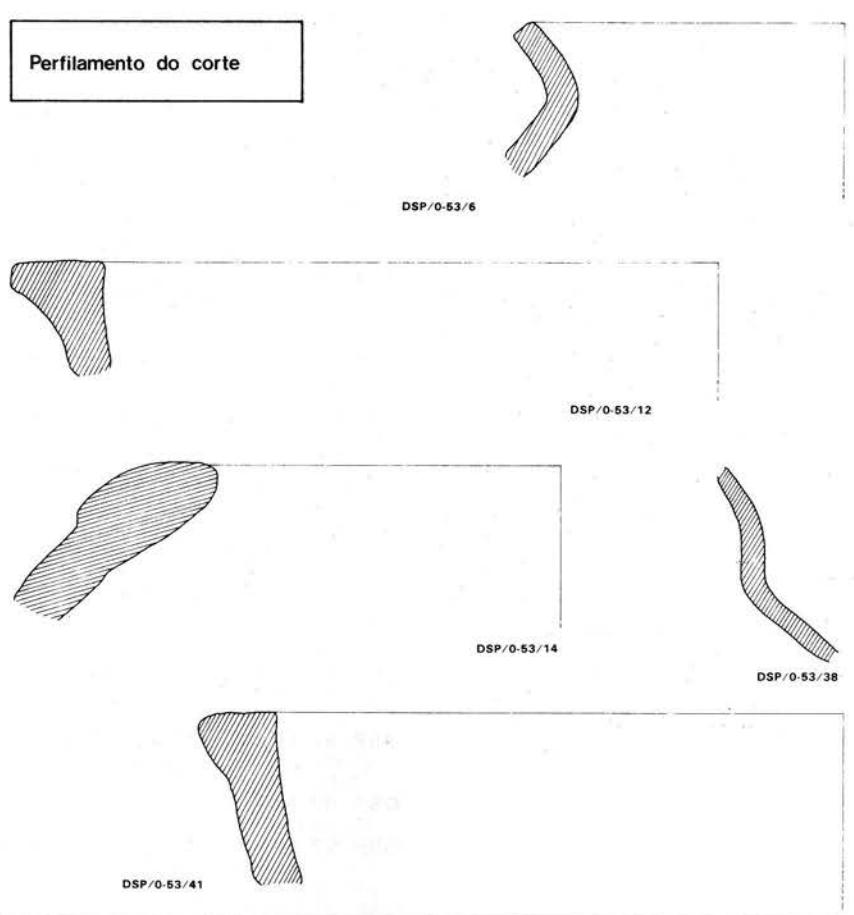
DSP/V130/15 — Fragmento do bordo de um vaso. Pasta e cor semelhantes ao n.º 2.

Diâm. — 189 mm.

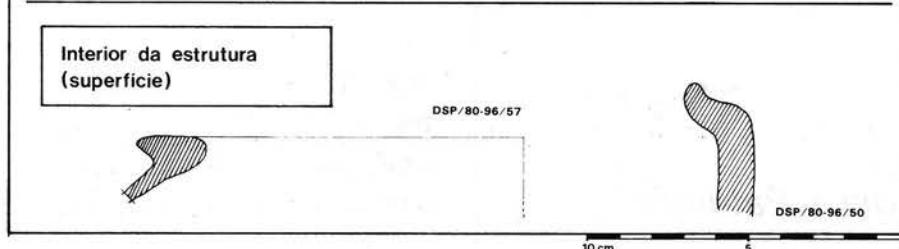




Perfilamento do corte



Interior da estrutura (superfície)



DSP/V130/17 — Fragmento de bordo de vaso. Pasta e cor semelhantes ao n.º anterior.
Diâm. — 194 mm.

DSP/V130/18 — Fragmento do bordo de uma bilha. Pasta dura, alisada com quartzo e mica prateada de pequenas dimensões; cor 5YR 5/4.
Diâm. — 60 mm.

DSP/V130/19 — Fragmento de asa. Pasta semelhante ao n.º 5; cor castanho luminosa 7.5YR 6/4.

DSP/V130/20 — Fragmento de bordo de vaso. Pasta com desengordurante grosso, constituído por quartzo e mica dourada; cor vermelha 2.5YR 5/6.
Diâm. — 148 mm.

DSP/V130/22 — Fragmento de asa. Pasta igual ao n.º 5; cor amarela avermelhada 5YR 6/6.

Perfilamento do corte:

DSP/0-53/6 — Fragmento do bordo de um pote. Pasta com quartzo e mica negra; cor castanha avermelhada 5YR 4/4.
Diâm. — 192 mm.

DSP/0-53/12 — Fragmento de bordo de pote. Pasta e cor iguais ao n.º anterior.
Diâm. — 382 mm.

DSP/0-53/14 — Fragmento de bordo de "dolium". Pasta grosseira, mal alisada, semelhante aos números anteriores na composição e na cor.
Diâm. — 218 mm.

DSP/0-53/38 — Fragmento do colo de um vaso. Pasta com brilho, alisada nas duas faces; cor negra exterior 2.5YR 2.5/0 e no interior 2.5YR 4/2. Parece tratar-se de uma peça do Bronze Final.

DSP/0-53/41 — Fragmento de bordo de pote. Pasta e cor iguais aos números anteriores (excepto n.º 38).
Diâm. — 352 mm.

Interior da estrutura (superfície):

DSP/80-96/50 — Fragmento de bordo de um vaso. Pasta com quartzo filoniano, em pequenas partículas; cor castanha avermelhada 5YR 5/4.

Diâm. — grande, de difícil determinação dado o estado de desgaste da peça.

DSP/80-96/57 — Fragmento de bordo de "olla". Pasta com minúsculos fragmentos de quartzo e mica prateada; cor (exterior) cinzenta 10YR 5/1 e interior (da pasta) 10YR 6/1.
Diâm. — 204 mm.

Interior do compartimento (abaixo do bordo de "dolium"):

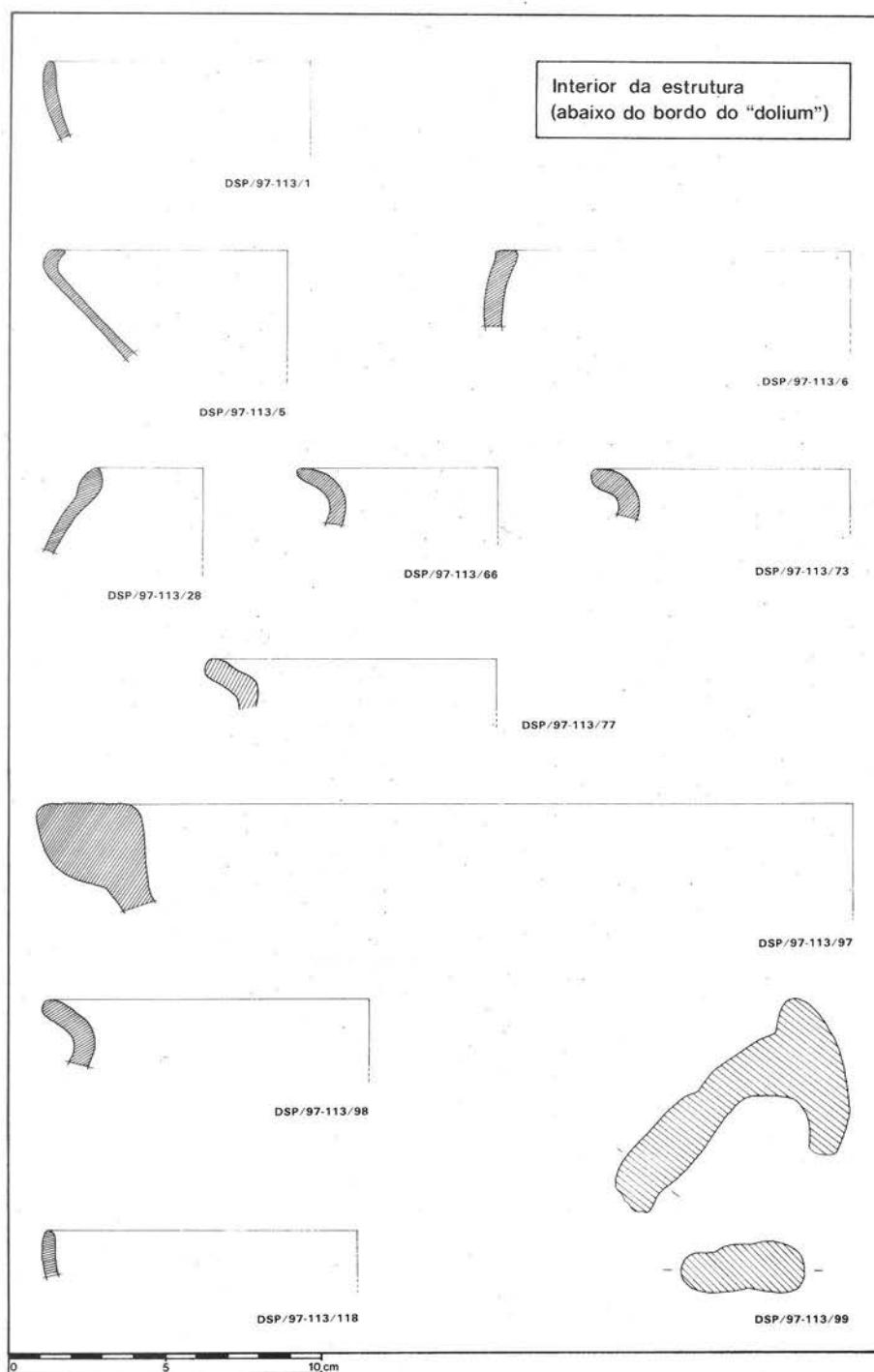
DSP/97-113/1 — Fragmento do bordo de uma taça de "Sigillata Hispanica". Forma não identificável.

DSP/97-113/5 — Fragmento de uma taça de bordo encurvado. Pasta dura, sonora, com pequenas partículas de quartzo; cor cinzenta escura 7.5R 4/0.
Diâm. — 142 mm.

DSP/97-113/6 — Fragmento do bordo de "olla". Pasta dura, alisada com seixo, contendo quartzo e palhetas de mica dourada; cor castanha avermelhada 5YR 5/4.
Diâm. — 214 mm.

DSP/97-113/28 — Fragmento do bordo de um pequeno pote. Pasta dura, alisada, com inúmeras palhetas de mica dourada; cor vermelha amarelada 5YR 5/6.
Diâm. — 64 mm.

temas...



DSP/97-113/66 — Fragmento do bordo de um pote. Pasta deficiente aliada, com partículas de quartzo e mica prateada; cor vermelha amarelada 5YR 5/6.

Diâm. — 152 mm.

DSP/97-113/73 — Fragmento do bordo de um pote. Pasta com impurezas médias de quartzo; cor vermelha amarelada 5YR 5/6.

Diâm. — 152 mm.

DSP/97-113/77 — Fragmento do bordo de uma "olla". Pasta dura, de cozedura muito redutora, alisada, com impurezas médias de quartzo; cor castanha avermelhada 5YR 4/3.

Diâm. — 182 mm.

DSP/97-113/97 — Fragmento do bordo de um pote. Pasta com impurezas médias de quartzo e mica prateada; cor castanha avermelhada 5YR 4/4.

Diâm. 460 mm.

DSP/97-113/98 — Fragmento do bordo de um pote. Pasta e cor iguais ao número anterior.

Diâm. — 200 mm.

DSP/97-113/99 — Asa fragmentada com parte do bordo onde se insere. Pasta dura, mal moldada, com impurezas médias de quartzo e mica negra; cor castanha 7.5YR 5/4.

DSP/97-113/118 — Fragmento do bordo de um alguidar. Pasta fina, dura, muito bem alisada, com aguada exterior e minúsculas partículas de quartzo e mica dourada; cor amarela avermelhada 5YR 6/6.

Diâm. 197 mm.

No que respeita a paralelos para algumas das peças constantes do catálogo, mencionamos os estudos de: J. e A. Alarcão sobre a necrópole de Valdoca (Aljustrel), de J. Alarcão acerca da cerâmica comum de Conimbriga, de José O. Caeiro sobre cerâmica comum da "Cidade da Rosa" (Serpa) e, finalmente, o trabalho de João Rosa Viegas, Jeannette U. Smit Nollen e Maria Luisa Ferrer Dias sobre os materiais da necrópole de Santo André (Montargil).

DSP-0-70 — pote n.º 2, sep. 67 (Valdoca), p. 28. = (bordo) — pote n.º 1, sep. 82 (Valdoca), p. 30. = pote n.º 1, sep. 294 (Valdoca), p. 71.

DSP-0-89 — pote n.º 1, sep. 40 (Valdoca), p. 22. = pote n.º 2, sep. 121 (Valdoca), p. 39.

DSP/V130/3 — pote n.º 1, sep. 40 (Valdoca), p. 22. = pote n.º 2, sep. 121 (Valdoca), p. 39. = pote n.º 1, sep. 172 (Valdoca), p. 55. N.º 32 (C. Rosas), p. 269.

DSP/V130/13 — Malga n.º 1, sep. 5 (Valdoca), p. 10.

DSP/V130/17 — DSP-0-89 e DSP/V130/2.

DSP/0-53/6 — pote n.º 1, sep. 40 (Valdoca), p. 22. = (mesmo tipo de bordo) — n.º 12 (Conimbriga), p. 44. II.

DSP/97-113/1 — Malga n.º 3, sep. 247 (Valdoca), p. 66. D19.3 (S. André), L.XXV. = Tela n.º 4, sep. 369 (Valdoca), p. 82.

DSP/97-113/8 — pote n.º 2, sep. 5 (Valdoca), p. 10.

DSP/97-113/66/73/98 — (podem ser formas mais aproximadas de DSP-0-89 e DSP/V130/2).

DSP/97-113/5 — (mesmo tipo de bordo) que n.º 169 e 382 (Conimbriga), p. 62. L.IX e p. 75, L.XIX. N.º 10 (C. Rosas), p. 265.

DSP/V130/20 — E1.2(1) (S. André), L.XXVII.

DSP/97-113/118 — D1(2) (S. André), L.XIV. N.º 9 (C. Rosas), p. 265.

DSP/V130/15 — N.º 29 (C. Rosas), p. 269.

DSP/80-96/57 — N.º 14 (C. Rosas), p. 266, forma 1b.

LEIA E DIVULGUE



al·mađa

Revista de Arqueologia & Património

ELEMENTOS PARA O ESTUDO DA ESTRATIGRAFIA DA GRUTA DO CADAVAL (Tomar)

por Luiz Oosterbeek (*)

Código: 310-02-03

Topónimo: gruta do Cadaval

Localização: Pedreira (Tomar — Santarém)

Carta Militar S.C.E. 1:25 000:310 (Tomar)

Gauss: M-175.600; P-298.800

Cota: + 80m.

A Gruta do Cadaval é uma cavidade que se abre nos calcários de Dogger da margem direita do Rio Nabão, a 500 metros do lugar do Cadaval (Tomar).

Detetada por elementos do Centro de Estudos para a Protecção do Património da Região de Tomar nos anos 70, e comunicada a sua existência ao Grupo para o Estudo do Paleolítico Português, foi objecto de uma visita dos signatários em conjunto com o Dr. João Zilhão em Janeiro de 1983, tendo sido decidido realizar uma sondagem arqueológica na primeira das 3 salas que constituem o espaço actual da gruta.

Os trabalhos iniciaram-se nesse mesmo ano, já sob a responsabilidade dos signatários, tendo-se determinado, numa área de 4 quadrados de um metro de lado, uma sequência estratigráfica compreendendo:

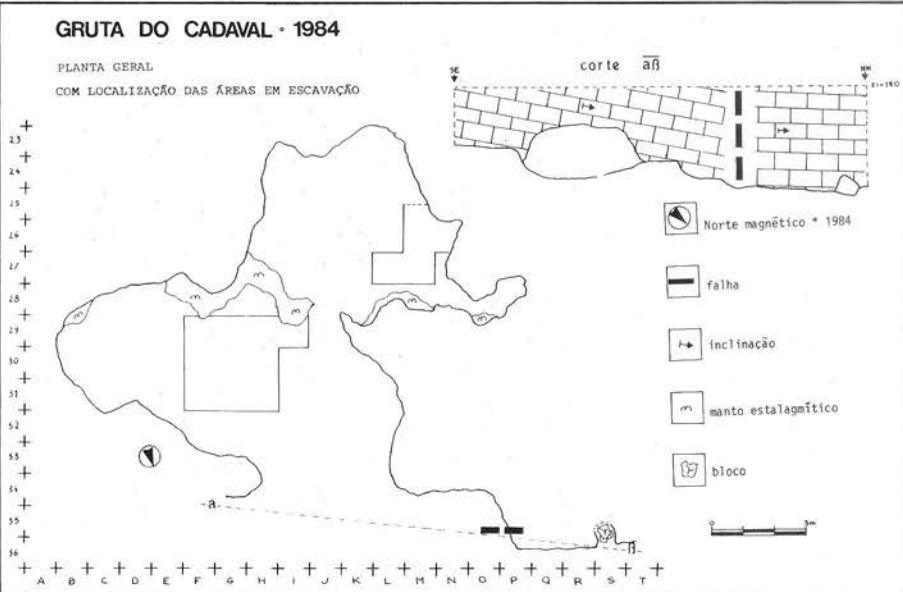
- um delgado nível de remeximento, pós-Idade do Bronze (Camada A);
- um horizonte encerrando uma estrutura de combustão associada a diversa indústria, atribuível à Idade do Bronze (Camada B);
- um horizonte sepulcral calcolítico pré-campaniforme (Camada C);
- 3 níveis que, só tendo sido atingidos em um dos quadrados da sondagem, nos não fora possível identificar culturalmente, ainda que a sequência estratigráfica, sem hiatos

aparentes, indiciasse tratarem-se de níveis holocénicos (Camadas D, E e F).

Ressaltavam desta primeira campanha, apesar de todas as limitações, três conclusões principais: que a cavidade encerrava uma importante estratigrafia das ocupações holocénicas, o que só por si — e dado que todos os estratos se encontravam selados — impunha a continuação dos trabalhos; que tal estratigrafia tinha como principal agente de sedimentação o Homem (hipótese largamente comprovada em 1984, e que encontra paralelo na Gruta da Avecasta em Ferreira do Zêzere e parcialmente na Gruta do Caldeirão, estações estudadas respectivamente pelos Drs. José Mateus e João Zilhão); que ocupações pliocénicas se deveriam encontrar preferencialmente na sala 2, considerando em particular que a entrada da gruta está virada a Norte.

Em 1984, com o alargamento da sondagem na sala 1 para 10 m² e a abertura de 5 metros quadrados na sala 2, foi necessário articular novos dados com os já existentes, no sentido de esclarecer em particular o que designámos por hiatos arqueológicos.

Com os resultados conseguidos podemos desde já elaborar uma hipótese de evolução dos depósitos e ocupações humanas. O objectivo do presente artigo é apresentar tal hipótese, bem como alguns elementos culturais que a acompanham. Baseando-se o estudo presente em observações de campo, fundamentalmente, não pretende obviamente substituir-se ao estudo sedimentológico, o qual aliás só ganha sentido no quadro do estudo das formações quaternárias da região (objecto do projecto de investigação do Dr. Fernando Real).



(*) Arqueólogo; Membro do Centro de Arqueologia de Almada.

temas...

primeiras hipóteses de correlação sedimentar entre as duas salas

Em função da interrupção dos trabalhos laboratoriais de análise dos sedimentos, as descrições e correlações sedimentares efectuadas baseiam-se apenas na análise contínua da fracção grosseira.

Da descrição da sequência estratigráfica da sala 1, ressalta a complexificação da leitura em função do ravinamento parcial da camada e do cone de abatimento, preenchido pela camada que designámos α .

O primeiro elemento a ter em conta na leitura estratigráfica, visível no corte Sul (F29 — G29 — H29 — I29) é o manto estalagmítico. No termo da campanha de 1983, limitada aos quadros F29 — G29, interpretámos a formação subjacente a F29 como um chão em formação ou muito recente. Contudo com o alargamento da sondagem (cf. corte), foi possível relacionar tal formação com o espesso manto estalagmítico subjacente a I29 e à camada (cascalheira wurmiana). Ora se tal formação não recobria originalmente o complexo A, então só pode inferir-se que a camada terá sido ravinada parcialmente em algum momento. O chão estalagmítico da sala 1 constitui pois um elemento separador de duas sequências: wurmiana e holocénica, não sendo suficiente para determinar a que Würm (convencional) corresponde à camada β .

O segundo elemento é constituído pelo cone de abatimento, preenchido por α . A conjugação dos perfis estratigráficos da sala 1 com o corte transversal da cavidade tornam claro não só a realidade de tal abatimento como o seu negativo na abóboda da sala. A determinação do momento deste grande abatimento carece, contudo, de ser feita. Os elementos de que dispomos são: a sua posterioridade segura em relação ao manto estalagmítico; a posterioridade segura em relação à camada F (que recobre); a sua anterioridade em relação à camada E (pela qual é parcialmente coberto); o facto de que apenas a camada F se apresenta continuadamente em toda a superfície sondada na sala 1; o facto de que as camadas indubitavelmente holocénicas (E a A) se depositarem numa espécie de "saco" limitado pela camada β a oeste, pelo cone de abatimento a este e pela camada F na base. A estes elementos convém porém associar a leitura estratigráfica da sala 2.

O manto estalagmítico (que referimos por A) da sala 1 prolonga-se na sala 2, aflorando junto à sua parede Norte, e surge na sondagem recobrindo a camada Va. Ele constitui assim, tal como na sala 1, um elemento separador das sequências plisto-holocénicas. Sob o manto A observam-se as camadas Va e Vb (separadas por uma crosta estalagmítica), um espesso segundo manto estalagmítico (B) e o complexo VI encerrando materiais osteológicos e indústria do Paleolítico.

Sobre o manto estalagmítico A assenta a camada IV, e o complexo de remeximento I — II — III, encerrando espólio atribuível ao Calcolítico.

Assim, a sequência estratigráfica na sala 2 apresenta-se da forma seguinte:

Camada VI (Plistoceno) — manto estalagmítico (B);
Camada V (Plistoceno) — manto A;
Camada IV (Holoceno).

Em termos arqueológicos as camadas VI e IV encontram correspondência nas camadas F e C respectivamente (paralelo seguro no caso IV — C e provável em relação a VI — F). Assim, como primeira conclusão registra-se um hiato entre as camadas V e VI, que na sala 1 é preenchida por D e E. Em segundo lugar, o paralelo VI — F reforça o carácter plistocénico de F.

Nesta base é possível colocar a hipótese provável que o cone de abatimento da sala 1 se situe num momento de transição entre o Plistoceno e o Holoceno, provavelmente contemporâneo dos grandes abatimentos das entradas de grutas e abrigos no término do Würm. Tal hipótese é coadjuvada pelos indícios de clima bastante rigoroso no Würm (convencional): cascalheira crioclástica em β ; trabalhos realizados na Gruta do Cadeirão.

Assim podemos elaborar um quadro hipotético da evolução sedimentar da Gruta do Cadaval, que sublinhamos, carece de fundamentação laboratorial.

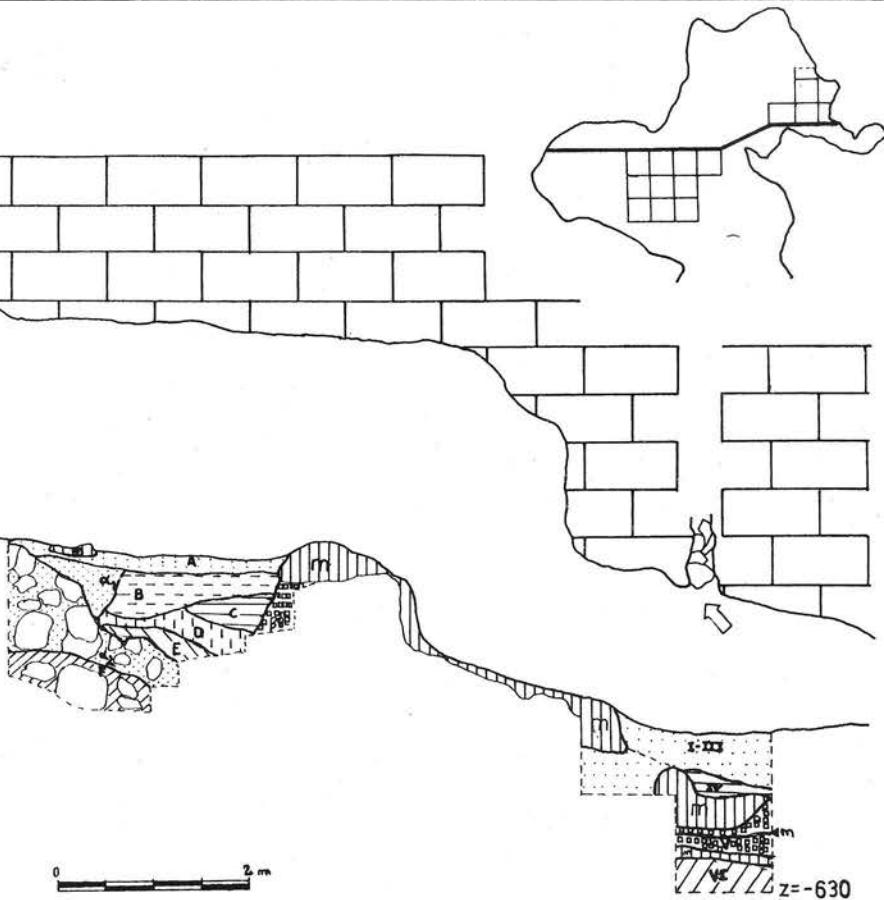
GRUTA DO CADAVAL

1984

CORTE TRANSVERSAL



z = -630



descrição dos depósitos da sala 1

Camada A — Camada terrosa, remexida com vestígios arqueológicos de diversos períodos, e que no geral se podem observar nos seguintes horizontes:

A 1 — Marga areno-siltosa, apresentando uma estrutura caótica, encerrando espólio arqueológico remexido. Regista-se a presença de pequenos seixos de quartzo e de calhaus (poliedros) de calcário intactos, com as arestas angulosas ou embutidas. A cõr, parda, registou os seguintes valores: 10 YR 3/3 (dark brown) para o sedimento seco e 7.5 YR 4/4 (dark brown) para o sedimento húmido. (1)

A 2 — Marga argilo-siltosa, apresentando uma estrutura laminar, com a particularidade de não encerrar qualquer estrutura arqueológica. A consistência compacta de sedimento fino reforça a hipótese (já colocada após a campanha de 1983) de corresponder a horizontes não remexidos relacionados a um hiato arqueológico posterior à Idade do Bronze, que teria sido revolvido noutros locais da cavidade. Regista-se a ausência de calhaus. A cõr, similar a **A 1**, registou os seguintes valores: 7.5 YR 4/2 (dark brown) para o sedimento seco e 5 YR 3/4 (dark reddish brown) para o sedimento húmido.

A 3 — Marga areno-siltosa, similar a **A 1** do ponto de vista da sua estrutura e morfologia. Regista-se a presença de quartzo, calcite e calcário, sem qualquer alteração, ainda que as arestas se apresentem geralmente embutidas (por acção persistente das formações litoquímicas calcárias). Limita-se à área de passagem para a sala 2, sob o manto stalagmítico suspenso e adjacente ao manto stalagmítico sobrejacente a β (apenas visível no corte Este da sala 1). A sua cõr ligeiramente mais clara que a dos complexos **A 1** e **A 2**, registou como valores: 7.5 YR 4/2 (dark brown) para o sedimento seco e 5 YR 4/4 (reddish brown) para o sedimento húmido.

QUADRO HIPOTÉTICO DE CORRELAÇÕES SEDIMENTARES ENTRE AS DUAS SALAS

MOMENTO	CAMADA		FENÔMENOS SEDIMENTARES		ARQUEOLOGIA	
	SALA 1	SALA 2	SALA 1	SALA 2	SALA 1	SALA 2
N+22	A	I-III	Remeximento: areia silto-argilosa.	Remeximento: areia silto-argilosa	Remeximento:	Remeximento: Calcolítico a séc.XX.
N+21	B1		Argilas siltosas.		Estrutura de combustão (Bronze).	
N+20	B2		Areias,silt., argilas.		Urna (Bronze)	
N+19	C	IV	Argilas siltosas.	Arg.-areia.	Necrópole (Calcolítico)	Necrópole (Calcolítico)
N+18			Abatimentos			
N+17	D1	?	Arg. Silt.	?	Sepultura	?
N+16	D2		Ar. arg.			
N+15	E		Areias			
N+14			Abatimentos			
N+13	α		Marga Ar.			
N+12		β	Cone de Abatimento	Entulhamento da entrada 2		
N+11			Revinamento da Cam.			
N+10			Manto stalagmítico			
N+9			Va	Cascalheira crioclástica	siltos e arg.	
N+8		β		Crosta estalagmítica.		
N+7			Vb		Ar.,silt.,arg	
N+6				Manto estalagmítico		
N+5		VIa		Argilas com areias.	Argilas com siltos.	Vestígios de cervídeo
N+4					Descarbonatação afectando VIb.	
N+3	F		VIIb		Argila com areia.	
N+2			VIIc		arg. c/silt.	
N+1				Abatimentos		

PLISTOCENO

N — Conjunto dos momentos que constituem o preenchimento inferior ainda não escavado; **N + 1** — Abatimentos em toda a gruta: grandes blocos na sala 2 (base da camada VI) e grandes blocos na sala 1 (base da camada F), indicando uma oscilação seca;

N + 2 — Deposição da camada VI c, na sala 2, encerrando ossos de cervideo;

N + 3 — Deposição da camada VI b, encerrando um solo de habitat paleolítico e fauna (equídeo, cervídeo);

N + 4 — Alteração da camada VI b (descarbonatação);

N + 5 — Deposição da camada VI a e conclusão da deposição da camada F na sala 1. No essencial as camadas VI e F apenas diferem na interposição de um nível arqueológico em VI b, ausente na sala 1;

N + 6 — Formação de um manto stalagmítico sobre a camada VI (não visível sobre a camada F, pelo menos na área sondada), indicando uma oscilação húmida;

N + 7 — Deposição da camada V b;

N + 8 — Oscilação húmida na sala 2, com formação de uma crosta stalagmítica;

N + 9 — Deposição da camada Va e conclusão da formação de β (cascalheira crioclástica) indicando um clima bastante rigoroso;

HOLOCENO

N + 10 — Formação de um espesso manto stalagmítico sobre β e V;

N + 11 — Ravinamento parcial da camada β (aquecimento climático);

N + 12 — Novo episódio seco, com abatimentos na sala 1 (cone de abatimento sobre o quadrado F29) e provavelmente nas entradas da cavidades (recesso e alargamento da entrada actual, entulhamento e fecho da entrada 2);

N + 13 — Deposição de margas α (fenômeno provavelmente rápido, dado que não existem praticamente sedimentos fora da área de cone de abatimento) sem correspondência na sala 2;

N + 14 — Abatimento esparsos na sala 1;

N + 15 — Deposição de E sem correspondência na sala 2;

N + 16 — Formação de D 2 encerrando vestígios sepulcrais;

N + 17 — Deposição de D 1;

N + 18 — Abatimentos em toda a cavidade: na entrada (blocos de abatimento ainda parcialmente descobertos e que preenchem praticamente todo o quadrado H31); na sala 2 (grande lage de tecto visível no corte Este da sondagem/250-100-60 cm/, abertura da fenda M27/ visível no corte transversal da gruta/);

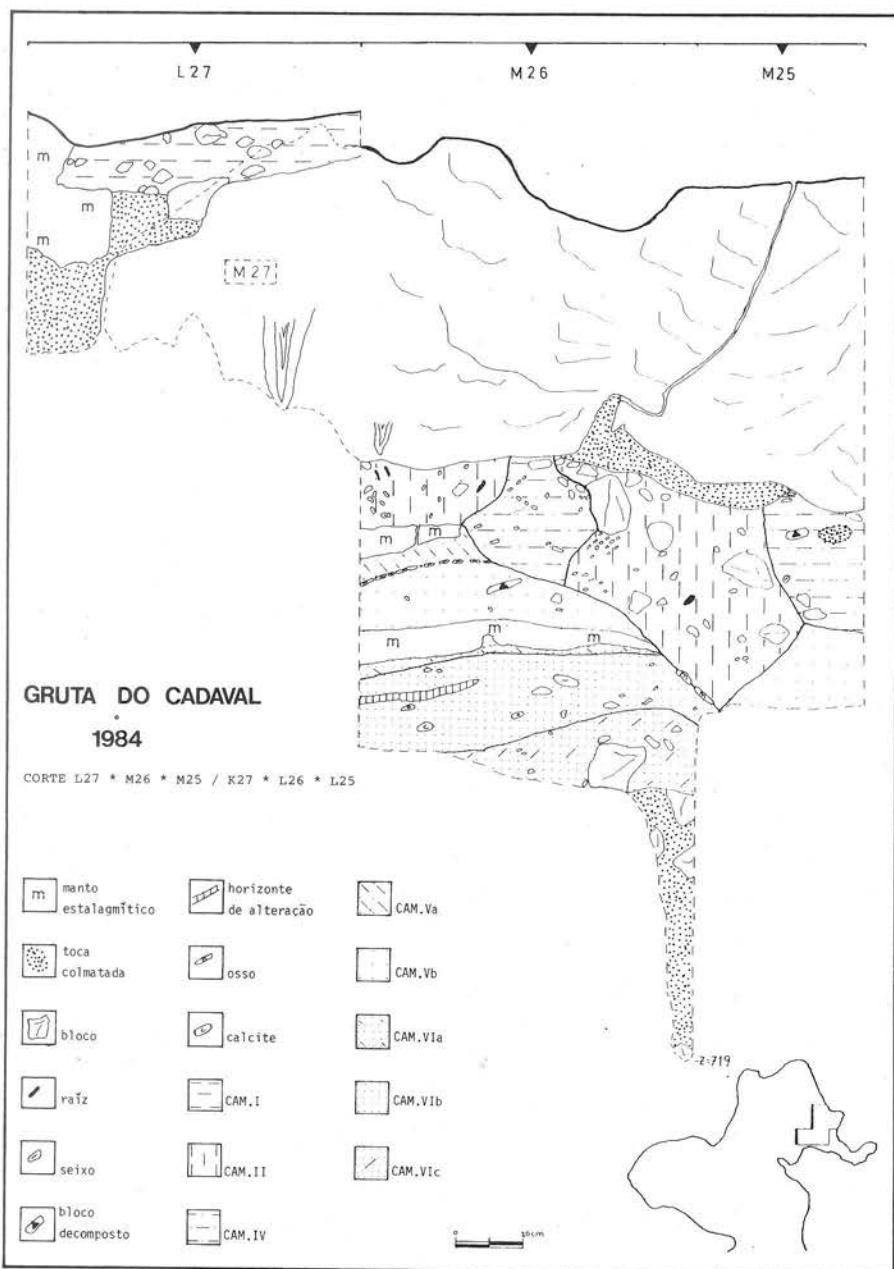
N + 19 — Formação de C e IV encerrando estruturas sepulcrais (Calcolítico);

N + 20 — Depósito de B2 e do início do complexo I-III (remeximento), na sala 1 B2 encerra vestígios de ocupação da Idade do Bronze;

N + 21 — Formação de B1 encerrando uma estrutura de combustão atribuível à Idade do Bronze;

N + 22 — Formação da camada A e continuação de I-III (remeximento).

temas...



Camada B — Não se confirmou a hipótese colocada no relatório anterior, da existência de um primeiro horizonte posteriormente destruído pela ocupação humana a que corresponde a estrutura da combustão. Inversamente, foi possível identificar horizontes assim diferenciados:

B 1 — Argila siltosa, correspondendo a um depósito de cascalheira média angulosa, de estrutura tabular. O sedimento fino apresenta-se compacto registando-se a presença de poliedros e de blocos de calcário e calcite intactos, de arestas angulosas ou ligeiramente embotadas. Não corresponde a um nível de ocupação humana, embora registe alguns fragmentos de cerâmica, provenientes de **B2**. A côn é parda escura e tem os seguintes valores: 7.5 YR 4/4 para o sedimento húmido.

B 2 — Textura areno-silto-argilosa, num depósito da cascalheira fina, com o sedimento fino pouco consistente.

Corresponde a um solo de ocupação humana, encerrando uma estrutura de combustão da Idade do Bronze. Sublinha-se o agente humano como factor principal da sedimentação, pelo que a espessura do depósito oscila entre 50cm (junto à estrutura) e 20cm. Regista-se a presença de calcite e calcário, sob a forma de blocos e calhaus poliédricos, intactos e de arestas angulosas (muito embora alguns calhaus registem um índice de alteração superficial). A cor, mais escura que **B1**, registou como valores; 10 YR 4/2 (dark grayish brown) para o sedimento seco e 7.5 YR 4/2 (brown) para o sedimento húmido.

Complexo C — Textura argilo-siltosa, preenchendo um horizonte sepulcral; afectado por forte remeximento interno (violações contemporâneas?) encerrando grandes blocos (associáveis ao complexo sepulcral), e calhaus de calcário (rombos e poliédricos) registando uma alteração superficial. A

cor registou os valores: 10 YR 5/2 (grayish brown) para o sedimento seco e 7.5 YR 5/4 (brown) para o sedimento húmido.

Complexo D — Distinguiram-se neste complexo dois horizontes:

D 1 — Textura argilo-siltosa, encerrando um depósito lâminar de calhaus poliédricos esparsos, de calcário (alguns de calcite) de arestas embotadas e alteradas à superfície. O material arqueológico, raro, provém de **D2**. A côn castanho-clara registou os valores: 7.5 YR 6/2 (pinkish gray) para o sedimento seco e 7.5 YR 5/4 (brown) para o sedimento húmido.

D 2 — Textura areno-argilosa, envolvendo um depósito similar a **D1**, com blocos (intactos e angulosos) encerrando um nível sepulcral. A côn é mais clara e alaranjada. Os valores: 7.5 YR 6/4 (light brown) para o sedimento seco e 5 YR 6/6 (reddish brown) para o sedimento húmido.

As hipóteses levantadas em 1983 sobre vestígios de hipotéticos ravinamentos e fenómenos de gelifracção secundária não se confirmam. Os elementos que as fundamentaram foram reintegrados em função do alargamento da sequência estratigráfica, como será referido ulteriormente.

Camada E — Textura arenosa, num depósito de blocos, apresentando-se o sedimento fino bastante compacto. As arestas apresentam-se intactas, não havendo indícios de alteração quer nos blocos, quer nos calhaus (poliédros) de calcário e calcite. A côn registada é 5 YR 6/6 (reddish yellow) para o sedimento seco e 2.5 YR 5/6 (red) para o sedimento húmido.

Camada F — Depósito argilo-arenoso, envolvendo lages e blocos de abatimento, bem como alguns calhaus poliédricos e seixos de quartzo. Não há indícios de alteração apresentando-se as arestas angulosas, salvo nalguns calhaus (em que se encontram embotados). Côn registada: 2.5 YR 5/6 (red) para o sedimento seco e 2.5 YR 4/8 (red) para o sedimento húmido.

Contudo, no decorrer da decapagem, e não obstante tal não ser visível nos cortes, detectou-se um horizonte na base de quadrado F29 (cota média — 410) registando um grau de alteração muito forte (calhaus decompostos) de que foi retirada amostra. Trata-se (dentro da camada F), do único horizonte onde se recolheram vestígios osteológicos (incluindo um dente de cervídeo), recoberto por uma matriz muito concrecionada (à semelhança do espólio da camada VI b da sala 2). É assim curioso, como iremos verificar, que nos contextos pliocénicos o espólio osteológico esteja sempre associado a horizontes de alteração. Não podemos contudo avançar conclusões sem fundamentação laboratorial.

Complexo α

α 1 — Marga arenosa envolvendo uma cascalheira compacta, formando um cone, dado que se trata de um preenchimento de cone de abatimento. Os calhaus (prismas e poliédros),

apresentam-se alterados à superfície, com arestas embotadas. A cor registada é: 5 YR 5/6 (yellowish red) para o sedimento seco e 2.5 YR 4/8 (red) para o sedimento húmido.

α 2 — Marga arenosa envolvendo blocos de abatimento e alguns calhaus, com índices de alteração idênticos a $\alpha 1$, bem como relativamente ao estado das arestas. Cor registada: 5 YR 6/6 (reddish yellow) para o sedimento seco e 2.5 YR 6/8 (light red) para o sedimento húmido.

Camada β — Marga argilo-siltosa envolvendo um depósito de cascalheira média (poliédrulos de calcário embutidos e alterados à superfície), devendo registar-se a regularização das arestas sem polimento das faces e a presença de um manto stalagmítico sobrejacente. Cor registada: 7.5 YR 4/2 (brown) para o sedimento seco e 5 YR 3/2 (dark reddish brown) para o sedimento húmido.

descrição dos depósitos da sala 2

Camada I — Remeximento arenoso-siltyo-argiloso preenchido por blocos, calhaus, seixos, ossos, indústria (revolvido por acção das raposas). Os sedimentos infiltram-se a partir das fissuras do tecto. A estrutura é caótica e o sedimento fino não é consistente. Os calhaus são poliédricos, alterados à superfície, com arestas angulosas ou embotadas. Regista-se a presença de calcário, calcite e mond-milch. A cor registada é 10 YR 4/4 (dark yellowish brown), para o sedimento húmido e seco.

Camada II — Similar a I, registando os mesmos valores quanto à textura,

morfologia, estrutura, cor, apresentando-se o sedimento fino mais compactado. Pode definir-se como um horizonte de remeximento mais antigo.

Camada III — Similar a I e II e apenas visível no corte M26/N26 (presentemente já escavado pela abertura do quadrado N26), corresponderia a uma toca dentro da camada IV.

Camada IV — Trata-se de um depósito homogéneo, argilo-arenoso, constituído por areão, grãos de quartzo, calhaus (plaqueas e poliédrulos), com vestígios de estruturas sepulcrais. As camadas I — IV encerram vestígios arqueológicos resultantes do remeximento parcial da camada IV. A bolsa que designámos por III, afecta marginalmente uma estrutura sepulcral que adiante referiremos, e terá provavelmente sido o veículo de arrastamento de tais vestígios. Do ponto de vista arqueológico trata-se de um horizonte sepulcral "*en place*". O balastro apresenta-se predominantemente inclinado para Sul. A cor (castanho-claro) registou os seguintes valores: 5 YR 4/6 (yellowish red) para o sedimento seco, e 5 YR 5/6 (yellowish red) para o sedimento húmido.

No quadrado M 27, em função da presença do manto stalagmítico pós-wurmiano, o sedimento é predominantemente arenoso e a cor mais esbranquiçada, registando os valores de 7.5 YR 6/4 (light brown) para o sedimento húmido e 7.5 YR 6/6 (reddish yellow) para o sedimento seco.

Camada V — Depósito correspondente a β na sala 1, apresentando dois horizontes:

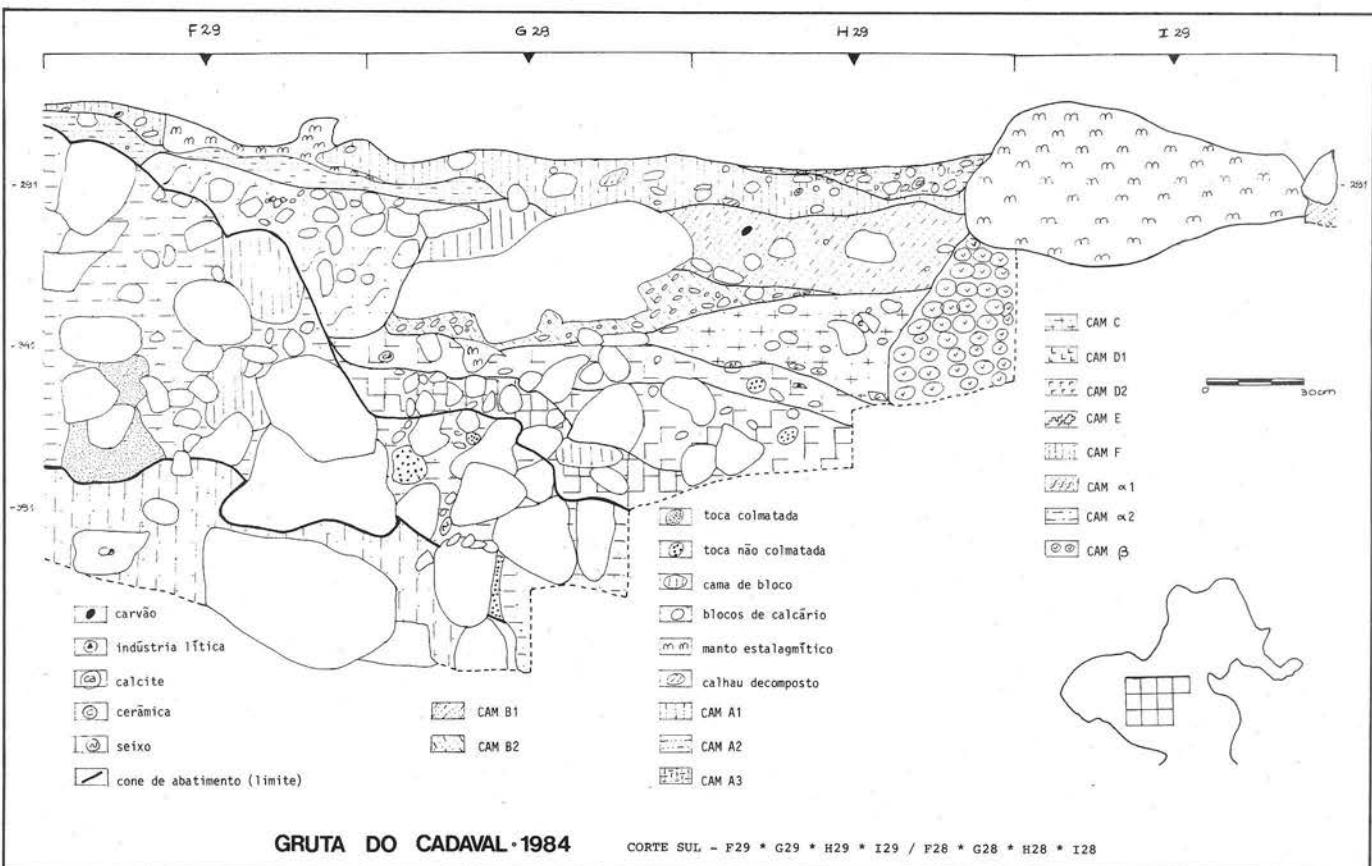
V a — Depósito silto-argiloso, encerrando alguns grãos de quartzo (balastro inclinado para Sul), sem calhaus, homogéneo, compacto, de cor castanho-claro: 10 YR 7/3 (very pale brown) para o sedimento húmido, e 7.5 YR 7/2 (pinkish gray) para o sedimento seco.

V b — Depósito areno-siltyo-argiloso, separado de *Va* por uma crosta stalagmítica (oscilação climática no interior da gruta), encerrando seixos de quartzo e seixos de descarbonatação. A estrutura é homogénea, e a cor castanho-claro avermelhada: 5 YR 6/6 (reddish yellow) sem variações entre sedimento seco e húmido.

Camada VI — Depósito associável à camada F da sala 1, distinguindo-se três níveis:

VI a — Depósito argilo-siltoso, sob um manto stalagmítico, encerrando grãos de quartzo. A cor vermelha registra os seguintes valores: 5 YR 6/8 (reddish yellow) para o sedimento húmido e 5 YR 7/6 para o sedimento seco.

VI b — Depósito argilo-arenoso, encerrando calhaus (poliédrulos), seixos, indústria lítica, ossos, calcite e quartzo. O balastro está inclinado de NW para SE, e é possível distinguir um primeiro nível de calcário decomposto a que se segue um nível de alteração superficial do calcário. Do ponto de vista arqueológico encerra um solo de habitat intacto. A cor registada, castanho-avermelhado, assume os seguintes valores: 5 YR 4/4 (reddish brown) para o sedimento húmido, e 5 YR 5/4 (reddish brown) para o sedimento seco.



VI c — Depósito argilo-siltoso, encerrando grãos de quartzo, calhaus (poliédricos) e grandes blocos de abatimento. O grau de alteração é reduzido e a estrutura homogénea. Na base, um interstício não colmatado após o abatimento dos blocos, permitiu sondar pelo menos mais um metro de blocos de abatimento, de que **VI c** será o topo. A cor é vermelha: 2.5 YR 5/6 (red) para o sedimento húmido, e 5 YR 6/6 (reddish yellow) para o sedimento seco.

espólio

No actual estádio dos trabalhos com cerca de 10 m² de escavação da camada **B** e 14 m² da camada **C-IV** e vários milhares de peças, importa fazer um estudo mais detalhado das ocupações correspondentes. Tal estudo encontra-se em preparação, virando, nomeadamente, para a interpretação das referidas ocupações na Pré-História recente do centro-litoral. Como tal não serão aqui descritos no detalhe as associações detectadas.

Referimos assim, e apenas, as linhas gerais de associação de espólio nas camadas referidas, bem como a sua distribuição.

A camada **B** encerra uma associação de uma urna (vaso **I**) cujos vestígios foram parcialmente encontrados em conexão, escassa indústria lítica (exclusivamente utensílios), abundante cerâmica (lisa e decorada com motivos que aproximam este contexto do tipo "Penha") e alguns fragmentos de cerâmica de torno lento. A sua distribuição é predominantemente concentrada à volta da estrutura **1** (G29) e da urna (F30/F31), visível nos perfis de projeção de espólio, em particular nas bandas **F** longitudinal e **G** transversal. O conjunto é relacionável com o denominado "Bronze Atlântico".

A camada **C** apresenta uma associação de ossos humanos com alguma indústria lítica (predominantemente utensílios, embora se registem esquirlas de talhe e lascas não retocadas), um braçal de arqueiro, cerâmica na qual predominam formas de tipo fúnerário (**2**) e abundante cerâmica decorada (caneluras, falsa folha de acácia, etc.) apontando um contexto de Calcolítico pré-campaniforme. A sua distribuição concentra-se nos quadradinhos M26 (estrutura **2**), M27 (sobre o manto estalagmítico **1**), G29 e G30.

A camada **D** apresenta essencialmente a associação de ossos humanos com um machado votivo, uma enxó, um trapézio, um cristal de quartzo híalino, objectos de adorno (contas de cor verde, conchas perfuradas), dois pequenos vasos hemisféricos com leves protuberâncias mamilares e lisos, e um grande vaso em forma de saco, que designámos por vaso **II**. O vaso **II** é um recipiente em forma de "saco" de cor avermelhada, de que foram encontrados dois fragmentos em conexão e cinco outros num raio de 10 cm, que se lhes ajustam permi-

tindo a sua reconstituição, restando um oitavo que não cola com os restantes. A decoração por incisão com o auxílio de um instrumento de ponta única, é constituída por uma mancha de quadriláteros irregulares agrupados em quatro fiadas mais ou menos paralelas (os desvios devem-se à irregularidade da cerâmica e da própria decoração), arrancando dos lados superiores da asa de suspensão e definidos por incisão de cinco fiadas contínuas e paralelas entre si e o bordo, distando a primeira mais ou menos 8 mm do bordo e a última mais ou menos 20 mm, em intersecção com incisões contínuas, perpendiculares às primeiras, com uma altura média irregular de 12 mm e separadas entre si por uma distância média de 4 mm.

Sob este padrão desenvolvem-se com o mesmo método semi-elipses que partindo do padrão referido atingem uma distância máxima de 13 mm de altura e 67 mm de largura.

Esta decoração encontra-se associada é uma decoração plástica: bordo denteado em ameias e asa (possivelmente duas opostas a 180°). O conjunto da decoração lembra a decoração e reprodução de alguns cestos de verga.

O conjunto assim definido poderia pois relacionar-se com inúmeros achados da chamada "cultura das grutas" ou "Neolítico Evolucionado", ou ainda com algumas estações do megalitismo. No entanto, não deixa de ser relevante a extraordinária semelhança registada com o espólio da camada **C-IV** (os pequenos vasos fúnerários, os objectos de adorno, a indústria lítica). Com efeito, a distinção entre **D** e **C**, para além da evidência estratigráfica, só se torna mais clara devido ao vaso **II** e à combinação quantitativa do espólio, já que mesmo o machado e a enxó se enquadram perfeitamente num contexto Calcolítico.

Assim, parece-nos mais relevante salientar em relação à Camada **D**, não obstante a descrição exaustiva do espólio que decidimos fazer no quadro do seu estudo separado, a coexistência de uma tradição muito antiga (vaso **II**) cuja decoração faz lembrar alguns ídolos almerienses, com artefactos integráveis em períodos bem mais recentes. Mais não queremos adiantar, sendo conhecida a polémica adiantar, sendo conhecida a polémica acerca da periodização do Neolítico e

No sentido de contribuir para a clarificação do Vaso **II**, o seu fragmento mais pequeno será analisado na sua composição por William Barnett (Univ. Boston), por forma a poder correlacioná-lo, em particular, com a cerâmica da Camada **E** da Gruta do Caldeirão (que já foi objecto de estudo semelhante).

Relativamente à Camada **VI** o espólio inclui vestígios osteológicos de equídeo (metacarpiano) e cervídeo (mandíbula). Em virtude do sedimento envolvente, os ossos encontram-se cobertos por concreções, o que impõe tratamento laboratorial ainda só apli-

cado a alguns exemplares. No que respeita à indústria lítica foram registados: um seixo de quartzo apresentando dois conjuntos de levantamentos, sem constituir utensílio (N 26-14), um raspador nucleiforme massacrado, em silex (N 26-10), um seixo percutor em quartzo (N 26-16) e uma lasca retocada, em silex (M 26-114). Não existe assim um contexto lítico passível de clarificação cronológico-cultural nesta associação. Limitamo-nos por agora a caracterizá-lo como pliocénico (Paleolítico).

BIBLIOGRAFIA

- Bonifay, E., les terrains quaternaires dans le Sud-Este de la France, cap. VI, 1962
 Camps, G., Manuel de Recherche Préhistorique, 1980
 Laville, H., Climatologie et Chronologie du Paléolithique en Périgord, cap. II — III
 Laplace, G., Sobre la aplicación de las coordenadas cartesianas en la excavación estratigráfica, 1973
 Limbsey, S., Soil science and archaeology, cap. 14, 1975
 Cruz, A. e Oosterbeek, L., A Gruta do Cadaval: elementos para a pré-história do Vale do Nabão (no prelo).

NOTAS

- (1) As leituras de cor foram realizadas a 31 de Agosto entre as 13 e as 14h. para a sala 2 e a 6 de Setembro entre as 13 e as 13.30h. para a sala 1.
 (2) Vd. Cruz-Oosterbeek, op. cit.

**Espaço para publicidade
Anuncie em Al-Madan**

CAMPANHA EM PALERMO III-IV

Caspe (Saragoza) — Baixo Aragão

por António José de Vilhena Diegues (*)

Decorreu em Caspe (Zaragoza) uma importante Campanha Arqueológica, dirigida pelos arqueólogos espanhóis De Andrés Alvarez Gracia — arqueólogo do «Serviço de Excavaciones Arqueológicas del Ayuntamiento de Zaragoza» e responsável pela área arqueológica do «Grupo Cultural Casuolino» e por Manuel Gasca, arqueólogo catalão actualmente a trabalhar para o Museu de Barcelona, que contaram com a colaboração da Universidade de Zaragoza, da Instituição «Fernando o Católico» do Ex.^o «Ayuntamiento de la ciudad de Caspe» e da Universidade Livre de Lisboa.

A campanha arqueológica de correu de 25 de Julho a 15 de Agosto nesta região do Baixo Aragão numa zona de grandes tradições arqueológicas dada a sua privilegiada situação geo-histórica, situada na margem direita do Rio Ebro, uma das principais vias de comunicação e penetração para o interior do Nordeste ibérico, que tal como o rio Tejo cava um vale de grande riqueza agrícola.

Segundo o arqueólogo Saragozano De Andrés Alvarez, Director das escavações, «estas campanhas clarificam a etapa do Bronze final no Vale do Ebro e a evolução até ao Ferro dando a possibilidade de definir uma série de designações que por agora se manejam ambigamente como sejam as dos campos de urnas e a cultura hallstática».

Os espectaculares achados excederam as expectativas de todos quantos tiveram a oportunidade de participar nesta campanha arqueológica em Vale Palermo III-IV; dentro desta zona escavaram-se dois cortes correspondentes a povoados de épocas distintas. No primeiro corte podemos apreciar os restos de um assentamento datado dos séculos IX e VIII a.C., comparável com o «Cabezo de Monlén», escavado pelo famoso Professor da Universidade de Zaragoza D. Bélmram Lloris, pela sua tipologia urbanística e pelos materiais arqueológicos recolhidos.

Surgiram-nos várias casas de cerca de 40 m², às quais se tem acesso por ruas interiores do complexo. As duas casas possuem duas estâncias com friso de pedra e alçado de adobe que, ao que parece, se encontrava rematado com tectos de origem vegetal. O pavimento destas construções era de argila amassada, deparando-se-nos envolvida por fortes camadas de cinzas.

Nas cozinhas encontrou-se a estrutura completa das lareiras, bancos talhados em argila, cobertos com lousa no local dos assentos, bem como brazeiros de grandes dimensões com asas interiores características do Bronze galego. Surgiram também os controversos moinhos de barro, usados se-

gundo as opiniões de alguns especialistas, para a cozinha ou para funções rituais. Os muros destas construções estariam revestidos por placas de argila cruzadas por postes de modo a sustentar o telhado. Algumas destas placas surgiram quase intactas tombadas ao lado dos muros.

Segundo podemos concluir numa primeira análise das investigações realizadas o povoado deverá ter sofrido um incêndio que terá provocado radicalmente o fim da sua existência, o que permitiu a conservação de todo um espólio doméstico abandonado de supetão. Entre os principais materiais recolhidos na escavação, figuram as fibulas, braceletes, fivelas de cinturão, um pequeno pote de Bronze e cerâmica abundante. Esta última, que pela sua qualidade e estado de conservação, certamente tornará bem conhecido Vale Palermo, apresenta vários tipos de decoração de onde destacamos a acanelada, incisa e excisa, que dado o seu excelente estado de conservação como acima referimos, não oferecerão grandes problemas de restauro, visto que muitos deles se encontram inteiros.

No segundo corte escavou-se um povoado urbanisticamente mais espectacular, no qual são perfeitamente visíveis as preocupações defensivas dado que os muros virados à vertente Este do Cabo apresentam espessuras da ordem dos 120 cm que deveriam ser protegidos por uma palizada com as mesmas funções.

Estas construções parecem-se com as recentemente escavadas na «Loma de los Brunos» e cujas recolhas de materiais arqueológicas revelaram datações que não vão além de 700 a.C. e onde foram localizados dois níveis de ocupação e tal como em Vale Palermo, uma forte camada de cinzas e espólios distintos.

A última ocupação ter-se-á verificado por volta de 450 a.C. sendo reconhecível a chegada do «mundo ibérico» e vestígios de uma posterior ocupação romana.

Quanto à importância geopolítica de Palermo III-IV, podemos dizer que a sua influência se estendia por uma série de pequenos povoados de quatro ou cinco casas, situados nas terras planas que rodeiam a plataforma que domina o extenso vale. Nesta situa-se o povoado mais antigo, que é também o de maior extensão. Aqui existem alguns esporões com casas de grande tamanho construídas com blocos de pedra que superam um metro de diâmetro. Estes grupos funcionam como defesas avançadas de alto valor estratégico.

Na vertente Norte estudou-se uma charca que poderia ter formado parte de uma lagoa antiga já seca. A confirmação desta tese viria resolver a interrogação que surge quanto à provisão de água indespensável a um núcleo populacional tão importante, já que o Rio Ebro se encontra hoje a cerca de 10 km. Outra teoria aponta para a possibilidade do Rio Regollo ter passado naquela época junto ao povoado.

O material recolhido encontra-se actualmente em estudo pela numerosa equipa da Universidade de Zaragoza, constituída por vários alunos e alguns licenciados, chefiada por De Andrés Alvarez e por Manuel Gasca. Aguardamos próxima campanha, que se verificará muito provavelmente no Verão e na qual pensamos colaborar com uma equipa portuguesa constituída por professores e alunos da Universidade Livre de Lisboa dando seguimento ao intercâmbio este ano iniciado.

Infelizmente Lá como Cá

Já depois de elaborado o presente artigo, fui informado pelos meus colegas espanhóis de que Palermo III-IV fora «assaltado» por indivíduos portadores de detectores de metais que haviam destruído parte da cobertura de protecção dos cortes, bem como haviam tentado recolher alguns materiais, através da abertura de valas e buracos, que feitos desta forma desordenada certamente virão a prejudicar os futuros trabalhos arqueológicos.

Porém, e ainda bem, a resposta das autoridades dos nossos vizinhos surge mais bem organizada que a nossa, pois temos a informação que foi deslocado um guarda de modo a impedir futuras delapidações de um património, que lá como cá, pertence ao passado histórico-cultural de um povo.

(*) Prof. Assistente do Dep. de Ciências Históricas da U.L. Lisboa, membro da CAA.

Em Agosto de 1983 faleceram, vítimas de acidente na Ribeira de Odeceixe, dois companheiros nossos — Luís Filomeno Aleluia Baltazar e Manuel Antão João Janeiro Figueiredo.

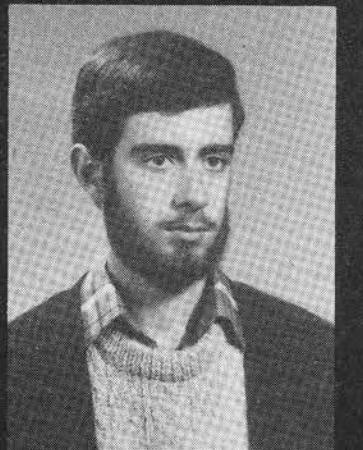
Este último assumira, por sua iniciativa, uma tarefa tão pouco estimulante quanto necessária — o trabalho de secretaria e a contabilidade. E o tempo faltava para a leitura e para a escrita...

A publicação na "al-madan" n.º 2 dos seus apontamentos sobre técnicas de datação, destinados a um trabalho que sabíamos planeado de há muito, foi o reconhecimento de todos nós pelo trabalho e sacrifício do nosso velho companheiro.

Especialmente interessado pelo período romano, Luís Baltazar trabalhava à data da sua morte no artigo que agora apresentamos, graças à colaboração da dr.^a Luísa Ferrer Dias que completou a parte referente à descrição das marcas (origem, datação e difusão em Portugal).

Estudante, com 21 anos, o Luís era membro do CAA desde 1979 e elemento do seu conselho fiscal. Competia-lhe ainda a organização da Biblioteca, para além da colaboração regular que dava a "al-madan", integrando o seu corpo redactorial.

Recordamos assim, uma vez mais, o amigo que tão cedo nos abandonou.



MARCAS DE OLEIRO EM "TERRA SIGILLATA" PROVENIENTES DE TRÓIA (SETÚBAL)

por Luís Baltazar

A necessidade de divulgar todas as marcas de oleiro que constantemente nos surgem é por demais evidente se pretendemos ter uma visão da distribuição destas em território nacional.

Neste caso, Tróia foi o impulso necessário para a concretização deste pequeno trabalho.

Este teve como base o material que se encontra depositado no Centro de Arqueologia de Almada e algumas peças pertencentes a colecionadores particulares (*).

Todo este material foi encontrado indiscriminadamente na praia que circunda a referida estação arqueológica e, por isso, fora de qualquer contexto estratigráfico.

A terra sigillata itálica encontrada em Tróia provém na sua totalidade de Arezzo. Para além da marca L. TITI (n.º 1 na figura anexa) que agora publicamos, encontrou-se em Tróia (cemitério) a marca de PHARNACES, oleiro de Rasinius-Garcia Pereira (M.A.), *Trés fragmentos Rasinianos no Museu Nacional de Arqueologia*, Conímbriga XII, 1974, p. 41 a 43 e Est. I. A propósito deste oleiro veja ainda Alarcão (A.M.) *Um cálice da oficina de Rasinius* (no Paço Ducal de Vila Viçosa, Idem, idem, p. 33 a 39, Est. I e II). Encontraram-se ainda as marcas de P. CORNELIUS-Moutinho Alarcão

(A.). A "terra sigillata" itálica em Portugal. Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia, Coimbra, 1971, p. 426 e Ap. n.º 2-e a de Zoilus, oleiro de Ateius Dias Diogo (A.), *Marcas de terra sigillata itálica em Portugal*, Lisboa, 1980, n.º 41.

Todas estão datadas de Augusto-Tibério, confirmando o aumento de importação de t.s. itálica que também se observa em Conímbriga (Fouilles de Conímbriga IV, p. 39) e no Castelo de Alcácer do Sal — Ferrer Dias (L.), *As marcas de "terra sigillata" do Castelo de Alcácer do Sal*, Setúbal Arqueológica IV, 1978, p. 146-na mesma época.

Para além das marcas de t.s. sudgálica apresentadas (n.º 2 a 9), foram anteriormente publicadas, a de Primus-Comfort (H.), *Some roman pottery in the Museu Etnológico*, Belém, Conímbriga I, 1959, p. 5, n.º 27-a de Ivlivs-Bairrão Oleiro (J.M.), *Elementos*

para o estudo da "Terra Sigillata" em Portugal, I. *Marcas de Oleiro encontradas no País*, Revista de Guimarães, LXI, 1951, n.º 28-e a de Patricius-Dias Diogo, op. cit. n.º 195. Toas as marcas estudadas se podem datar entre finais de Tibério e Domiciano e são atribuídas na sua quase totalidade à oficina de La Graufesenque. Apenas Adiutor é dado como originário da Gália do Sul e Matugenus como tendo trabalhado em Montans. Apesar de não possuirmos bibliografia actualizada em relação a La Graufesenque parece-nos possível que aí tenham entretanto surgido homônimos destes oleiros, já que a pasta e engobe dos 2 fragmentos em questão é perfeitamente idêntica à do restante material, e também devido à opinião de Labrousse (*À propos des céramiques de Conímbriga*, Conímbriga XIV, 1975, p. 42) segundo a qual a difusão de Montans teria sido essencialmente regional.

A partir de meados do século I d.C. as oficinas de Tritium Magallum, no norte de Espanha, entram em forte concorrência com os produtos de La Graufesenque, que procuram imitar e substituir. São originárias destas oficinas todas as marcas de t.s. hispanica encontradas em Tróia (n.º 10 a 13), não se encontrando aqui o fabrico das oficinas de Andujár (Jaén), abundantemente representado em outros lugares do Sul de Portugal, nomeadamente Miróbriga, Alcácer do Sal e Ilha do Pessegueiro.

(*) A todos eles, e especialmente ao Centro de Arqueologia de Almada, os meus agradecimentos por todas as facilidades que me concederam. Quero ainda deixar aqui expresso o meu profundo reconhecimento à Dr.^a Luisa Ferrer Dias, que com as suas preciosas observações me ajudou neste trabalho, e à Dr.^a Adilia Moutinho de Alarcão que prestativamente me identificou algumas destas peças.

1 Est. I
L. TITI

Marca completa em duas linhas, em caixilho rectangular (13x7 mm). Letras de bom relevo e bem desenhadas (3 mm), um ponto separa o L das outras letras; folhas de palma em cima e em baixo; 3 e 2 pontos de cada um dos lados; sobre fundo horizontal de forma indeterminada.

(Oxé-Comfort, 2052, 20, L. TITIVS)

L. TITIUS é um oleiro de Arezzo com larga difusão em toda a Europa e bem representado na Península Ibérica.

Em Conímbriga encontraram-se 2 das suas marcas (Fouilles de Conímbriga IV, n.º 262, 263, p. 40 e 46 e Est. VIII, XII e XIII) em fundos considerados tardios (Tibério) dentro da produção itálica.

Também se encontrou em Beja (Alarcão, A. M., Sigillata itálica, n.º 56, Est. V).

2 Est. I
ADIVTOR F

Marca completa em caixilho rectangular de ângulos arredondados (21x4 a 5 mm); Letras de relevo médio (3 mm); o A tem um ponto em vez da barra horizontal, sobre fundo de Drag. 18/31.

(Oswald, Stamps, p. 4, ADIVTOR).

Adivtor é um oleiro sudgálico a que não podemos atribuir proveniência e datação exactas, por falta de bibliografia actualizada. É a primeira vez que surge em Portugal.

3 EST. I
OF ALBIN

Marca completa em caixilho rectangular (13x3 mm). Letras finas, irregulares, de fraco relevo, o A e o L em nexo; sobre fundo de Drag 27.

Oswald, Stamps, p. 10, ALBINUS.

Albinus foi um oleiro muito activo de La Graufesenque e cuja produção se pode datar (segundo Vernhet) entre fins de Tibério e finais de Nero. A sua difusão é grande na Europa e Norte de África.

Em Portugal encontrou-se em Conímbriga (Fouilles de Conímbriga IV, n.º 234 e 235, p. 110 e Est. XXX e XXXI); em Briteiros (Bairrão Oleiro, Marcas, p. 85) e em Alcácer do Sal (Alcácer do Sal, Companha de 1979, n.º 258, p. 190 e fig. 21).

4 Est. I
OF CALVI

Marca fragmentada. Letras de fraco relevo (3 mm), de desenho irregular. O A não tem barra horizontal, o I é francamente mais pequeno; em fundo de prato Drag. 18/31.

(Oswald, Stamps, p. 54, 55, CALVVS).

Calvus foi um oleiro de La Graufesenque que (segundo Oswald) teria produzido entre Nero e Vespasiano. Segundo Mary (Mary, Novaesum, p. 39) a grafia OF CALVI poderia datar-se do ano 30.

Encontra-se abundantemente representado na Europa e Norte de África.

Em Portugal encontrou-se em Conímbriga (Fouilles de Conímbriga IV, N.º 244, p. 111 e Est. XXX e XXXI) e em Beja (Nunes Ribeiro, Represas, n.º 90, p. 113 e Est. II).

5 Est. I
CARBON [

Marca em caixilho rectangular de ângulos arredondados, incompleta à direita (3 mm de altura). Letras de fraco relevo, da altura do caixilho; o C inicial confunde-se com o início do caixilho.

(Oswald, Stamps, p. 61, CARBO).

Carbo é um oleiro que Oswald supõe, com dúvidas, originário de Lezoux e trabalhando no período flaviano. Hermet refere um oleiro do mesmo nome em La Graufesenque. (Hermet, La Graufesenque, n.º 25, p. 202 e Est. 110). Este utilizou a grafia CARBONIS M. que, dado o comprimento conjectural do caixilho, poderá ser paralelo ao exemplar de Tróia.

É a primeira vez que surge em Portugal.

6 Est. I
FELICISMAN

Marca fragmentada em caixilho rectangular (3 mm de altura). Letras de fraco relevo e desenho irregular. O M e o A encontram-se em nexo, e, juntamente com o N, são ligeiramente mais pequenas; em fundo de Drag. 18/31.

(Oswald, Stamps, p. 120, FELIX).

Felix foi um oleiro com produção assinada em La Graufesenque e Montans e a que Oswald atribui uma datação de Cláudio a Vespasiano. A grafia FELICIS. MAN é bem conhecida em La Graufesenque (Guéry, Algérie, n.º 47, p. 52) e em Novaesum (Mary, Novaesum, p. 41) está datada de 80-85 d.C.

Marcas de Felix foram encontradas em Conímbriga (Fouilles de Conímbriga IV, n.º 265 a 267, p. 115 e Est. XXX e XXXI).

7 Est. I
]MI.VGI

Marca em caixilho rectangular, incompleta à esquerda (3 mm de altura); letras finas de bom relevo e bem desenhadas; um ponto separa o I do V; em fundo de prato.

(Oswald, Stamps, p. 196, MATUGENUS).

Matugenus é o nome de um oleiro de Montans que Oswald atribui ao período de Cláudio a Vespasiano. É provável que exista um homónimo em La Graufesenque. A grafia OF MI. VGI apareceu em Neuss e em Londres em prato Drag. 15/17. A forma OF MT.VGI está datada em Novaesum de 25 a 65 d.C. (Mary, Novaesum, p. 43).

Em Portugal encontrou-se em Beja (Nunes Ribeiro, Represas, n.º 108).

8 Est. I
SABNI

Marca muito defeituosa, com empastamento do N e do I, em caixilho rectangular (10x2 a 3 mm); em fundo de pequena taça.

(Oswald, Stamps, p. 272, 273, L. S. SABINUS).

Sabinus trabalhou em La Graufesenque no período de Nero a Domiciano. Um seu homónimo de Montans está datado de 50-90 d.C.

Teve grande difusão na Europa e Norte de África. É comum em Portugal, nomeadamente em Conímbriga (Fouilles de Conímbriga IV, n.º 332 a 334, p. 125 e Est. XXVII, XXIII e XXXIII), Miróbriga (Ferrer Diás, Miróbriga, XX n.º 120, 121, Est. IX, 18, 19 e p. 391, 392) e no Algarve (Comfort, Museu Etnológico, n.º 32).

Estampa 1

Marcas de terra sigillata itálica (1), sudgálica (2 a 9) e hispânica (10 a 13) encontradas em Tróia (Setúbal).



1



2



3



4



5



6



7



8

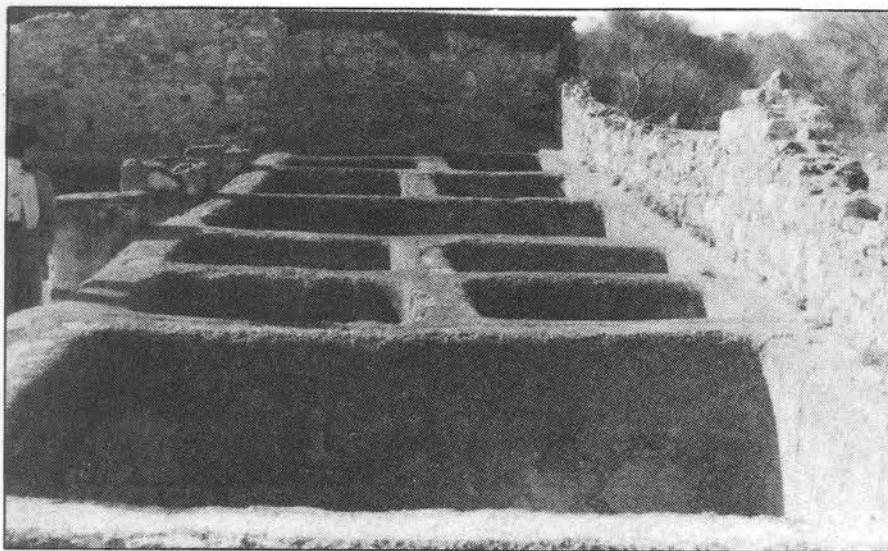


9



0 1 2 3 4 5 cm

Est. 1



Conjunto de tanques de fábrica romana de salga de peixe — Tróia de Setúbal.

9 Est. I O|F SILVINI

Marca fragmentada à esquerda; letras de fraco relevo e desenho irregular em caixilho rectangular (3 mm de altura); em fundo de taça.

(Oswald, Stamps, p. 302, SILVINUS).

Silvinus é conhecido em La Graufesenque com uma datação de Cláudio a Domício. Trata-se de um oleiro muito activo, abundantemente representado na Europa e Norte de África.

Uma marca de Silvinus foi encontrada em Conímbriga (Fouilles de Conímbriga IV, n.º 347, p. 127 e Est. XXXII e XXXIII) e outra em Tróia (Centro de Arqueologia de Almada, Neandertal, 1975).

10 Est. I ATTPA TERNI

Marca completa em caixilho rectangular de ângulos rectos (21x3 mm). Letras finas da altura do caixilho; os A sem barra horizontal, a barra do segundo T corta este ligeiramente abaixo; o T e o E em nexo, o N e, o I inclinados, sendo o último ligeiramente mais pequeno; em fundo de taça Drag. 27.

(Mayet, Hispaniques, p. 121, 122, ATTPA PATERNVS).

Attvs Paternus é um oleiro conhecido de Tritium Magallum (Tricio). Encontra-se bem representado em Espanha e Portugal, nomeadamente em Alcácer do Sal-Veiga Ferreira, Marcas, p. 167 e Dias Diogo, Cerâmica romana de Alcácer do Sal I, 1980, Lisboa, p. 22, n.º 19-Coimbra-Alarcão (A.M.), Machado de Castro, n.º 22 p. 57, 58-Conímbriga-Bairrão Oleiro, Marcas, p. 22-Padrãozinho-Moutinho Alarcão, Vila Viçosa, n.º 13, p. 193-na Necrópole de Santo André (Montargil)-Nolen e Ferrer Dias, Santo André, II, p. 51 e 54 e Est. XXIV e LVI-e ainda em Vaiamonte-necrópole da Herdade do Reguengo (MNAE).

11 Est. I CA[NT]ABRI[

Marca em caixilho rectangular (4 mm de altura) incompleta à direita. Letras bem impressas, de bom relevo, excepto NT completamente ausentes; os A sem barra horizontal; em fundo de taça Drag. 27.

(Mayet, Hispaniques, p. 127, 128, CAN-TABER).

Cantaber trabalhou em Tritium Magallum e aparece com frequência na Península e no Norte de África. Em Portugal está representado em Alcácer do Sal (Ferrer Dias, Alcácer, n.º 10, p. 150, 151 e Dias Diogo, Alcácer, n.º 20, p. 23), Beja (Nunes Ribeiro, Represas, n.º 4, p. 11) e Conímbriga (Fouilles de Conímbriga IV, n.º 373, p. 205 e Est. LVIII e LIX).

12 Est. I C.|I.A.E.F O[

Marca em caixilho rectangular (4 mm de altura), incompleta de ambos os lados. Letras de relevo médio e desenho irregular. O A sem barra horizontal e o F arcaico; as letras estão separadas entre si por pontos excepto as duas últimas.

Esta marca, pouco comum, atribuída por Mayet a Tritium Magallum (Bezares) (Mayet, Hispaniques, n.º 133 a 135, p. 128, Est. CCX) foi publicada por Garabito Gomez (Garabito Gomes, Los Alfares romanos Riojanos, Madrid, 1978, n.º 2, Est. 24, fig. 19 e p. 131) e interpretada com CI(nus) AE(milius) F(cerunt).

Cinco dos sete exemplares encontrados provêm de Mérida, que funcionava como centro de redistribuição para os produtos do Vale do Ebro. (Mayet, Hispaniques, p. 237).

É a primeira vez que se encontra em Portugal.

13 Est. I TR|EBTR

Marca em caixilho rectangular (3 mm de altura), incompleta à esquerda; letras largas (4 mm) de forte relevo, em fundo de prato Drag. 15/17.

(Mayet, Hispaniques, p. 181, TREBIVS TRITIENSIS).

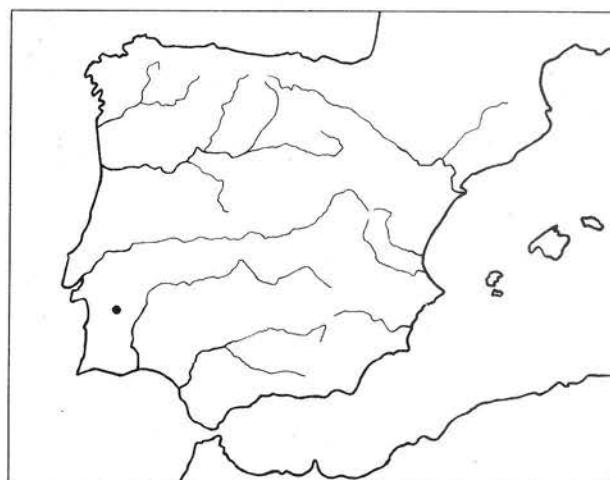
Trebivs Tritiensis, oleiro de Tritium Magallum, é pouco comum quer em Espanha quer no Norte de África. Em Portugal encontra-se em Coimbra (Moutinho de Alarcão, Machado de Castro, n.º 15, p. 53) e em Conímbriga (Mayet, Marques de Potiers, n.º 71 e 72, p. 55 e 56).

Bibliografia e abreviaturas

- * Alarcão (A.M.), *A "Terra Sigillata" itálica em Portugal*, Actas do 2.º Congresso Nacional de Arqueologia, Coimbra, 1971, p. 421 a 423 (= Alarcão (A.M.), *Sigillata itálica*).
- *Algumas peças de "terra sigillata"* da Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa, Conímbriga II/III, 1960-1961, p. 181-201 (= Alarcão (A.M.), *Vila Viçosa*).
- *"Terra Sigillata" do Museu Machado de Castro*, Conímbriga X, 1971, p. 45-87 (= Alarcão (A.M.), *Machado de Castro*).
- *Um cálice da oficina de Rasinius* (no Paço Ducal de Vila Viçosa), Conímbriga, XIII, 1974, p. 33-39.
- * Bairrão Oleiro (J.M.), *Elementos para o estudo da "Terra Sigillata" em Portugal*, i, *Marcas de Oleiro encontradas no país*, Revista de Guimarães, LXI, 1959, p. 310-323 (= Bairrão Oleiro, *Marcas*).
- * Comfort (H.), *Some roman pottery in the Museu Etnológico*, Belém, Conímbriga I, 1959, p. 1-12 (= Comfort, *Museu Etnológico*).
- * Delgado (M.), Mayet (F.), Moutinho Alarcão (A.), *Fouilles de Conímbriga IV, Les Sigillées*, Paris, 1975 (= *Fouilles de Conímbriga IV*).
- * Dias Diogo (A.M.), *Marcas de terra sigillata itálica em Portugal*, Lisboa, 1980.
- *Cerâmica Romana de Alcácer do Sal* — I, Lisboa, 1980.
- * Ferrer Dias (L.), *Terra sigillata de Miróbriga*, Setúbal Arqueológica II/III, 1976-77, p. 361-410.
- *As marcas de "terra sigillata" do Castelo de Alcácer do Sal*, Setúbal Arqueológica IV, 1978, p. 145-154.
- * Garabito Gomez -T.), *Los Alfares Romanos Riojanos* (Producción y Comercialización), Madrid, 1978.
- * Garcia Pereira (M.A.), *Três fragmentos Rasinianos no Museu Nacional de Arqueologia*, Conímbriga XIII, 1974, p. 41-43.
- * Guéry (R.), *Les marques de Potiers sur terra sigillata découvertes en Algérie*, Antiquités africaines, 13, 1979, p. 23-97 (= Guéry, *Algérie*).
- * Hermet (F.), *La Graufesenque* (Condatomago), Paris, 1934.
- * Mary (G.T.), *Die Südgallische Terra Sigillata aus Neuss (Novaesium I)*, Berlim, 1967 (= Mary, *Novaesium*).
- * Mayet (F.), *Marques de Potiers sur sigillée hispanique à Conimbriga*, Conímbriga XII, 1973, p. 5-65 (= Mayet, *Marques de Potiers*).
- *Les Ceramiques Sigillées Hispaniques dans la Péninsule Ibérique*, I e II, Paris, 1983, 1984 (= Mayet, *Hispaniques*).
- * Nolen (J.U.S.) e Ferrer Dias (L.), *A Necrópole de Santo André*, Conímbriga XX, p. 34-178 (= Nolen, Ferrer Dias, *Santo André*).
- * Nunes Ribeiro (F.), *"Terra Sigillata" encontrada nas Represas, Beja I e II*, Marcas de Oleiro, Arquivo de Beja, XV, 1959, p. 71-121 (= Nunes Ribeiro, *Represas*).
- * Oswald (F.), *Index of Potter's Stamps on Terra Sigillata "Samian ware"*, Londres, 1964 (= Oswald, *Stamps*).
- * Oxé (A.), Comfort (H.), *Corpus Vasorum Arretinorum*, Bona, 1968 (= Oxé-Comfort).
- * Tavares da Silva (C.), Soares (J.), Beirão (C.M.), Ferrer Dias (L.) e Coelho Soares (A.), *Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal* (Companhia de 1979), Setúbal Arqueológica VI-VII, 1980-1981, p. 149-218 (= Alcácer do Sal, *campanha de 1979*).

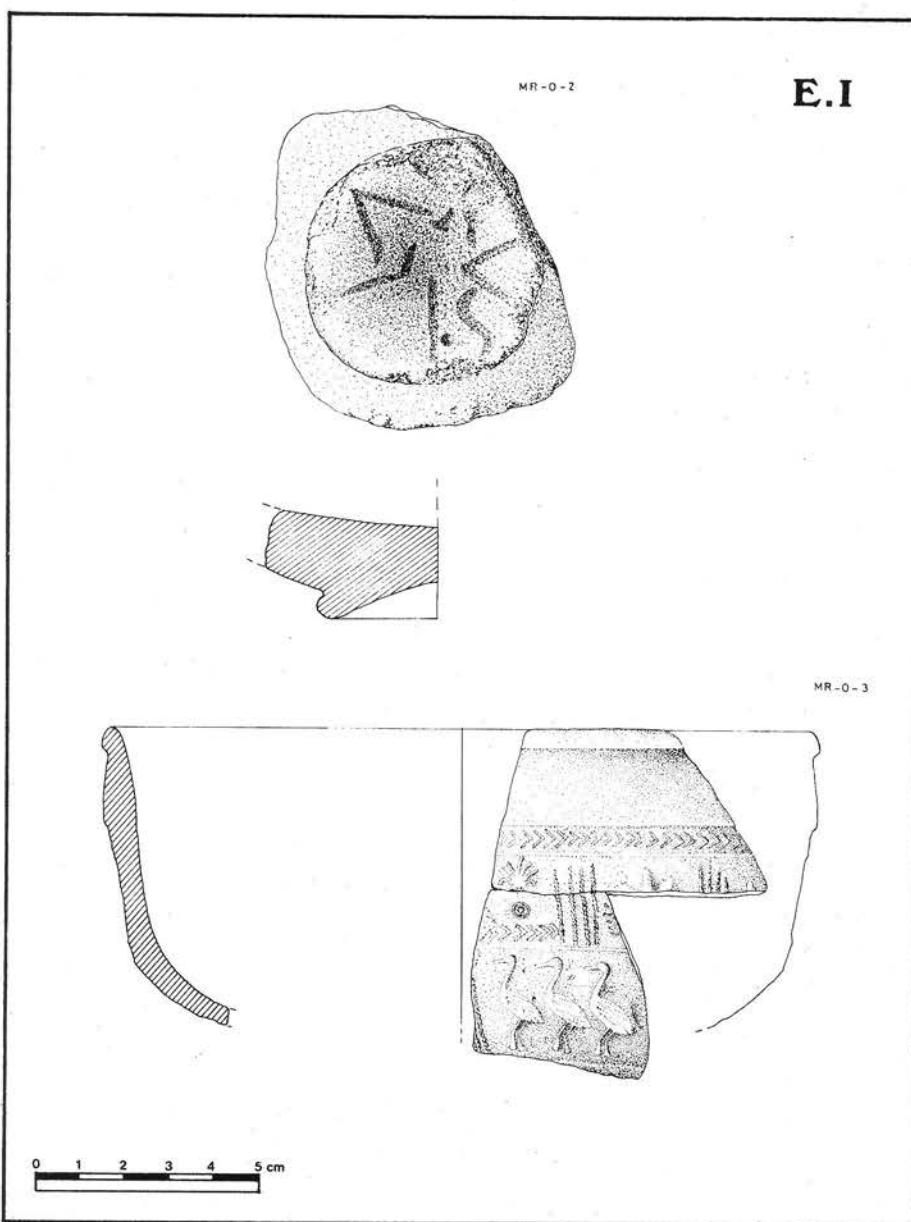
CERÂMICA ROMANA DO MONTE DA ROMEIRA (Viana do Alentejo)

por José O. Caeiro (*)



L.I. — Situação do Monte da Romeira na Península Ibérica

(*) Arqueólogo ao serviço do Departamento de História e Arqueologia da Universidade de Évora e dos Serviços Regionais Sul do Departamento de Arqueologia do IPPC.



No decurso das prospecções de campo levadas a efecto em 1975, na área do regolfo da barragem de Alvito, identificou-se uma importante estação arqueológica de época romana, certamente vestígios de uma "villa" e necrópole anexa, no Monte da Romeira⁽¹⁾.

Aquela propriedade rústica situa-se no concelho de Viana do Alentejo, podendo observar-se a sua colocação na C.M.P. n.º 480 (Atalaia-Portel) ed. de 1944, quadrícula quilométrica 218-151, com as seguintes coordenadas: latitude — 38° 19'29"; longitude — 10° 12'42".

A estação arqueológica desenvolve-se desde as fundações do monte actual até próximo de uma pequena linha de água que corre cerca de 100 metros para Sul, ocupando uma encosta com certo grau de inclinação.

Algum tempo após a decoberta da estação, voltámos ao local com o fim de recolher uma pequena amostragem significativa das cerâmicas que se encontram em grande abundância dispersas à superfície do terreno. De entre a recolha que efectuámos, destacamos as peças que constituem o centro de interesse do presente trabalho.

CATÁLOGO

MR-0-2 — Fundo de bilha em cerâmica comum. A pasta é muito grosseira e deficientemente alisada, sendo o desengordurante constituído predominantemente por grandes partículas de quartzo hialino e mica. A pasta varia de tonalidade entre o cincento EXPO.⁽²⁾ E10 [MUNS. (3) 5YR 4.5/1] e o castanho avermelhado EXPO. E34. No fundo exterior encontra-se um curioso grafito circular: ILARVS: deve tratar-se do nome do oleiro, que começando a gravar no barro fresco a letra I e alargando de inicio, em demasia, o espaço entre as letras, se deve ter visto obrigado a reduzir o mesmo espaço no final da palavra e a colocar um ponto que marca o fim do nome, a fim de não poder ser lido SILARVS. (E.II).

MR-0-3 Fragmento do fundo de uma tijela de Sigillata hispânica, forma Dragendorff 29/37. A decoração é feita por composição cujo tema combina ângulos com anéis, cordiformes e animais (cisnes e uma provável águia).

Este tipo de decoração pertence ao 1.º estilo que se caracteriza pela divisão em duas zonas e uma subdivisão em métopas. O friso superior (de ângulos), é semelhante ao n.º 2511 de Mezquiriz⁽⁴⁾ e o pequeno motivo circular ao n.º 134⁽⁵⁾; para os cisnes e o motivo vegetal que está por cima do anel, não encontrámos paralelo exato.

A pasta é de tonalidade castanha avermelhada, EXPO.D34 e o verniz vermelho EXPO.E26.(E.II).

MR-0-6 — Fragmento do bordo de uma tijela em Sigillata hispânica, da forma Dragendorff 29. É visível um pequeno troço da decoração. O verniz é vermelho EXPO.F28 (MUNS.2.5YR 4/6) e a pasta é vermelha clara EXPO. C36 (MUNS.2.5YR 6/6). (E.II).

MR-0-15 — Fragmento do fundo de uma taça em Sigillata hispânica, com a marca incompleta OCT. O verniz é vermelho EXPO.F18 e a pasta vermelha clara EXPO.C36 (MUNS.2.5 YR 6/6). Trata-se do oleiro OCTAVIVS. Mezquiriz⁽⁶⁾ cita: OCT.MA e OCT.MA.0 (2 exemplares), sendo os três provenientes de Italica, nas formas 46,27⁽⁷⁾ e 15/17.A.Balil⁽⁸⁾ cita os mesmos exemplares de Mezquiriz e S. Veiga Ferreira⁽⁹⁾ refere a existência do oleiro Octavius em Tróia de Setúbal. Segundo T. Garabito Gomez⁽¹⁰⁾, a marca OCT.MA.0 pertenceria a um oleiro que teria o seu centro de produção em Bezares e cuja actividade se estendeu dos meados do séc. I até finais do séc. II. (E.II).

MR-0-16 — Fragmento do bordo de uma taça Dragendorff 27, em Sigillata Hispânica. O verniz é vermelho EXPO.F16 e a pasta castanho avermelhada EXPO.D34.(E.II).

MR-0-25 — Fragmento do bordo de uma taça em Sigillata hispânica. O verniz é vermelho EXPO.F16 e a pasta castanho avermelhada EXPO.D34.(E.II).

MR-0-37 — Fragmento de Sigillata hispânica decorada. Trata-se de um friso central com paralelo no n.º 2554 de Mezquiriz⁽¹¹⁾. O verniz é vermelho EXPO.F28 e a pasta castanha avermelhada EXPO.D34. (E.II).

MR-0-40 — Fragmento de um recipiente com decoração de duas faixas de rombos impressos em fiadas paralelas inclinadas. A pasta é fina, algo pulvorenta, de cor castanho pálido EXPO.B62 (MUNS.10YR 7.5/3); nas faces interna e externa apresenta um engobe muito fino, pouco aderente, de cor vermelha EXPO.E36 (EII).

MR-0-42 — Fragmento de Sigillata hispânica decorada, onde se observa um motivo de separação de métopas com paralelo, no n.º 2358 de Mezquiriz⁽¹²⁾. O verniz é vermelho EXPO.F16 e a pasta EXPO.C26 (EII).

MR-0-49 — Fragmento do bordo da parte da parede de uma taça em Sigillata hispânica decorada da forma 37b Hispânica. Pode observar-se um animal (provavelmente um cervo), semelhante ao n.º 735 de Mezquiriz⁽¹³⁾, no entanto este está

lançado para a direita e olha para trás. O motivo vegetal é semelhante ao n.º 1223⁽¹⁴⁾ e o motivo de separação de métopas assemelha-se ao n.º 2369⁽¹⁵⁾. O verniz é vermelho escuro EXPO. H16 e a pasta de tom rosado EXPO. C26. Pelas funções, cor de verniz e pasta, os fragmentos de Sigillata apresentados devem provir do atelier de Bezares, situando-se o seu fabrico entre o séc. I e o início do II⁽¹⁶⁾.

NOTAS

(1) Os trabalhos de prospecção de campo foram promovidos e subsidiados pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do "Levantamento Arqueológico do Alentejo", sendo integrados por António Cavaleiro Paixão, José Moraes Arnault, Vítor S. Gonçalves e pelo signatário.

(2) A. Cailleux e G. Taylor — *Notice sur le Code Expolaire*.

(3) Munsell Soil Color Charts Baltimore, 1975.

(4) M. Angeles Mezquiriz de Catalan — Terra Sigillata Hispânica, Tomo II, Valência, 1961, lâm. 123.

(5) T.S.H., II, lâm. 105.

(6) T.S.H., II, pág. 47 e lâm. 10.

(7) Citado por Frothingham in Sigillata Pottery of the Roman Empire from excavations in Spain, made chiefly by the President of the Hispanic Society of America at Italica, New York, 1937, pp. 42-43, lâm. XXXVI, n.º 282-296.

(8) A. Balil — Materiales para un índice de marcas de ceramista en terra Sigillata Hispanica, "Archivo Espanol de Arqueología", XXXVIII, 1965, p. 146.

(9) S. da Veiga Ferreira — Marcas de Oleiro em território Português, "O Arqueólogo Português", S. III, Vol. III, 1969, págs. 164 e 172.

(10) Tomas Gabarito Gomes — Los Alfares Romanos Riojanos, Producción y Comercialización, Madrid, 1978, p. 61.

(11) T.S.H., T. II, lâm. 125.

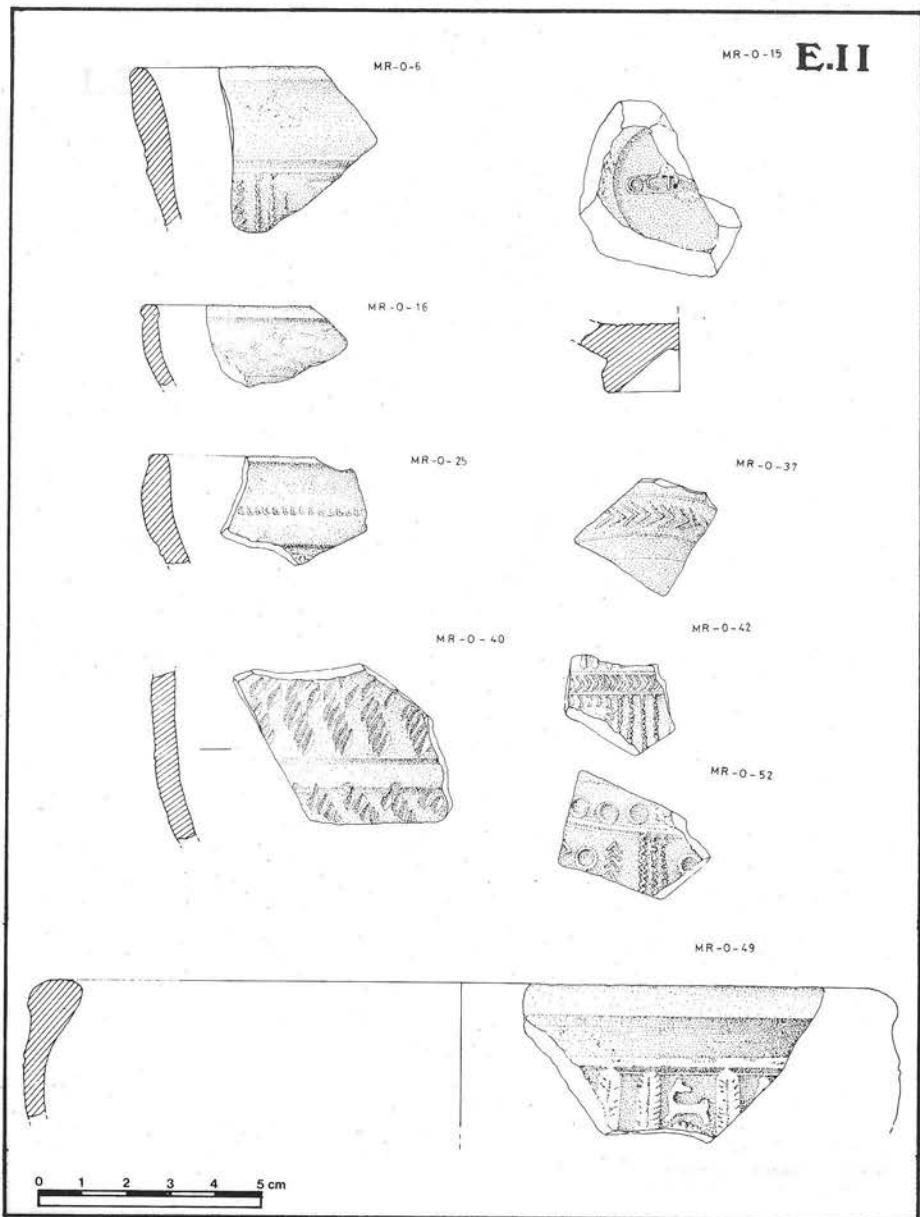
(12) T.S.H., T. II, lâm. 117.

(13) T.S.H., T. II, lâm. 73.

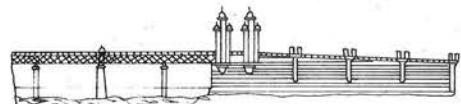
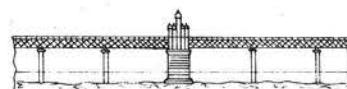
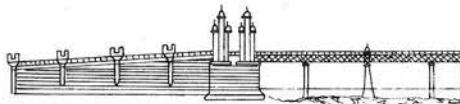
(14) T.S.H., T. II, lâm. 84.

(15) T.S.H., T. II, lâm. 117.

(16) Os desenhos são de Ivone Beirão, a quem agradecemos.



Indicação do projecto provável para esta Ponte



Um projecto de 1876

PONTE SOBRE O TEJO (*)

"Ponte sobre o Tejo — próximo a Lisboa. Pontes sobre os rios: Lima, no Minho, Tay e Forth na Escócia".

Por Miguel Carlos Correia Paes
Edição de Typografia Universal, Lisboa,
1879.

Com um pouco de sorte talvez consiga encontrar num dos muitos alfarrabistas lisboetas um pequeno opúsculo publicado em 1879 pelo Eng. Miguel Carlos Paes e intitulado "Ponte sobre o Tejo — próximo a Lisboa".

Nesse curioso trabalho se apresenta um ante-projecto de ligação da linha férrea do Sueste com Lisboa, incluindo a construção de uma ponte entre o Montijo e a zona de Xabregas.

Ideia considerada por alguns como "filha de uma imaginação enferma", nem por isso deixou de ser aprovada pela Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. Integrando-se na discussão em torno de desenvolvimento da rede do caminho de ferro na zona Sul do País, o autor defende assim a utilização de Lisboa como cabeça de rede, opondo-se aos que para tal preferiam Cacilhas (projeto que, como divulgaremos em próximo número de "al-madan", chegou a ser seriamente encarado).

Fundamentando os seus cálculos na comparação com empreendimentos semelhantes já realizados, o eng. Correia Paes considerava ainda ser indispensável a construção da ponte até 1890 — caso contrário constatar-se-ia a falta de coragem dos investidores nacionais enquanto "se gasta todos os anos não menos de 700 contos de réis com as loterias de Lisboa, e muito mais d'essa soma com as loterias hespanholas, sem vantagem alguma para a prosperidade pública e para a moral, e só em detrimento de uma e outra".

Como todos sabemos a tal ponte só se construiu 76 anos depois...

Será mesmo falta de coragem?

Aqui reproduzimos textualmente alguns extractos mais significativos desta obra, bem como as ilustrações que a acompanham.

(*) Pesquisa e apresentação de Luis Barros e Jorge Raposo. Reprodução de desenhos efectuada por Jorge Raposo.

de Newport, na Escócia, uma das mais extensas pontes construídas, e com a qual a do Tejo tem grandes analogias; e, entre nós, pela construção da ponte sobre o rio Lima, junto a Viana, no caminho de ferro do Minho.

Passarei a demonstrar estas duas proposições.

Em sessão de 7 de abril de 1877 o meu prezado colega e amigo Jayme Larcher apresentou na associação dos engenheiros a seguinte proposta:

"Os abaixo assignados, membros da associação dos engenheiros a seguinte proposta:

"Os abaixo assignados, membros da associação dos engenheiros civis portuguezes:

"Considerando as vantagens económicas e estratégicas que podem resultar para o país, e para Lisboa, da execução da ponte sobre o Tejo, indicada pelo engenheiro Miguel Correia Paes, n'uma memória presente a esta associação;

"Credo que esta obra de arte, apesar do seu comprimento, não apresenta dificuldades extraordinárias nem especiais de construção;

"Credo também que o traçado indicado por aquele engenheiro, partindo do Pinhal Novo, passando por Aldeia-Gallega e pelo espigão do Montijo, e atravessando o Tejo para entroncar na linha do norte e leste, no Grillo, ou nas suas proximidades, é o que apresenta maior conveniência sob os diferentes pontos de vista;

"Propõem:

"1.º Que esta associação consigne, no seu parecer definitivo acerca da rede dos caminhos de ferro de Portugal, Lisboa como testa da rede dos caminhos de ferro ao sul do Tejo;

"2.º Que a mesma ali indique o traçado supra mencionado, como devendo adoptar-se para este fim.

"Sala das sessões, em 7 de abril de 1877. — Valentim Evaristo do Rego — José Joaquim de Paiva Cabral Couceiro — João Pedro Tavares Trigueiros — Jayme Larcher."

Apesar do limitado número de sócios d'aquella associação, e da maioria d'elles se achar espalhada por diversos pontos do país, esta proposta acha-se hoje sustentada por sessenta e quatro assignaturas de sócios, que,

Quando, em 7 de Outubro de 1876, apresentei na Associação dos Engenheiros Civis portuguezes, a que muito me honro de pertencer, a segunda memória ácerca da escolha do local mais conveniente para o futuro estabelecimento da estação terminal da rede transtagana, fixando-a definitivamente em Lisboa por intermédio de um traçado de ligação, partindo da estação do Pinhal Novo, no caminho de ferro de sueste, ligação em que se inclue a grandiosa ponte sobre o Tejo, entre o Montijo e o Grillo, ou suas proximidades, e em 25 de março de 1877 publiquei no "Diário de Notícias" um artigo sobre o mesmo assunto, demonstrando não só a possibilidade d'essa construção, mas comparando-a com obras muito mais importantes construídas, em construção, ou projectadas, mal podia prever então a maneira benévolas como a projectada ligação seria aceite pela dita associação e pela opinião pública, e que antes de dois anos, e sem se ter procedido ainda aos estudos respectivos, haveria já elementos para apreciar com suficiente aproximação o custo da ponte sobre o Tejo, em vista dos dados fornecidos pela conclusão da ponte sobre o Rio Tay, próxima à cidade

por sua longa prática e demonstrada capacidade, lhe dão subido valor. Muitos outros sócios lhe virão ainda manifestar a sua adhesão, de sorte que se pôde asseverar desde já que ella será perfeita no seu parecer definitivo. Portanto a ponte sobre o Tejo, única parte difícil do ramal de ligação, que no primeiro momento foi considerada por muitos como impossível e a idéia filha de uma imaginação enferma, tem hoje a sanccão do unico tribunal competente, e por consequência parece-me que a ninguém é lícito duvidar da sua exequibilidade. [...]

Antes de tratar especialmente da ponte sobre o Tejo parece-me conveniente fazer algumas considerações geraes sobre a ligação dos caminhos de ferro ao sul do Tejo com Lisboa dizendo quaes as vantagens económicas, políticas e estratégicas d'essa ligação.

A separação estabelecida pelo Tejo entre a actual festa da rede transtagana e Lisboa é inconveniente que muito tem prejudicado e prejudicará sempre o movimento n'aquella rede, inconveniente que vai crescendo à medida do desenvolvimento das linhas férreas e das regiões que ellas cortam, e para cuja remoção vão já convergindo as vistas de todos.

As obras projectadas pelo governo e aprovadas na última sessão legislativa, para melhorar as condições do embarque de passageiros e mercadorias no Barreiro, vão já adiantadas, e brevemente satisfarão o serviço das mercadorias de exportação e darão alívio notável aos viajantes; mas o benefício que d'essas obras resulta deixa ainda em pé justas exigências d'estes viajantes e as necessidades do serviço de mercadorias d'consumo interno, as quaes elle não satisfaz.

A idéa de assentar a testa da rede transtagana em Cacilhas deve estar hoje abandonada, por estar para todos provado que o encurtamento que d'ahi resultava no trajecto aquático importava n'um alongamento total de 17,5 kilómetros com perda de tempo e dinheiro e não evitava a travessia do Tejo nos pontos onde a navegação é

mais difícil e perigosa por causa dos navios e das boias de amarração.

Foi com o fim de obviar a estes graves inconvenientes que, na segunda memória apresentada à associação dos engenheiros civis portugueses, em sessão de 7 de outubro de 1876, indiquei a idéia de ligar a rede com Lisboa por meio de um traçado, derivado do Pinhal Novo, passando por Aldeia Gallega até ao Montijo e atravessando o Tejo para se entroncar, nas proximidades do Grillo, com a linha de leste. [...]

Esta ligação da linha de sueste com Lisboa, cuja realização parecia impossível ha vinte annos, e hoje se pode prever como não muito distante põe as províncias do sul, por intermédio da ponte do Tejo, em comunicação fácil, rápida e permanente com a capital, evitando as baldeações, a constante travessia do Tejo em barcos, e mesmo a impossibilidade de o atravessar nos dias tempestuosos e de nevoeiros.

Sob o aspecto estratégico, a importância da ponte do Tejo é de tal ordem que só ella decidiria em outras nações a sua construção immediata.

Com efeito a ligação de Lisboa com o Montijo reforça consideravelmente a linha de defesa que se estende por Aldeia Gallega, Atalaia, Palmella, Setúbal e serra da Arrábida; permite a concentração de forças ao sul do Tejo e a eficaz defesa da grande península compreendida entre o Tejo, o Sado e o oceano, ligando-a à península de Torres Vedras, o principal baluarte de defesa de Lisboa; impede o inimigo de se aproximar da margem esquerda do Tejo e de se estabelecer nas alturas fronteiras a Lisboa. Sem esta ligação será difícil, senão impossível, obter a mobilização rápida de gente e de viaturas sobre o fosso aquático natural que se chama Tejo.

Finalmente a ponte do Tejo permitirá o estabelecimento de um campo entrincheirado e de manobras nos terrenos entre o Montijo e Aldeia Gallega, sítio saudável, sem contradição dos mais apropriados para este fim e o mais vasto nas proximidades da capital.

O distinto engenheiro e general de brigada, José de Chelmicki, no seu Esboço sobre a defesa de Portugal, ha pouco publicado, tratando-se d'esta ligação diz o seguinte, a páginas 103:

"Em se realizando a projectada ligação do caminho de ferro do sul com a estação de Lisboa por meio de um ramal do Pinhal Novo a Aldeia Gallega, e construindo-se a ponte do Montijo a Xabregas, conforme um projecto que vimos ultimamente, isso poderosamente influirá para a defesa de Lisboa, facultando ao mesmo tempo as operações no Alemtejo. N'este caso a testa d'essa ponte seria no alto de Nossa Senhora da Atalaia, adiante de Aldeia Gallega. É uma óptima posição dominante, apoiando os flancos nos paues de Barroca e nos esteiros de Sarilhos, tendo na frente o paul e rio de Rilves."

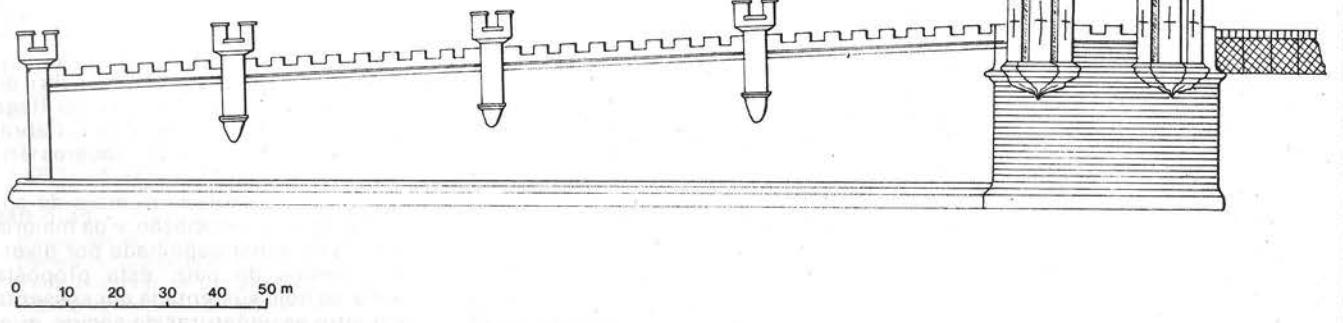
Tratemos agora da Ponte sobre o Tejo

A ponte sobre o Tejo, única parte difícil do ramal de ligação, é grandiosa, mas exequível. O ponto escolhido para a sua instalação apresenta vantagens reconhecidas sobre qualquer outro.

Nenhum outro se encontra a montante nem a jusante dentro do perímetro da 3.^a linha de defesa da capital (a de Sacavém), e por isso facilmente batida pelas próprias baterias de Lisboa, que menos largura de rio offereça a atravessar. D'allí para cima só navegam embarcações de pequeno lote, cuja mastreação não encontrará esforço no taboleiro da ponte; d'ali para baixo seria um grande obstáculo ao movimento de navegação no porto commercial e mesmo no militar.

Ali ha em quasi todo o comprimento da ponte 6 a 7 metros de altura de água em baixamar e 9 metros nas linhas de thalweg, e como as maiores marés têm a amplitude de 4 metros e a parte inferior do taboleiro deve correr a 31 metros acima das linhas de thalweg, haverá sempre, pelo menos, 18 metros livres para a navegação. Só em casos excepcionaes é que a corrente no veio principal ali se

Alçado do encontro



eleva a 6 milhas por hora e as condições naturaes do rio não fazem receiar escavações.

A qualidade do leito do rio deixa ver que as fundações da ponte do Montijo não serão peiores que as da ponte do Tejo em frente de Santarém, em que sete das oito pilares que a compõem desceram até 20 metros.

A reunião de todas estas condições favoráveis demonstra que é bem escolhido este ponto para se atravessar o Tejo. Além d'isto a situação de todo o ramal de ligação foi concebida por tal forma que se aproveita a maior parte da linha já construída, sem perder o movimento de Setúbal e do Sado, um dos mais importantes da rede do sul, sem alongar mais do que o stricto a distância até Lisboa e com a menor extensão de ponte.

O comprimento da ponte do Tejo, medido sobre a carta hydrographica levantada pela commissão geodesica, tendo em vista a parte do leito do rio que fica a descoberto nas baixamaras, deverá ter proximamente 4:500 metros.

Deve ser construída sob o modelo da ponte de Vianna, que é um bello exemplar, tendo da mesma sorte dois taboleiros, o inferior para caminho de ferro e o superior para estrada ordinária.

Deverá compor-se de 76 tramos, os dois extremos de 48 metros cada um, e os 74 restantes eguaes e de 60 metros.

O número de pilares será pois de 75, e é conveniente que seja número impar para dar um pilar central.

Tanto sobre os encontros, como sobre o pilar central, de maiores dimensões se devem construir edificações do sistema de torres, não só para abrigo do pessoal de conservação e polícia, mas ainda com o fim de embellezar a perspectiva da ponte, que, sendo tão extensa, precisa de alguns ornamentos acima do taboleiro, collocados em pilares symetricamente em relação ao centro da ponte, que, em consequência do pilar central, se transforma por assim dizer, em duas pontes distintas.

O perfil longitudinal da ponte será horizontal e em planta toda construída em linha recta.

A altura das vigas será aproximadamente de 8 metros; portanto o taboleiro-estrada ficará a 26 metros sobre o nível das mais altas águas.

Descripta pois a ponte e demonstradas as vantagens estratégicas, económicas e commerciaes do ramal de Montijo, resta-me fallar do custo provável da ponte, que a tantos mette medo e cuja exequibilidade nos é assegurada por exemplos bem recentes havidos entre nós.

Não sendo provável que as fundações dos encontros e a da generalidade dos pilares da ponte do Montijo sejam mais diffíceis do que as da ponte de Santarém e as da ponte de Vianna, que [...], chegaram n'aquelle quasi todos a 20 metros, e n'esta dois d'elles a 23 e 24 metros, devendo ser o taboleiro da ponte de Montijo idêntico ao da ponte de Vianna, o que por consequência dá para o seu preço por metro corrente aproximadamente a mesma verba, a diferença mais notável entre as duas pontes consiste na altura, que na do Tejo será, no máximo, o quadruplo nos pilares correspondentes às linhas de thalweg, sendo menor nos outros.

Mas a principal verba de despesa na construção dos encontros e pilares de uma ponte é a feita com as fundações, se ellas são diffíceis; o acréscimo de despesa por metro de altura é uma fracção pequena d'essa verba.

Como os vãos entre os pilares da ponte do Tejo serão grandes, o aumento de preço por metro corrente de ponte, devido à altura, não é uma verba exagerada, e em compensação o comprimento maior da ponte, comparado com a de Vianna, diminuirá as despezas geraes e de administração; e por consequência se elevarmos 25% o da ponte de Vianna teremos 547\$000 réis por metro linear. [...]

[...] o preço da ponte de Tay foi de 545\$000 réis, apesar das grandes dificuldades da sua construção; estas duas verbas são sensivelmente eguaes, e portanto pode desde já fi-

xar-se com a maior somma de probabilidades que o custo por metro corrente da ponte do Tejo não excederá o d'aquelle ponte e do da ponte de Vianna assim augmentado.

Este preço está perfeitamente de acordo com o que têm custado grandes pontes em França, em que as mais dispendiosas não têm excedido 3:000 francos, ou 540\$000 réis por metro corrente.

Tendo pois em vista todas estas considerações, pode afirmar-se que o custo da ponte do Tejo não excederá 2.500:000\$000 réis e contando com 500:000\$000 réis para a construcção das avenidas da ponte e do resto do ramal, teremos que a ligação do Pinhal Novo com Lisboa importará no máximo, em 3.000:000\$000 réis.

Quando os 1:500 kilómetros de que, pelo menos, se comporá a rede do sul, estiverem construídos, o custo da ponte do Tejo, distribuído por elles, elevará o preço kilometrico somente em

1:666\$000 réis,

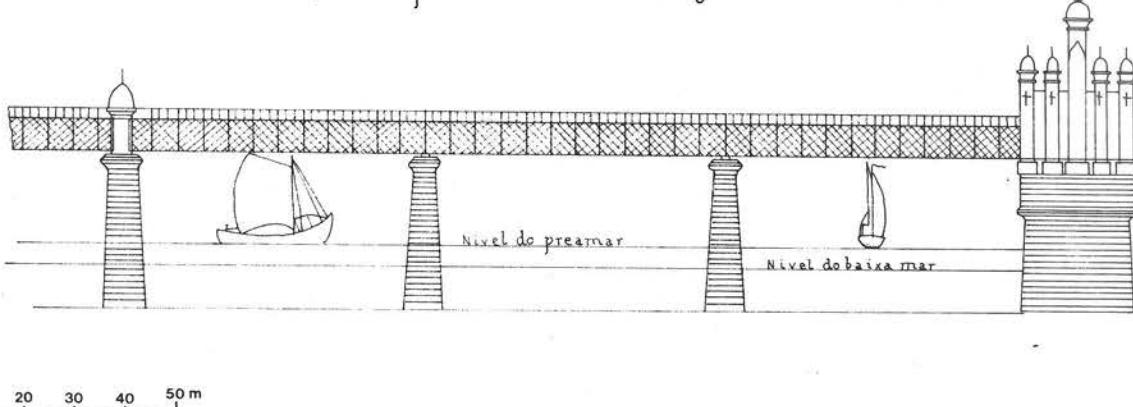
o que deixará ainda a rede mais barata que a de qualquer outra zona do paiz, pois em média tem custado muito menos de 20:000\$000 réis por kilómetro.

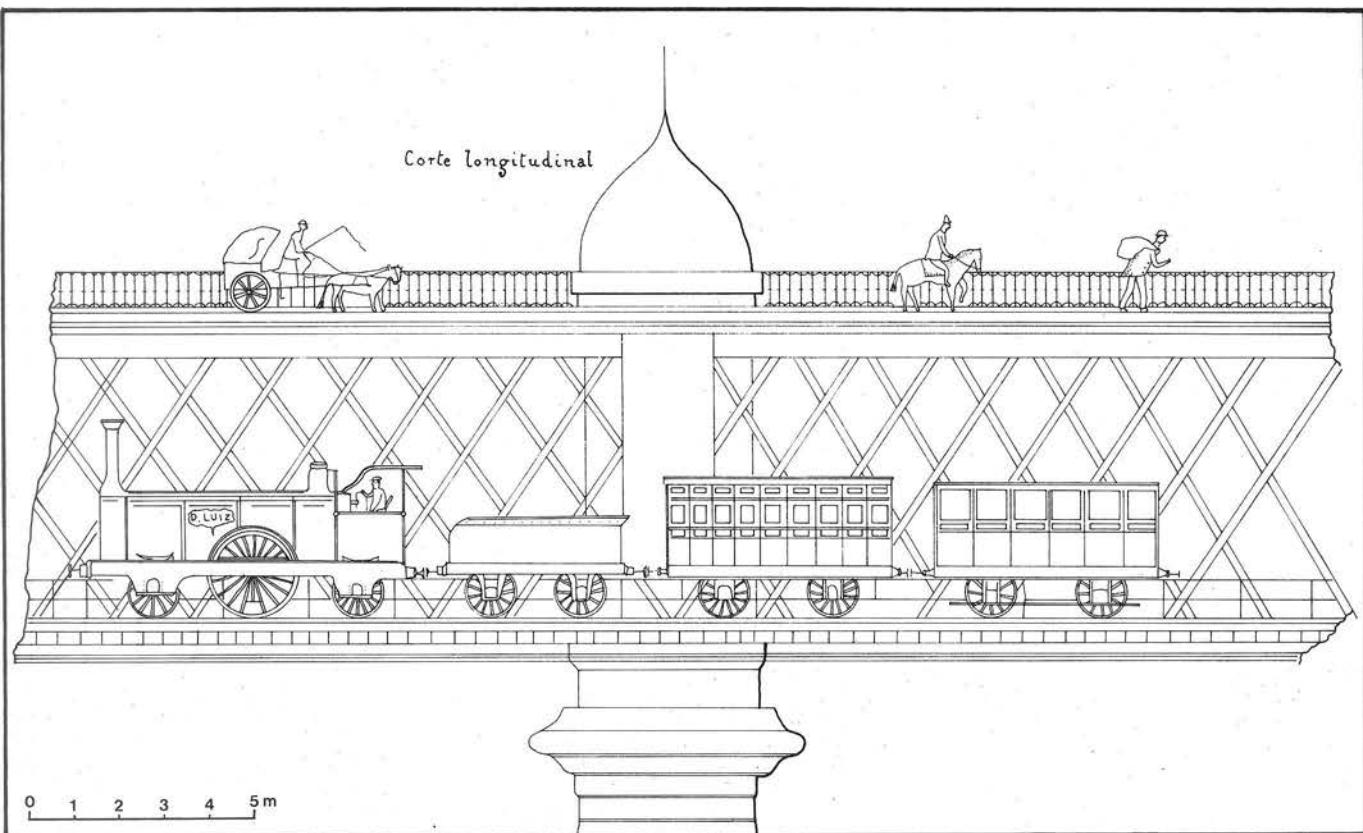
A muitos parecerá impossível emprehender-se similhante obra, pela grande quantia em que importará; mas um estudo conscientioso da questão demonstra que esta construcção está longe de assustar, e que até se poderia levar a effeito desde já.

Para o provar é suficiente dizer que o rendimento total da rede do sul em 1877 foi de 428:000\$000 réis, cifra redonda, e a despesa da exploração 196:000\$000 réis. Evidentemente pois ficaram líquidos 232:000\$000 réis.

Em 1878 o rendimento total diminuiu, como em geral em todos os caminhos de ferro, não só de Portugal, mas da Europa, em consequência da grave crise comercial e industrial que temos atravessado; ainda assim foi de 407:000\$000 réis mas tendo a des-

Alçado do pilar central com uma viga contínua em tres vãos





peça sido menor do que no anno anterior, o rendimento liquido foi sensivelmente o mesmo.

Tendo presente que o ramal de ligação e a ponte do Tejo levará uns cinco annos a construir, o que dá uma despesa annual média de 600:000\$000 réis; que este capital obtido por meio de obrigações a 7 por cento de juro e amortisação obrigará, quando se fizer a última emissão, a dispender 210:000\$000 réis, porque só depois d'ella deverá começar a amortisação, e que em cada anno diminuirão sucessivamente os encargos e aumentará o rendimento, não só o da rede, mas tambem o da estrada ordinaria, construída no taboleiro superior da ponte, no qual deve haver um imposto de transito, é evidente que mesmo ao presente a rede do sul tem rendimento sufficiente para construir desde já a ponte do Tejo, e com muita mais rasão o terá quando os seus complementos e ligações estiverem construídos. [...]

[...] se, o mais tardar, em 1890 a ponte do Tejo não estiver construída, será forçoso confessar que Portugal não segue os exemplos da Hollanda, nação muito mais pequena do que a nossa, mas onde abundam obras das mais importantes que se têm construído na Europa, e que está ao presente levando a efecto a colossal empreza de *pôr em secco um braço do Zuyderzee*, calculada em réis 58:500:000\$000, cujas despezas geraes e de administração serão mais do duplo da totalidade do custo da ponte do Montijo, ao passo que tem tido a coragem de empregar na compra de fundos hespanhoes o capital necessario para construir não só a ponte do Tejo, mas completar toda a

rede do sul, e gasta todos os annos não menos de 700 contos de réis com as loterias de Lisboa e muito mais d'essa somma com as loterias hespanholas, sem vantagem alguma para a prosperidade publica e para a moral, e só em detrimento de uma e outra.

A construcção da ponte do Tejo não pôde ser encarada unicamente pelo lado economico; o seu duplo fim, como ponte militar, não permite aquelle simples modo de ver a questão.

Em parte nenhuma do mundo se admitté, e com rasão, que se descure a defeza do paiz, só porque os meios para isso empregados não produzem directamente. Ninguem espera juro do capital empregado em fortalezas, armamentos, navios couraçados, etc., e contudo todos reconhecem e confessam a necessidade d'elles, e que o melhor serviço que elles podem prestar é não se utilizarem para os fins que foram creados, é *não servirem*; e todos sabem que enormes sacrificios fazem as nações para se armarem e fortificarem convenientemente, e Portugal não pôde isentar-se a esta lei geral, se não quiser arriscar-se a perder a sua autonomia. Bastava só essa rasão para que a ponte do Tejo devesse ser construída no menor prazo possível.

Ao presente já ninguem ousará negar que a idéa da construcção da ponte vae ganhando sympathy à medida que vão diminuindo as proporções descommunaes que a nossa fértil imaginação forjava para esta obra.

É fóra de toda a duvida que esta construcção ilustrará o governo que a emprehender, e bem merecerá do publico aquelle que lhe ordenar o respectivo estudo, para se fixarem as

ídias por ora hypotheticas, sobre o custo definitivo.

Lisboa, 3 de abril de 1879.

Segue-se a transcrição de alguns artigos publicados pelo autor no "Diário de Notícias". De um deles transcrevemos o seu parágrafo final.

[...] a verdade é sempre tão forte que conhecidas, como hoje o estão, todas as vantagens da construcção da ponte do Tejo, a opinião já lhe é completamente favoravel, e temos a mais profunda convicção que não virá longe a epocha em que ella seja uma realidade e evidencie ao mundo que n'este canto do occidente existe uma nação que, apezar de pequena, não olvidou ainda o arrojo dos seus antepassados, dos seus navegadores, de seus varões illustres em todas as carreiras e sciencias, e conserva a necessaria energia para levar à execução os seus melhoramentos, embora elles sejam monumentaes.

Lisboa, 14 de julho de 1870.

Por fim, das conclusões finais do trabalho, destacamos:

É muito difficult, e casos ha em que é mesmo impossivel, apreciar bem a importancia d'uma grande obra d'arte unicamente pela descripção escripta, não havendo desenhos que auxiliem essa descripção. [...]

Quanto aos desenhos da ponte sobre o Rio Tejo, é preciso que todos comprehendam bem, que não é um projecto estudado, que não é mesmo

um anteprojecto, é quando muito, a indicação provavel d'um ante-projecto que os estudos posteriores confirmão ou farão alterar.

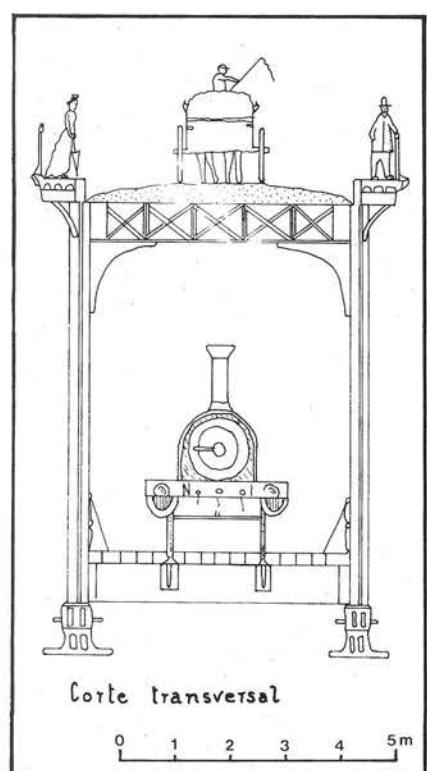
Ninguem ignora que, por em quanto, não ha estudos especiaes, ordenados pelo governo, sobre esta monumental construcção. Estes estudos são tão dispendiosos que nenhum engenheiro os pôde fazer por iniciativa e dispendio proprio, sobretudo os necessarios para o conhecimento das camadas geologicas do leito do rio, que só pode ser obtido por meio de grande numero de sondagens.

Por ora os dados conhecidos são os que se obtém na carta hydrographica da bacia do Tejo e sondagens feitas pela commissão geodesica: estes dados porém são insuficientes para determinar com rigor e segurança a construcção d'uma obra de tal magnitude e importancia.

O conhecimento practico obtido nas fundações dos encontros e pilares da ponte sobre o Tejo em frente de Santarem, e o conhecimento da primeira camada do leito do rio no local em que deve ser construída a ponte, leváram-me a formular um ante-projecto, ou mais verdadeiramente um indicação da grande ponte a construir entre o Grillo e o Montijo. [...]

É temeridade, confesso, apresentar sem estudos previos, a indicação do ante-projecto d'uma obra tão grandiosa; mas os leitores desculparão o arrojo em vista da intenção, porque só d'esta forma lhes sera mais fácil apreciar as vantagens que resultarão para o paiz e muito especialmente para Lisboa, da construcção d'esta monumental obra d'arte. [...]

Lisboa, 25 de agosto de 1879.



CONTRIBUTO PARA UMA BIBLIOGRAFIA DE MIGUEL CARLOS CORREIA PAES (1825 - 1888)

Por Joaquim Cabeça Padrão

Bibliografia activa

- Paes (Miguel Carlos Correia)
Melhoramentos de Lisboa/Engrandecimento/da Avenida da Liberdade, 2.º opúsculo, Lisboa, 1886.
Ilustrado com uma carta do Engrandecimento da Avenida da Liberdade proposto pelo Engenheiro Miguel Carlos Correia Paes, na escala de 1:5.000.
- Paes (Miguel Carlos Correia)
Melhoramentos de Lisboa/Engrandecimento/da Avenida da Liberdade, 3.º opúsculo, Lisboa, 1887, 35 Págs.
Ilustrado com uma carta do Engrandecimento da Avenida da Liberdade proposto pelo Engenheiro Miguel Carlos Correia Paes, na escala de 1:5.000.
- Paes (Miguel Carlos Correia)
Melhoramentos de Lisboa/e seu porto
Volume I, Lisboa 1882 (1882), 436 págs.
Ilustrado com uma Carta Topographica/da/Cidade de Lisboa/reduzida da que foi levantada/na escala de 1:1.000 em 1856 a 1858/sob a direcção do general/Filippe Folque/publicada em 1871.
Volume II, Lisboa 1884, 530 págs.
Ilustrado com uma estampa de Casellas gravada por Alberto: *A Nova Estação dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, no Barreiro, Inaugurada em 4 de Outubro de 1884* (Desenho do natural tirado por Casellas no dia imediato ao da inauguração) e por uma Planta do/Rio Tejo e suas margens/na parte compreendida entre as portas da Cruz da Pedra e a ribeira de Algés, na escala de 1:10.000.
- Paes (Miguel Carlos Correia)
Memória sobre a rede dos principais caminhos de ferro estratégicos/e da rede dos caminhos de ferro ao Sul do Tejo, Lisboa, 1879.
Em 1883 publicou-se a 6.ª edição.
- Paes (Miguel Carlos Correia)
Memória sobre a rede geral/dos/caminhos de ferro/considerados debaixo do ponto de vista estratégico./apresentada á associação/dos Engenheiros Civis Portugueses/pelo sócio... Lisboa, 1878, 2.ª edição, 13 págs.
Ilustrado com a *Carta Geographica de Portugal*. A 1.ª edição é de 1877.
- Paes (Miguel Carlos Correia)
Memoria sobre o local da estação terminus do caminho de ferro do Sul do Tejo in Revista de Obras Públicas e Minas, Tomo IX, Lisboa, 1879.
- Paes (Miguel Carlos Correia)
Ponte sobre o Tejo/próximo a Lisboa/pontes sobre os rios: Lima no Minho/Tay e Forth na Escócia, Lisboa, 1879, 47 págs.
Ilustrado com um "marion" (cortes e alçados do projecto da Ponte) e um retrato do autor.

Continua na pág. 52

FORAIS DO DISTRITO DE SETÚBAL

por Alexandre M. Flores (*)
e António J. Nabais (**)

Há já alguns anos que a História Local nos tem interessado, levando-nos por isso a recorrer a todas as fontes acessíveis para a estudar e divulgar.

Para a Idade Média começámos por nos apoiar nos forais.

O foral é, de facto, um dos documentos mais importantes para a história local. Não se pode compreender a história social e económica do Portugal medieval sem o conhecimento de uma das suas fontes mais antigas: os forais.

Numa primeira fase do nosso projecto, estudámos e divulgámos os forais medievais de Almada. Este trabalho «Forais de Almada e seu Termo — I. Subsídios para a História de Almada e Seixal na Idade Média» — insere-se num plano de conjunto visando a apresentação ao público de todos os forais do Distrito de Setúbal.

Como habitualmente nos são solicitadas informações gerais acerca dos forais do Distrito, pareceu-nos haver interesse em organizar uma Carta dos Forais do Distrito de Setúbal, bem como de fornecer alguns pontos para o seu estudo.

ALCÁCER DO SAL

1170 — Foral particular dado aos Mouros Forros em Coimbra no mês de Março e confirmado em Santarém, no mês de Dezembro de 1217.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT): «Livre I dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas», fl. 50, verso.

«Livre de Forais Antigos de Leitura Nova», fl. 25, verso, col. 1.

«Livre V do Rei D. João I», fl. 32.

«Maço 12 de Forais Antigos», n.º 3, fl. col. 1.

«Livre IV de Inquirições do Rei D. Afonso III», fl. 8.

1218 — Foral antigo dado em Coimbra no mês de Agosto.

ANTT: «Maço 12 de Forais Antigos», n.º 3, fl. 81, verso, col. 1.

«Maço 1 de Forais Antigos de Leitura Nova», fl. 85, verso, col. 2.

1516 — Foral dado em Lisboa a 23 de Abril de 1516.

ANTT: «Livre de Forais Novos do Alentejo», fl. verso, col. 2.

(*) Investigador de História Regional. Bibliotecário-Arquivista da Câmara Municipal de Almada.

(**) Investigador de História Regional. Museólogo. Responsável pelo Ecomuseu Municipal do Seixal.



Foral da vila de Alcobaça (D. Manuel, 1515).

ALCOCHETE

1515 — Foral dado em Lisboa a 17 de Janeiro.

ANTT: «Livre de Forais Novos do Alentejo», fl. 78, col. 1.

(*) existe o Livro de Foral na Câmara Municipal de Alcochete.



Foral da vila de Alhos Vedros (D. Manuel, 1514).

ALDEIA GALEGA (MONTIJO)

1515 — Foral dado em Lisboa a 17 de Janeiro.

ANTT: «Livre de Forais Novos do Alentejo», fl. 78, col. 1.

(*) existe o Livro de Foral na Câmara Municipal do Montijo.

ALHOS VEDROS

1514 — Foral dado em Lisboa a 15 de Dezembro.

ANTT: «Livre de Forais Novos do Alentejo», fl. 79, col. 1.

ALMADA

1170 — Foral particular dado aos Mouros Forros em Coimbra no mês de Março e confirmado em Santarém no mês de Dezembro de 1217.

ANTT: «Maço 12 de Forais Antigos», n.º 3, fl. 12, col. 1.

«Livre I dos Bens Próprios dos Reis e das Rainhas», fl. 50, verso.

«Livre V do Rei D. João I», fl. 32.

«Livre de Forais Antigos de Leitura Nova», fl. 25, verso, col. 1.

«Livre IV de Inquirições do Rei D. Afonso III», fl. 8.

Sentença de 16 de Junho de 1563 no «Livre das Sentenças a favor da Coroa», fl. 167, verso, col. 1.

1190 — Foral Antigo dado em Lisboa no mês de Agosto.

ANTT: «Maço 1 dos Forais Antigos».

1513 — Foral dado em Lisboa a 1 de Junho por D. Manuel I.
ANTT: «*Livro dos Forais Novos do Alentejo*», fl. 76, col. 1.
(*) existe o Livro de Foral na Câmara Municipal de Almada.
(**) o Concelho do Seixal beneficiou também deste foral pois, até 1836, pertencia ao Termo de Almada.

ALVALADE

1510 — Foral dado em Santarém a 20 de Setembro.
ANTT: «*Livro de Forais Novos do Alentejo*», fl. 46, verso, col. 1.

BARREIRO

1521 — Carta de 16 de Janeiro pela qual D. Manuel eleva o Barreiro à categoria de vila.
ANTT: «*Chancelaria de D. Manuel*», livro 35, fl. 122.

CANHA

1512 — Foral dado em Santarém a 1 de Novembro.
ANTT: «*Livro de Forais Novos do Alentejo*», fl. 53, col. 2.

COINA

1516 — Foral dado em Lisboa no mês de Fevereiro.
ANTT: «*Livro dos Forais Novos do Alentejo*», fl. 88, col. 2 e fl. 105, verso, col. 1.

PALMELA

1170 — Foral dado aos Mouros Forros em Coimbra no mês de Março e confirmado em Santarém no mês de Dezembro de 1217.
ANTT: «*Maço 12 de Forais Antigos*», n.º 3, fl. 12, col. 1.
«*Livro I dos Bens Próprios dos Reis e das rainhas*», fl. 50, verso.
«*Livro V do Rei D. João I*», fl. 32.
«*Livro de Forais Antigos de Leitura Nova*», fl. 25, verso, col. 1.

1185 — Foral Antigo dado no mês de Março e confirmado em Santarém em 1218.
ANTT: «*Maço de Forais Antigos*», n.º 5 e n.º 6.
«*Maço n.º 3 de Forais Antigos*», n.º 15.
«*Maço n.º 12 de Forais Antigos*», n.º 3, fl. 75, col. 1.
«*Livro de Forais Antigos de Leitura Nova*», fl. 84, col. 2.

1512 — Foral dado em Lisboa a 1 de Junho.
ANTT: «*Livro de Forais Novos do Alentejo*», fl. 73, verso, col. 2.

SANTIAGO DO CACÉM

1512 — Foral dado em Santarém a 20 de Setembro.
ANTT: «*Livro de Forais do Alentejo*», fl. 36, verso, col. 2.
Certos artigos deste Foral estão passados em certidão: Santiago do Cacém, 20 de Novembro de 1477, «*Maço 11 de Forais Antigos*», n.º 6. Sentença de 1 de Agosto de 1500 no «*Corpo Cronológico*», Parte II, Maço 3, n.º 23.
(*) A Câmara Municipal de Santiago do Cacém possui um exemplar deste foral de D. Manuel I.

SESIMBRA (CEZIMBRA)

1201 — Foral antigo dado em Coimbra no mês de Agosto e confirmado em Santarém no mês de Janeiro de 1218.
ANTT: «*Maço 12 de Forais Antigos*», n.º 3, fl. 29, verso, col. 2.
«*Livro de Forais Antigos de Leitura Nova*», fl. 82, verso, col. 2.
Sentença de 31 de Maio de 1560 no «*Livro das Sentenças a favor da Coroa*», fl. 175, col. 2.

1514 — Foral de D. Manuel I, dado em Lisboa a 28 de Julho.
ANTT: «*Livro de Forais Novos do Alentejo*», fl. 97, col. 1.
(*) existe o Livro de Foral na Câmara Municipal de Sesimbra.

SETÚBAL

1514 — Foral dado em Lisboa a 27 de Junho.
ANTT: «*Livro de Forais Novos do Alentejo*», fl. 91, col. 2.
«*Livro dos Regimentos da Tábola de Setúbal*», fl. 1, verso.
Inquirição para este Foral na Gaveta 20, Maço 12, n.º 35.

SINES

1512 — Foral dado em Lisboa a 1 de Julho.
ANTT: «*Livro de Forais Novos do Alentejo*», fl. 45, col. 2.
(*) existe o Livro de Foral na Câmara Municipal de Sines.

TORRÃO

1512 — Foral dado em Lisboa a 20 de Novembro.
ANTT: «*Livro de Forais Novos do Alentejo*», fl. 49, col. 2.



Alguns Documentos

Para a História

de Almada Medieval

Por Saul António Gomes (*)

1 — O estudo de Almada medieval encontra-se praticamente por fazer. Não é nossa intenção colmatar essa situação, tanto mais que a historiografia actual caminha cada vez mais para o trabalho em grupo, mesmo que seja em grupos de investigadores por conta de outrém. Julgamos, contudo, poder contribuir um pouco para o conhecimento de Almada ao publicarmos alguns documentos que falam dessa vila medieval, das suas gentes, dos seus problemas, das suas instituições e que nos transportam à acção do homem nessa época, às suas lutas e às suas mágoas, e que no seu seio nos falam dessa maneira de sentir e de actuar diferente do homem em pleno séc. XV.

A documentação para o estudo deste centro urbano medieval não é, de modo algum, escassa e encontra-se dispersa nos nossos arquivos de que cumprirá destacar o *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, em Lisboa. Foi neste arquivo que colhemos os documentos que aqui revelamos.

A publicação recente do livro *Os Forais de Almada e Seu Termo. I — Subsídios para a História de Almada e Seixal na Idade Média*⁽¹⁾, afigura-se-nos importante não tanto por uma análise exaustiva das questões (que não faz) ou pela republicação de dois textos fundamentais da História de Almada, mas porque ele marca um sério acordar do povo almadense para o seu passado, que o levará à descoberta da preciosa documentação que existe sobre Almada medieval e que não pode sustentar afirmações como a de que: "não existem muitos (...) documentos escritos relativos a Almada e seu termo, durante a época medieval."⁽²⁾

Se é verdade que grande parte da documentação escrita desse período histórico não atingiu os nossos dias, é também verídico que existe ainda um

número razoável de documentação escrita (que não será a única) suficiente para esboçar e escrever sobre a História de Almada.

Aliás, este pessimismo que justifica o desconhecimento da história local do nosso país, alicerça-se fundamentalmente nas poucas ou nulas pesquisas desenvolvidas sobre a documentação conservada nos arquivos nacionais. Um trabalho de investigação paciente, por exemplo no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, é sempre coroado de resultados importantes, essenciais mesmo à história dos centros que se procuram estudar.

No caso de Almada, basta a consulta dos índices setecentistas existentes nesse Arquivo para se reunir um grupo de documentos na ordem das centenas.

2 — Mas se as Chancelarias fornecem, com os seus documentos, uma panorâmica geral sobre a vida social, económica e institucional de Almada, a pesquisa noutros núcleos (caso de ordens religiosas, conventos, etc.) da área de Lisboa acabará sempre por produzir os seus frutos.

Para começar haveria que estudar o espécime *Título das Fazendas de Pedro Afonso Mealha em Santarém e Almada*⁽³⁾ que remonta a 1360. Além deste, existe ainda o precioso *Livro da Fábrica das Igrejas de Almada*, de fins do século XV⁽⁴⁾.

A importância económica de Lisboa deve ter tido grandes consequências sobre a evolução económica de Almada. Por esta razão, a procura de dados, na documentação alfacinha, relativos a Almada, só pode trazer elementos úteis para a sua História. Julgo que o Foral da Portagem de Lisboa, de 1377, é elucidativo⁽⁵⁾.

3 — Publicamos neste momento, e sem qualquer intenção de "fazer história" definitiva, alguns documentos Almada em meados de quatrocentos.

O primeiro deles pode parecer anedótico e desprovido de interesse a uma visão económica do passado, mas é bastante compensador ao revelar-nos uma feição das relações entre o indivíduo e o meio social.

Chamamos-lhe útil porque o é para a história do quotidiano, não meramente factual, porque é um documento que atesta a acção das instituições almadenses sobre os seus vizinhos.

Dá-nos um sopro mais concreto de problemas que se levantam no seio dessa vila. Não reproduzo aqui a sua narrativa, mas chamo a atenção do leitor para um Vicente Arrais, de que nos fala o documento que nos aparece mais tarde como procurador da vila nas Cortes de Lisboa (as primeiras que se realizaram nesse ano de 1455).

Há uma "emotividade extraordinária da alma medieval"⁽⁶⁾ que exprime um teor violento da vida. É o gosto de viver sem hesitações, actuar no mundo circundante aceitando apenas dois extremos: "a inteireza da punição cível ou o perdão"⁽⁷⁾. E este documento fala-nos dessa "emotividade".

Quase que podemos aplicar a este documento a frase de Morineau quando, referindo-se ao final do séc. XV, diz: "nos homens de então o sangue era mais quente, a promiscuidade mais íntima, ensejos de assassínios, ensejos de luxúria. A este respeito, a Igreja estava longe de ter transformado inteiramente os costumes: doze assassínios pelo menos por ano em Bruges, entre 1477 e 1491; na Escandinávia, na Flandres, no País Basco os noivos coabitavam habitualmente antes do casamento. (...)"⁽⁸⁾.

(*) Aluno da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O documento revela ainda o caso —espectáculo, uma prática teatralizante do indivíduo no meio. A desordem não só alerta a opinião daquela “*muita gente que se juntou à porta da casa de Vicente Arrais*”, como obriga o rei e o poder central a desenvolver mecanismos que imponham uma justiça pública sobre a vindicta particular. É assim que o rei tenta regular o porte de armas dentro dos centros urbanos⁽⁹⁾ exigindo que só por privilégio possam ser trazidas. De resto, não é só este aspecto que cumpre aplicar ao documento. Talvez não haja de estranhar a asserção de Huzinga quando nos diz que: “(...) Os príncipes do século XV eram muito liberais em *lettres de remission* (cartas de perdão) para faltas de qualquer espécie (...)”⁽¹⁰⁾. É o caso deste documento.

O segundo documento contém três capítulos especiais apresentados por Almada nas primeiras Cortes de Lisboa de 1455, visto que data de 29 de Março desse ano⁽¹¹⁾.

Foram enviados dois procuradores (Vicente Arrais e Pero Lourenço) que apresentaram questões relativas ao reguengo do termo de Almada, cujo donatário era a infanta D. Isabel, que vinha a sofrer uma administração muito contrária aos foros concelhios.

No primeiro capítulo focam o arrendamento de herdades nesse reguengo e certas coimas que o almoxarife da infanta criara, agravos que o rei atende ordenando “que sse husse como sse sempre costumou”. No segundo capítulo expõem que os rendeiros da infanta exigiam aos mercadores e vinhateiros que a ela iam comprar vinhos para os levarem a Lisboa, a portagem deles, o que nunca acontecera. As razões desta isenção de portagem podem explicar-se um pouco se pensarmos que era indispensável à vila de Almada a venda das suas produções (o que se conseguia melhor com um sistema de “livre-portagem” de que podiam usufruir os moradores de Lisboa). Aliás, já no Foral da Portagem da cidade de Lisboa, em vigor desde 1377, se estabelecia que, “(...) Pão importado de Coimbra e Almada por vizinhos da cidade (...) era isento; pão importado de Coimbra e Almada por não vizinhos (...) pagava 2 dinheiros por costã (5 alqueires) e 4 dinheiros por argã (10 alqueires)”⁽¹²⁾.

O terceiro e último capítulo incide novamente sobre a acção do almoxarife da infanta D. Isabel em Almada. Agravam-se de que este almoxarife obrigava os lavradores que tinham herdades no reguengo a tomarem da novidade passada um “feixe de trigo e outro de cevada antes que fossem acarretados as eiras”, mandando-os debulhar esse trigo para ele.

Finalizam os seus agravamentos reafirmando ao rei que mandasse

“que tall ennouaçom E ssogeïçom nos nom seja facta E que sse arrecade o direito que aa dicta Jfante pertemce d auer do dicto rregengo pella guissa que sse ssenpre husou E costumou”, ao que o rei consente.

Em suma, tais apontamentos não deixam de revelar um pequeno aspecto de uma “*avançada de senhorialismo*” que passa por Portugal no séc. XV. Aliás, já em 1448, D. Afonso V houvera intervindo numa questão semelhante acerca da jugada do pão e oitavo do vinho que a infanta D. Isabel, sua tia, pretendia impor aos almadienses, negando-lhes esse direito⁽¹³⁾.

Almada possui mais capítulos especiais emanados noutras Cortes medievais portuguesas. O seu interesse para o estudo de Almada pode ficar demonstrado neste documento. Seria proveitoso que se procedesse ao levantamento e transcrição dos restantes capítulos e, se possível, publicá-los em conjunto.

Finalmente, apresentamos dois documentos que revelam interesses de um tal Pero de Almada, criado da casa de Gomes Eanes de Zurara, sobre propriedades no termo de Almada (o primeiro) e a sua nomeação para alcaide e meirinho dos ourives de Adiça (o segundo).

Qual o grau de importância que a exploração do ouro assume para a vila de Almada é algo que está por esclarecer.

Estes dois documentos foram já publicados por Francisco Maria Esteves Pereira, em adenda à sua versão da *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I. Composta por Gomes Eannes de Zurara*⁽¹⁴⁾, sendo de todo o interesse voltar a publicá-los aqui.

4 — A publicação dos documentos segue algumas das regras estabelecidas pela escola paleográfica da *Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa*, nomeadamente:

a) Respeito absoluto pela ortografia original;

b) Separaram-se as palavras que se encontram unidas no texto e uniram-se as sílabas ou letras da mesma palavra que no texto se encontravam separadas, de acordo com a forma normal das palavras de hoje;

c) Desenvolveram-se as abreviaturas, colocando-se em itálico as letras desenvolvidas que não estavam no original;

d) A fim de facilitar a compreensão do texto abriram-se, em certas passagens, alguns parágrafos;

e) Os finais de linha, no original, vão indicados com / e a mudança de folio com //.

A transcrição dos dois últimos documentos é a de Francisco Maria Esteves Pereira e data de 1915.

NOTAS:

(1) Autores — Alexandre M. Flores e António J. Nabais, Ed. C. M. de Almada e Seixal, Lisboa, 1983.

(2) *Ibidem*, pág. 14.

(3) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Convento de S. Domingos de Lisboa*, Caixa n.º 59, doc. n.º 8.

(4) A.N.T.T. — *Ordem de Santiago*, Livro 90. Estes dois livros vêm citados por A. H. de Oliveira Marques no seu precioso *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Ed. Estampa, 1979, Lisboa, págs. 185 e 192 respectivamente.

(5) A documentação existe. É necessário reunirla, conhecê-la, sistematizá-la. Sobre a metodologia da História local portuguesa é importante consultar de A. H. de Oliveira Marques o artigo “Cidades Medievais Portuguesas. (Algumas bases Metodológicas gerais)” in *Revista de História Económica e Social*, n.º 9, Janeiro/Junho, 1982, Lisboa.

(6) e (7) J. Huizinga, *O declínio da Idade Média*, Ed. Ulisseia, s.d., págs. 20 e 25 respectivamente.

(8) M. Morineau, *O Século XVI. 1494-1610*, Publ. D. Quixote, Lisboa, 1980, pág. 113 et circa.

(9) Confronte-se, a propósito, com João Silva de Sousa, “Das Autorizações de Porte de Armas e de Deslocação em Besta Muar. Em meados do século XV. Algumas notas para o seu Estudo” in *Estudos de História de Portugal. Vol. I. Séc. X-XV. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Ed. Estampa, Lisboa, 1982, págs. 291-308.

(10) *Op. Cit.*, pág. 25.

(11) Confronte-se com “Lisboa, Cortes de (1455)” no *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão).

(12) Citado por A. H. de Oliveira Marques, “Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média” in *Revista da Faculdade de Letras*, III Série, n.º 6, Lisboa, 1962, págs. 134 e 179.

(13) Informação colhida numa *Cronologia da História de Almada (Ensaio)*, de R. H. Pereira de Sousa, Ed. C. M. Almada, 1983, pág. 6 (cronologia extremamente parca, visto não dar indicação das fontes donde foram extraídos os dados que apresenta. Além disso, é extremamente reduzida na sua tabela cronológica para o período medieval). Como achega para uma cronologia de Almada medieval cíte-se que Almada teve confirmação dos seus privilégios por D. Duarte, em 1433, Novembro, em Santarém (A.N.T.T. — *Chancelarias de D. Duarte*, Livro I, fl. 19, col. B) e, ainda datada de 1434, 14 de Janeiro, em Santarém, existe uma carta régia contando um lugar situado junto à vila de Almada, chamado “a de cavalla” e “Vai-lhe bem” a Álvaro Vasques de Almada. Julgo que este Álvaro Vasques (ou Vaz) de Almada é o fidalgo português “do séc. XV, conde de Avranches (Normandia) e capitão-mor das galés ao tempo de D. João I. Foi grande amigo do regente D. Pedro, que o armou cavaleiro aquando da tomada de Ceuta (1415) e com ele morreu na batalha de Alfarrobeira a 20 de Maio de 1449”, citado do *Dic. Hist. de Portugal*, “Almada, D. Álvaro Vaz de”. O documento, encontra-se no A.N.T.T. — *Chancelaria de D. Duarte*, Livro I, fl. 65 v.º).

(14) Edição da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1915, págs. 302 e 303 (docs. XIV e XV).

documento

1

1455, 6 de Fevereiro, Évora —Carta régia perdoando a Gomes Eanes, escudeiro, as justiças régias por desacatos cometidos, alguns anos atrás, em que ele esteve envolvido.

(A.N.T.T. — Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, fls. 104-104 v.º)

Don afonso per graça de deus Rey de portugall e do algarue e Senhor de cepta a todos Juizes E justiças / dos nosos Regnos a que Esta nosa carta for mostrada Saude.

Sabede que gomez Eanes Escudeiro morador / em a nosa cidade de lixboa Nos enjou dizer que podia ora auer xj ou xij annos que hū Lourenco anes laurador / morador em a ujlla d almadāa ouuera arroido com uecente aRaiz em dicta ujlla morador e lhe dera hūua muy grande, / pancada na cabeça com hūua lança o quall uicente arraiz se aqueixara aas nosas justiças e que depois que del / fezera queixume o fora aguardar a cabo de dias aa dicta cidade de lixboa e lhe dera hūua ferida em hūu braço / o quall Lourenço anes Era sāo e sem quajam E tornara a querelar do dicto vīcente arraiz dizendo que o ferja / de proposito sseendo seu jmigo e daseitamento teendo o ameaçado lhe dera a dicta ferida segundo na dicta querella / mais compridamente na dicta querella Era conteudo pela quall Razam diego afonso carualho ouujdor da dicta / ujlla mandara prender o dicto uicente arraiz

E seendo o dicto uicente arraiz em sua quasa pero aluarez Juiz da dicta ujlla / ja finado com a justiça chegara sobre elle pera o prender com o dicto quereloso E outra muta [sic] jente defendendo se / o dicto uicente arraiz de dentro de casa e aa porta com ajuda de hūu nuno martijnz e diego martijnz seus qunhados com lanças / e espadas embargando a justiça que o nam prendesem e que sseendo asy Ele sobrechegara ao dicto aRodo com hūua / Espada na māao fazendo afastar a jente da porta do dicto uicente arraiz achegando se ao dicto Juiz E emorilhamdo se com / elle com enteençam e uontade de fazer fugir o dicto uicente arraiz commo de fezera dizendo lhe que saltase fora / em tall gisa que polo embargo que elle asy fezera com os dictos seus qunhados o dicto uicente arraiz fogira so se /fora +pera+ a egreja da dicta ujlla e fora posto em salluo que nam fora preso,

E que outrosy Estando elle dicto gomez anes em hūua / barqua no porto de caçilhas pera pasar a lixboa poderja ora auer x annos em a quall barqua Estaua eso meesmo hūu lopo afonso / Juiz ja finado o quall elle dava lugar e que por lhe elle dizer que nam deixase entrar tanta jente que o mar hera māao se / aleuantaram com ello em Razōes E elle dicto gomez Eanes com elle e ueeram a braços em tanto que quairam ambos em cima / da jente dentro na barqua leuaando o dicto juiz de baixo de sy dando lhe mutas punhadas E doestaando o de mutas e / maas palauras nam Resguardando el dicto gomez Eanes como Sobredicto Era [a] Juiz.,

pella quall Razam elle / fora preso em a dicta ujlla asy por Esto como por quausa do dicto uicente arraiz E fora ordenado contra elle hūu proçeso de feito / per dante lopo estueuz ouujdor

E seendo ja desembargado pelo dicto ouujdor o alquaide por teer com elle afeiçam lhe dera / lugar e andaua solto E ele nam qurara de de [sic] Requerer seu feito atee ora que o Ruy vjeira mandara prender na quadea da dicta / ujlla da qual ele fujira poderja auer hūu mes aa quall fujida lhe nos perdoaramos e tijhā delo nosa carta de / perdam pedindo nos por merce que por quanto pellos dictos factos fora muto preso e j ouuera muto em prisam perlongada / E gastara do seu muto E eso mesmo por quanto as partes lhe perdoaram lhe perdoasemos a nosa justiça se nos a ella pellas / dictas Razōes ou cada hūa delas Era teudo apresentando perdante nos a carta do perdam da fojida da cadea terou / mesmo espirutas ppúblicas de como as partes lhe perdoauam E o nam quiseram [perdoar⁽¹⁾] aquas

E uijsto per nos o que nos / dizer e pedir enjou E uijstos os quasos [quq⁽¹⁾] quais sam se asy he como diz em Esta carta E hy mais nom ha E que / rendo lhe fazer grāça e mereçe uijsto o perdam das partes teemos por bem e perdoamo lhe [sic] a nosa justiça a que nos elle / por as dictas Razōes era teudo contando que elle page mijl reais brancos pera a nosa chancelaria

E porque o elle / logo pagou os dictos dinheirros Joham Rodriguez carualho Escudeiro da nosa casa E rrecededor della ssegundo delo fomos certo per / aluara de gomez borges caualeiro da nosa casa e espriuam de nosa chancelaria porem nos mandamos que o nam prendaeas nem [mandaeas prender] nem lhe façaes nem consyntaeas fazer mall nem outro nehu [fl. 104 v.º] desagisado quanto lhe por as dictas Razōes por quanto // nosa merce E uontade he de lhe perdoarmos pella gisa que dicto he honde all nam façades dada em a nosa / cidade d euora seis dias dos mes de feuereiro

El Rey o mandou pello doutor lopo uasquez de serpa E gomez Lourenço. / ambos seus uasallos e do seu desenbargo e das petições Joham de ujlla Reall por aluaro martijnz a fez ano do nacemento / de noso Senhor Jesu christo de mijl iiiijc eb annos //

NOTA: (1) Palavra riscada no original.
+...+ Palavra entrelinhada.

documento

2

1455, 29 de Março, Lisboa — Capítulos especiais apresentados pela vila de Almada nas primeiras Cortes de Lisboa de 1455.

(A.N.T.T. — Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, fl. 136)

Dom afonso per graça de deus Rey de portugall e do algarue e senhor de cepta

a quantos esta carta virem fazer saber que os juizes Vereador / do concelho e homees boons da nossa Villa d almaada, nos enuiaram ceertos capitollos per Vīcente arraiz e pero louremço procura/dor das cousas que a dicta villa perteneçem E vistos per nos ao [pe] de cada hūu lhe mandamos poer nossas rrepostas do quall o theor he este / que sse adeante segue.,

Primeiramente ao que dizees que a remda do auerde ssempre foy desa uilla assi como ssom todallas outras coymas della E que ora o almuxarife / da Jfante que he em a dicta uilla pode auer quinze dias pouco mais mandou apreguar que quem quisesse arremdar a remda do auerde de hūu rre/gemguo que a dicta Jfante

ha em termo da dicta villa veesse a elle E lho arrendaria, poendo pena que quallquer besta ou boy que for / achado em vinha E herdade do dicto rreguengo que pague aa dicta Jfante por cada cabeça cinqüenta, Reais brancos E que nunca foy / em nenhu tempo nem em tempo das rrainhas cuja a dicta villa e terra foy o que ssentis por grande agrauo, pedimdo nos por / mereçe que nom consentaaes seer fecta tall ennouaçom E mandemos que sse guardem as pusturas E hordenaçōes da dicta / villa como ssempre foy de custume., /

A esto rrespondemos que nom auemos por bem tal ennouaçom uos sser fecta E Mamdamos que sse husse como + sse + sempre custumou E sse / algum agrauo uos for feito tomuae estormento com rreposta, E proueremos sobre ello como for dirreito., /

E que dizees que os rendeiros que tem arremidados os dinheiros que a Jfamte ha em essa villa demandem ora nouamente aos mercadores E uinhateiros que em ella compram Vinhos E os trazem a esta cidade que lhes paguem portagem delles quamds os / tirom da decta villa, E os trajem a esta cidade a qual portagem nunca foy leuada, nem demandada, em tempo dos Senhores passados / cuja a decta villa e terra foy o que ssentjs que o poboo Recebe grande perda pedindo nos por merece que mandasemos que tall / por[ta]jem nom seja leuada aos moradores da decta cidade quando os dectos Vinhos comprarem E tirarem da decta villa, poes / sse nunca pagou E sse custume come se sempre custumou.,

A Este Responemos que nom auemos por bem Vos sserem feitas taaes ennuoações E Mandamos que sse faça / como sse ssempr fez E se uos algū agauo for feito tomaae estrumento com rreposta, E aueres desembargo., //

Quanto ao que dizees que ora nouamente, he feito hū grande agrauo pello almoxarife da Jfamte em a decta Villa, aos moradores della / E termo que teem herdades E no decto rregemgo E o dicto almoxarife mandar tomar esta nouidade pasada a cada hū laurador hū / feixe de trigo e outro de ceuada, de suas herdades amte que fossem acarretadas, aas eiras E os māndou debulhar per ssy E mandou E costran/gueo os dectos lauradores a que os dectos feixes foram tomados que per aquella guisa, que aquelles feixes rremderom rrespondessem / per todos os outros o que nunca foy no dicto + feito no + rregengo em nehū tempo,, Pedindo nos por

merece que mandemos que tall enno/uaçom E ssogeicom nos nom seja fecta E que sse arrecade o direito que aa decta Jfamte perteemce d auer do decto rregengo / pella guissa que sse ssempr husou E custumou., /

A esto rresponemos que nom auemos por bem vos sser feita ennuoação do que sse ssempr fez amtiigamente E mandamos que sse fa/ça daqui en diamte como sse ssempr custumou., //

Dos quaees capitollos o decto procurador nos pedio por merece que lhe mandasemos dar o trellado delles com Nosa Reposta / E porquanto sse entendiam delles d ajudar E visto per nos sse Requerimento mandamo lhos dar em esta folha espritos / E Porem mandamos A todollos Corregedores Juizes e justicas E pessoas a que esto perteemcer, que lhee compram e guar/dem E façam bem conpir e guardar em todos os dectos capitollos ssegundo he., contheudo nas rrepostas Sem / outro enbarguo que lhe hūs [e] outros a elle ponhaes E all nom façades

dada em lixboa xxix dias de marzo diogo / lopez a fez amo [sic] do noso Senhor Jesū christo de mij iij^c Lb annos., //

NOTA: Em titulo a vermelho lē-se: "A villa d almada Capitollos especiaees hūs / Responde el Rej que nam ha por bem lhes ser fecta a ennuo [cam] / que o almoxarife da jfamte fazija em arrendar o verde do / Regemgo que hy tem e o fazer coymeiro e māndou que se vsasse / Como se sempre custumou e cetera e outros capitulos necessaryos.. //".

documento

3

1463, 22 de Junho, Lisboa — Carta de D. Afonso V, nomeando Pero de Almada, juiz das sisas da vila de Almada

(A.N.T.T. — Chancelaria de D. Afonso V, livro 9, fl. 94, r.)

Dom Affonso etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça [e] merce a Pero dAlmadaā, criado de Gomez Eanes da Zurara nosso caualeiro e comendador do Pinheiro Grande e da Granja, nosso canonista e guarda moor da torre do nosso tombo desta cidade, teemos por bem e damollo por juiz das nossas sisas da dita vila dAlmadaā asi e per a guisa que o era Aluaro Fernandez seu pay que o dito oficio tijnha per

nossa carta e o renunciou em nossas maões que o desemos a quem nosa merce fose. E porem mandamos ao noso contador da dita comarqua e aos rendeiros etc. carta em forma. E esto pollo do dito Gomez Eanes que nolo por ele pedio. Dada em Lixboa xxix dias de Junho. EIRey o mandou per Lopo dAlmeida do seu conselho e vedor da sua fazenda. Joham Roiz a fez, ano de noso Senhor Jhesu Christo de mil iij^c Ixiiij.

documento

4

1463, 23 de Junho, Lisboa — Carta de D. Afonso V, nomeando Pero de Almada, alcaide e meirinho dos ourivezeiros da Adiça

(A.N.T.T. — Chancelaria de D. Afonso V, livro 9, fl. 94, r.)

Dom Affonso etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos [saber] que nos querendo fazer graça e merce a Pero dAlmadaā criado de Gomez Eanes da Zurara etc. teemos por bem e damollo por alcaide e meirinho dos nossos ourivezeiros dAdiça asi e per que o era Aluaro Fernandez seu pay que o dito oficio tijnha per nosa carta e se ora finou. E porem mandamos aos juizes da dita Adiça e mestres dela e a outros quaaes quer oficiaees e pessoas a que o conhecimento desto pertençer que o leixem prender em Almadaā e em outros lugares todos aqueles mestreiares que lauram e forem theudos laurar no dito serviço, que lhe per eles ditos juizes e mestres for mandado, de que eles ham jurisdiçom segundo seus priuilegios, e assi outros quaeaesquer que lhes for per eles

mandado, e mandamos que ele dito Pero dAlmadaā aja todas liberdades e priuilegios como cada hū dos outros ourivezeiros, e elle nos pagara em cada hū ano de foro e tributo duas coroas douro velhas segundo nos ham de pagar os outros ourivezeiros que tem os moores priuilegios e he contheudo em huña nosa carta que elles delo tem de que cada hū nos deue de paguar, e a primeira pagua nos fara por dia de sam Joham Baptista que vijnra de iij^c Ixiiij. E asi em cada huña ano em quanto tal carreguo teuer. O quall Pero dAlmadaā jurou em a nosa chancelaria etc. carta em forma. dada em Lixboa xxij dias de Junho. EIRey o mandou per o dito Lopo dAlmeida. Joham Roiz a fez, ano de nosso senhor Jhesu Christo de mill e iij^c Ixiiij.

IGREJA DE STA. MARIA DO CASTELO

novos dados para o seu conhecimento

Por Luís Barros (*)

O facto da Igreja de Sta. Maria do Castelo ter sido um dos mais importantes templos de Almada, aliado ainda à fatalidade da sua completa destruição pelo terramoto de 1755, tem levado alguns historiadores almadenses a tecer considerações sobre a mesma, nem sempre com fundamento.

Um dos mais vulgares erros dos diversos autores tem sido o de querer localizar esta igreja dentro das muralhas do Castelo e isto devido ao nome popular porque era conhecida — Santa Maria do Castelo — ainda que o seu orago e real nome fosse N.^a Sr.^a da Assunção.

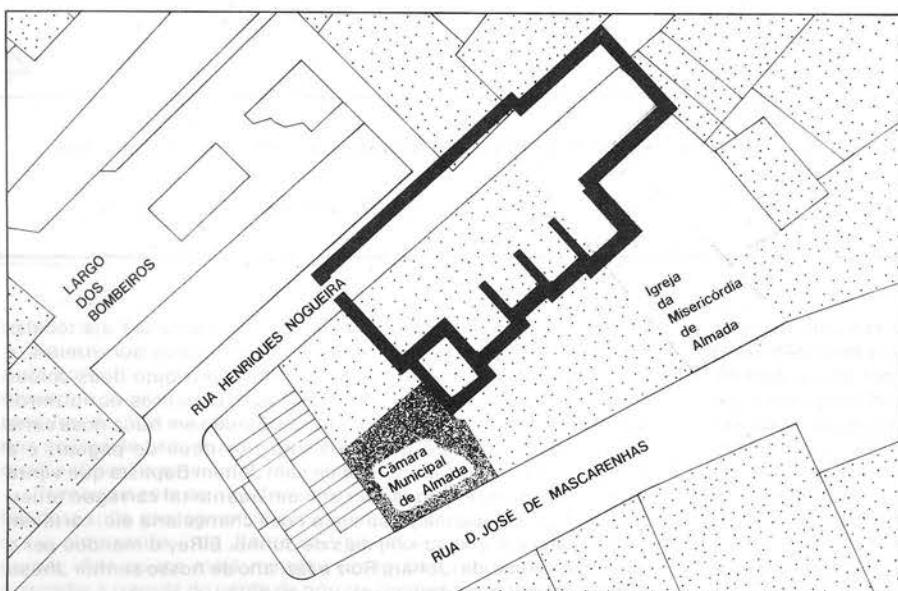
Apesar da localização da igreja não ser ainda caso encerrado, o facto é que os dados actualmente disponíveis apontam para uma situação próximo do edifício dos Paços do Concelho, construído exactamente 40 anos após o terramoto (sobre esta hipótese veja-se artigo de Raul Pereira de Sousa no n.^o 3 desta revista, págs. 21 a 24). De qualquer modo, o conhecimento que temos desta igreja é um pouco empírico ou baseado em documentos avulsos.

Tentando obviar esse facto, decidimos publicar parte de um documento da Ordem de S. Tiago existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que trata da visitação das igrejas de Almada, efectuada em 1527. Tendo em conta as características desta revista e a necessidade de tornar acessível a todos os leitores um texto do século XVI, optou-se por uma adaptação a português corrente, sem grandes preocupações pelo respeito das normas paleográficas. Respeitou-se integralmente o texto, não se retirando qualquer palavra, apenas "traduzindo" os termos menos comprehensíveis.

As letras maiúsculas que inserimos a negro permitem uma melhor leitura da planta apresentada em anexo. Na sua feitura, por aproximação, fez-se equivaler uma vara de cinco palmos a 1,10 metros.

(*) Membro do CAA.

A negro, localização provável da Igreja de Sta. Maria do Castelo, assinalando-se ainda as zonas onde já se realizaram intervenções arqueológicas — Igreja da Misericórdia (1982/83) e Paços do Concelho de Almada (1984).



Visitação da dita Igreja

— Quisemos visitar o sacrário e achamos que o não havia assim por nós demos a isso perversão segundo adiante faz menção nas determinações particulares.

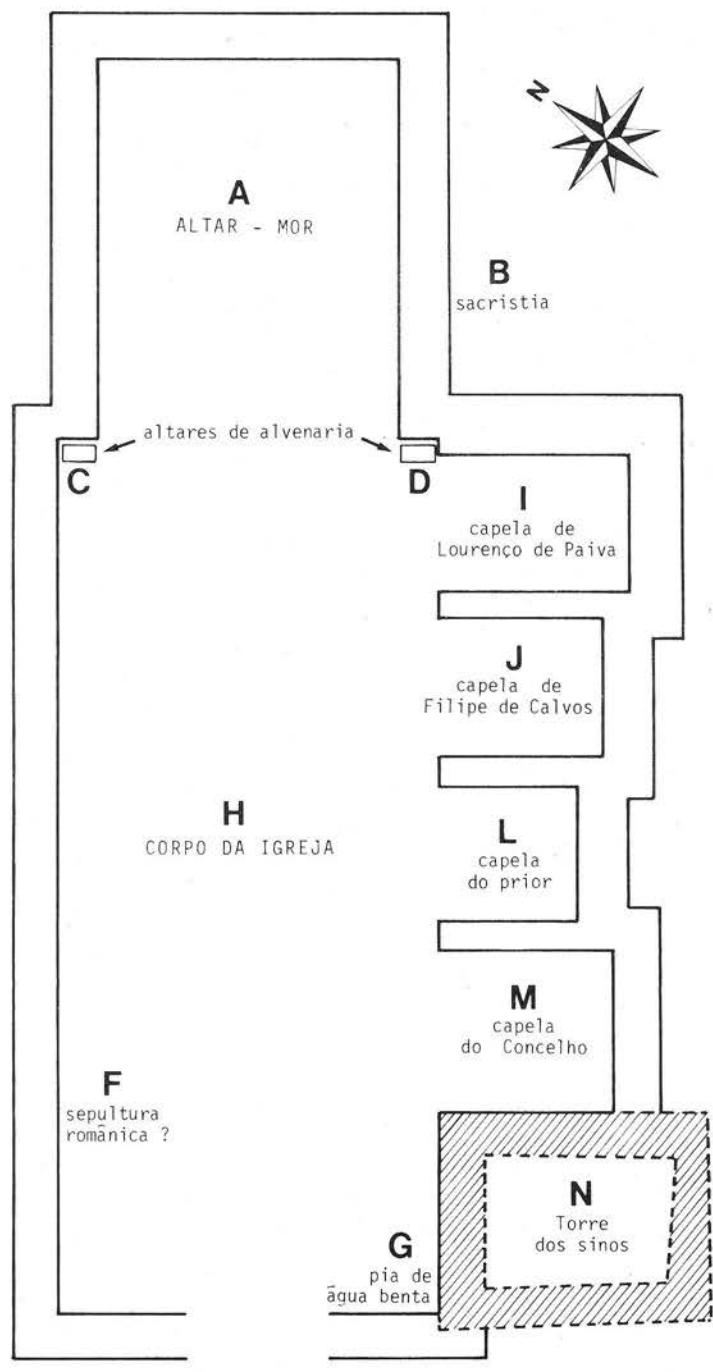
— E logo visitámos a óstia da dita Igreja assim o altar-mór (A) o qual é de uma laje sobre pinos de pedra e tem três degraus de pedraria e em cima dele está uma imagem de N.^a Sr.^a de vulto de pau com o Menino Jesus no colo, e um retábulo pequeno de Santa Ana de imaginária, todo dourado e são as paredes da dita capela-mór de pedra e cal e o tecto de cima é forrado de bordos muito bem dobrados e ante o dito altar-mór está uma lâmpada com sua bacia de arame. E nesta capela-mór, em cima dos degraus do altar, na mão direita estão uns órgãos pequenos metidos em sua caixa de pau. Tem a dita capela de comprido sete varas e de largo cinco varas e meia.

— E agora se faz uma sacristia (B) que está com as paredes engalgadas de pedra e cal, pegada na parede da dita capela da parte do Sul, e por ainda não ter portas a Igreja se não mediu.

— E o corpo da dita Igreja assim o arco do cruzeiro é de pedraria e na parede do cruzeiro da banda do Norte está um altar de alvenaria (C) com seu degrau de pedraria e encima dele está um retábulo de matiz bom com a imagem de S. Pedro... de cuja invocação é o dito altar com as imagens de S. Bento e S. Paulo e da Madalena e S. Francisco... o dito retábulo estão outras imagens de Santos e uma imagem pequena de N.^a Sr.^a de vulto de pau com o Menino Jesus no colo. E da outra parte está outro altar de alvenaria (D) com seu degrau de pedraria da invocação dos Reis Magos e em cima dele está um retábulo em que está pintada a história dos ditos Reis Magos e as paredes do corpo da dita Igreja são de pedra e cal com a face de dentro de pedraria alugares até meia parede com o tecto de cima é de abóbada de pedraria com o arco da porta principal é de pedraria com suas portas novas e boas de bordos com seus degraus de pedraria para a Igreja que se agora fazem.

E junto com a dita porta principal a banda do Evangelho está uma capelinha (E) de abóbada de pedraria com seu arco de pedraria para a pia de Baptizar. A qual pia se agora faz. E na parede da dita Igreja da parte do Norte está uma sepultura (F) de pedraria muito bem lavrada, obra romana metida na dita parede em que jaz Eitor Moniz Perdigão e há na dita Igreja uma pia de pedra de água benta (G) que está à porta na parede da banda do Sul junto ao lado da porta principal e tem de comprido o dito corpo (H) da Igreja dezasseis varas e de largo sete varas segundo foi medido com uma vara marcada de cinco palmos pelos oficiais para isso deputados.

Igreja de Santa Maria do Castelo (tentativa de reconstituição)



Actual torre do edifício dos Paços do Concelho.

NOTA: a irregularidade da parede Sul justificar-se-á talvez pela existência de habitações anteriores à construção da Igreja.



— E na parede da parte do Sul junto com o altar travesso está uma capela (I) com as paredes de pedra e cal com seu arco de pedraria e a abóbada dela é de pedraria e nela está um altar de alvenaria sem retábulo nem ornamento porque agora se faz ainda obra na dita capela a qual por fora é perfilada de grilamba de pedraria. A qual capela é de Lourenço de Paiva que a fez. Tem de comprido três varas e meia e de largo duas varas e meia segundo foi medido pela dita vara.

— E logo abaixo desta capela, na mesma parede está outra capela (J) com as paredes de pedra e cal com seu arco de pedraria e a abóbada dela é de pedraria e nela está um altar de alvenaria com o seu degrau de pedraria e retábulo. A qual capela é por fora perfilada de grilamba de pedraria e é de Filipe de Calvos que a fez e tem de comprido três varas e de largo duas e meia medidas pela dita vara.

— E abaixo desta capela está outra (L) que... prior fez assim as paredes de pedra e cal de abóbada de pedraria e com o seu arco de pedraria muito bem obrado e nela está um altar de alvenaria com seu degrau de pedraria sem mais retábulo porque a obra destas capelas se faz agora juntamente com a obra da dita Igreja. E a dita capela é perfilada por fora de grilamba de pedraria e tem de comprido duas varas e meia e de largo outro tanto segundo foi medido pela dita vara.

— E logo na mesma parede da parte do Sul abaixo da dita capela do prior está outra capela (M) com as paredes de pedra e cal e seu arco de pedraria com o tecto de cima forrado de castanho, a qual capela é do concelho e nela está a Arca dos Sacramentos e tem de comprido três varas e um palmo e de largo três varas.

— E da dita capela vai uma escada de pedraria nova e boa por onde se há-de ir para o dito coro. Vai outra escada pequena de pedraria para uma capela que se fez para o coro a qual é de abóbada de pedraria com seu espelho pequeno de pedraria e por ser pequena se não fez aí o coro. E da dita capela vai uma escada de carvalho e de pedraria nova e boa com seu portal de pedraria para a Torre dos synos (N) a qual Torre tem as paredes da boca de pedraria alta e boa perfilada ao redor com grilambas de pedraria e a abóbada dela é de alvenaria e tem quatro janelas de pedraria para os sinos e na dita torre estão agora dois sinos médios. E em todo o cima da torre está um campanário pequeno em que se há-de pôr uma campainha pequena e agora está em baixo na torre com os sinos.

— O adro da dita Igreja está demarcado com marcos de pedra e tem de Norte ao Sul quarenta varas e meia e de levante ao poente quarenta e oito varas e meia, segundo foi visto e medido pelos oficiais para isso deputados e uma vara marcada de cinco palmos.

CRONOLOGIA

por Luis Barros

1589

14/1 — Domingos Dias, morador em Cacilhas, é nomeado para o ofício de escrivão, feitor e contador dos gados no porto de Cassilhas⁽¹⁾.

1593

Rui Gonçalves da Câmara, primeiro conde de Vila Franca, compra à Coroa os direitos tributários das terras reguengueiras⁽²⁾.

1598

7/6 — Pero da Costa é nomeado alcaide da vila de Almada por mais três anos⁽¹⁾.

1599

23/11 — Francisco Grisante, cavaleiro da Ordem de S. Tiago, é nomeado para servir de Juiz dos Direitos Reais por mais dois anos⁽¹⁾.

Manuel de Sousa Coutinho lança fogo à sua residência em Almada⁽²⁾.

1614

22/3 — Morre Francisco de Andrade, cronista-mor do reino, e fica sepultado na sua capela na Igreja de Sta. Maria do Castelo⁽³⁾.

1616

1/7 — É confirmada a confraria de N.^a Sr.^a da Piedade, sita na ermida de S. Sião⁽¹⁾.

1619

30/3 — Provisão do Arcebispo D. Miguel de Castro para que se celebrasse missa na ermida de N.^a Sr.^a dos Remédios, em Mafacém⁽⁴⁾.

1620

8/2 — D. Luís de Lima, filho maior do Visconde de Vila Nova de Cerveira, casado com aprovação régia com D.^a Vitória de Borbom, dama da princesa, foi distinguido com o título de Conde da Villa de Arcos de Valdevez, por motivo do casamento⁽¹⁾.

1622

15/12 — Morre Mateus Gonçalves, cantor e tangedor do órgão de N.^a Sr.^a. É enterrado na Igreja de Sta. Maria do Castelo⁽³⁾.

1623

Morre com fama de santo o eremita do Convento da Rosa, Frei Domingos da Caridade⁽⁴⁾.

1635

12/5 — Uma negra que morreu no Hospital da Misericórdia é enterrada no adro da Igreja de S. Tiago⁽³⁾.

1636

21/2 — Um escravo de Pedro Antunes da Costa, vedor de D. João, é enterrado no adro da Igreja de S. Tiago⁽³⁾.

28/9 — Elvira Inocente, filha de Francisco de Campos e de D.^a Maria Cabral, foi a primeira a ser enterrada no carreiro da Capela do Santíssimo Sacramento que é do seu avô, o Dr. Julião de Campos — S. Tiago⁽³⁾.

1639

6/6 — Fradique Lopes, fidalgo da casa do Duque de Bragança e cavaleiro do Hábito de Cristo, morreu de uma estocada que lhe deram numa briga. Foi sepultado no altar-mor, junto à porta da sacristia, em S. Tiago⁽³⁾.

1640

26/6 — Luís Alvares, porteiro do Duque de Bragança em Vila Viçosa, morreu de um cão danado o morder. Depois de 30 dias recebeu o mal e só durou 24 horas. S. Tiago⁽³⁾.

2/12 — o castelo de Almada e a fortaleza da Torre Velha rendem-se a D. Álvaro Abranches da Câmara⁽²⁾.

O povo da Caparica despedeça as armas de Castela que abusivamente se encontravam nas muralhas da Torre Velha⁽⁴⁾.

1641

20/3 — D. João IV confirma à Câmara de Almada os privilégios anteriormente dados⁽⁵⁾.

9/5 — É nomeado sargento-mor da vila de Almada o capitão João Carrilho Rotulo⁽¹⁾.

Os artilheiros de Almada são considerados força de confiança da revolução e recomendados para guarnecer S. Julião da Barra⁽²⁾.

1646

13/10 — D. João IV decreta a construção da Torre do Bugio, segundo o projecto de Frei João Turriano⁽⁴⁾.

1648

7/9 — Jerónimo Brandão de Lima, filho de Miguel Brandão, torna-se administrador

da Capela instituída pelo padre Vicente Anes Froes, chamada de S. Silvestre, na Igreja de S. Miguel de Alcaniça⁽¹⁾.

1655

22/2 — Luís Monteiro, sapateiro d'el-rei, foi sepultado em Sta. Maria do Castelo⁽³⁾.

1660

Morre D. Álvaro Abranches da Câmara, um dos vultos da revolução de 1640, que por sua vontade é enterrado de pé na Igreja de S. Paulo⁽²⁾.

1668/1706

Construção do Forte da Vigia, do Forte da Trafaria e da Fonta da Pipa⁽²⁾

1669

Morre em Almada Diogo Paiva de Andrade⁽²⁾.

7/5 — Vítorio Zagalo Preto, natural de Caparica, Almirante das Frotas do Brasil e vencedor das batalhas navais contra os holandeses, funda um vínculo de capela no sítio do Ribeiro⁽⁴⁾.

1673

Sentença para os moradores da freguesia de N.^a Sr.^a do Monte São da Amora não serem obrigados a ir às procissões e festas de Almada⁽⁶⁾.

1676

21/11 — Breve de Inocêncio XI pela qual concede indulgências para as missas de finados na Igreja de Sta. Maria da Rosa, em Almada⁽¹⁾.

1689

15/4 — É concedido ao Convento de N.^a Sr.^a da Assunção da Congregação dos Agostinhos Descalços do lugar da Sobreda um pedaço de terra baldio para alargar o Convento⁽¹⁾.

27/9 — São feitas obras na Fonte da Pipa à custa das obras reais⁽¹⁾.

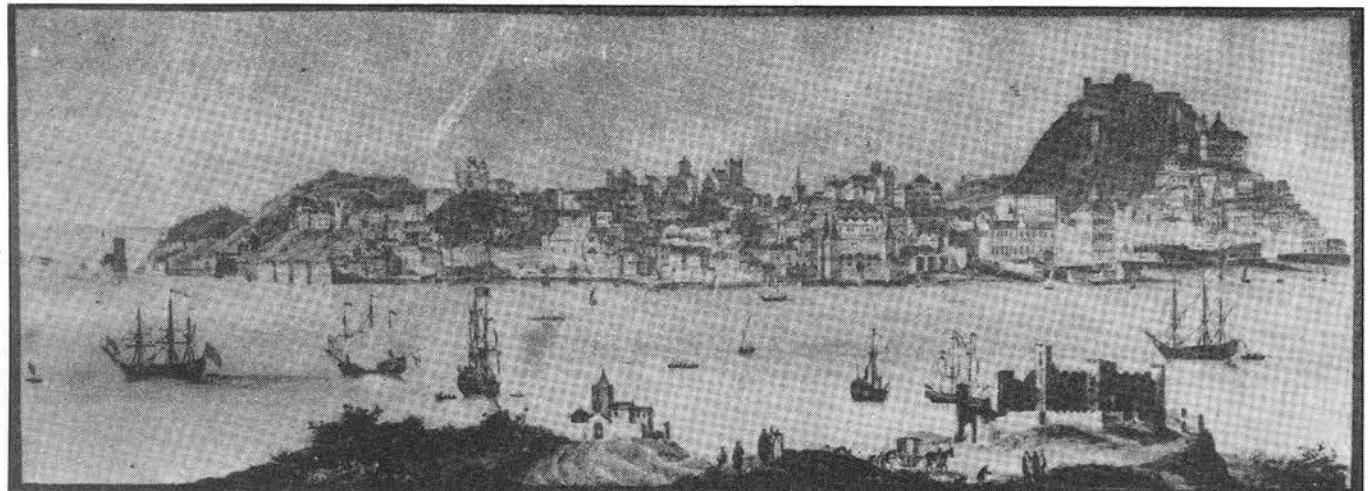
5/11 — O povo e oficiais da Câmara solicitam a el-rei para que se façam obras na Igreja de S. Sebastião que se encontrava danificada e quase arruinada. Foram orçamentados 66.000 reis para obras do carpinteiro e do pedreiro e 38.750 reis para os ornamentos⁽¹⁾.

1695

20/12 — Estabelece-se na Trafaria um "Lazareto" para as Quarentenas⁽²⁾.

1702

30/3 — Breve de Clemente XI pelo qual concede indulgências para as missas de finados na Igreja de S. Paulo dos frades da Ordem dos Pregadores, em Almada⁽¹⁾.



1707

1/8 — A Quinta do Alfeite é doada ao Infante D. Francisco.

1721

Bula de Inocêncio XIII, EX PARTE DILECTI FILLI, dirigida ao oficial da curia episcopal de Lisboa, ordenando que seja executada a assinatura dada por Agostinho Pipia, geral da Ordem de S. Domingos, para que o religioso da mesma Ordem Miguel da Silveira vá habitar o Convento de S. Paulo, na vila de Almada⁽¹⁾.

1726

D. Tomás de Almeida, primeiro patriarca de Lisboa, concede licença para a edificação da Igreja Matriz do Seixal⁽⁶⁾.

1732

2/8 — Nasce na Qta. da Torre D. Francisco Xavier de Noronha, Tenente-General que comandou os granadeiros portugueses na guerra de Rossillon e foi valoroso defensor da Praça de Elvas contra os ataques espanhóis⁽⁵⁾.

O Concelho de Almada tem cerca de 7.000 habitantes⁽²⁾.

1733

27/3 — Provisão do Prior e Religiosos do Convento de S. Paulo para que sejam providos de carne e peixe depois da governança da vila de Almada⁽¹⁾.

1736

Construção do Fontanário Monumental da "Fonte da Pipa", que é pago pelo povo⁽²⁾.

1745

4/10 — É constituído um morgado na Sobreira por Rodrigo de Oliveira Zagalo⁽⁵⁾.

1746

3/11 — Provisão de licença a Luiz Manuel de Azevedo e Sá Coutinho para que possa aforar a quinta chamada da Ramalha e pertença de Morgado⁽¹⁾.

1755

1/11 — Terramoto que provoca a destruição de grande parte das igrejas e casas de habitação. Dezenas de mortos. Desaparece a Igreja Matriz de N.ª Sr.ª do Castelo.

NOTAS

⁽¹⁾ Documentos das Chancelarias de Filipe I, Filipe II, D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V e ainda Bulas e Breves. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁽²⁾ Raúl H. Pereira de Sousa, Cronologia da História de Almada (Ensaio), CMA, 1983.

⁽³⁾ Livros de Óbito das freguesias de S. Tiago, St.º Maria do Castelo e N.ª Sr.ª Do Monte. Arquivo Distrital de Setúbal.

⁽⁴⁾ Conde dos Arcos, Caparica Através dos Séculos, CMA, 1973.

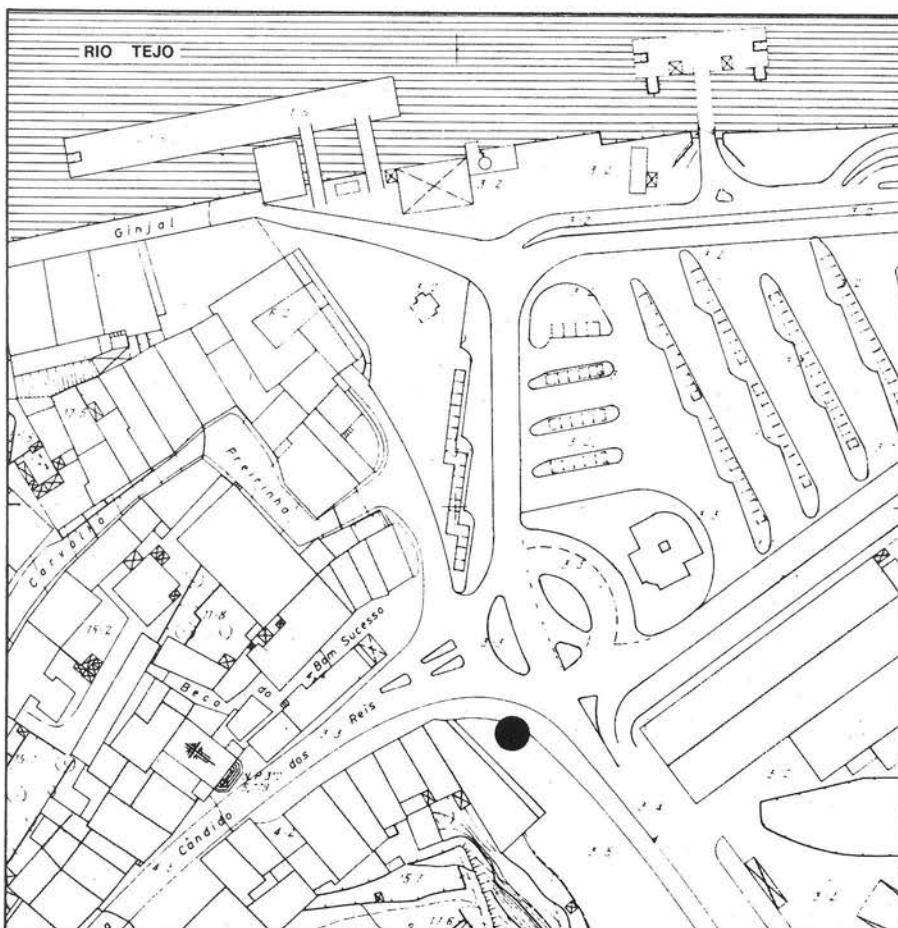
⁽⁵⁾ Duarte Joaquim Vieira Júnior, Vila e Termo de Almada, 1896.

⁽⁶⁾ António Nabais, História do Concelho do Seixal — Cronologia. CMS, 1982.

FÁBRICA DE SALGA DE PEIXE EM CACILHAS

achegas para o seu conhecimento

por Luís Barros (*)
e Clementino Amaro (**)



No decorrer de obras de substituição de condutas de água e esgoto efectuadas em 1981, foram encontrados em Cacilhas vestígios de ocupação datando de diversas épocas, com especial relevo para os da época romana, constituídos por um complexo industrial de salga de peixe⁽¹⁾.

A urgência em proceder à substituição das condutas e utilizar o espaço para terminal rodoviário, a falta de mão-de-obra e as condições climatéricas adversas (a chuva alagou periodicamente os tanques e as valas) inviabilizaram um trabalho sistemático, tendo sido apenas possível proceder ao levantamento topográfico das estruturas e recolher algum espólio que permitiu datar com maior precisão os vestígios encontrados.

Cacilhas:

O ponto negro assinala a localização da fábrica romana de salga de peixe.

(*) Membro do CAA.

(**) Arqueólogo ao serviço do Departamento de Arqueologia do IPPC.

Como resultado da intervenção foram detectados vários níveis de ocupação do local. O primeiro deles (séculos XIX/XX) corresponde aos estabelecimentos comerciais e residências demolidas aquando da construção da estrada marginal entre Cacilhas e a Cova da Piedade. Destas construções foram postas à vista algumas paredes que se sobreponham às cetárias e ainda o pavimento de um armazém de azeite. Este pavimento, constituído por grandes lajes de calcário, possuía uma abertura sob a qual se encontrava uma talha de barro utilizada para o aproveitamento do azeite vertido no chão. Correspondendo ainda à ocupação do século XIX, apareceram nas valas abertas pelas máquinas restos de canalizações de caixa de pedra, já sem função, onde se recolheu uma quantidade razoável de moedas com datas compreendidas entre 1886 e 1947. As datas das moedas devem corresponder sensivelmente ao período de funcionamento destes esgotos.

O segundo nível identificado, constituído por entulhos diversos de onde se destacam azulejos azuis e brancos com elementos vegetalistas da 1.^a metade do século XVIII, corresponde às destruições provocadas pelo terremoto de 1755.

Um outro nível contendo cerâmica comum diversa, uma candeia e ainda um pequeno conjunto de centis de D. Afonso V, D. Manuel e D. João III, corresponde à fase de ocupação dos séculos XV e XVI.

Os outros níveis detectados nas valas correspondem à ocupação romana do local, exceptuando-se alguns escassos materiais encontrados nos níveis mais profundos e que apontam para a Idade do Ferro.

No interior das cetárias não foi encontrado nenhum espólio significativo da época romana, o que parece indicar uma ocupação continuada do local e das estruturas fabris, provavelmente para habitação. Prova disto é a existência nos cantos de algumas cetárias de vestígios de fogo e, nalguns casos, carvões e cerâmicas pintadas da época Árabe.

Do espólio romano descoberto nas valas merece referência especial um bordo de ânfora Dressel 1b (período republicano).

A continuação das obras de colocação de condutas para a Rua Cândido dos Reis foi importante já que nos permitiu recolher grande quantidade de espólio da época romana, de que destacamos um fragmento de orla e disco de uma lucerna decorada com a cabeça de um gladiador (dado tratar-se de um fragmento muito pequeno, díamo-lo do séc. I a.n.e., sem mais precisão).

De referir ainda um fragmento de bordo e parede de "terra sigillata" itálica (forma Goudineau 42), decorada com falsa asa em espiral, bem como um fragmento de taça em "paredes finas" (forma XXXVII), com decoração arenosa em ambos os lados⁽¹⁾.

Constata-se, portanto, em consequência dos trabalhos mais recentes

efectuados no estuário do Tejo — a presença nesta região de estabelecimentos fabris de salga de peixe (Cacilhas e Casa dos Bicos), e de centros produtores de vasilhame utilizado na mesma indústria (Benavente, Alcochete e Corroios).

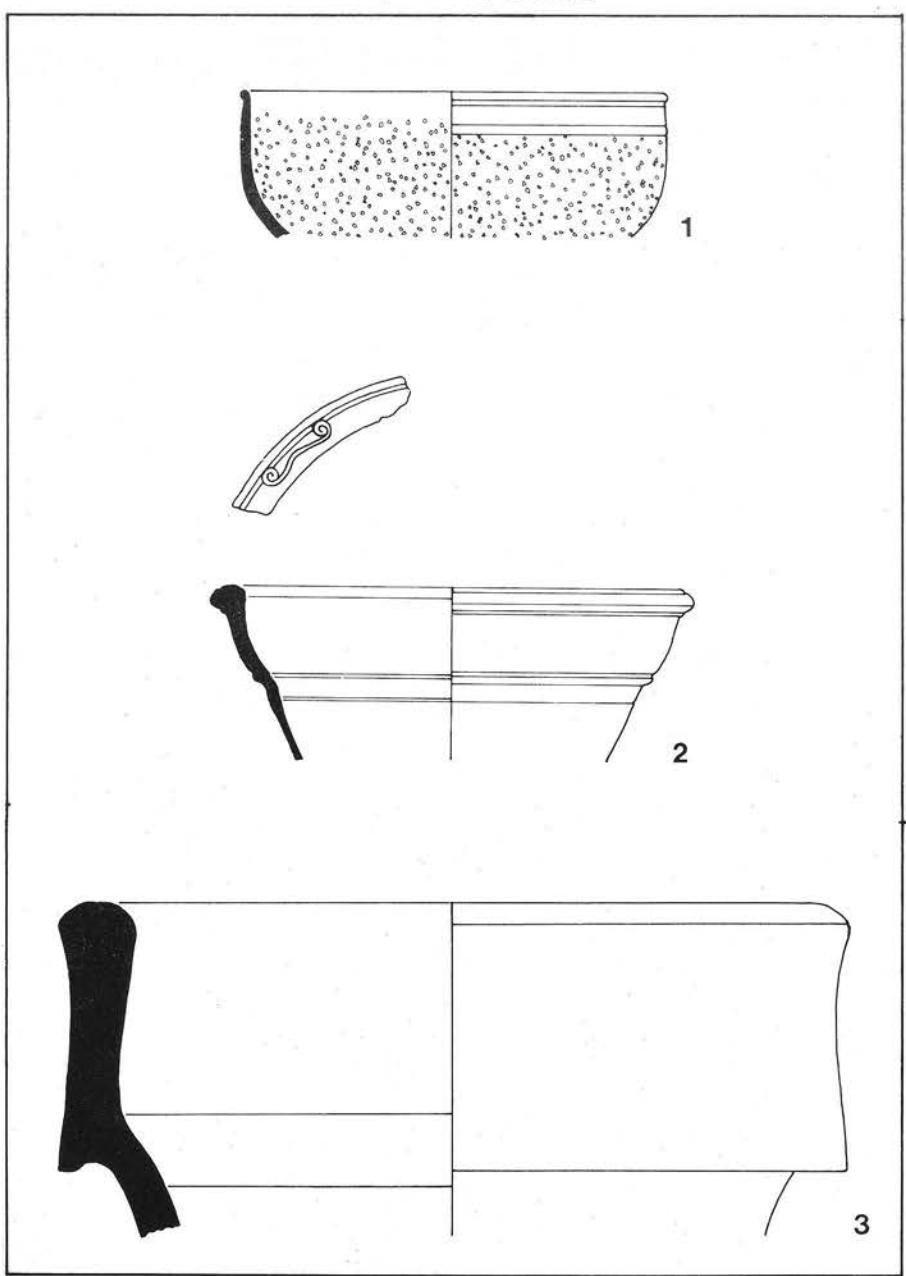
Conhecer o tipo de relações que terão ocorrido entre os centros produtores e a indústria de salga, comparando-as com uma realidade afim, já estudada para o estuário do Sado, é um dos objectivos de um projecto que este ano se inicia com a escavação dos fornos de Alcochete e que se irá prolongar, numa primeira fase, até 1987 com trabalhos previstos para Cacilhas (1986) e Quinta de S. João da Arrentela (1987).

NOTAS:

⁽¹⁾ Sobre este tema veja-se também "Cacilhas — uma experiência de arqueologia urbana", in "al-madan" N.º 0, pp. 34 e 35.

⁽²⁾ A descrição e o desenho dos materiais apresentados foi realizada por Luís Baltazar.

- 1 – Taça em paredes finas com decoração arenosa em ambos os lados.
- 2 – Fragmento de bordo de "terra sigillata" decorada com falsa asa em espiral.
- 3 – Bordo de ânfora republicana (Dressel 1 b)



EVOLUÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE ALMADA (SÉCULOS XIV A XVIII)



por Raul Pereira de Sousa ()*

Os documentos disponíveis para identificar a evolução da vila de Almada em épocas anteriores ao século XVII são muito escassos. Admitimos que, no futuro, uma melhor exploração dos documentos existentes e o prosseguimento dos trabalhos de arqueologia urbana permitam um melhor conhecimento de Almada através dos séculos. O presente trabalho pretende fazer uma primeira abordagem da questão tentando definir os limites de Almada em três períodos: fins dos séculos XIV, XVI e XVIII.

Da Antiguidade ao Domínio Cristão

Nada se sabe, por enquanto, relativamente à fundação da vila de Almada e importância que teria anteriormente ao século XII.

Certos indícios permitem suspeitar que a povoação de Almada já existia durante o domínio romano e há provas seguras de povoamento nos arredores da antiga vila muito anteriores à dominação romana.

Infelizmente ainda se não encontrou em todo o concelho qualquer inscrição árabe ou romana e o mais antigo documento escrito que se refere a Almada é devido ao geógrafo árabe Edrisi, datável da primeira metade do século XII, que pouco nos diz além de que a vila tinha um castelo a que chama Hosnel-Madan, a "fortaleza da mina" (1).

Situada num dos vértices do triângulo estratégico das antigas vilas da península da Arrábida — Almada, Sesimbra e Palmela — todas dotadas de castelos árabes e lugares de apoio na passagem para Lisboa, é de presumir que tivesse uma relativa importância, podendo imaginar-se sem grande erro uma pequena vila com algumas centenas de habitantes e, exterior a ela, um número considerável de quintas, vivendo os seus habitantes a relativa segurança de, até ao século XII, as guerras da reconquista ficarem pela linha do Mondego.

É no entanto de crer que, a partir do séc. XII, se iniciou na vila e arredores um processo de despovoamento.

O cerco e tentativa da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques se não alcançou resultados quanto ao objetivo principal teve como saldo o saque dos arredores de Lisboa e, mesmo que Almada não fosse atingida, o que é duvidoso, a pressão militar deve ter concorrido para um certo êxodo.

Também grave foi a conquista de Santarém, posição forte dos árabes tida por inexpugnável; sabe-se que a sua queda contribuiu para o despovoamento da região.

Quando do cerco de Lisboa em 1147, muitos nobres mouros de Santarém, Sintra, Almada e outros lugares haviam-se acolhido à protecção de Lisboa, outra cidade considerada inexpugnável.

Mesmo que tenhamos por exagerados os números citados pelo cruzado Osberno relativos a mortes e prisioneiros que fizera a expedição de Sahero D'Archelles sobre Almada (2) é bem de crer que em 1147 a vila ficasse pouco menos do que despovoada e naturalmente diminuída de muitas casas, uma vez que o fogo era forma corrente de represália — e de uma expedição de represália se tratava.

A partir de 1147 sucedem-se ainda mais duas reconquistas mouras e duas cristãs, só se tornando o domínio cristão definitivo cerca de 1195. Com tudo isto temos boas razões para crer que a população e até as habitações se tivessem reduzido muito na vila e seu termo.

A concessão da carta de alforria aos Mouros (D. Afonso Henriques, 1171, com confirmação posterior) exprime a necessidade de repovoar Lisboa e vilas próximas; no primeiro foral (D. Sancho I, 1190) e nas sucessivas confirmações de privilégios regulando sempre os direitos de Almada pelos disfrutados na cidade de Lisboa, transparece o mesmo esforço de repovoamento.

Almada nos fins do séc. XIV

Entre a citação de Edrisi, escrita na primeira metade do século XII, e o tombo dos bens da casa dos Gafos de Cacilhas ou Albergaria de S. Lázaro, mandado fazer por Nuno Álvares Pereira em 1418 (3), a documentação que conhecemos é pouco elucidativa.

As pesquisas arqueológicas efectuadas na área da antiga vila são muito limitadas e assim, o traçado dos limites da vila em fins do século XIV, tal como o apresentamos, é apenas conjectural.

Sabemos pela análise retrospectiva da evolução da vila que a sua expansão se processou a partir de um pequeno núcleo encaixado no vale, a que chamamos da Boca do Vento, por corresponder ao talvegue que tem essa desembocadura. Essa expansão verificou-se sempre com predominância no sentido Leste-Oeste, ao longo da principal via de comunicações da região.

Este vale era sítio favorável para implantação do núcleo inicial da vila: bem abrigado dos ventos, desde que não muito próximo da arriba, com um declive propício a um rápido escoamento de águas pluviais mas não tão acentuado que dificultasse ou onerasse muito a construção de casas, satisfazia perfeitamente às exigências de uma povoação medieval.

Para além deste conhecimento, podemos colher alguns indícios quanto aos limites extremos da vila. Assim, em 1423, a vereação passou a reunir em "novo sítio" (3), nas traseiras da igreja de Santiago, junto à "rua da lágua" (a actual rua Rodrigues de Freitas). Isto permite supor que a expansão para leste, para a "alta" da vila, atingira ou ultrapassara este ponto em fins do século XII.

Por poente o limite deveria situar-se perto da praça velha, de que ouvimos falar no século XVII (4). Admitimos que o limite fosse a confluência entre as ruas de Bernardo Francisco da Costa e da Sociedade Incrível Almadense. A praça velha (Largo José Alaiáz), dada a configuração do terreno e a ocupação provável nos séculos XV-XVII, podia ser no séc. XV o rossio da vila, ficando como era natural exterior a ela e contíguo à cerca.

Pelo talvegue a que fizemos refeo da Boca do Vento, passava o "regó", nome dado às regueiras de águas que rência, serviam aos despejos de imundícies. Era assim noutras vilas e cidades e também aí corriam a céu aberto. Mais tarde foram sendo tapados: em Lisboa consta que um deles foi coberto no reinado de D. Afonso V.

Em Almada o "regó" passava pela rua Latino Coelho e pelo largo das Vítimas de 26 de Agosto, que até ao nosso século se chamaram do "Passa-Rego".

As povoações medievais eram geralmente rodeadas de muro ou cerca. A primeira notícia de muro ou cerca em Almada data de 1373 (5). Neste ano, D. Fernando, mandou "cercar" várias vilas e cidades entre as quais Almada.

Tratava-se muito provavelmente de renovar ou complementar quaisquer antigos muros. Os almadenses, no entanto, não foram expeditos na tarefa porquanto em 1374 foi emitida uma determinação prorrogando por um ano o prazo para acabamento dos muros da cerca mas cometendo sanções aos habitantes de Almada caso o trabalho não fosse concluído (6).

A medida estava integrada nas providências de defesa contra Castela, de onde a urgência.

Tinham no entanto os almadenses uma boa razão para atrasos, que nós saibamos: haviam colaborado na construção das muralhas de Lisboa e de certo nisso haviam gasto tempo e mão-de-obra importante para a economia de uma pequena vila.

A cerca era aliás uma construção modesta e, talvez por isso, não lhe viam utilidade os almadenses. Cerca e Castelo deviam estar completados e em bom estado em 1384 quando os Castelhanos tomaram Almada mas, enquanto o Castelo se comportou bem, a cerca foi transposta sem qualquer dificuldade, primeiro pelos Castelhanos, depois por Nuno Álvares Pereira no seu assalto de surpresa que forçou os Castelhanos a buscar um apressado refúgio no castelo.

Fernão Lopes (7), diz que Almada "não tinha castelo nem alcaide", o que só se entende se se estiver a chamar castelo a uma cerca acastelada, um muro alto e sólido, ameiado e franeado por torres.

Não era pois esta primeira cerca conhecida de Almada mais que um muro com algumas fracas portas. Nuno Álvares Pereira forçou a "porta descontra Coina" (talvez sobre a actual rua José Fontana) (8).

Como se vê a cerca de Almada nada tem de semelhante à cerca fernandina de Lisboa que resistiu perfeitamente ao assédio Castelhano de 1384 e à qual se deveu nessa altura a conservação da independência.

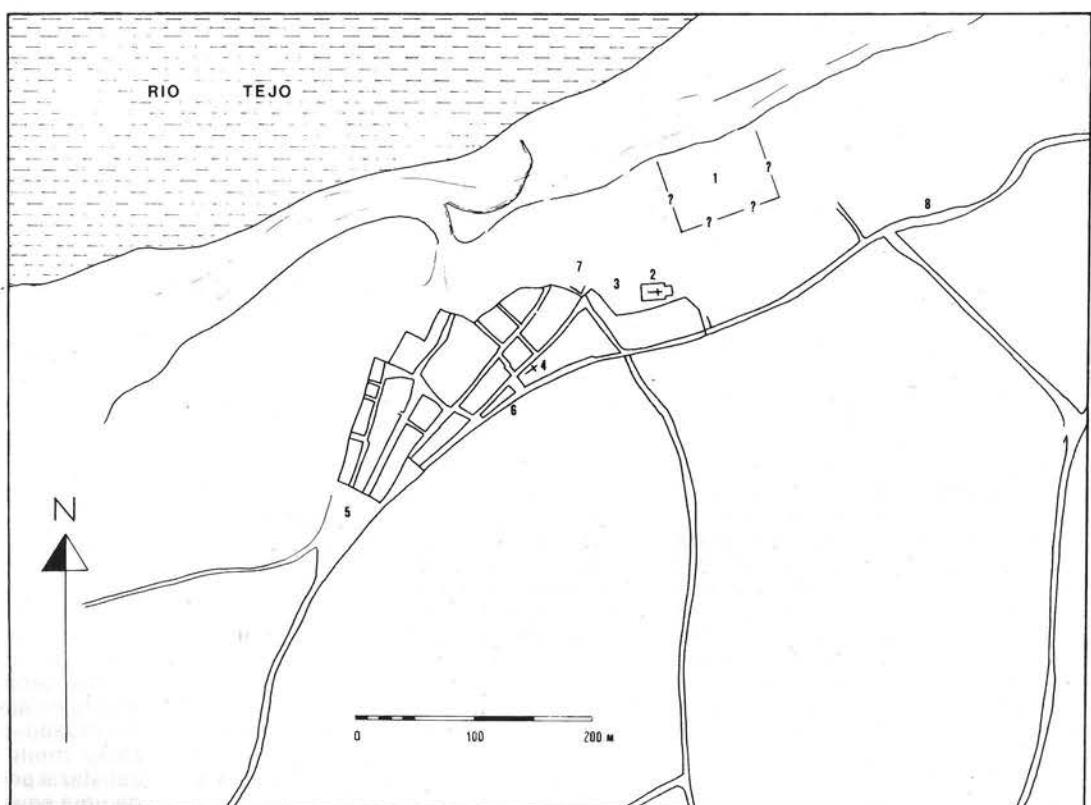
Se nos fosse possível determinar a configuração da cerca acharíamos a dimensão da vila, uma vez que toda a vila deveria estar rodeada por ela. No entanto apenas podemos presumir que, em 1374, não atingia por Leste a proximidade da rua da Lage (Rua Rodrigues de Freitas) pois para este novo sítio se mudou a vereação em 1423 (3). Ficaria talvez pela rua do Castelo, uma vez que na rua Henriques Nogueira se descobriram vestígios de presença no século XIV. Por Oeste deixaria no exterior a Praça Velha (Largo José Alaiáz) que constituiria parte do Rossio da vila. Por Norte supomos ter encontrado um testemunho da cerca num muro ainda existente nas ruas Serpa Pinto e Buhão Pato. Trata-se de um muro muito alto, denunciando preocupações de defesa em lugar bastante exposto por o declive do terreno e deixar em plano inferior. Por Sul o limite natural é constituído pelas ruas que acompanham a crista do terreno, isto é, desde a Pedreira ao largo Luís de Camões, devendo o limite ser este ou linha paralela próxima.

O largo Luís de Camões não existia com a configuração actual, estava muito provavelmente ocupado por um quarteirão de casas em triângulo. A este lugar chamou-se no século XVII Praça Nova, sinal de que correspondia a um novo arranjo do espaço.

No lugar onde hoje está a Câmara ficava a Igreja de Santa Maria, com um adro ainda de dimensão razoável onde se faziam enterros. A ava-

ALMADA NOS SÉCULOS XIV - XV

- 1 — CASTELO
- 2 — IGREJA DE SANTIAGO
- 3 — CEMITÉRIO
- 4 — IGREJA DE SANTA MARIA DO CASTELO
- 5 — ROSSIO DA VILA (?)
- 6 — RUA DIREITA
- 7 — MEIJÃO FRIO (?)
- 8 — PEDREIRA



iliar pelos últimos dados disponíveis, ocupava o adro um dos seguintes espaços (8): o largo dos Bombeiros Voluntários ou parte do largo Luís de Camões. Na rua Direita (rua D. José de Mascarenhas) ficava o Hospital de Santa Maria onde hoje está o Hospital Distrital de Almada e, já extra-muros, a Igreja de Sant'Iago e cemitério circundante.

É por ora tudo o que sabemos ou conjecturamos para a vila de Almada nos fins do século XIV.

Almada em fins do século XVI

Para a avaliação de Almada nos séculos XVI/XVII dispomos de um elemento precioso: uma gravura atribuível a este período (9). A representação é pouco perfeita mas contém um elemento importante principalmente para a datação: a gravura representa a vila vista por um observador colocado a Noroeste da actual praça José Alaíz, assim chamada por antinomia à praça nova (Largo Luís de Camões), de que encontramos referência em princípios do século XVII (10). O limite estaria algures junto à ermida do Espírito Santo que nos parece ser construção do século XVI.

t'Iago — e o Hospital de Santa Maria, junto do qual em 1566 se terminou a Igreja da Misericórdia.

Nesta alta, ao longo da rua direita, tiveram residência algumas das pessoas gradas da vila.

Residiram aqui Afonso Vaz Fogaça, Manuel de Sousa Coutinho e Álvaro Abrançhes da Câmara. Deste último sabe-se o lugar exacto: frente à Igreja da Misericórdia, em casas "grandes com dois pisos, sendo o superior sobreaddado" (10).

Esta referência confirma-nos que, em fins do século XVI já a cerca havia sido transposta embora por Sul houvesse uma íngreme encosta, devendo o seu alinhamento corresponder agora ao das fachadas das novas construções.

Pelo lado Poente, em fins do século XVI ou princípios de XVII, a expansão abrangia já a praça velha (largo José Alaíz), assim chamada por antinomia à praça nova (Largo Luís de Camões), de que encontramos referência em princípios do século XVII (10). O limite estaria algures junto à ermida do Espírito Santo que nos parece ser construção do século XVI.

É provável que, pelo lado Norte, o núcleo inicial da vila — o da Boca do Vento — já houvesse transposto a cerca de 1374.

Este núcleo devia agora ter mais uma rua, aquela que chamamos de Serpa Pinto. No mesmo bairro aparece-nos neste período a designação Rua da Judiaria, decerto porque nela habitavam judeus. Não na sua totalidade, mas tomando o nome por nela existir qualquer grupo de casas consignadas a judeus.

Na transição entre o século XVI e o século XVII supomos que os limites

da vila se desenvolveram deste modo:

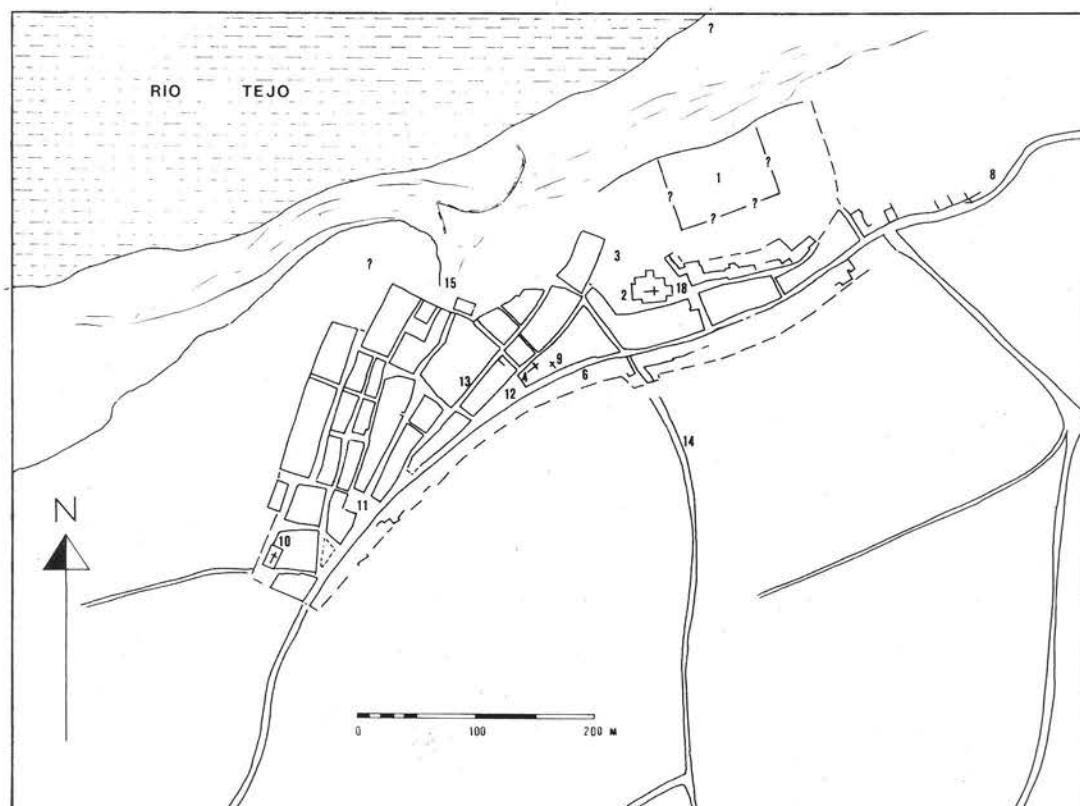
A cerca, talvez interrompida em alguns pontos, começava na barbacã do castelo, descia à Pedreira, acompanhava o lado Sul das ruas de Elias Garcia e D. José de Mascarenhas e, seguindo para Poente, passava pelo largo Luís de Camões e rua Capitão Leitão até à proximidade da Ermida do Espírito Santo; inflectia então para Norte, contornava a Ermida e, em percurso paralelo à rua Serpa Pinto, descia à Boca do Vento até atingir as casas do pátio do Prior; daqui, cruzando o rego, subia a rua do Registo Civil, contornava por Sul o cemitério e Igreja de Sant'Iago que continuavam extériores à vila e, pela rua da Lage (Rodrigo de Freitas), atingia de novo a barbacã.

Séculos XVII e XVIII

Tanto quanto é possível avaliar, o crescimento da vila desde o século XVII até ao século XIX, foi lento. As alterações e reconstruções que se sucederam ao terramoto de 1755 e se arrastaram até ao primeiro quartel do século XIX, igualmente pouco lhe aumentaram a área.

Do lado nascente, descendo a Pedreira (rua Elias Garcia) no caminho de Cacilhas, cresceu com algumas casas; do lado poente, sempre sobre o mesmo sentido de expansão — estrada principal — as casas avançaram uma escassa centena de metros desde 1755 a 1847.

Para Norte a expansão processou-se por um novo salto, em linha paralela à cerca; aqui, entre os séculos XVII e XIX avançou duas ou três dezenas de metros.



**ALMADA
NOS SÉCULOS
XVI - XVII**

- 1 — CASTELO
- 2 — IGREJA DE SANT'IAGO
- 3 — CEMITÉRIO
- 4 — IGREJA DE SANTA MARIA DO CASTELO
- 6 — RUA DIREITA
- 8 — PEDREIRA
- 9 — IGREJA DA MISERICÓRDIA
- 10 — IGREJA DO ESPÍRITO SANTO
- 11 — PRAÇA VELHA
- 12 — PRAÇA NOVA
- 13 — RUA DA JUDIÁRIA
- 14 — AZINHAGA DAS COURELAS
- 15 — BOCA DO VENTO
- 18 — LARGO DA CÂMARA

O terramoto de 1755 prejudicou muito o crescimento da vila, obrigando a numerosas reconstruções. Os estragos foram tremendos: no castelo ruiaram torres e as casas que se encostavam a ele ou lhe estavam perto ficaram arruinadas, nomeadamente "uma casa nobre que servia de residência aos priores"; na igreja de Sant'Iago caíram partes da cobertura, a torre e a fachada, salvando-se felizmente a capela-mor; na Igreja de Santa Maria a destruição foi quase total, perdendo-se todo o corpo do templo com a sua abóbada manuelina; o mesmo sucedeu com a Igreja do Convento de S. Paulo, onde morreram 26 pessoas, e com a da Misericórdia onde só ficou de pé uma das paredes ou pouco mais. Aqui salvou-se o magnífico retábulo seiscentista, não sem ter sofrido alguns estragos.

Escreveu em 1756 o prior Salvador Pereira de Matos:

"Na vila excepto duas ou três moradas de casas todas as mais cairam ou ficaram gravemente arruinadas, infelicidade que padeceram quase todos os edifícios nobres" (11).

A sede desta freguesia teve de achar-se à Igreja de Sant'Iago e, em 1756, instalou-se na ermida do Espírito Santo, que parece ter resistido menos mal aos abalos sísmicos (11).

Da antiga igreja de Santa Maria ficou apenas a torre que veio a ser integrada no novo edifício dos Paços do Concelho, inaugurado em 1795 mas só completado cerca de 1832.

Uma carta hidrográfica de 1847 (12) mostra-nos ainda claramente numerosos vestígios da cerca. Pelo lado Norte, tanto quanto é possível avaliar, o traçado é aquele que mostram as gravuras entre 1829/1832.

Uma fotografia de Almada de 1863 (13), a única imagem antiga da vila pelo lado Sul, mostra-nos que a povoação pouco havia aumentado para este lado. O acentuado barranco que marginava a povoação pelo lado Sul em quase toda a extensão não facilitava a progressão e continuava a impor o crescimento no sentido Leste-Oeste.

A mesma impressão se colhe da carta topográfica de 1813 (14), impressão que se confirma no traçado da carta hidrográfica de 1847 (12).

A tendência de crescimento continuava a ser maior ao longo da principal estrada do concelho que ligava Cacilhas-Almada-Pragal-Caparica-Murfacém e Trafaria, as povoações mais importantes.

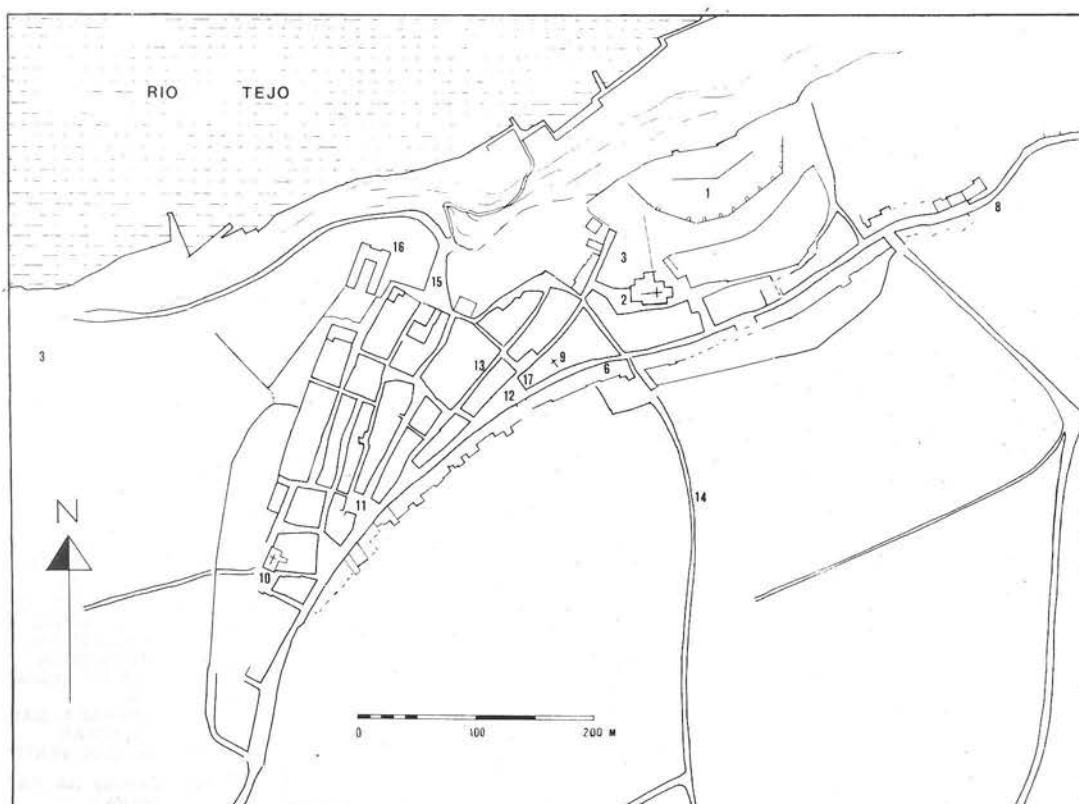
Em nossa opinião, o crescimento da vila foi pouco importante entre os séculos XVIII e XIX, parecendo ter sofrido um notável retardamento durante os três primeiros quartéis do século XIX. Julgamos que isto se deveu à dinamização dos antigos povoados vizinhos — Cacilhas, Mutela, Caramujo e Piedade — beneficiados pela implantação de novas indústrias, enquanto Almada usufruía apenas da sua posição como a beira do Concelho.

Em todo o caso, a habitação e o pequeno comércio acabaram por se impôr em Almada tanto ou mais que nos povoados vizinhos e, no último quartel do século XIX, Almada inicia a sua expansão para Sul. É verdadeiramente o início da expansão urbana e, em definitivo, o rompimento da estrutura económica de base agrícola que impuzera a linha Leste-Oeste como linha de comunicação principal.

Começara a História recente.

FONTES

- (¹) Herculano, Alexandre. *"História de Portugal"*.
- (²) Oliveira, José Augusto de. *"Conquista de Lisboa aos mouros. Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco"*. 2.ª edição, Lisboa, 1936.
- (³) Arquivo Histórico da Misericórdia de Almada. *"Tombo dos bens da Casa dos Gafos de Cacilhas"*. 1418-1432.
- (⁴) Arquivo Histórico da Misericórdia de Almada. Documentos vários.
- (⁵) Lopes, Fernão. *"Crónica de el-Rei D. Fernando"*.
- (⁶) Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Documento verificado por Luís Barros, do CAA.
- (⁷) Lopes, Fernão. *"Crónica de el-Rei D. João I de boa memória"*. Lisboa, 1973.
- (⁸) A.N.T.T. *"Visitação da igreja no século XVII"*. Documentos da Ordem de Sant'Iago. Amável informação de Luís Barros, do CAA.
- (⁹) *"Lisbonna dal Promotorio"*. Litografia colorida. Autor: Barbieri Dis. Séc. XIX (reprodução do século XVII). Dimensões: 0.165x0.100.
- (¹⁰) Arquivo Histórico da Misericórdia de Almada.
- (¹¹) Arquivo Distrital de Setúbal. *"Livro de assento de óbitos da freguesia de Santa Maria do Castelo"*.
- (¹²) 2.º papel de plancheta. Original desenhado e assinado por Batalha. Serviu de base ao plano hidrográfico levantado de 1845 a 1847. Esc. 1/10.000.
- (¹³) Biblioteca e Arquivo Municipal de Almada. A foto em causa pode ser apreciada na contra-capa deste número de "almadan".
- (¹⁴) *"Carta Topográfica Militar da Península de Setúbal"*.



- 1 — CASTELO
- 2 — IGREJA DE SANT'IAGO
- 3 — CEMITÉRIO
- 6 — RUA DIREITA
- 8 — PEDREIRA
- 9 — IGREJA DA MISERICÓRDIA
- 10 — IGREJA DO ESPIRITO SANTO
- 11 — PRAÇA VELHA
- 12 — PRAÇA NOVA
- 13 — RUA DA JUDIÁRIA
- 14 — AZINHAGA DAS COURELAS
- 15 — BOCA DO VENTO
- 16 — PALÁCIO DA CERCA
- 17 — PAÇOS DO CONCELHO

O MOTOR HIDRÁULICO "SEIXAL"

por Jorge Raposo (★)

Muitos dos leitores terão já ouvido falar de moinhos de maré. Outros saberão também ser a baía do Seixal o local onde ainda se pode apreciar uma dezena dessas unidades proto-industriais, uma delas ainda em funcionamento⁽¹⁾.

O que certamente poucos conhecerão é a tentativa de nessa mesma baía instalar um grande estabelecimento industrial de descasque e moagem de cereais usando como força motriz a energia das marés.

Durante mais de três dezenas de anos (de 1864 até ao final do séc. XIX), o major Jorge Higgs batalhou pela concretização do seu "Motor Hidráulico Seixal": vencida a oposição inicial da vereação municipal e dos proprietários locais, conseguida a concessão governamental, restava a procura de financiadores. E por aí se perdeu o empreendimento.

Aqui abordaremos todo este processo num trabalho que, dada a sua extensão, será apresentado em duas partes. Cingir-nos-emos em primeiro lugar ao período 1864-1874, ou seja, até pouco depois da aprovação governamental.

"Há no rio Sena, e nos rios da América moinhos hidráulicos em grande quantidade, por meio dos quais se faz a moagem dos trigos, e a remoagem das farinhas; moinhos hidráulicos aperfeiçoados, e não como os nossos — fosseis — de palhetas e com pequenas caldeiras, estabelecidas nas margens do Tejo..."

Jorge Higgs

forma igualmente primitivo n'estes moinhos, rodas, adufas e moendas, o trabalho faz-se em condições desvantajosíssimas, e assim, podendo-se evidentemente aproveitar a corrente da encheente, que devia dar um trabalho idêntico ao da vasante, se o motor fosse convenientemente disposto, não se emprega o trabalho d'essa corrente, reduzindo-se d'este modo logo a metade o rendimento dos moinhos: mas o motor sendo de uma construção viciosa, nem sequer permite utilizar-se toda a corrente da vasante, porque em sua grande parte d'ella está submerso. Por este motivo só pode trabalhar o motor durante as últimas duas horas da vasante e as duas primeiras da encheente, depois das quais torna a ficar debaixo de água."

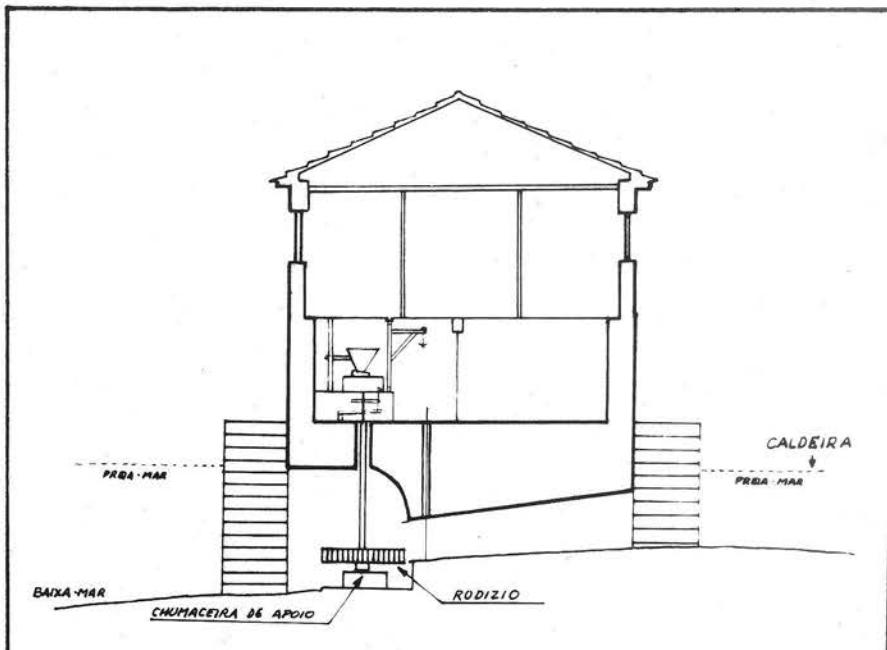
Assim sendo, Jorge Higgs propõe-se modificar todo o seu processo de funcionamento, visando o aproveitamento contínuo da maré e transformando os esteiros do Seixal e de Corroios numa imensa caldeira "abastecedora" de instalações hidráulicas capazes de atingir uma potência de cerca de 700 cavalos.

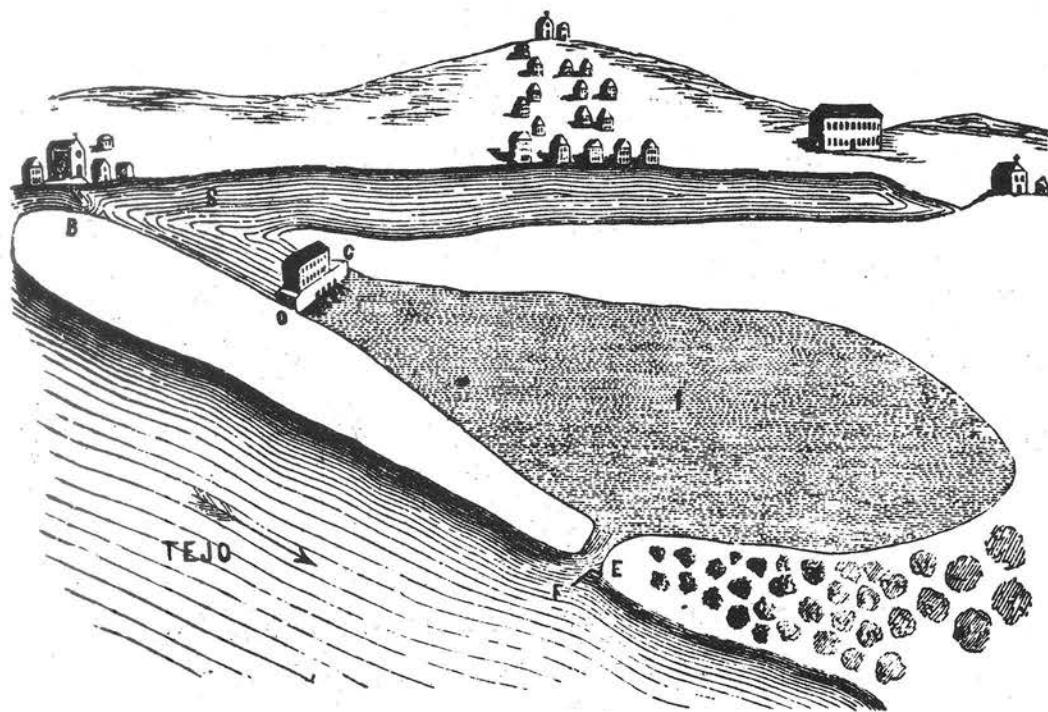
Vejamos como . . .

em baixo:

Corte-tipo de um moinho de maré:

- 1 — quando a maré sobe a água entra na Caldeira até ao nível da praia-mar.
- 2 — aí fica represada até que no exterior o nível da maré desça e coloque os rodízios fora de água.
- 3 — abertos os acessos aos rodízios, provoca-se uma queda de água de dentro para fora que coloca estes em movimento.
- 4 — o movimento dos rodízios é transmitido às mós.





O "Motor Hydraulico Seixal"

Nos primeiros meses de 1874, o periódico "Diário Ilustrado" publicava um extenso artigo sobre este empreendimento⁽⁴⁾ onde, em termos claros, o mesmo era assim apresentado:

"O lago do Seixal tem uma área total de 515 hectares, ou 5.150.000 metros quadrados. Pela divisão d'elle em 2 bacias terá a bacia superior (bief supérieur) designada pela letra S, 2.300:000, e a bacia inferior (bief inférieur), I, 2.830:000 metros quadrados. A repreza AB em frente da egreja do Seixal terá de comprimento 407 metros, e a repreza (barrage fixe) CD em frente da quinta da Barroca terá 869 metros. Estas reprezas serão feitas de terra.

A bacia S é destinada a receber a maré encheinte pelas portas auto-motoras collocadas na repreza AB, que abrirão para dentro; não podendo sahir a agua por ellas, por se fecharem logo que a vasante se manifeste.

No canal EF, pelo contrário, dispor-se-hão as portas, abrindo para fóra, o que significa que a bacia I se esgotará por elles para o Tejo até ao nível da baixa-mar. Não entrará ali a agua da encheinte, porque as portas se fecharão, logo que ella se manifeste e torne sensível.

Teremos pois de um lado da repreza CD uma bacia ou deposito de agua, na altura do prea-mar, e do outro a bacia de esgoto, vasia; havendo assim uma

diferença de nível igual á amplitude da maré; isto é, á altura que ella percorre entre um prea-mar, é um baixa-mar.

D'este modo dar-se-ha na repreza CD uma queda constante e por consequencia os elementos necessarios para se estabelecerem ali rodas hidráulicas (turbinas) proprias para ser utilizado o enorme volume de agua contido na bacia superior.

Pelas observações minuciosas e repetidas, feitas pelo espaço de muitos annos no arsenal da marinha de Lisboa sabe-se que a amplitude das marés varia de 1^m, 25 a 4^m, 35; segundo elles são vivas ou mortas. Para que as machinas hidráulicas, que terão de sujeitarse a estas variações, funcionem sempre bem, e para regular o consumo da agua, tomou-se a medida de 1^m de queda.

É fácil comprehendér-se, pelo que fica dito, que a bacia superior S será alimentada pela maré o que terá logar desde a 4.^a hora da encheinte; retendo a agua no nível do prea-mar, e conservando-o, mesmo quando se manifestar o movimento de refluxo.

A bacia I será despejada a começar também na 4.^a hora de vasante até à baixa-mar; não recebendo a agua da maré, mas tão sómente a que passar pelas rodas hidráulicas, collocadas na repreza CD, depois de lhes ter transmitido a sua força motriz.

Pelos calculos, a que se procedeu, para avaliar a força utilisavel por esta disposição, tomando como elementos: o grande volume d'agua accumulada na bacia S, de que se empregará ape-

Ilustração do projecto de Jorge Higgs tal como surge no "Diário Ilustrado".

Pode ver-se parte do Seixal (à esquerda), bem como a Arrentela (ao centro) e a sua Fábrica de Lanifícios (um pouco mais à direita). As represas a construir estão assinaladas com as letras AB, CD e EF.

nas um terço, em 10 horas, findas as quaes a nova encheinte começará a refazê-lo; o escoamento da bacia I; a diferença de nível, que se encontra nas duas bacias; e a amplitude media das marés; achou-se que poderá dispôr-se d'uma força constante orçada por 1:000 cavallos de vapor." (5)

No mesmo artigo apontam-se as principais indústrias a beneficiar desta força motriz: a moagem — produzindo melhor e mais barata farinha e diminuindo as importações — e o descasque de arroz, possibilitando a concorrência do arroz vindo das colónias com o descascado em Inglaterra. Salientando ainda que estas duas indústrias não absorverão toda a força gerada, sugere-se, por exemplo, serração de mármores da Arrábida "que podem competir, tanto no grão, como em beleza, com os de Carrara". Tudo isto aliado à proximidade da linha de caminho de ferro Cacilhas-Sesimbra, na época prevista a curto-prazo.

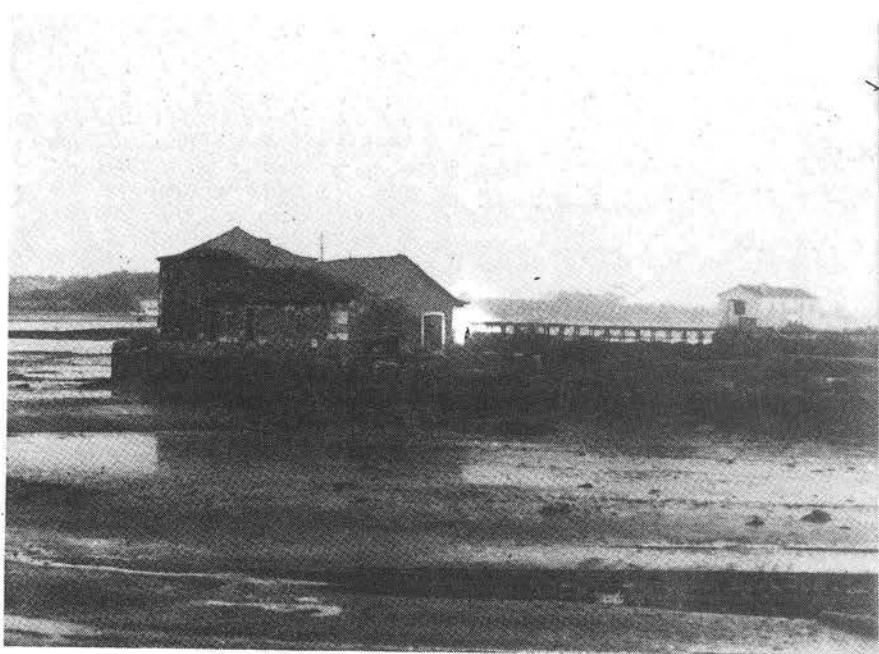
Alguns anos mais tarde, o capitão de engenharia Pedro Romano Folque descreve pormenoradamente a forma como um dos responsáveis pelo projecto, o engº Theophilo Seyrig, efectuou os seus cálculos⁽⁶⁾.

"As marés d'aguas vivas teem a amplitude 4^m, 30; para as aguas mortas, a minima amplitude (tão excepcional, que se pode dizer, que tem lugar apenas em 2 dias do anno!) é de 1^m, 20; a media seria 2^m, 75 de amplitude a considerar. Supõe-se uma queda minima d'agua de 0^m, 5. Portanto poderia considerar-se a amplitude de 2^m, 5. Chegariamos de certo a mais de 3000 cavallos vapor.

Porém o sr. Seyrig considerou apenas a amplitude minima d'esses dois dias extraordinarios, de 1^m, 20, e queda

de 0^m,5; e para esta mesma rectifica o calculo attendendo á perda, com que se deve contar na occasião da inversão das marés; chega ainda assim a 1.355 cavallos vapôr.

Projecta para receptores da força os apparelhos hidráulicos conhecidos pelo nome de turbinas, cujo rendimento deve ser superior a 0^m,60, pelo menos, mesmo para a pequena queda de 0^m,50; chega assim com todos os correctivos a uma força minima segura de 680 a 700 cavallos, trabalhando 14 horas por dia; affirmando sem hesitação, que para a grande media do tempo o rendimento pratico dos motores será de 800 cavallos, funcionando 16 horas, que nas marés vivas subirão a 18 horas por dia."



A "fábrica hidráulica" reduzir-se-ia assim à construção de duas barragens de terra, estreitando a passagem da água das marés e regulando a corrente. Sete pilares de alvenaria (8 m de comprimento, 5,5 m de altura e 2 m de largura) suportariam um edifício de madeira (38 m de frente, 10 m de fundo e 11 m de altura) — "para poder avaliar-se a solidez, e estabilidade d'estas construções, bastará attender-se, a que as barragens de terra, que suportarão toda a pressão da água, terão na maxima altura (5 m, 2) as seguintes dimensões:

largura na aresta superior	3 ^m ,0
largura na base	26 ^m ,0 ^{''} ⁽⁷⁾

em cima:

Moinho da Passagem (Seixal)

em baixo:

Moinho de Corroios, o único ainda em funcionamento.



Da patente ao contrato de concessão...

Em 3 de Agosto de 1864 Jorge Higgs regista a patente de uma "ma-china denominada regulador electro-hidráulico, que funciona pela accão combinada da electricidade com a das marés" ⁽⁸⁾.

Estava dado o primeiro passo de um moroso processo.

Em 22 de Agosto desse mesmo ano é apresentado em sessão da Câmara Municipal do Seixal um ofício do Administrador do Concelho que acompanhava o requerimento de Jorge Higgs "para fazer obras de grande importância no Rio que banha as povoações do Seixal, Arrentella, Amora e esteiro de Corroios". A Câmara deliberou que, "vista a transcendencia do negocio, se convide os proprietários d'este Concelho, que se conheça tenham nisto directo interesse, para depois poder responder com o consenso" ⁽⁹⁾.

5 de Setembro é o dia aprazado.

Presente Jorge Higgs e 24 proprietários do Concelho, Cosme Costa, presidente da Câmara, depois de uma série de esclarecimentos prestados pelo empresário, inquire os presentes sobre se "o projecto em questão pode ser aceitável pelos proprietários d'este Concelho com as condições que se lhe houverem de imporem". Obtida uma votação favorável (15 proprietários e 3 vereadores votam sim; 5 proprietários e 2 vereadores votam não), são de seguida apresentados 17 pontos, aprovados de igual modo.

A forma como Jorge Higgs aceitou todas estas condicionantes é bem exemplificativa da confiança que tinha no seu empreendimento. Senão vejamos — compromete-se a manter franca a navegação nos esteiros, mantendo meios de reboque nas

comportas para facilitar a saída de embarcações carregadas; pagará todas as avarias sofridas nas entradas e/ou saídas; terá de estabelecer uma ponte sobre o istmo da Ponte do Mato para não interromper a comunicação entre o Seixal e Almada, construindo também uma "boa estrada marginal" entre o Seixal e a Torre da Marinha e entre as Lobatas e a Fonte da Prata (Amora) visto as antigas vias ficarem submersas; terá de construir na Amora um chafariz "ou fonte, com água também boa, e abundante" para substituir a anterior, igualmente submersa; na Amora terá ainda de construir tanques para lavagem de roupa, "indústria" que, "no entervalo das marés", ocupa muita gente e que desapareceria estando a água sempre no nível da maré-cheia; compromete-se a indemnizar os proprietários dos moinhos de maré afectados pelo projeto e a não dificultar as actividades da pesca; promete baixar o nível do rio sempre que a autoridade administrativa lho exigir para efeito de "desaugadouro" de terrenos inundados no Inverno; garante que terá meios

"para desfazer o que houver feito" no caso de, "por fatalidade", não acabar as muralhas; procederá ao desassoreamento dos esteiros que "pela falta das enchentes e das vasantes das marés, se hão-de enludar demasiadamente", mantendo as vias flutuantes até aos moinhos de maré de Corroios e da Raposa "para navegação de barcos de trinta toneladas" (10); por fim, deverá "empregar os meios indicados geralmente pela ciência" para evitar infiltrações de água salgada nos terrenos baixios das margens dos esteiros.

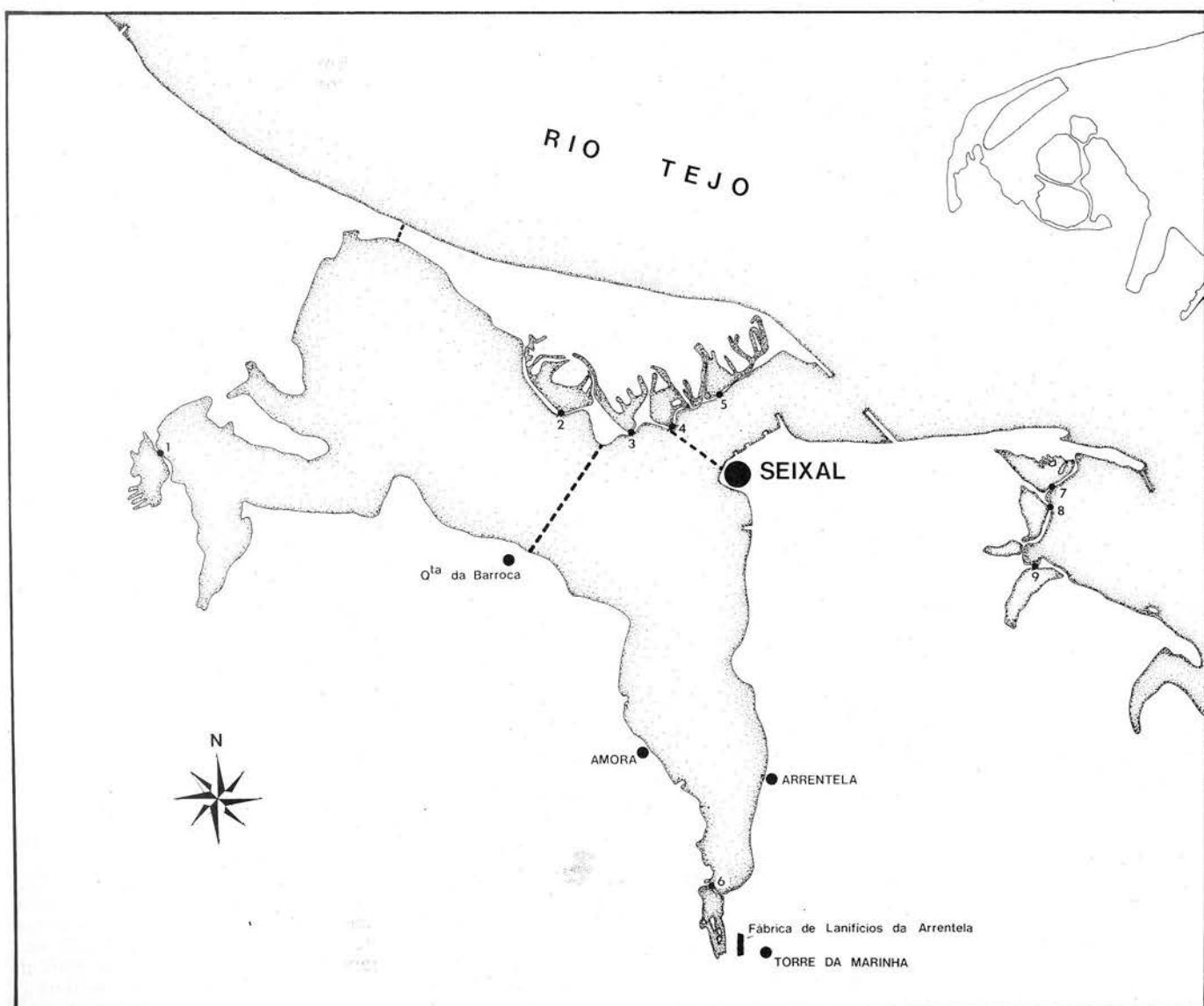
Todas estas garantias não impediram no entanto que, na mesma acta (11), ficassem lavrados protestos de alguns proprietários e da direcção da "Companhia de Lanefícios d'Arrentella", "protestando contra quaesquer prejuizos que pela factura das obras em questão, possão resultar áquellea Fabrica". Posteriormente (12), é um outro grupo de 52 proprietários que apresenta um documento manifestando-se contra a iniciativa.

em baixo:

Esquema interpretativo do projecto do Major Jorge Higgs. Os números assinalam os moinhos de maré:

- 1 — moinho de Corroios.
- 2 — " do Galvão.
- 3 — " do Capitão.
- 4 — " da Passagem.
- 5 — " da Torre.
- 6 — " da Raposa.
- 7 — " Velho dos Paulistas.
- 8 — " Novo dos Paulistas.
- 9 — " do Breyner.

As linhas a tracejado indicam a localização provável das represas AB, CD e EF.



Apesar disso, ultrapassados todos os obstáculos, Jorge Higgs consegue ver aprovado, em 17 de Março de 1873, o seu contrato com o governo português, o qual lhe concede, por 99 anos, "licença para fundar no sítio do Seixal um estabelecimento industrial de descasque e moagem de cereais" (13).

As condicionantes governamentais são também pesadas — prazo de 10 meses para apresentar "o projecto completo e os planos de execução de todas as obras", sob pena de anulação da concessão; sujeição às modificações propostas pelo governo; obras a iniciar no prazo de um ano, "contado da aprovação dos planos"; dois anos para as concluir a partir do seu começo; depósito prévio no Banco de Portugal de "10.000 \$00 réis em metal", depósito esse que não poderá levantar até as obras estarem concluídas, etc.

Assim mesmo o projecto avança — já no segundo semestre de 1874 o "Diário Ilustrado" publica uma outra reportagem sobre o assunto (14). Não resistimos a transcrever excertos do artigo, chamando-lhe a atenção para a excelência do menu.

"Na segunda-feira, pela uma hora da tarde, largou da ponte dos vapores, na praça dos Romulares, o vapor Alcantara, vistosamente embandeirado.

A seu bordo iam a comissão installedora da Empreza Motor Hydraulico Seixal e outros cavalheiros, que ella convidara para uma visita ao Seixal [...] Tres quartos de hora depois da partida, aportava-se ao Seixal.

Ahi entrou no vapor a philarmonica dos Prussianos, que saudara com o hymno nacional a chegada do navio [...] Queimaram-se muitos foguetes.

Seguiu o vapor para o braço do Tejo, que a empreza vai explorar.

As obras da construção que vão realizar-se, limitam-se a uma repreza entre o sítio em que está collocada a igreja da Passagem; erodas fluctuantes, que trabalharão com a entrada e a saída da agua, utilizando a força da corrente em qualquer altura da maré.

O braço do Tejo, que é aproveitado para isto tem 5.150:000 metros quadrados de superfície.

Navegamos por elle, desfrutando um magnífico panorama.

Descobriu o sol, vindo aumentar os encantos ao panorama e alegrar a festa, que era uma festa aquelle passeio.

Nasce uma nova industria, uma industria importantíssima. Em poucas palavras, a moagem do trigo, que é a applicação principal que aquelle motor natural vae ter, embaratecerá sem dúvida; e com isto o preço do pão. Quer dizer, lucra o consumidor e lucra o productor. Dupla festa. Augmenta o bem-estar dos pobres, desenvolve a fortuna dos ricos. Mais um passo no caminho da prosperidade do paiz.

Depois de navegar por algum tempo, à tóia, apropiou o navio á fabrica da Arrentella.

O panorama continuava a ser delicioso.

Desembarcámos.

No caes esperavam-nos o sr. D. Pedro Rodrigues Blanco, director da companhia da fabrica, sr. Emile Honrotay, director technico da fabrica, e a sociedade philarmonica Fabril Arrentellense.

O sr. D. Pedro Rodrigues Blanco e os outros directores da companhia que nos acompanhavam, os srs. João Correia Loureiro e Manuel Iglezias, em rapida visita áquelle grandioso estabelecimento, que os honra e honra o nosso paiz, porque os pannos que n'elle se fabricam rivalisam, sem favor, com os pannos de Inglaterra, foram inexcediveis em amabilidades com os seus hóspedes.

A fabrica da Arrentella emprega 420 operarios e dá vida a uma povoação, que esteve em risco de se extinguir. Mais de espaço fallaremos d'ella. (15)

Concluída a visita, voltaram todos para o vapor, onde tomaram também logar o sr. D. Pedro Rodrigues Blanco, mr. Emile Henrotay, e a philarmonica Arrentellense.

Chegados em frente da povoação, parou o vapor e desembarcaram todos os passageiros, tendo baldeado para uns botes que iam a reboque [...]

Em um dos pontos mais altos de Arrentella está situada uma casa do sr. Falcão da Fonseca. A vivenda é elegante e a vista deleitosa.

Para ahi se encaminharam todos os convivas.

E ali o banqueiro da empreza, o sr. commentador João Ferreira da Silva Santos, offereceu um excellente lunch. Seriam 4 horas da tarde quando os convivas começaram a saborear os manjares que Mathias Heinz, proprie-tario da antiga casa Baltresqui, lhes havia preparado.

O menu era o seguinte: Canja, roastbeef, fiambre, lingua, salame de Itália, salame de Brunswik, perú. — Doces: queques, ameixa, amendoa, compotas de damasco, morango e ginja. — Vinhos: Collares, Ribatejo, Madeira, Bucellas, Porto, Champagne. — Café, Chartreuse, cognac, genebra, etc. [...]

Terminado o lunch dirigiram-se todos a pé para o Seixal, onde embarcaram.

Às 8 horas da noite chegaram os convidados ao caes em Lisboa.

Vinham todos satisfeitos.

A diversão não podia ser mais agradável.

Saudamos o sr. Jorge Higgs e a comissão installedora, desejando que o commettimento que vão realizar haja de corresponder ás suas esperanças. Nem pôde deixar de ser. É uma obra de grande utilidade publica e que deve dar muitos resultados para os capitais que n'ella se empregarem."

No próximo número de "al-madan" tentaremos dar uma imagem das várias fases por que foi passando o projecto, chegando até à desilusão completa do seu promotor, convencido da "traição" dos seus colaboradores que mais pareciam "ter por missão aniquilar o negocio".

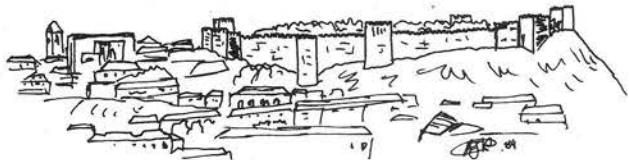
NOTAS:

- (1) Referimo-nos ao Moinho de Corroios, propriedade da Câmara Municipal do Seixal e núcleo do Ecomuseu Municipal.
- (2) António Nabais, "Especial: os descobrimentos e a outra banda — a margem Sul do estuário do Tejo durante a expansão portuguesa, aspectos económicos", in al-madan n.º 2, págs. 53 a 55.
- (3) Extracto de carta por este enviada a Jorge Higgs em 20 de Março de 1879, na qual lhe manifesta apoio ao seu empreendimento.
- (4) "Diário Ilustrado" — 1.º semestre de 1874, n.º 540, "Folhetim: Seixal — motor com trabalho contínuo pelas marés". Deste mesmo artigo faz parte a ilustração que reproduzimos.
- (5) Cálculos posteriores, mais cautelosos, apontam, como veremos, para 700 cavalos.
- (6) Pedro Romano Folque. "Aproveitamento da força das marés no Seixal — rápida análise da questão". Lisboa, 1885.
- (7) Jorge Higgs. "Memoria descriptiva e historia documentada do motor hydraulico Seixal". Lisboa, 1879.
- (8) D. de L. n.º 179, de 12 de Agosto. "Collecção Official da Legislação Portugueza, anno de 1864". Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.
- (9) Acta da sessão de Câmara do dia 22 de Agosto de 1864. Livro de Actas da Câmara Municipal do Seixal, 16 de Junho de 1861 a 27 de Novembro de 1865.
- (10) Quem conhece hoje estes esteiros pode fazer uma ideia do assoreamento verificado nestes cerca de 120 anos. Ao local onde se erigia o moinho da Raposa (ai passa agora a Ponte da Fraternidade) mal se chega de barco a remos e só na maré cheia!
- (11) Acta especial da sessão de Câmara do dia 5 de Setembro de 1864. Livro de Actas da CMS, 16/6/1861 a 27/11/1865.
- (12) Acta da sessão de Câmara do dia 19 de Setembro de 1864. Livro de Actas da CMS, 16/6/1861 a 27/11/1865.
- (13) D. do G. n.º 101, de 6 de Maio de 1873, "Collecção Official da Legislação Portugueza, anno de 1873". Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.
- (14) "Diário Ilustrado" — 2.º semestre de 1874, n.º 774.
- (15) Note-se que foi anulada a oposição por parte da direcção da Fábrica de Lanifícios da Arrentela.

SILVES,

UMA CIDADE

À PROCURA DAS ORIGENS



por António Rafael Carvalho ()
e António Filipe Rodrigues (**)*

Encontramo-la em plena terra algarvia, pequena, entre um rio que corre cá em baixo e um castelo que se ergue lá no alto.

Chegados aqui não iríamos mais longe que os turistas sem a ajuda de três arqueólogos: Caetano de Mello Beirão, Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes.

Ouvimo-los nas muitas horas de colagem do puzzle de muitas peças arqueológicas que compõem a História de Silves. A conversa permitiu-nos encaixar algumas que, a somar às impressões de 25 dias no local, resultam no que se segue.

Sede de concelho do distrito de Faro, é uma cidade pequena secundarizada pela proximidade geográfica de maiores centros (Lagos e Portimão) e pelo surto turístico algarvio que não se compadece com a estagnação económica das localidades interiores.

Serve de margem ao rio Arade, sem praias, navegável tão só a remos, onde os peixes sentem a aflição da vazante e as pessoas a sensação do meio pequeno.

(*) Estudante de Direito. Membro do CAA.

(**) Estudante.

Para os mais atentos a sua História salta à vista em cada pedra: na Sé, ou no Castelo, menina dos olhos da cidade para a Associação de Defesa do Património Cultural, a bater teimosamente o pé, a interessar arqueólogos e historiadores, Fundação Gulbenkian, autarquias locais e a ter mais que razões para isso.

Senão vejamos que Silves se encontrou desde 712 da nossa era sob o domínio Árabe, não sem antes ter estabelecido contactos com o mediterrâneo oriental desde a II Idade do Ferro, como revelam as escavações arqueológicas dirigidas por Caetano de Mello Beirão e Mário Varela Gomes no chamado cerro da Rocha Branca.

Situada num pequeno cabeço alongado à saída de Silves, na estrada para Lagos, à cota de 25 m, esta estação foi descoberta em Novembro de 1979 quando de trabalhos de terraplanagem e está inserida no que parece um deserto lunar onde é raro qualquer tipo de vegetação.

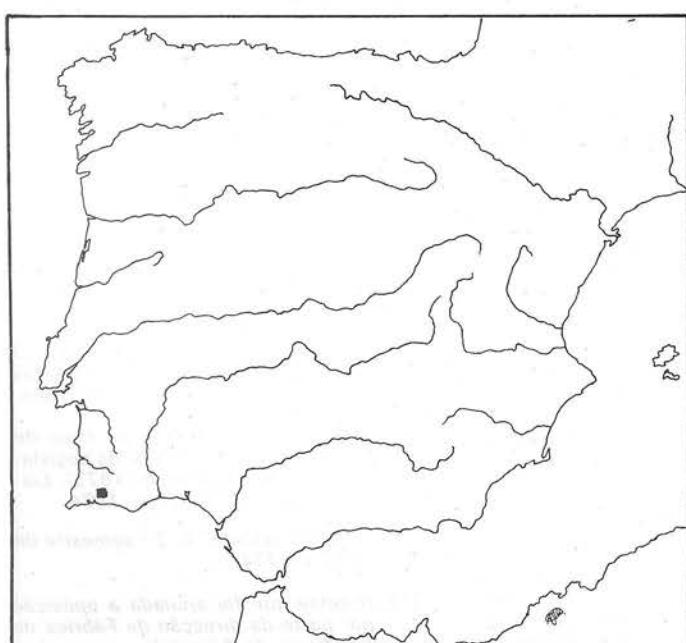
Segundo o que pudemos constatar, Estácio da Veiga no Vol. XV do «Arqueólogo Português» (1910, pág. 229) refere algumas moedas Hispânicas de Bronze com a legenda **CILPES**, encontradas à saída de Silves na estrada para Lagos.

Começámos por perguntar ao arqueólogo Mário Varela Gomes o que era a Rocha Branca.

«A Rocha Branca é um povoado fortificado com características do que seriam as feitorias Fenícias e Púnicas da costa sul e sudoeste da Península Ibérica.

Essas características revelam-se a nível da arquitetura defensiva, com uma potente muralha construída com grandes blocos de pedra de aspecto ciclópico.

Por outro lado, a sua situação geográfica também é típica daquele tipo de assentamentos, neste caso específico situado na extremidade de um esporão com boas defesas naturais, próximas de um rio e muito perto da costa, permitindo as ligações comerciais através do mar com o Mediterrâneo Oriental e os contactos com o Interland donde provinham os produtos de troca, nomeadamente cobre.



Mapa da Península Ibérica com localização de Silves.



Quando da descoberta constatou-se a partir do espólio arqueológico que a estação possuía uma longevidade que vinha da Idade do Ferro, passando pelo Romano até ao Período Árabe.

Na posse destes dados reparamos que era enorme a percentagem do espólio da II Idade do Ferro, facto explicado em parte pela grave destruição em profundidade pelas terraplanagens.

Centrámos por isso as nossas atenções na II Idade do Ferro.

Chegou-se à datação de II Idade do Ferro pela análise interna dos materiais que estavam associados nessas estruturas.

No alicerce da grande muralha, encontrou-se um fragmento de cerâmica Grega, kylix (pertencente ao grupo do Pintor de Viena, 116, 1.ª Metade do século IV, 375-350 a.C.)

Por outro lado, o aspecto ciclópico das muralhas indicava a origem oriental das mesmas.

Estes dados vieram a ser revelados no dia 5 de Agosto, quando foram encontradas peças semelhantes no nível mais profundo da escavação, assente sobre o subsolo rochoso.

Numa das zonas escavadas, no que parece ser um compartimento de uma habitação, mais precisamente junto a uma área aonde funcionou uma estrutura de combustão, nova confirmação dos dados. Junto à cerâmica Grega, encontrava-se cerâmica do tipo Tartéssico Oriental de E. Quadrado, mostrando o engobe vermelho-salmão bem fixado e brilhante.

Também o conjunto de cerâmicas montadas a torno lento, fabricadas com pasta mal depurada e cozidas em ambiente reductor, oferecem arcaísmos condicentes com aquela época.

Cerâmicas de pasta vermelha ou alaranjada, taças, tijelas e potes ovóides, assim como ânforas muitas vezes com os engobes brancos ou cremes que são conhecidos naquele período.

Algumas daquelas peças com decoração pintada, constituída por linhas ou bandas paralelas ou teorias de círculos concêntricos, podem provir de oficinas locais ou de outros locais como Pajar de Artillo, perto de Sevilha, prolongando-se por uma época poste-

rior, certamente até à Romanização.

Sem embargo, foi durante a ocupação Árabe, entre os séculos X e XII, que Silves conheceu a sua idade de ouro, como grande capital algarvia.

Não é de espantar que assim fosse, se pensarmos numa cidade situada na margem de um rio, na altura amplamente navegável, importante meio de comunicação e fonte de riqueza, com a vantagem de ser interior, ao abrigo da pirataria costeira, rodeada de terrenos férteis e não longe de jazidas de minério.

Da grande cidade árabe, sabemos da sua conquista em 1189 por Sancho I, erigido em estátua no castelo para gáudio fotográfico. Sol, ou sombra de pouca dura, por quanto se sabe ter sido Silves o último reduto muçulmano no Algarve, antes da fixação definitiva do domínio português até ao mar, só com Afonso III.

A conquista foi lenta, como a decadência.

O longo período de instabilidade político-militar que a cidade conheceu, encorajou o abandono do local por parte da população laboriosa em busca de regiões mais pacíficas.

Para mais, a natureza também foi adversa ao desenvolvimento. Sucessivos acoreamentos tornaram o rio Arade numa via de difícil naveabilidade e fizeram crescer o fosso entre a cidade e a faixa litoral algarvia, aí onde cidades como Lagos e Portimão passam a ser preponderantes, com a importância que a posterior expansão ultramarina veio trazer às localidades costeiras.

No século XV, a grande fortaleza militar que era o castelo de Silves, torna-se devoluta. No século XVI, a sede religiosa algarvia transfere-se de Silves para Faro, consequência lógica da perda de influência política e económica da zona.

Fechadas as portas do Bispado, ficam na cidade, de classes dominantes, os últimos representantes da nobreza conservadora inadaptada ao rolar dos tempos e alguns outros da burguesia endinheirada a quem o temor da pirataria fazia persistir em zonas interiores.

Terá ocorrido por essa altura (séc. XVI) a construção da ponte sobre o rio Arade, que ainda hoje existe, embora amputada de um arco. A favor desta opinião, com interesse por não ser pacífica, diz-se entre muitas coisas que a construção contém siglas da época nas suas pedras, aparenta uma tipologia arquitectónica condizente com os fins da Idade Média, e até que, cidades árabes mais importantes (re-

em cima:
Mapa de Silves com localização das estações arqueológicas referidas no texto.
1 — Castelo (a cisterna árabe fica próximo).
2 — Rocha Branca.

à direita:
Rocha Branca — aspecto de escavação.



fere-se Sevilha) apenas possuíam pontes de barcas.

Acrescenta-se igualmente que, referindo pela primeira vez a ponte de Silves, apenas se conhece um texto aludindo à sua construção, datado exactamente do século XVI. Seria aliás por esta altura e nunca no tempo do domínio árabe que a necessidade de uma ponte se fazia sentir como meio de comunicação, já que nessa altura fá-lo-ia o rio, por excelência.

Seja como for, Silves conhece a partir de Abril de 1984 a nova «Reconquista» árabe através da arqueologia, também lenta necessariamente, mas com vocação para a posteridade.

No interior do Castelo pode ler-se num cartaz em letra de decalque: «*Escavações arqueológicas. Período árabe (séc. XII). Por favor não se aproxime*» e respectiva versão inglesa, que não obstante nem todos os alfabetizados que por lá passam se dignam ler e respeitar.

É nesse preciso local que Rosa Maria Varela Gomes dirige as escavações que têm como objectivo o conhecimento de uma Alcáçova.

Constituindo o mais notável testemunho da civilização árabe na cidade, permite distinguir dois níveis distintos de ocupação:

Um primeiro, do século X e um segundo do século XII, período Almóada, ao qual se atribui a edificação do próprio castelo.

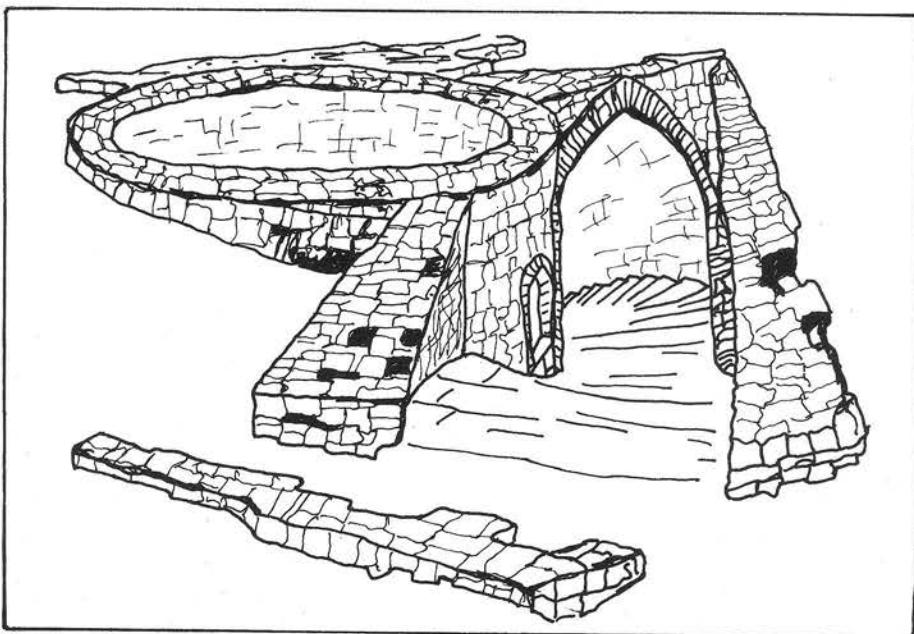
Esta tentativa de compreensão de uma Alcáçova, sede do Poder político, administrativo, militar e religioso, assume a importância de ser a primeira do género no ocidente peninsular, sendo apenas uma parte, porventura a mais significativa, do trabalho que se tem desenvolvido em Silves a nível arqueológico, de recuperar os elementos da cultura árabe que a Reconquista se preocupou em substituir, ou pelo menos em esconder os seus vestígios no que encerrasse de simbologia não cristã.

Veja-se por exemplo a Sé de Silves que, tudo o indica, existe no local onde anteriormente existiu a mesquita. Não que isso seja nítido à vista, mas que por entre as pedras caídas e recolocadas de terramoto naturais e políticos, seja lícito constatar a tradicional ocupação religiosa — «ocupação do local do Poder» — e sua adaptação à ideologia dominante, ou pura e simples destruição da ideologia derrotada.

Foi precisamente o que aconteceu um pouco mais abaixo em direcção ao rio, onde foi descoberto um poço cisterna de cujo local haviam sido oculados os vestígios árabes aproveitando somente as suas características funcionais.

Das escavações dirigidas por Mário Varela Gomes resultou uma enorme cisterna de 17 m de profundidade envolta por uma escadaria exterior em caracol.

Enorme em dimensões e em importância, por quanto terá desempenhado o papel de abastecedora das populações abrigadas no povoado. Satisfação



Desenho do poço-cisterna árabe.
Retirado do semanário "Expresso", edição de 22 de Setembro de 1984

de necessidades básicas e arma de defesa contra cercos prolongados.

Atingida, mais tarde, a estabilidade político-militar na zona, transferida a guerra para paragens africanas, a cisterna perde o seu interesse inicial como meio de defesa e como fonte de abastecimento, sendo substituída pela multiplicação de poços para serviço familiar.

Do século XVI em diante a cisterna vai sendo entulhada, para, paradoxalmente no último quartel do século XX iniciar o percurso inverso, ao ser descoberta no interior de uma casa de dois andares em vias de demolição.

Do lento desentulhamento tem resultado um aturado estudo de análise do abundante material arqueológico recolhido, como fragmentos de cerâmica (alguns de dimensões apreciáveis) do século XVI, data do entulhamento, bem como moedas e outros objectos metálicos.

Destes estudos sairá certamente material suficiente para a elaboração de uma monografia, que aborde o poço cisterna nos seus vários aspectos, iniciativa que Mário Varela Gomes encara poder realizar a médio prazo, segundo afirma, sem no entanto esconder o seu pessimismo quanto à falta de editores interessados numa obra deste tipo, dado o papel de parente pobre a que as actividades culturais, e nomeadamente as de defesa do património cultural, são relegadas no cotejo das prioridades nacionais.

Enfim — acrescentamos — isto da arqueologia não produz tesouros materiais susceptíveis de aumentar as reservas do Banco de Portugal. Produz uns tantos calos nas mãos, algum queimar de pestanas e sobretudo a

grande satisfação do encontro do Homem consigo mesmo e com os seus valores culturais.

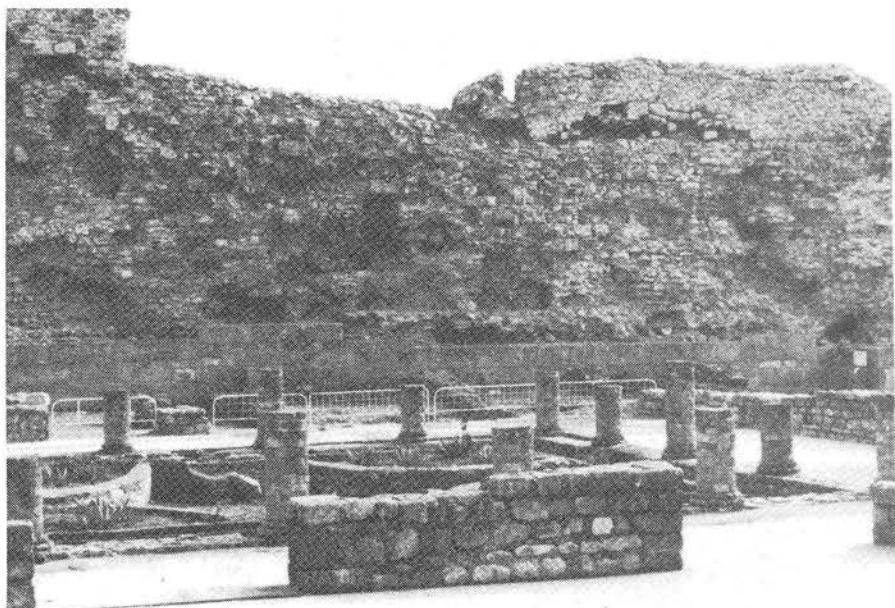
Produz igualmente um conceito renovado de património, não elitista, de sensibilização das populações para a defesa dos testemunhos materiais que documentam a sua experiência adquirida através de séculos, que possa resistir ao antipatrimónio movido por interesses lucrativos; que possa ainda reduzir a ZERO o número dos que, noite calada invadem estações arqueológicas de enxada em riste com mapas de tesouros sob o couro cabulado e as danificam com actos de vandalismo, como aconteceu no Castelo de Silves em fins de Agosto de 1984, a demonstrar que a expressão «subdesenvolvimento cultural» continua mesmo gasta, à espera de outra que a substitua na realidade nacional.

O que não impede que Silves respire a sua própria História, no encontro e conservação de pequenas peças da sua memória colectiva, de diálogo com as pessoas, do seu «álbum de fotografias», folheado pela mão dos sobreviventes da comunicação que a TV apostou em destruir, que insistem em passar à realidade os imensos túneis subterrâneos, metropolitanos medievais, a ligar o castelo a pontos mais ou menos recônditos além-Arade, únicas saídas para fugas precipitadas, cuja existência permanece indesmentível no imaginário colectivo da cidade de Silves.

NOTA:

Os autores desejam agradecer a todos quantos connosco estiveram em Silves, bem como a Vitor Manuel Santos pela colaboração prestada

A recente reabertura do Museu Monográfico de Conimbriga foi pretexto para uma visita ao local e para uma agradável troca de impressões com a sua directora, a dr.^a Adília Alarcão. Aqui fica a nossa apreciação de quanto vimos e ouvimos.



CONÍMBRIGA: a história pode ser fascinante...

por Ana Luísa Duarte (*)

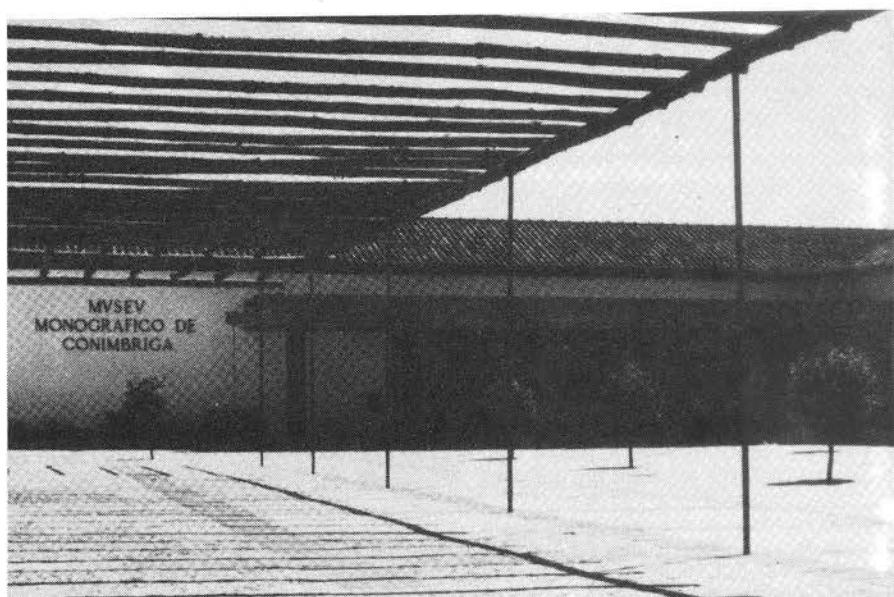
As ruínas da cidade romana de Conimbriga coube, felizmente, um destino singular. Em vez do relativo abandono e ignorância a que são voltadas a generalidade das estações arqueológicas em Portugal, Conimbriga tornou-se o sítio arqueológico mais visitado e conhecido de portugueses e estrangeiros, um exemplo de como deveria ser entendida a prática da Arqueologia enquanto disciplina científica conduzida até à sua finalidade última.

"A Arqueologia pode demonstrar um progressivo alargamento do mundo conhecido de cada sociedade, alargamento que irá tão longe quanto a sociedade possa repartir entre si a informação adquirida" (V. Gordon Childe).

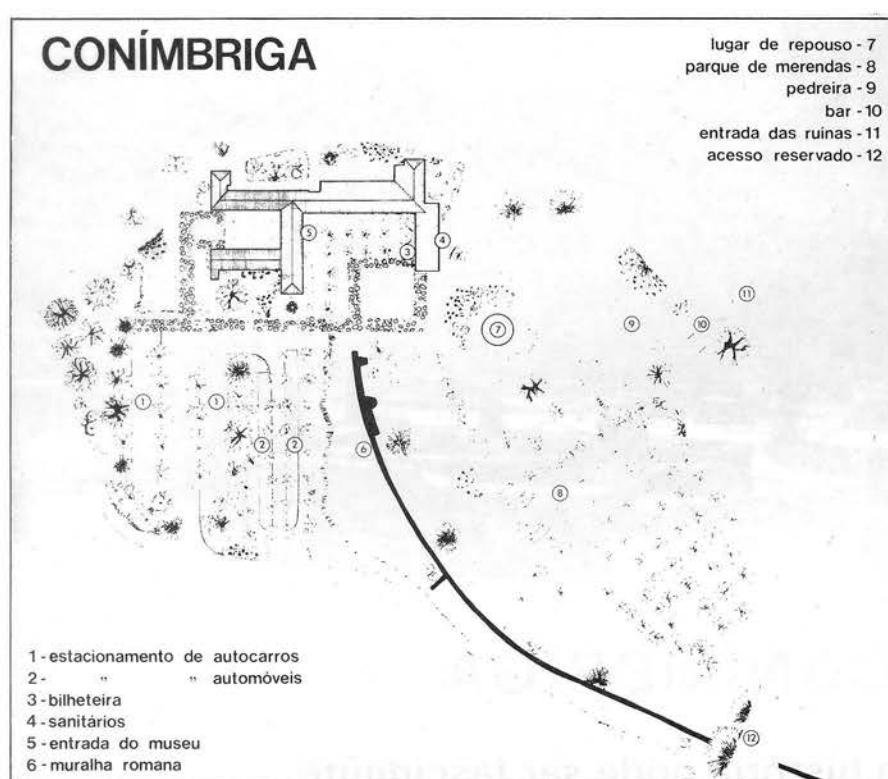
Neste caso, o especialista dispõe de informação sistemática e rigorosa sobre a escavação e materiais exumados em Conimbriga, tendo esses mesmos dados sido reelaborados de forma a serem acessíveis ao cidadão comum que visita as ruínas. Os resultados obtidos, tanto no campo da investigação como no da divulgação, tiveram como suporte, para além do árduo trabalho de investigadores como J.M. Bairrão Oleiro, Jorge Alarcão e Adília Alarcão, uma instituição que é muito mais

que um vulgar museu. Falamos, é claro, do Museu Monográfico de Conimbriga. A sua criação, em 1962, imprimiu novo ritmo aos trabalhos arqueológicos que se vinham realizando no local desde 1874. A par do programa de escavações o Museu passou a desenvolver actividades de investigação laboratorial e de formação de técnicos especializados, bem como a atender um número sempre crescente de visitantes.

Em finais da década de 60 constatava-se já a necessidade de ampliar e remodelar o edifício e, em 1976, o Museu encerrou as suas portas ao público. Um grupo de especialistas iniciou então a elaboração de novo programa museológico que contempla não só o edifício mas também o espaço envolvente, tentando criar entre estes dois elementos uma relação harmónica e equilibrada. O elo fundamental dessa relação é o espaço que antecede



CONÍMBRIGA



imediatamente a entrada do Museu, organizado sob a forma de um belo pátio de calçada à portuguesa com uma latada e um lago, elementos que devolveram a vida a uma praça anteriormente asfaltada onde se parqueavam automóveis.

Os arranjos de exterior, que se prevêm concluídos dentro de dois anos, têm como objectivo racionalizar a utilização do espaço e, por outro lado, tirar o maior proveito possível da agradável paisagem da região. A sua concretização passará pela orientação do trânsito de visitantes, aos quais serão apresentados percursos museológicos alternativos, e pela criação de espaços de lazer com as necessárias estruturas de apoio (água, mesas, bancos, pequeno bar, etc.) Estas não implicarão, no entanto, qualquer alteração das características ecológicas do local: a actual cobertura vegetal, constituída essencialmente por oliveiras, será preservada, bem como outras referências de carácter cultural (marcos de propriedade, antiga pedreira, etc.).

Assim, além da visita ao museu e às ruínas, o visitante disporá ainda de outros serviços (auditório, balcão de venda de publicações, parque de merendas, restaurante, etc.) que poderá utilizar independentemente uns dos outros e segundo ordem inteiramente da sua escolha.

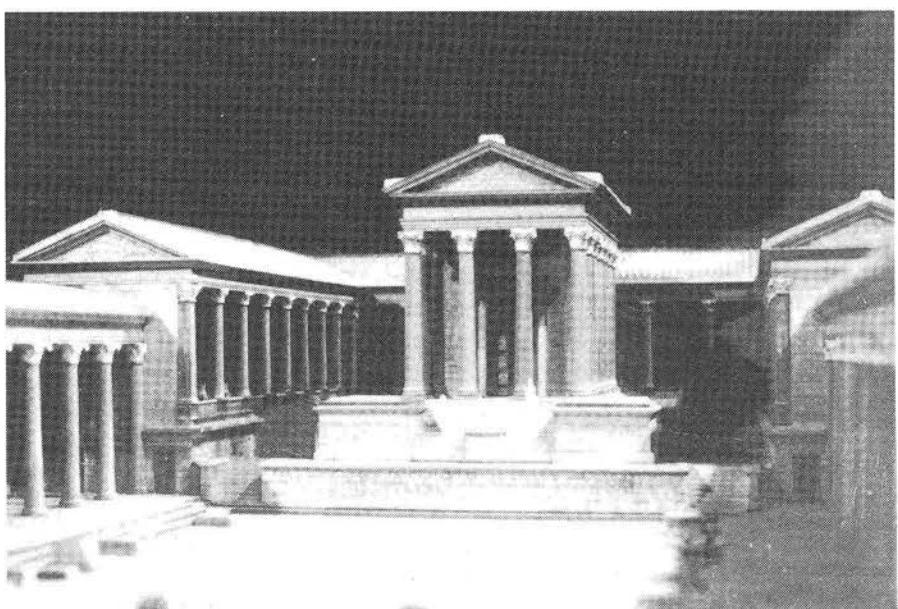
Entretanto, no passado dia 22 de Abril, o Museu Monográfico de Conímbriga reabriu as suas portas para que possamos conhecer, todos nós, através de mais de um milhar de peças expostas, o quotidiano das gentes que habitaram Conímbriga nos primeiros séculos da nossa era.

Não vamos descrever aqui o conteúdo de cada vitrina, pois queremos apenas motivar o interesse do leitor para ver (ou rever) este museu. Dir-lhe-emos, no entanto, que dificilmente esquecerá duas imagens particularmente belas: a da grande vitrina dedicada aos materiais usados na construção da cidade e a maquete do forum Flaviano.

Harmonia, equilíbrio, coerência, serão as palavras que melhor definem não só a exposição mas o ambiente em que esta se integra — nem austerdade tristonha, nem o esbanjamento delirante de recentes experiências museológicas, ainda na memória de todos. Aqui, com algum dinheiro, é certo, mas, sobretudo, com muito bom senso, construiu-se não apenas uma estrutura museográfica que não precisará ser mudada, mesmo que sejam alteradas as funções actuais de cada sala ou vitrina, como se criou um ambiente cativante onde dá prazer estar.

Enfim, dos três objectivos que esta exposição se propôs atingir "[...] mostrar sem fatigar; tornar os objectos eloquentes; despertar no visitante o respeito pelo testemunho arqueológico. [...] os dois primeiros não poderiam ter sido melhor conseguidos. Em relação ao último talvez seja possível melhorar fornecendo ao visitante informação complementar (escrita, audio-visual, etc.) que torne mais explícita a relação dos objectos admirados nas vitrinas com a arqueologia; que fale da sua condição de testemunhos arqueológicos; de como foram encontrados e de todo um percurso (escavação, identificação, classificação, conservação, etc.) que tornou possível contar a história que agora nos contam do lado de lá do vidro. Porque, queremos acreditar, se respeitará mais o que se conhecer melhor.

Maqueta do Forum flaviano



Notícia preliminar

JAZIDA PALEOLÍTICA DA RAMALHA II

Por Luís Pequito Antunes ()*

Desde 1976 que o Centro de Arqueologia de Almada tem levado a efecto um trabalho de prospecção de jazidas arqueológicas no Concelho de Almada, tentando assim sistematizar indícios da existência das mesmas. Foi na sequência desses trabalhos que artefactos recolhidos num corte numa área conhecida por RAMALHA, forneceram indicações da existência de uma jazida, provavelmente do Paleolítico. Foram encetadas então as necessárias diligências para que fosse feita no local uma sondagem. Assim, no ano de 1976, o Centro de Arqueologia e Etnografia de Setúbal⁽¹⁾ e o Grupo para o Estudo do Paleolítico Português efectuaram em conjunto uma sondagem na zona referida, cujo material ficou depositado no C.A.A.

A área arqueológica onde se encontra localizada a jazida da Ramalha II é desde há muito tempo conhecida. Vulgarmente designada pelo nome de RAMALHA⁽²⁾ toda a zona se situa num planalto com um declive suave para Sul, junto a um antigo campo de futebol, distando cerca de 600 metros da Av. Bento Gonçalves. Os terrenos são de transição do Miocénio para o Plio-Plistocénio.

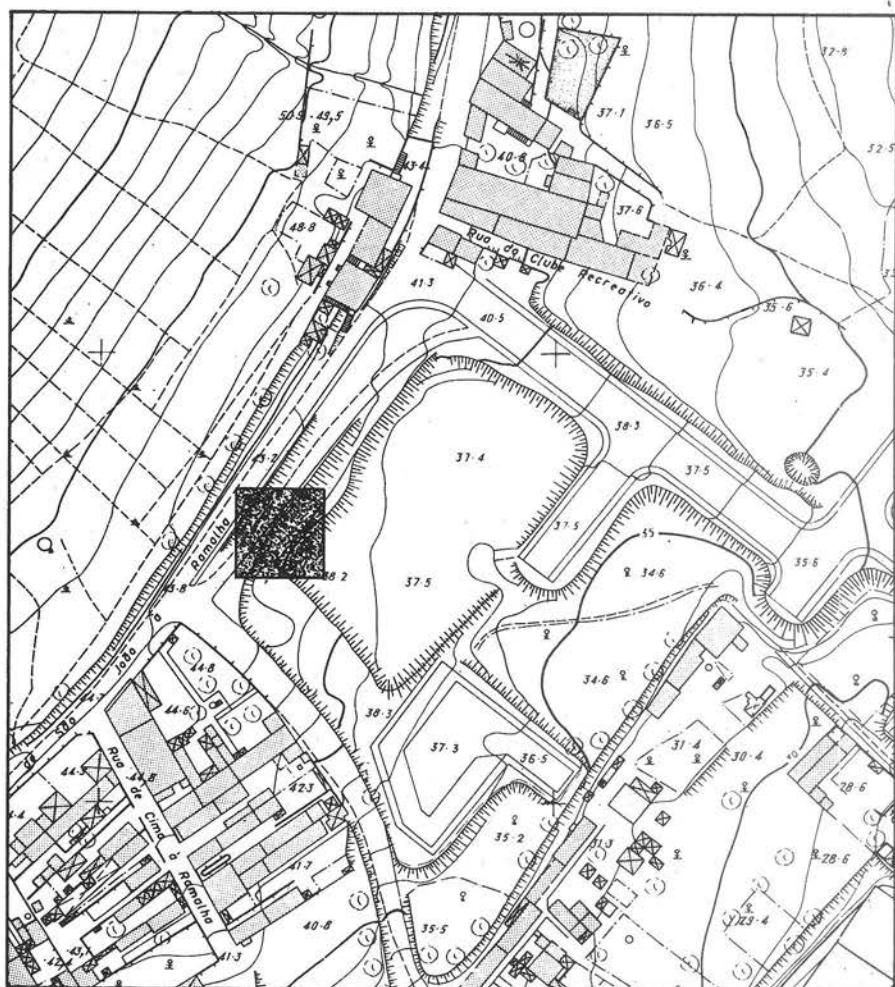
A Ramalha faz parte da freguesia da Cova da Piedade, Concelho de Almada, e tem como coordenadas GAUSS:

X = 90050/90070
Y = 110330/110350
h:40m

Durante a escavação procurou-se determinar se os materiais estariam *in situ* ou seriam provenientes de arrastamentos. Tudo indica ser a segunda das hipóteses a mais provável. De facto os materiais encontravam-se depositados, nas várias camadas, segundo um processo característico de arrastamento. Por outro lado, a existência de zonas de grande concentração de materiais alternando com outras de fraca concentração e o facto de a estação estar situada perto da base de um declive, ajudaram a esta interpretação.

No espólio recolhido é clara a mistura de dois tipos de materiais: um claramente mustierense e outro de tipo "languedocense". Claro está que, numa estação onde o material recolhido foi tido como "de arrastamento", qualquer interpretação sobre estes dois tipos de material contém um certo risco, não só porque a tentação de considerar um "mustero-languedocense" numa estação "não selada" é, à partida, enganadora mas também porque novas críticas e interpretações⁽³⁾ têm surgido nestes últimos anos em relação a esta definição.

O pequeno quadrado sombreado sinaliza a jazida paleolítica da Ramalha II, de acordo com as coordenadas Gauss indicadas no texto.



A impossibilidade de tratar os materiais como um todo para efeitos de estudo levou-nos a considerá-los como pertencentes a dois tipos que, podendo aparecer juntos, podem também surgir isolados mesmo que coexistindo temporalmente.

Um aspecto que tem que ser focado é o facto de toda a zona ser rica em estações arqueológicas cronologicamente pertencentes a vários períodos, o que nos leva a supor que toda esta área possuía condições de ocupação excepcionais, podendo por isso o material arqueológico encontrar-se misturado por mera ocupação ocasional do mesmo local mas em épocas temporais muito diferentes.

A cronologia apontada para o material é, numa primeira análise, muito relativa necessitando de mais estudos que corroborem esta afirmação, mas podemos considerar o material da jazida como mustierense e situá-lo num Paleolítico Médio. Outro tanto não podemos considerar para o material do tipo "languedocense" que a nosso ver se pode datar do Epipaleolítico. Pena é que não se possa efectuar nova escavação no local, mas seguramente podemos considerar o material situado num período cronológico entre o Paleolítico Médio e o Epipaleolítico.

Das 300 peças recolhidas, 95% são provenientes de seixos quartzíticos de cor creme, cinzenta ou grená, sendo as restantes de silex beige e quartzo leitoso. De todo este material somente 20% constituem peças acabadas para uso, sendo o restante proveniente do trabalho de descorticagem dos seixos e da preparação de planos de lascamento. Os seixos utilizados como matéria-prima foram recolhidos no local ou em zonas limítrofes, onde existe em abundância, sendo nula ou quase a existência de silex.

Convém referir que apesar de os materiais apresentarem no seu aspecto geral um trabalho arcaizante, isso se deve ao facto de ser difícil trabalhar seixos de quartzito cujo tamanho médio é de 10x6 cm. No entanto, as peças acabadas apresentam uma técnica de trabalho perfeitamente dominada, quer ela seja de *levallois* ou não, demonstrando um grau de evolução que contrasta com o aspecto aparentemente "arcaico" da peça.

Muito mais haveria para dizer sobre esta estação, no entanto, e porque se trata de uma notícia preliminar publicada para divulgação de uma zona em plena urbanização com a consequente destruição de estações, incluindo esta, mas não se fez do que de certa forma "listar" os materiais sem se procurar uma sistematização, necessária é certo, mas que fica para outro estudo mais aprofundado.

MATERIAL⁽⁴⁾

LASCAS

— Seis lascas de quartzito de técnica mustierense com plano de percussão preparado. Três delas apresentam bolbos de

percussão muito acentuados. Uma lasca apresenta um retoque grosso e irregular em toda a periferia do gume. Todas estas lascas são em forma de leque com uma base regular e plana.

— Dez lascas de quartzito de técnica mustierense sem plano de percussão preparado, sete delas com vestígios de cortex, de forma irregular.

— Quatro lascas de quartzito de forma "rectangular" com o lado esquerdo afeiçoados e retoque grosso.

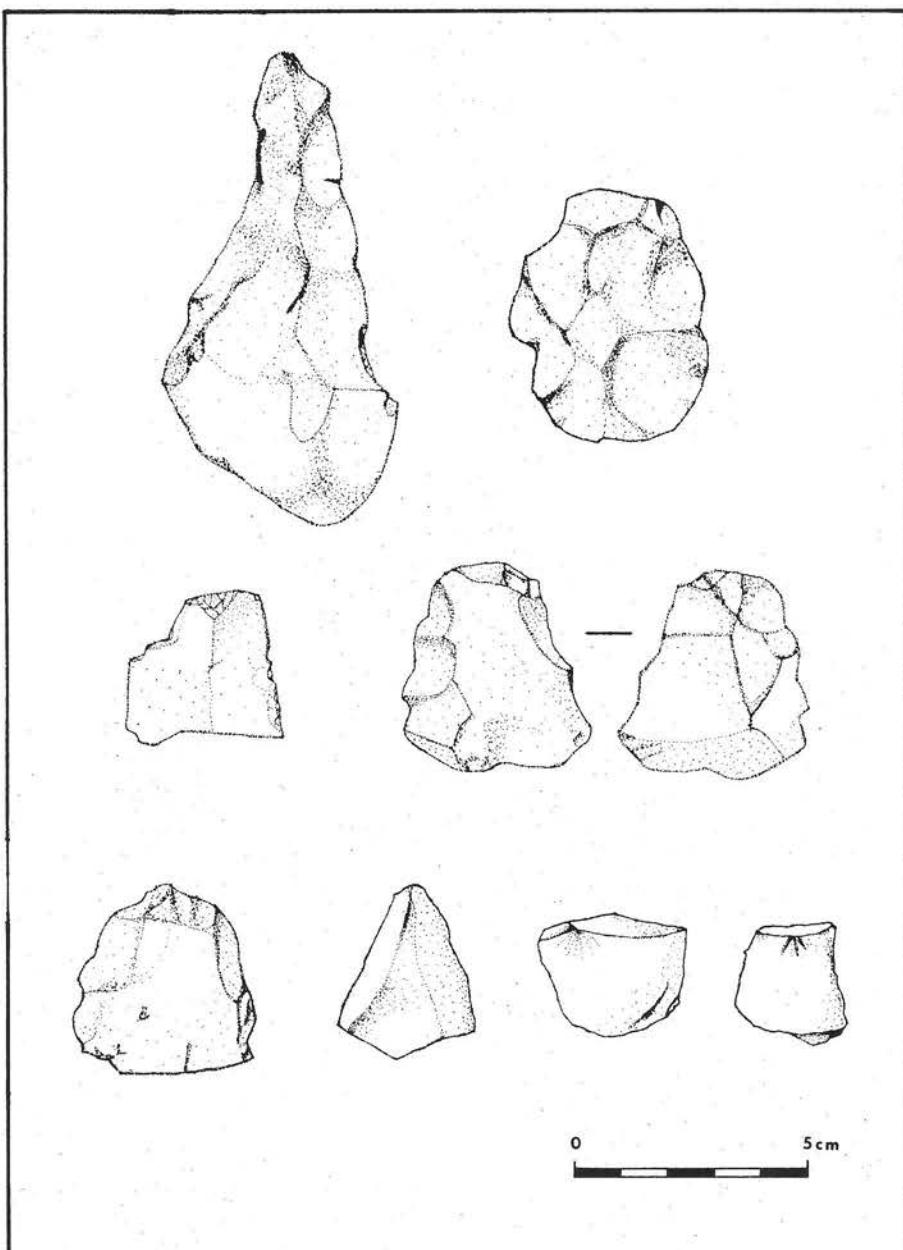
— Duas lascas rectangulares do tipo laminar com negativos de vários levantamentos na face superior.

— Doze lascas residuais com e sem restos de cortex. Tamanho médio das lascas: 28 mm x 25 mm.

— Lasca em silex de forma rectangular, truncada. Na face superior apresenta uma linha dorsal ao meio de onde partem declives suaves. Apresenta retoque regular no gume do lado esquerdo. Tamanho: 3 cm x 2,5 cm.

— Lasca em silex sub-oval, com marcas de negativos laminares na face superior, plano de percussão preparado de técnica levallois. Apresenta retoque abrupto por levantamentos centrípetos, em número de três. Tamanho: 4 cm x 3 cm.

Algumas das peças recolhidas na estação paleolítica da Ramalha II.



— Lasca em quartzito com vestígios de cortex em toda a periferia excepto na parte "útil". Apresenta na face superior vários levantamentos com negativos visíveis. Gume afeiçoados e marcas de uso. Tamanho: 5 x 4 x 1 cm.

NÚCLEOS

— Núcleo de lascas de quartzito, com preparação para lascamentos. Forma de tartaruga com levantamentos radiais e negativos acentuados. Face inferior com restos de cortex e planos preparados em toda a periferia. Núcleo esgotado, de técnica levallois.

— Núcleo de quartzito sobre seixo sem preparação para lascamento.

— Núcleo de quartzito com preparação para lascamento. Esgotado.

— Núcleo de quartzito com preparação para lascamento, com vários negativos de levantamentos de lascas. Restos de cortex na face inferior. Vestígios de utilização como raspador.

RASPADORES

— Raspador em quartzito trabalhado com técnica "languedocense". Sobre um núcleo foram feitos vários levantamentos na vertical da base de modo a criar um gume em ângulo recto e cuja frente tem 3 cm de altura.

— Raspado em quartzito sobre seixo que conserva o cortex no talão, mas cuja frente foi obtida por levantamentos verticais de modo a obter um bordo que foi seguidamente desgastado de modo a ficar reentrante. Técnica "languedocense".

— Raspador unigiforme, sobre lasca, trabalhado em toda a periferia que se apresenta abrupta e perpendicular ao gume. Na face inferior conserva o cortex primitivo. Técnica "languedocense".

— Seixo raspador, trabalhado de forma a ficar com uma frente perpendicular ao gume que se encontra macerado. Vestígios de uso como percutor.

OUTRO MATERIAL

— Um calhau truncado sobre um seixo de forma triédrica. Apresenta vestígios de uso como raspador.

— Seixo globoso, trabalhado unifacialmente onde sobressai um negativo largo e muito amplo e outros menos acentuados.

— Calhau achatado, trabalhado como se fosse truncado mas apenas por dois levantamentos que ficam perpendiculars ao gume que apresenta marcas de uso.

— Pico triédrico sobre seixo de quartzito. Conserva o cortex no talão e numa das faces, sendo as outras duas trabalhadas por levantamentos pequenos, cujos negativos são visíveis e se dispõem irregularmente. Marcas de uso, principalmente na ponta que se encontra romba.

— Ponta de levallois em quartzito. Tamanho: 33,4 x 22 mm.

NOTAS:

(1) Na altura o Museu de Setúbal encontrava-se, com a ajuda do CAA, a escavar uma estação do Neolítico situada a poucos metros.

(2) Sobre os perigos desta zona arqueológica veja o artigo de Ana Luisa Duarte, "RAMALHA — Zona arqueológica em perigo!", Almadan n.º 3, Maio/Novembro 84.

(3) Sobre este tema vejam-se os trabalhos do Dr. Luis Raposo, publicados em Almadan e Setúbal Arqueológica.

(4) O autor agradece a preciosa colaboração prestada pelo Dr. Luis Raposo e Vitor Santos (desenhos).

BIBLIOGRAFIA

TIXIER, Jacques e outros — "Prehistoire de la pierre taillée: I. Terminologie et technologie". Paris, CREP, 1980.

LEROI-GOURHAN, A. e outros — "La Prehistoria". Barcelona, Nueva Crítica, 1982.

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA — "5 anos de actividade". Almada, ed. Comissão Municipal de Turismo da CMA, 1978.

RAPOSO, Luís e António Carlos Silva — "A estação 'languedocense' do Xerês de Baixo (Guardiana)", in "Setúbal Arqueológica", Vol. VI-VII, 1980-1981.

RAPOSO, Luís — "Acheulense do Monte do Famaco-Métodos de análise". Comunicação ao IV Congresso Nacional de Arqueologia. Faro, 1980. (Não publicado mas cedido pelo autor em fotocópias).

RAPOSO, Luís — "As vias modernas do Estudo Tipológico dos artefactos líticos" in "Almadan", n.º 3, Maio/Novembro de 1984.

DUARTE, Ana Luisa — "Ramalha — zona arqueológica em perigo!" in "Almadan", n.º 3, Maio/Novembro de 1984.

A necessidade de uma prospecção cuidada e do acompanhamento das obras da área de urbanização do chamado PP7 (Plano Parcial de Almada — Zona da Ramalha), por nós referida em várias ocasiões, foi de novo confirmada com a detecção de mais duas estações arqueológicas.

Na Avenida Bento Gonçalves, próximo do edifício do Tribunal de Trabalho, quando se procedia à remoção de terras para a implantação de novos prédios, foi identificada uma estrutura de habitat datando do Calcolítico. Constituída por blocos de calcário conquifero com vestígios de acção do fogo, junto aos mesmos se encontraram fragmentos de cerâmica, restos osteológicos e malacológicos e ainda lascas de silex e quartzito. A compreensão da importância deste local por parte da Autarquia e do empreiteiro encarregado da obra vai proporcionar, a breve prazo, pôr a descoberto a mais antiga estrutura de habitat escavada no Concelho de Almada.

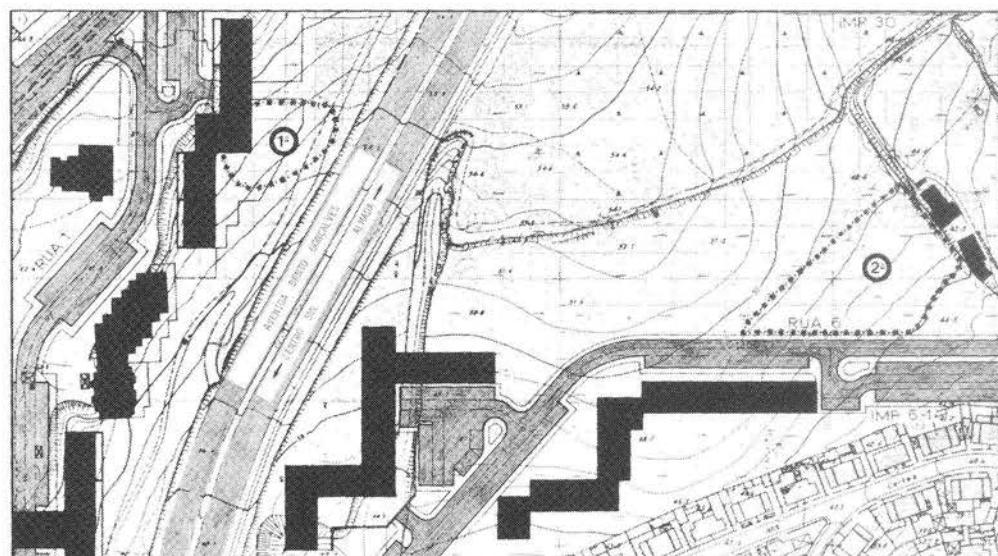
O segundo local a ser descoberto, situado na Quinta do Marcelo, é datável do Bronze Final/Ferro Inicial e é constituído por bolsas reflectas de cerâmica, carvões e restos de fauna, em especial malacológica, proveniente de restos de refeições que foram produzidos

ao longo de vários anos: Dos objectos recolhidos salientam-se fragmentos de taças carenadas, tendo algumas decoração brunida, vários fragmentos já com vestígios de torno, um elemento de foice em silex e ainda a parte de encabamento de um punhal ou faca em bronze.

Luis Barros

RAMALHA

Novas descobertas



MIGUEL CARLOS
CORREIA
PAES



Continuação da pág. 23

- Paes (Miguel Carlos Correia)

Projeto d'um cais e ponte d'embarque e desembarque na estação de Barreiro e Memoria descriptiva e justificativa do projeto. Barreiro, 14 de Março de 1876.

Consta, cremos, do arquivo da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, em Lisboa.

- Paes (Miguel Carlos Correia)

Tréplica sobre o local da estação terminal do caminho de ferro do Sul do Tejo, 2.ª memória, in Revista de Obras Públicas e Minas, Tomo IX, Lisboa, 1878.

- Paes (Miguel Carlos Correia)

Valle de Alcantara/sua importância no movimento ordinário e acelerado de Lisboa, Lisboa, 1881, 55 págs., ilustrado.

- Paes (Miguel Carlos Correia)

Publicou *Composições Musicais*. Sociedade de Autores?

Bibliografia Passiva

- *Barreiro (o)/Antigo e Moderno/as outras terras/do/Concelho*
Armando da Silva Pais
Câmara Municipal do Barreiro, 1963, 480 págs., ilustrado.
Capítulo XXIV, págs. 191 a 205: *A inauguração, em 1884/da gare marítima do Barreiro/veio consolidar a posição desta vila/como grande centro ferroviário.*

Vasta biografia de Miguel Paes, com muitas referências à sua obra no Barreiro.

- *catálogo/da/colecção de desenhos avulsos/do/Arquivo do Ministério/da Habitação e Obras Públicas*
Lisboa, Secretaria Geral do Ministério, 1980.
"712 — *Tejo. Rio. Ponte. Cortes e Alçados. Séc. XIX. Esc. Variável.*"
Projeto da Ponte Sobre o Tejo da autoria do Eng.º Miguel Paes. A sua reprodução aparece na Ilustração XXI, no fim do volume.

Mais adiante, nas págs. 101 e 102, Capítulo XIII, *Monte Pio*, Refere a Caixa de Socorros do Caminho de Ferro do Sul e Sueste, fundada por Miguel Paes.

- *Museu da Cidade*
Lisboa, Campo Grande, Palácio Pimenta.
Na coleção Vieira da Silva existe uma planta, séc. XIX, com as dimensões 409x630 mm, *Projecto Segundo a Qual a Avenida da Liberdade Seria Prolongada Até à Antiga Estrada da Circunvalação, Rua Marquês da Fronteira*, da autoria de Miguel Paes.

- *Occidente*
Revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro
Volume XI, 11.º ano, 1888.
(pág. 72). Dá a notícia da morte de Miguel Carlos Correia Paes. Informa ter sido colaborador do *Occidente*. Na pág. 82 insere uma vasta notícia biográfica de Miguel Paes, e um retrato (pág. 84), gravado em madeira.

- *Ponte (A) sobre o Tejo/entre/Santos e Cacilhas. Crítica ao projecto do engenheiro espanhol/D. Alfonso Peña y Boeuf*
F. S. Ramos Costa

Artigos publicados pelo antigo senador da República no *Diário de Notícias* e na *Voz*. Lisboa, 1927, 16 págs.

Analisa o projecto de Peña e Bouef comparando-o com o projecto de Miguel Paes. E conclui: "Não resta a menor dúvida que é necessário construir a ponte de Xabregas-Montijo (proj. Miguel Paes), o qual teve o voto, por escrito, de 61 engenheiros.

- *Porto (O) de Lisboa*
Estudo de História Económica/Seguida de um Catálogo Bibliográfico e Econográfico.

Administração Geral do porto de Lisboa, 1960. Pág. 357:

- *411 — Projecto do Eng. Miguel Paes (Porto de Lisboa).*

Plano que abrange a linha marginal desde o Beato até à Torre de Belém, ou sejam 11.350 metros de construção, 8.400 de muralha de alvenaria e 2.300 metros de ponte-cais, medindo as entradas das docas projectadas 650 metros de extensão."

- *407 — Plano elaborado por uma Comissão nomeada em 1883 por portaria de 16 de Maio de 1883, composta por: Visconde de S. Januário, Carlos Ferreira dos Santos Silva, J. M. Esteves de Freitas, J. G. Rosa Araújo, António Maria dos Reis, Eduardo Ferreira Pinto Bastos, A. José Gomes Neto, Agnello José Moreira, Manuel Afonso Espergueira, José Luiz Quintela Emauz, Estevão António de Oliveira Junior, Bento Fortunato de Moura, Coutinho de Almeida d'Eça, Miguel Paes e José Veríssimo Mendes Guerreiro. O relatório desta Comissão foi impresso e foi óptima solução definitiva dos Melhoramentos do Porto de Lisboa.*"

- *Portos (Os) Marítimo de Portugal/e Ilhas Adjacentes.* Adolphe Loureiro.
Volumes I a VI, Lisboa, 1904-10, mais 5 Volumes do Atlas.

O Volume III do *Atlas* insere o *Projecto do Porto de Lisboa*, da autoria do Eng.º Miguel Paes.

- *Urbanização (A) de Lisboa e o comércio da capital*
Joaquim Roque da Fonseca
Lisboa, 1937, 48 págs.

Conferência realizada na Câmara Municipal de Lisboa. Insere a *Planta da Avenida da Liberdade e Projecto do seu Prolongamento*. Referências a Miguel Paes.

Concelho de Almada:

QUEM SALVA O QUE RESTA DOS MOINHOS DE VENTO?

por Manuel Lourenço Soares (*)

Há anos, numa iniciativa assaz interessante, com vista a preservá-los da inclemência do tempo e do desleixo dos homens, em Lisboa, mais propriamente no Alto da Ajuda (Caramão), foram completamente restaurados dois moinhos de vento. E num deles as obras de recuperação foram de tal amplitude que ficou apto a moer de novo os grãos farináceos. Mais, da zona de Mafra, região onde ainda agora laboram tais moinhos, veio até um moleiro e família, que para além dos competentes trabalhos de moagem, confeccionavam também alvo como saboroso pão.

Durante um bom espaço de tempo, para gáudio de quem por ali passava, os vistosos moinhos da Ajuda trabalhavam em pleno, até que um dia aos moinhos foi de novo imposta a mordaça do silêncio.

E no concelho de Almada que se passa com os velhos moinhos?!

Antes de avançarmos mais com este trabalho, debrucemo-nos um pouco sobre o que foram estas muito importantes «fábricas» de moagem:

«O moinho era de forma circular, com grossas paredes de alvenaria, que atingiam um metro e mais de grossura, onde se deixavam espaços para uma porta e três janelas. A porta e uma janela eram viradas rigorosamente ao sul, e as outras duas janelas, uma ao nordeste e outra ao noroeste. No final das paredes eram estas guarnecidas, a toda a largura, com lajes de pedra de duas cavidades, sendo uma do lado exterior e outra do lado interior, para encaixar rodas grossas e de pequeno diâmetro, que serviam para apoiar e para fazer girar o tecto do moinho. Por dentro, em volta da parede e afastadas uns vinte ou trinta centímetros das lajes finais, onde trabalhavam as rodas, salientavam-se pedras com furos redondos os quais serviam para os moleiros enfiarem as cordas grossas que ligavam ao suporte do tecto para a segurar à parede e também ao sarilho, para o movimentar, com todo o peso do suporte, eixo e agregados, em procura do rumo do vento. O sarilho era um rolo de madeira rija, com quatro hastas cruzadas, que tinha nos extremos dois eixos de ferro, que assentavam, um na longarina e o outro no suporte. Era esse o aparelho que o moleiro utilizava para mover todo esse grande peso.

No piso térreo, por dentro e à esquerda, a seguir à porta, nascia a escada que dava comunicação aos pisos superiores. A escada era feita com parede de alvenaria e degraus de pedra. Em baixo, no mesmo piso térreo, na parede da escada e na do moinho, deixavam uma cavidade espaçosa, com uma pequena abertura para o exterior, que era destinada para capoeira

de galinhas, que o moleiro criava e sustentava com as limpaduras dos trigos, mas que também dedicavam nos terrenos em volta do moinho.

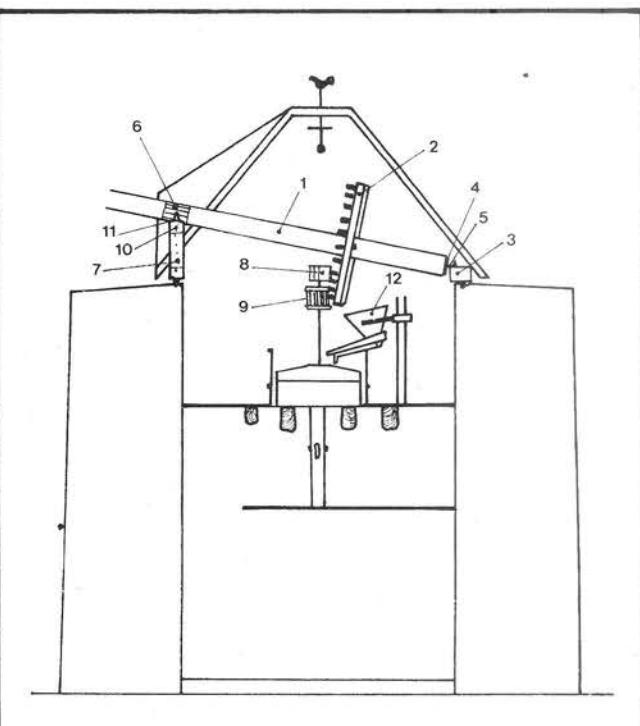
O piso superior era vigado com troncos grossos de árvore de qualidade rija, que facejavam para colocarem sobre elas o solho onde depois assentavam as mós. Havia moinhos que tinham esse piso em cantarias arqueadas, mas era trabalho pouco usado, talvez por ocupar muito espaço.

Entre o piso superior e o térreo havia um outro, de tecto baixo, onde o moleiro regulava a mó de cima e onde, em alguns moinhos, trabalhava outra mó mais pequena, e que também servia de quarto de cama do moleiro.

O tecto, eixo, roda de engrenagem e outros agregados assentavam sobre um suporte, circulavam as rodas dentro das calhas feitas nas cantarias que terminavam a parede do moinho, ro-

Corte de um moinho de Sesimbra

- 1 — Mastro
 - 2 — Entrosga
 - 3 — Fechal
 - 4 — Arviela
 - 5 — Espigão
 - 6 — Gatos
 - 7 — Malhais
 - 8 — Ponte
 - 9 — Carreto
 - 10 — Bácoro
 - 11 — Castanha
 - 12 — Tégão
- Desenho extraído de "Sistemas primitivos de moagem em Portugal — II, moinhos de vento", de Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano.



das estas de madeira rija, com grossura igual à largura da calha feita na pedra, que regulava por uns dez centímetros, e com um diâmetro de vinte centímetros mais ou menos, colocadas no suporte a uma distância umas das outras de oitenta a noventa centímetros, encurtando esse espaço na proximidade dos eixos. Para travação desse suporte ligavam-lhe duas longarinas, também de madeira rija e resistente e mais algumas escorras que iam da longarina ao suporte. E no mesmo suporte, para apoio do eixo, era assente uma peça de bronze e de madeira côncava e rija, a que se chamava castanha, nome que parece bem achado, porque quando o eixo rodava lentamente em cima dessa peça, dava estalidos como se fossem castanhas a assar.

O eixo era formado por uma prancha de madeira quase sempre exótica, com um diâmetro de mais ou menos trinta centímetros, de que metade atravessava o diâmetro do moinho e a outra metade saía para fora, havendo nela quatro furos cruzados e desencontrados, ao sair da castanha, para se enfiar as varas onde assentavam as velas, e seguia o resto em cónico, dos furos até ao extremo, donde partiam as espias de corda que travavam as varas.

Ao centro do eixo, no interior do moinho, ligava-se a roda da engrenagem e o carro. A roda da engrenagem, também toda de madeira rija, devia ter um metro de diâmetro, mais ou menos; o carro, feito também da mesma qualidade de madeira, com uns vinte e cinco ou trinta centímetros de diâmetro, era apertado com dois aros, para segurança dos dentes e do veio.

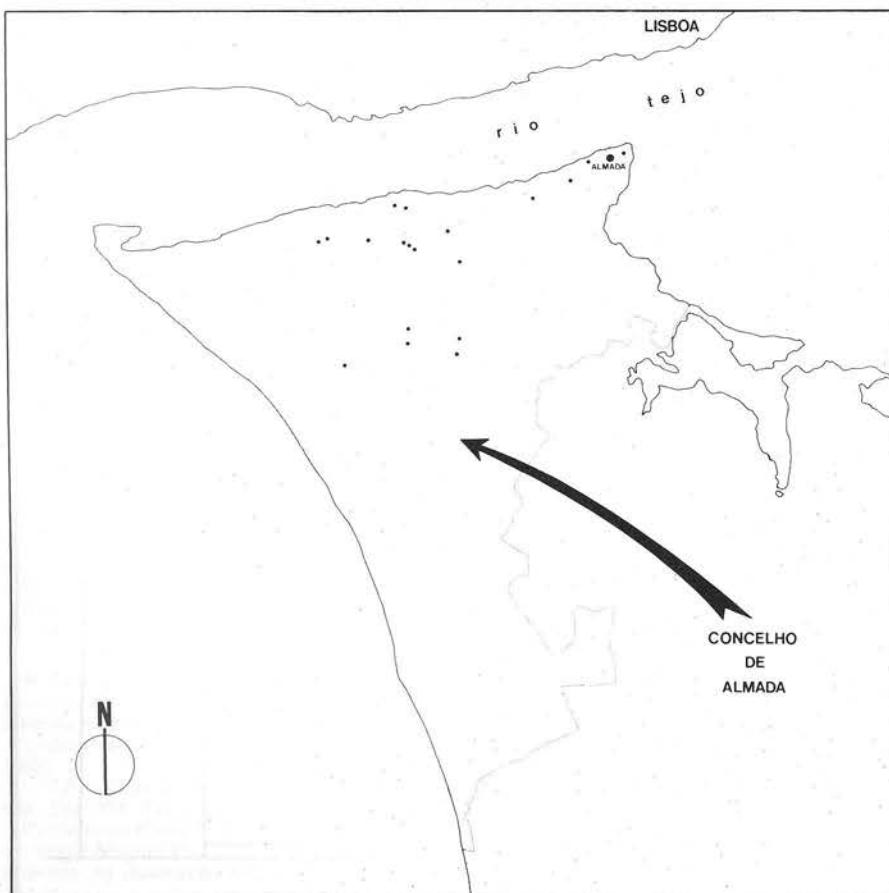
Ao centro do piso superior eram assentes as mós: a mó de baixo, fixa e grossa; a de cima, giratória e delgada. O carro, ligado à roda de engrenagem, trabalhava em vertical, saindo-lhe o veio de ferro, com cinco ou seis centímetros de grosso, que vinha ligar a uma peça também de ferro a que chamavam segurelha, a qual ligava à mó de cima, para a fazer movimentar, e também a um outro veio de ferro que atravessava o solho e a mó de baixo, que não deixava descentrar a mó de cima e servia ainda para levantar ou baixar a dita mó, que o moleiro tinha que regular de modo a não tocar uma na outra, para obter boa farinha.

Levantamento preliminar dos moinhos de vento existentes no Concelho de Almada.

O tecto ou cobertura do moinho era construído com peças de madeira colocadas ao alto, umas ao lado das outras, separadas por pequeno intervalo, tomando forma aguda e circular e assentando a parte inferior em cima do suporte e a superior, quase aguda, ligando a uma peça de madeira redonda, onde era colocado o catavento, que era a figura de uma ave, quase sempre um galo. Essa figura de ave, que se virava sempre ao vento, é que indicava ao moleiro, dentro do moinho, de que lado aquele soprava.

Depois de armadas, as madeiras do tecto eram forradas pelo lado exterior com lonas, pregadas nas madeiras, que depois pintavam com pez negro, assim como todas as madeiras e cordas que ficavam ao tempo, com exceção da porta e das janelas, que eram pintadas com tinta vermelha. Esta pintura, com o caiado em branco das paredes, por dentro e por fora, fazia, ao longe, realçar o moinho.

O trigo, limpo e pronto a farinhar, corria de uma caixa cónica de madeira, chamada tegão, com o fundo em saco, de lona, que ligava a uma calha de madeira que levava o trigo. À entrada, no centro da mó, essa calha estava também ligada a um pedaço de madeira que roçava na mó em movimento e fazia estremecer a calha e o fundo de lona do tegão, de onde o trigo caía lentamente para a entrada da mó, onde era transformado em farinha. Para sustar a farinha na saída, eram fechadas as mós em três quartos da circunferência, na altura do solho à mó de cima, com peças de madeira curvas e aconchegadas às mós, ficando o quarto restante com lona a fim de dar passagem à farinha, que ia formar monte no solho, donde os moleiros a ensacavam para depois seguir para os padeiros que dela faziam pão.



Os moinhos que ainda se podem ver no todo almadense

Como é sobejamente sabido o concelho de Almada, mais propriamente toda aquela área territorial que em tempos constituiu a imensa freguesia de Caparica (actualmente freguesias de Caparica, Costa e Trafaria), é uma zona altamente exposta aos ventos predominantes, que sopram do Norte. E no Verão, por conseguinte depois das ceifas, de Julho a Setembro, as noras fazem-se aqui sentir de sobremaneira. Que o digam os banhistas que procuram as nossas praias e até os mestres das embarcações que demandam a Trafaria.

Ora, numa região tão arejada e lavada pelos ventos, de modo algum poderia ser ignorado o aproveitamento de tão útil como graciosa energia. Que actualmente, devido às carências petrolíferas, está de novo a ser aproveitada, porém com o alti-sonante nome de «energias renováveis».

Os técnicos portugueses de antanho, que não tinham nada de parvos, antes pelo contrário, souberam tirar o melhor rendimento dos elementos naturais postos à sua disposição, quer das águas (mar e rios), quer do vento. E assim, nos pontos mais convenientes, souberam implantar os moinhos de vento. E de tal forma essas implantações foram felizes que em nada vieram contender com o meio ambiente. E já que a dinâmica que os fazia mover eram forças naturais, não geravam portanto quaisquer partículas de poluição. E por esta forma, durante séculos os moinhos do todo almadense, que de um modo geral se situavam na freguesia de Caparica, moeram o saboroso trigo que também se produzia nesta terra que foi de figos e mel.

Entretanto com o progressivo desenvolvimento das técnicas, primeiramente o vapor e depois a electricidade, os velhos mas preustimosos moinhos de vento, aos poucos, foram postos de parte.

E na actualidade, na sua maioria, os que restam encontram-se em estado ruinoso, mas não são que símbolos mudos de um mundo em constante transformação. Mas essa transformação, é importante dizer já que os recursos naturais são esgotáveis (caso flagrante do petróleo), tem de ser feita com base nas energias clássicas, onde o vento e o Sol têm papel preponderante.

E é neste contexto que muito naturalmente os velhos moinhos almadenses, com ligeiras inovações, podem (e devem) voltar a funcionar.

Pois, continuando no concelho de Almada, nos locais que enunciamos a seguir, ainda se pode admirar o que resta do que foram os airoso moinhos de vento:

Trafaria

Nos princípios da que é hoje Avenida 25 de Abril, frente à outra margem, existiram alguns moinhos.

De registo que nos finais do século XIX, devido a forte invernia que se fez sentir por aquelas alturas, os pescadores locais passaram muita fome. E se mais miséria não passaram deve-se ao espírito altruista do proprietário dos referidos moinhos, que algum pão lhes dava.

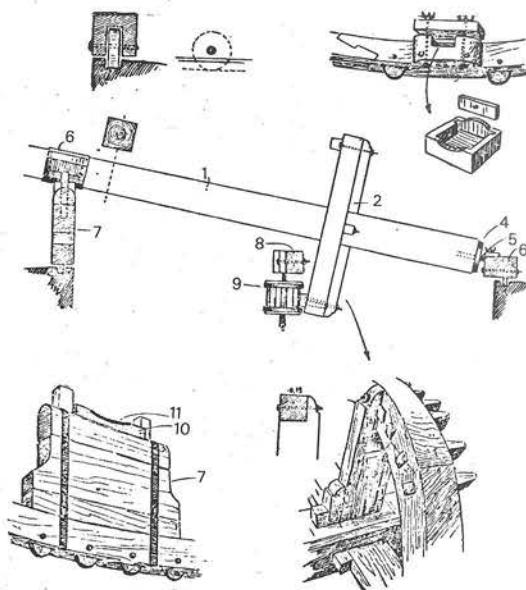
Com o desenvolvimento industrial e depois urbanístico, estes moinhos foram abandonados, não tardando a ficar em ruínas.

Actualmente deles só resta a lembrança.

Murfacém

Nesta localidade, sobranceiro ao Tejo, ainda se pode admirar o muito que

- 1 — Mastro
- 2 — Entrosa
- 3 — Fechal
- 4 — Arviela
- 5 — Espigão
- 6 — Gatos
- 7 — Malhais
- 8 — Ponte
- 9 — Carreto
- 10 — Bácoro
- 11 — Castanha



Pormenores do moinho de Sesimbra

ainda resta deste velho moinho. Cobertura já não tem, assim como o eixo principal da roda e tudo o mais da respectiva aparelhagem. Mas as alvenarias ainda se encontram em razoável estado de conservação.

Pera de Cima

O moinho que aqui se encontra, na Quinta das Inglesinhas, está em muito bom estado de conservação quanto a alvenaria, cobertura, eixo principal da roda e tudo o mais.

É um verdadeiro símbolo mas, devido à construção de casas que se tem vindo a fazer em seu redor, mal se dá por ele.

De interesse é que este moinho, em terras de Caparica, foi o último a deixar de laborar. Trabalhou até aos anos cinquenta.

Castelo Picão

Deste moinho já pouco resta. Talvez seja aquele cujo estado se encontra mais ruinoso.

E com a futura urbanização que na sua área se vai fazer, num tempo que se aproxima breve, desaparecerá por completo.

Granja

Na quinta que tem este nome, próximo do Monte de Caparica, encontra-se também um destes espécimes, mas desde há muito a servir de mirante. E sem dúvida alguma que dele se avista toda uma ampla como excelente panorâmica, para Sul do concelho.

Joinal

Encontram-se aqui dois moinhos, estando um deles adaptado a habitação. O outro já não possui a caracte-

rística cobertura e aparelhagem. Porém o seu interior ainda se encontra em razoável estado de conservação, possuindo até as escadas interiores que levam aos pisos superiores.

Neste último trabalhou como moinho Casimiro Lourenço, natural da Trafaria, mais conhecido por «Zé Bucha».

Quinta da Vigia

O moinho que aqui se situa, com o Tejo e a cidade de Lisboa a servir-lhe de moldura, passou ultimamente por importantes obras de beneficiação para servir como residência habitacional.

Quanto a nós, a sua posição é a melhor. Disfruta-se dela uma panorâmica de muita beleza.

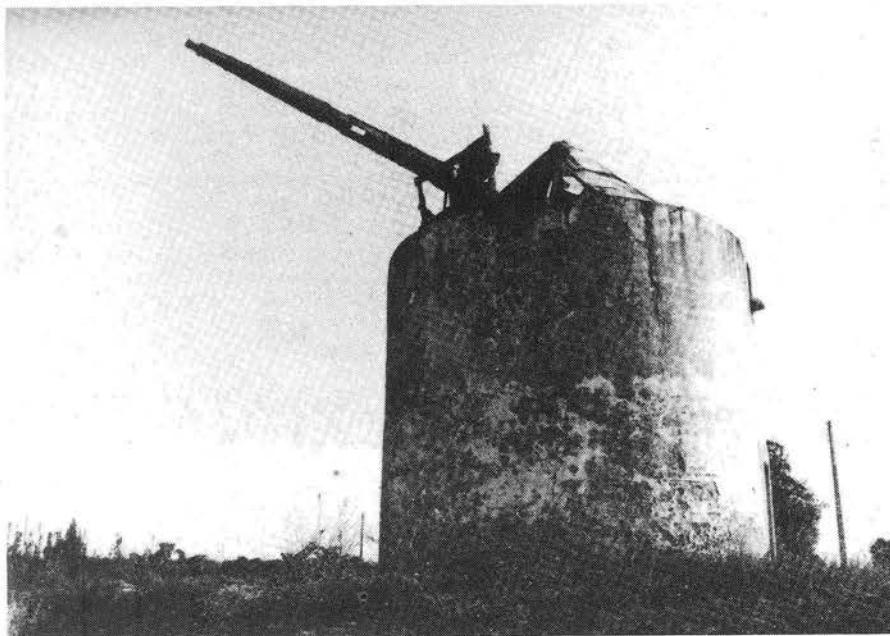
Azhaga dos Formosinhos

Situado nas traseiras das instalações do terminal petrolífero da GALP (antiga SONAP), se bem que já não tenha a cobertura e a aparelhagem, as alvanarias deste veludo moinho ainda se encontram em muito bom estado.

As instalações da GALP, como é de calcular, tapam-no por completo. E por este factor, já que o vento não pode incidir nele como antes, a sua reactivação, se fosse caso disso, é quase de todo impossível.

Areeiro

Do apreciável número de moinhos de vento que existiram no concelho de Almada, mais propriamente na freguesia de Caparica, este moinho é o que se encontra em melhor estado de conservação. E será uma grave perda para a terra almadense se vier a ser abandonado.



Moinho de Pera de Cima (Freguesia do Monte de Caparica).

Capuchos

Também aqui, não muito longe do Convento, junto ao depósito de água, se encontra um velho moinho. Muito danificado é verdade. O local em questão é acentuadamente ventoso e por certo que não foi a falta de vento que esteve na base do abandono a que foi votado.

Cacilhas

No alto da Quinta da Alegria, resistindo ao tempo e aos homens, podem-se ver as paredes de altivo moinho.

É da rua Elias Garcia que melhor se pode apreciar esta interessante obra de arte que marcou uma época.

Estes são alguns dos muitos moinhos que por certo existiram na terra almadense, sendo natural que vestígios doutros se encontrem.

De referir que, à excepção de Cacilhas, todos os outros moinhos se situam na que foi a grande e rica freguesia de Caparica. O que de modo algum é para causar estranheza na medida em que neste rincão a agricultura tinha apreciável peso económico. Tudo, ou quase tudo nela se dava, inclusivamente o vinho, tendo fama o da Charneca. E o trigo não menor valor tinha, semeando-se por toda esta terra fronteira a Lisboa, de Almada aos confins do concelho. Daí o acentuado número de moinhos. Porém, aqueles que existem são uma ténue amostra do que foram — e é pena!

Na Holanda, por exemplo, os moinhos de vento tiveram maior sorte. Hoje como ontem, continuam a trabalhar em pleno, bombeando as águas dos canais de drenagem.

Porque não também entre nós o total aproveitamento dos moinhos de vento?

em Almada

UM EXEMPLO A SEGUIR

entrevista de Luís Barros

O Património do Concelho de Almada tem sofrido, como o de tantos outros Concelhos, uma rápida degradação devido essencialmente à especulação imobiliária e também aos custos elevados que representa a reconstrução ou conservação de um imóvel. Assim, é sempre de louvar que alguém, instituição ou indivíduo, dedique à conservação dos imóveis de sua responsabilidade uma fatia do seu orçamento e mais ainda se, ao contrário da maioria dos casos, o faz responsávelmente no respeito pela antiguidade e traça do edifício.

Eis o caso das Igrejas de N.^a Sr.^a da Piedade e N.^a Sr.^a do Monte que a seguir relatamos nas palavras dos respectivos párocos.

IGREJA DE N.^a SR.^a DO MONTE

Entrevista
com o pároco Domingos Luís Morais

Esta igreja não é a primitiva, já que essa caiu com o terramoto. Para além disso têm-se realizado diversas obras. Gostava que fizesse um histórico disso mesmo.

O edifício desta igreja é do séc. XVIII, do tempo do Marquês de Pombal. O anterior caiu com o terramoto de 1755, tal como aconteceu com muitas outras igrejas e casas de habitação. Há um depoimento de um prior dessa época que refere estar a igreja a ser construída em 1757 ou 60. Daí para a frente tem tido muitas obras — tenho documentos das Irmandades onde se fala nisso. As Irmandades padroeiras da igreja tinham a seu cargo as obras e lutaram com algumas dificuldades, tendo mesmo que recorrer ao Estado, no tempo da rainha D. Maria I, como é referido nalgumas actas dessa altura.



Igreja de Nossa Senhora do Monte

No meu tempo as maiores obras que se fizeram foram as de 1969, consequência do terramoto de 1968. Nessa altura recorri ao Ministério das Obras Públicas que tinha subsídios para a reconstrução de edifícios atingidos pelo sismo. Vieram então dos Monumentos Nacionais um arquitecto e um engenheiro que viram a igreja toda e propuseram ao Ministério o arranjo. Contrataram um empreiteiro e deram-me um subsídio de 48 contos quando estavam previstas obras no valor de 80 contos. Verificou-se também o que existia, fez-se um balanço e começaram as obras. Cravaram o tecto todo — tinha caído um bocado dele — e eu aprovei os andaimes que vieram nessa altura para fazer pinturas. Por dentro a igreja foi toda pintada, excepto as paredes que eram de mármore fingido e não precisavam. Por fora foi igualmente pintada, tendo as pinturas já corrido à nossa custa.

No final de 1983 também se fizeram alguns arranjos: substituiram-se as canalizações na casa paroquial e repousou-se o relógio. Em 1984 resolvemos iniciar a pintura exterior da igreja mas verificámos que o estuque estava todo podre, de modo que, enquanto houver dinheiro arranja-se... quando não houver, parou...

Estas últimas obras são todas feitas com dinheiro dos fiéis e da paróquia. Neste momento a igreja também já precisa de ser novamente arranjada por dentro mas teremos de aguentar assim mais um ou dois anos.

Tenho muito gosto nesta igreja. Ficou muito bonita quando foi pintada.

Sei que tem fotografado edifícios antigos. Porquê?

Tirei fotografias das capelas da paróquia porque acho que é uma pena estas estarem a cair.

Há aí edifícios antigos que são engracados e qualquer dia vão desaparecer. Por exemplo a Quinta da Formiga que tem aquela entrada muito bonita, qualquer dia desaparece, está mesmo a cair. Também tentei fazer fotografias da quinta mas estão sempre carros à porta e ainda não consegui.

Tive uma grande pena quando soube à dias que ardeu a capela de S. Francisco de Borja, com bonitos azulejos que já foram quase todos roubados. Mas há aí recantos antigos muito engraçados, como por exemplo as Casas Velhas.

Há anos andei na Banáctica à procura dos restos de uma capela mas não os consegui encontrar e também ninguém me foi capaz de dizer onde ficavam. A dois anos uns noivos que aqui estiveram e que eram da Banáctica disseram saber onde tinha existido uma capela muito antiga mas que tinha sido demolida numas obras, só sobrando o campanário. Com pena minha nunca cheguei a vê-la.

Tudo se perde como aconteceu com o resto da capela que foi do convento dos Paulistas, no Casal da Rosa ou Casalinho. Quando o ano passado andei por aqueles lados à procura de alguns restos, um velhote disse-me que tinha sido tudo destruído. Já só havia uma casa que era a capela-mor

e onde ainda se via o arco cruzeiro. Nem reconheci o local, tão modificado estava.

No Casal da Rosa ainda há uma fonte com um brasão. Esta fonte era célebre e dela falava o prior do tempo do terramoto quando o Marquês de Pombal pediu para todos os priores fazerem um resumo do que existia nas freguesias. Dizia ele que a água desta fonte era boa para curar a lepra. Eu estive lá há uns anos e tenho a impressão de que tinha uns azulejos mas agora já não sou capaz de identificar a fonte. Na freguesia de Caparica existiam três fontes célebres: a Fonte Santa, a do Casal da Rosa e a Fonte da Telha.

Não tenho muito tempo mas tudo o que se relaciona com História me interessa e gostava de me dedicar mais ao seu estudo. Às vezes ainda dou uma perninha...

É por isso que mandei encadernar livros que estavam aí guardados e tentei conservar as cores primitivas da igreja — quando ela foi pintada — e que ainda se notavam nalguns lugares.

Entre os livros que mandei encadernar havia um muito interessante, escrito por um antigo prior da freguesia e anterior ao terramoto, que é o rol de confessados e onde constam todos os habitantes da freguesia, por famílias e lugares.

IGREJA MATRIZ DA COVA DA PIEDADE

**entrevista
com o pároco
Ricardo Guerreiro Lopes**

Gostaríamos de saber de que forma decorreram as obras na igreja matriz da Cova da Piedade.

As obras de beneficiação da igreja foram muito importantes para a preservação do belo templo. Foi restaurada toda a talha dourada do altar-mor e dos altares laterais, bem como os painéis do tecto. No entanto, antes de avançar mais nas obras de restauração, talvez seja interessante saber que já antes do terramoto de 1755 se erguia uma ermida no sítio da Piedade, com o título de N.ª Sr.ª da Mutela, com uma Irmandade para a qual concorriam os moradores. Essa primitiva ermida daria lugar à actual igreja matriz, erigida em 1762 (sete anos após o terramoto de Lisboa), data que aliás ainda hoje se pode ver na verga do portal alpendrado interior. Para a reconstrução feita nessa época muito contribuiu o povo anónimo dado que viriam aqui romarias não só dos arredores de Almada e Seixal mas também de Lisboa e Oeiras. É muito curioso notar que em vários documentos se pode ler que a designação da Irmandade era de Real Irmandade de N.ª Sr.ª da Piedade, dos Milagres e da Vitória da Cova da Mutela, porque era precisamente o nome do porto vizinho, o porto da Mutela. A citada ermida era lugar de

muita devoção e conhecem-se pelo menos duas romagens dos moradores de Coina e até de Oeiras. O templo primitivo possuía uma única nave.

Nas obras de ampliação levadas a cabo em 1964/65 pelo padre Sobral foi criada uma nave lateral que deu outra capacidade à igreja. Foram obras realmente de intuito louvável porque o aumento dos fiéis o exigia, mas obrigaram a retirar dois painéis de azulejos que estavam do lado em que ficou a nova nave. Estes encontravam-se em frente aos que hoje lá estão, formando um conjunto dedicado à vida de Nossa Senhora, desde a Anunciação de Maria até toda a sua presença na vida de Cristo.

A restauração agora terminada incluiu o mesmo painel, que nós conseguimos recompor. Quem restaurou de facto os painéis foi a Casa Viúva Lamego, de Lisboa, uma casa especializada que considerou os azulejos da Cova da Piedade como um óptimo exemplo de painéis do séc. XVIII, até pela perfeição das imagens. Eles fizeram disto como que um cartão de propaganda.

Os azulejos estavam muito partidos e foi um trabalho de meses. Nós não conseguimos recompor as imagens a partir dos fragmentos — ao fim de dois meses demo-nos por vencidos e a situação era quase de desânimo. Mas realmente os peritos sabem disto e levaram-nos a descobrir que por detrás de cada azulejo há letras e números que constituem a chave para a sua recomposição. Chegámos então à conclusão que faltavam cerca de 100 a 120 azulejos. Eles foram reproduzidos com tal felicidade que são idênticos aos outros.

Esta recuperação dos painéis repõe a igreja no seu valor original visto que o que ela tem de mais valor são preci-

ao lado:

Igreja de Nossa Senhora da Piedade. Capela do Sagrado Coração.

em baixo:

Igreja de Nossa Senhora da Piedade.



samente os painéis de azulejos, independentemente da talha dourada que se pode apreciar.

O pavimento foi substituído e provido de passadeiras, já que se encontrava muito deteriorado. Procurou-se na zona do altar-mor e coxia central salvaguardar todas as pedras possíveis. Procedeu-se igualmente ao arranjo do telhado e à pintura das paredes da igreja e anexos. O custo total das obras foi da ordem dos três mil contos, sendo totalmente suportado pela comunidade paroquial e por outros amigos da Cova da Piedade. Convém dizer que as obras obedeceram às directrizes do Concílio Vaticano II, nomeadamente na colocação do Baptistério que hoje deve ficar na zona do Santuário, próximo do altar.

No caso destas obras em igrejas existe um Secretariado das Novas Igrejas que dá pareceres...

Realmente o arranjo e o estudo foram feitos e orientados pelos arquitectos do Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado de Lisboa. Somos uma diocese de Setúbal mas, como não existem ainda estruturas diocesanas para responder a certos problemas, o Secretariado do Patriarcado de Lisboa apoia quer Setúbal quer Santarém. Foram portanto os arquitectos que orientaram as obras — vieram cá, fizeram um estudo e apresentaram o projecto de restauro que foi fielmente respeitado na execução. Apenas o restauro da talha dourada não ficou a cargo do Secretariado das Novas Igrejas pelo que, se alguma falha se vier a notar, não vamos atribuir culpas a quem as não teve. Há aqui quem diga que o restauro não foi muito fiel pois, se visitarmos as igrejas do séc. XVIII aqui das redondezas, como Cacilhas ou o Seminário de Almada, verificamos que o fundo que aqui está a azul deveria ser mais do tipo marmorite esverdeado. Espero que a pátine que ganhará com o tempo acabe por disfarçar esta cor viva. Assim, a existirem reservas em relação a todo o restauro, elas irão para a talha, sobretudo por não haver uma fidelidade aos tons comuns aqui na região.

Quando levantaram o chão não encontraram sepulturas?

Encontrámos mas tivemos o cuidado de não aprofundar porque, por um lado poderíamos entrar por um campo que não sei onde nos levaria, por outro, as obras na igreja eram urgentíssimas, a sua falta era muito grande e tínhamos de apressar. A única coisa que vimos é que parecia haver divisórias no barro que deviam corresponder a sepulturas.



MALHADA SORDA:

um exemplo de Arquitectura Popular

por Isabel C. Ferreira Fernandes (*)

É nosso intuito, através duma visão muito concreta da arquitectura desta aldeia Beirã, despertar o observador-leitor para a riqueza do património cultural construído que o rodeia, (e que, quase sempre, parece ignorar), conduzi-lo a formular, connosco, um juízo crítico sobre a sensibilidade, a técnica e o auto-didatismo populares neste campo.

Na Beira Alta, a cerca de 30 Km de Almeida, perto de Vilar Formoso, numa área plana que se alimenta do rio Côa e da ribeira de Tourões, ergue-se a pequena povoação de Malhada Sorda.

Vestígios neolíticos e romanos encontrados nas proximidades atestam a ocupação remota da região. Por outro lado, registos paroquiais do séc. XVI referem números significativos para a freguesia da Malhada, o que pressupõe a existência de uma comunidade no local, mesmo antes da referida data.

A população, que desde sempre se dedicara à agricultura e à pastorícia como meios de subsistência, cedo se

Nalgumas ruas da Malhada Sorda o empedrado não é mais que o afloramento rochoso da área.



deu conta da insuficiência dos excessivos agrícolas, dos magros lucros provenientes da sua comercialização. O camponês recorre, então, ao "negócio" ilícito — o contrabando. A dois passos da fronteira, o "salto" era a forma fácil de "ganhar mais algum". É-o ainda, se bem que numa escala reduzida.

Na década de 60, pelos condicionamentos políticos-económicos que então agravavam, crescentemente, a situação do nosso país, esta facilidade de passar para o lado de lá da fronteira inicia a aliciante fuga para o estrangeiro. Comunidades rurais como a Malhada vêem escoar os seus homens em levadas sucessivas e, nos anos 70, como tantas outras povoações, encontra-se praticamente reduzida a uma população de velhos, mulheres e crianças.

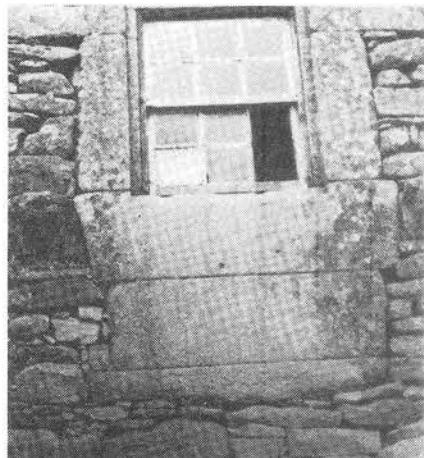
Mas quem visitar, hoje, a Malhada Sorda, não verá abandono: ao lado da casa desabitada, da janela trancada, do granito enegrecido pelos anos, surge, em flagrante contraste, o prédio garrido, de cimento armado, a persiana corrida — o novo lar do emigrante, que volta, volta quase sempre, ainda que apenas quinze ou trinta dias por ano.

O próprio pároco da aldeia (o Sr. Reitor) nos dá conta dessas visitas anuais e afadiga-se nos preparativos para a festa religiosa anual, celeberrima desde há muito e que se realiza bem no mês de férias de Agosto. Profundamente religiosas, as pessoas estimam-no e aceitam-no, ainda, como a autoridade máxima da povoação.

ção, porém num jeito abundantemente familiar e informal. Este tipo de relações humanas, quentes e simples, é extensivo a toda a aldeia. Dir-se-ia que coabitam, o que não deixa de ser verdade, pela proximidade humana que um tal espaço habitável proporciona... ou proporcionava.

Lancemos agora um olhar atento ao conjunto arquitectónico da Malhada Sorda.

A moldura granítica de uma janela, ladeada por cachorros



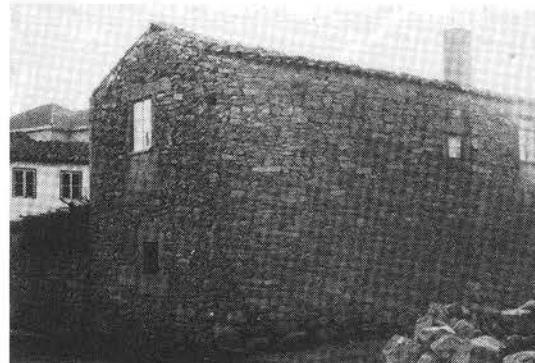
Ao longo da povoação, caminhos tortuosos, de empedrado irregular, alguns aproveitando as grandes lajes naturais, separam filas de casas numa evidente ausência de planeamento prévio.

Bem no coração da aldeia, a igreja de cariz renascentista domina, pela sua imponência, todo o casario que a rodeia. Esse casario, na sua maioria construído com o granito da região, apresenta uma unidade graciosa e natural, com algumas particularidades decorativas que o singularizam numa forma muito especial. Em cada esquina, em cada ruela, apercebemo-nos do colunelo que suporta a varanda alpendrada, dos cachorros ao lado da janela (suportes de vasos), portas cuidadosamente talhadas, dum relógio de sol na esquina de um telhado, da forma dos batentes, das dobradiças das portas e das janelas.

(*) Arqueóloga.



em cima:
A Igreja renascentista, com Torre
aumentada no séc. XVIII.



ao lado:
Nalgumas casas as esquinas arredondam-se completamente.

os exteriores

O material utilizado nestas construções é o granito e a madeira locais. É um tipo de granito arenoso e mais mole que o serrano, daí a utilização de grandes lajes ou blocos graníticos em muros de vedação, em bancos toscos de rua e noutras estruturas afins⁽¹⁾.

As casas são, no geral, de um só corpo, com varandas alpendradas, algumas casas térreas e bastantes casas-pátio, com muro à volta e portal de entrada, por vezes com telheiro e curral adjacentes. Contudo, a maioria é classificável como "casa elementar", usando a terminologia de F. Castro Pires⁽²⁾.



As paredes são constituídas por blocos de granito empilhados sem qualquer preocupação de ordenamento geométrico. Os telhados, de telha-vã, não formam uma linha horizontal, nem tão pouco regular, antes parecem ondular, adequando-se, certamente, ao travejamento interior. Espalhadas sobre o telhado, algumas pedras soltas reforçam-no contra a Invernia.

Quase todas as casas são desprovidas de chaminés, ou foram-lhes acrescentadas posteriormente. No primeiro caso, o fumo escoava-se pelo telhado.

Acontece por vezes que, numa fileira de construções contíguas, a parede lateral é uma só para duas casas e, se uma delas se eleva acima da outra, é marcado o nível do terminus da parede comum com um encaixe de lajes salientes. As esquinas são rematadas em cunhal e há duas ou três que se arredondam completamente.

O apontamento decorativo é simples: o vaso no bordo da varanda ou da janela e o colunelo, ao qual se liga, muitas vezes, a corda do estendal da roupa. Estes colunelos, de madeira ou de pedra, são parte integrante da maioria das casas tradicionais da Malhada Sorda. Os de madeira, muito grosseiros, são normalmente constituídos por simples fustes. Casos há em que mais não são que reaproveitamentos de eixos de carros de bois. Mas, na generalidade encontramos colunelos monolíticos (granito), lavrados ou não, com ou sem base e capitel. Os fustes são geralmente alongados, de secção circular ou ovóide, de linhas direitas. Os capitéis são muito simples, lisos, por vezes simétricos à base. Nalguns alpendres os colunelos são substituídos por pilares de ferro ou enormes blocos de granito, virgem ou discretamente retocado.

Saliente-se esta insistência no emprego do colunelo, na povoação, não se repete, contudo, na região.

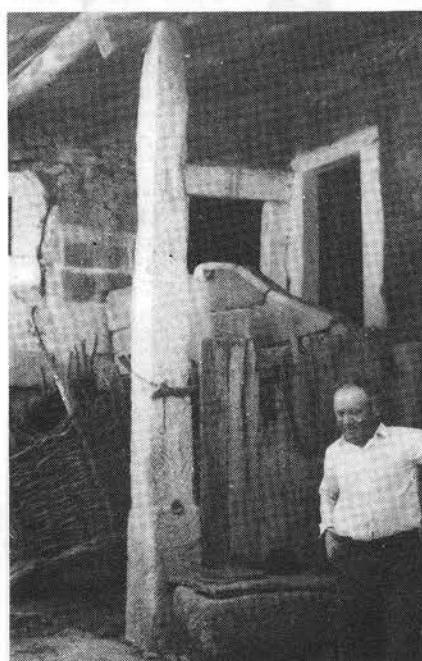


Distinguemos dois tipos de casa alpendrada: aquele em que a escada exterior, de pedra, sobe encostada à parede e aquele em que a escada surge de frente. Em ambos os casos essa escada encontra-se na fachada principal, terminando num pátio ou patim, mais ou menos alongado. Invariavelmente, o andar superior destina-se à habitação e o inferior à arrecadação de produtos e alfaias agrícolas e até de gado.

É nas casas térreas que mais se nos depara o espaço generosamente coabitado por pessoas, animais e coisas.

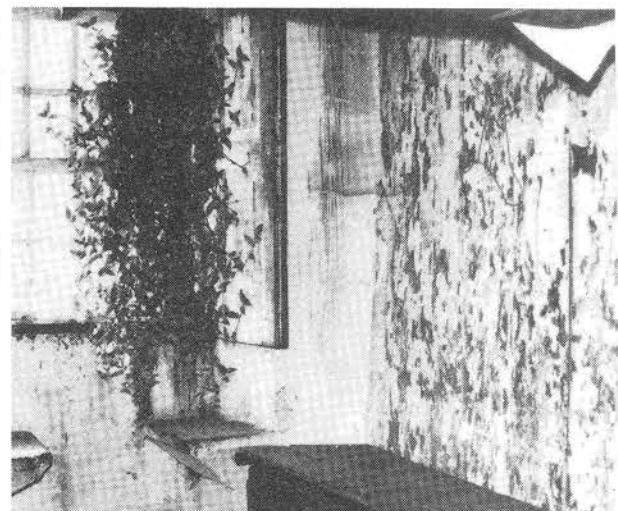


Na Malhada Sorda domina a casa alpendrada, onde se juntam o colunelo, o vaso de flores e a corda de roupa.





Aspecto de cozinha da casa térrea.



Pormenor de uma sala:
A arca, os assentos à janela, a prancha suspensa.

os interiores

Recentemente, e aqui queremos englobar um período de 10-15 anos, as condições de vida das populações têm vindo a melhorar relativa e lentamente e essa melhoria manifestou-se, antes de mais, no interior da habitações. As remodelações feitas desfaziam quase completamente os traços originais, rústicos, sobretudo pela influência que o novo tipo de casa francesa (?) veio ter no pormenor decorativo. Enfim, restam-nos alguns exemplos e é sobre eles que nos iremos debruçar.

O interior 1, duma casa térrea, é dos mais primários: além da lareira, da prateleira embutida na parede, duma pequena mesa-balcão, o mobiliário reduz-se a uma arca enorme, com cerca de 1,5 m de altura. Uma divisória de madeira, que não atinge o tecto, separa este compartimento do quarto, com uma só cama. Por cima, junto ao telhado, a arrecadação aberta, onde a palha se mistura com as bata-

tas e para a qual se tem acesso por uma escada móvel de madeira.

Os folhinhos das prateleiras, a cortina, os pregos de suspensão das canecas e dos tachos, os pratos e as caçolas de barro e de esmalte, a chave: ficha em relevo dum quotidiano tradicional, pobre e simples.

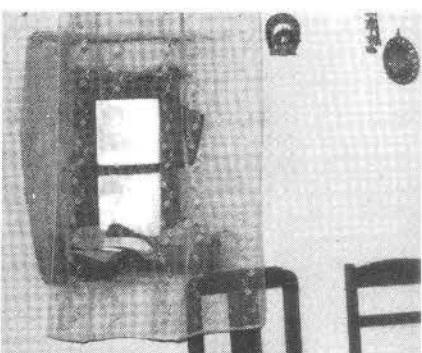
O interior 2 denota já um certo requinte: o tecto sobrado com a respectiva moldura, o recorte cuidado das pranchas com evidente objectivo ornamental, a faixa decorativa, pintada, que segue em toda a volta da sala, excepto na parede que exibe o retrato. Bem evidenciada aqui a importância da sala, compartimento dum certo "luxo", onde, porém, as portas internas continuam a fazer-se substituir por cortinas.

No interior 3 alguns pormenores a observar: a arca, os assentos à janela, a planta que cresce dum balde de lata, a prancha suspensa (suporte de queijos), a madeira degradada das divisórias.

A porta do interior 4A é um bom exemplo do tipo de entrada da maioria das casas, com almofada longa e simples, pregos de cabeça larga, fechadura enorme, batente e buraco para dar passagem livre ao gato da casa. No interior 4B observa-se bem a espessura das paredes de pedra, agora caiadas. É o exemplo de um interior que, recentemente arranjado, continuou, todavia, a manter um certo purismo inicial. Note-se ainda o aponamento decorativo, a presença da superstição e da religião, num jeito contemporâneo aproveitado pela produção barata do "plástico" em série.

Desta breve análise extrairemos algumas conclusões que se apresentam mais como confirmações dum certo tipo de interior, este sim, beirão. A compartimentação do espaço faz-se,

pois, em função da sala central nas casas mais ricas e em função da cozinha nas mais humildes. Aí se desenrola toda a vida familiar, em volta das lareiras, nos longos meses de Inverno. As divisões internas são de madeira, ou, mais recentemente, de cal e cimento, sem que, em qualquer dos casos, tenha sido adoptada a porta interna de comunicação.

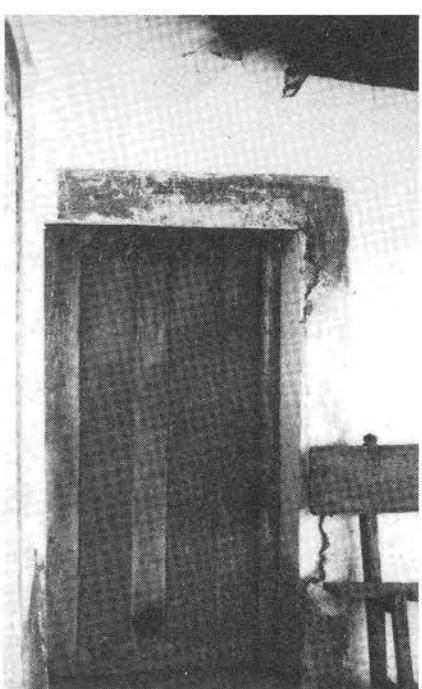


em cima:

A espessura das paredes graníticas caiadas, o pormenor decorativo actual.

ao lado, à esquerda:

Porta de entrada, sob o alpendre.



condicionantes deste tipo de construção

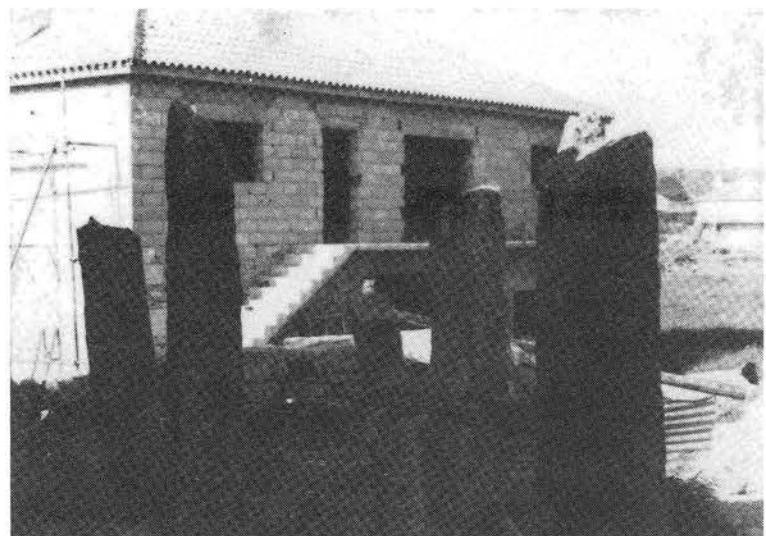
Aquilo que de mais remoto existe no passado cultural de um povo pode hoje manifestar-se, das formas mais variadas, na sua arte. Ao longo dos séculos, de geração em geração, elementos e técnicas decorativas e arquiteturais têm sobrevivido, se não na sua forma de origem, pelo menos com largas semelhanças. Terá de haver, necessariamente, uma adaptação aos novos tempos, às novas condições de vida, às novas exigências de ordem sócio-económica.

Em povoações como a Malhada Sorda essa transformação terá sido lenta até há muito pouco tempo. O carácter rural da vida dos habitantes foi, e é ainda, um dos factores que mais condicionam o modo de construção das habitações. Um camponês necesita, para além dum espaço que o abrigue, um espaço para o produto do seu trabalho, para os instrumentos do seu trabalho: gado, alfaias, colheitas, vão ter o seu lugar em arrecadações por baixo da varanda, ao lado desta ou num sobrado interior. Porém, alguns casos, a comunidade entre os homens, os animais e as coisas é total.

Os arquitectos populares não se demoravam na criação de um projecto habitacional. As exigências climáticas e agrícolas, as necessidades reais sentidas na pele, eram-lhes por demais inspiradoras do que construiam. Para tal usavam o que mais tinham à mão, o mais fácil de adquirir, o mais resistente. Na Malhada o material utilizado é, quase sempre, o granito, a

par da madeira de pinheiro e castanheiro e as suas aplicações são as mais variadas.

Mas porquê a constante das varandas alpendradas, o pormenor curioso do colunelo? Poderemos procurar relações de causa na fertilidade agrícola da região, a qual terá permitido a existência de famílias abastadas com possibilidade de certas preocupações estéticas na construção das suas casas. Também o facto de a zona beneficiar de uma intensa luminosidade e atingir altas temperaturas no Verão pode apresentar-se como mais uma razão, certamente não a única. A história local encerra outras, porventura as mais determinantes e verdadeiras.



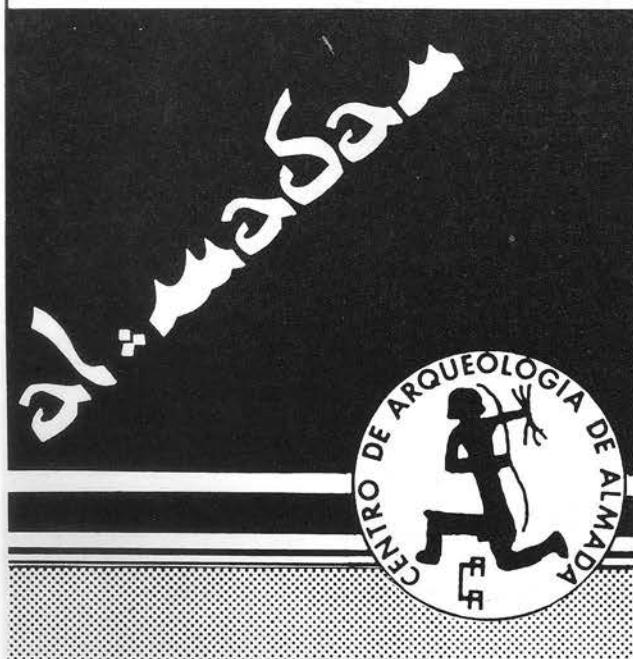
Em primeiro plano, armação de pedra e madeira para ferrar animais. Em segundo plano, as novas construções de tijolo e cimento

NOTAS

(1) Na generalidade, o granito utilizado é de duas micas, extraído por intermédio de vareta de ferro que se vai espetando no solo. A altura das lajes vai até aos 25 m e a espessura varia entre os 4 cm e os 30 cm, aproximadamente.

(2) in F. Castro Pires de Lima — "Arte Popular em Portugal", vol. I e II, ed. Verbo, Lisboa.

venha connosco...



— O Centro de Arqueologia de Almada é uma Associação cultural totalmente amadora.

— «Al-madan» é uma publicação semestral fundamentalmente dedicada à informação e divulgação de temas relacionados com Arqueologia, Património e História Local.

— Apoio redatorial, arranjo gráfico, montagem são da exclusiva responsabilidade do CAA, seus colaboradores e amigos, exercendo-se de forma totalmente gratuita.

— Projecto de afirmação cultural, com ele se pretende colaborar na sensibilização da população em geral para a defesa e preservação do seu/nosso Património.

**...à descoberta
do passado!**

BIBLIOGRAFIA

por Alexandre M. Flores (*)

Objecto e definição

O historiador Charles-Victor Langlois (1863-1929) escrevia em 1904: "Comment faire pour que le public soit en mesure de s'informer rapidement et sûrement des ressources de toute espèce qu'offre l'énorme bibliothèque accumulée par les écrivains de tous les temps et de tous les pays, c'est-à-dire le patrimoine littéraire et scientifique de l'humanité? Comment aménager ce patrimoine de manière que tous les intéressés en jouissent aussi complètement et confortablement que possible? Tel est l'énoncé le plus général du problème bibliographique" (1). A esta questão tão simples e objectiva, poder-se-á responder que a solução do problema reside na utilização dos instrumentos particulares do trabalho intelectual denominados de bibliografias ou reportários bibliográficos.

De facto, a actual caracterização da Bibliografia como disciplina teórica e prática cada vez mais técnica e utilitária, o que equivale a dizer cada vez menos erudita e literária, fez com que se retirasse do seu âmbito tudo o que não se conformasse estritamente com a preocupação de investigar, transcrever, descrever e classificar as fontes impressas ou sem intervenção dos processos de impressão propriamente ditos.

Em primeiro lugar temos que definir com algum rigor o que se entende por Bibliografia. A conhecida bibliotecária francesa, Louise-Noëlle Malcès, da Biblioteca da Sorbona, em 1956 definia assim Bibliografia: "é a busca, transcrição, descrição e classificação dos documentos impressos com o objectivo de constituirem instrumentos de trabalho intelectual chamados bibliografias". No entanto, já em 1954, Malcès discutira o assunto e dera a seguinte definição "a bibliografia é o conhecimento de todos os textos impressos ou multigráfados. A bibliografia fundamenta-se na busca, transcrição, descrição e classificação dos documentos com vista a organizar os serviços ou elaborar reportários destinados a facilitar o trabalho

intelectual". Mas receando possíveis críticas, acrescenta logo: "é, pois impróprio, chamar Bibliografia à lista de trabalhos citados num artigo ou obra. Essas são, sim, referências aos textos que o autor consultou, e nunca bibliografias sistemáticas elaboradas a propósito de um assunto". Levantaram-se diversas críticas, entre as quais, de Justo García Morales, da Biblioteca Nacional de Madrid que, em 1958, dizia: "Não quero deixar de referir-me a uma tendência dos bibliógrafos actuais, que consiste em excluir totalmente de seus trabalhos, e considerar como distantes da Bibliografia, todas as tentativas bibliográficas que se fizeram antes do livro impresso" (...). "A feliz conjugação entre o afã cultural do Renascimento e a prodigiosa abundância de livros que leva à invenção da imprensa, originaram a necessidade de haver uma orientação no dédalo confuso dos livros, e levaram à necessidade de se redigirem bibliografias". O bibliotecário português Jorge Peixoto conclui que há, por um lado, a tendência de Malcès: a bibliografia que se limita ao conhecimento exclusivo de textos impressos ou reproduzidos mecanicamente, com exclusão dos manuscritos. A outra tendência, aqui representada por García Morales, leva a considerar já como trabalhos de Bibliografia os de Antiguidade Clássica, de S. Jerónimo, de Santo Isidro de Sevilha, etc.

Outras teorias sobre o conceito, tais como, Fumagalli que a definiu como "o estudo dos livros em si mesmos, e não pelo conteúdo intrínseco", apresentando-a como "lista de livros estabelecida segundo um princípio director constante". Pensamos que é necessário saber-se se não houve uma longa fase sincrética da Bibliografia, como sustenta J. Peixoto (2), fase em que ela andou ligada à erudição, com a sua técnica, que não tinha ainda o rigor que hoje se lhe exige. É verdade que os elementos materiais sobre que a Bibliografia se exerce — o papel, a escrita à mão ou a imprensa — podem ser elementos decisivos, à falta de uma definição capaz.

Apesar do número relativamente grande de bibliografias publicadas até mesmo antes da invenção da imprensa, e em-



Frontispício do 1.º vol. da "Bibliotheca Lusitana"

bora o nome em questão tenha sido usado já no século XVI por Gabriel Naudé, em latim ("Bibliographia Politica" — 1633) e em francês ("La Bibliographie Politique" — 1642), o conceito de Bibliografia muito tarde a ser fixado.

história da bibliografia: breve panorâmica

* Após a invenção da imprensa, a Bibliografia se desenvolve no século XVI, tendo em conta que os elementos constitutivos dos repertórios são textos impressos. No entanto, poder-se-á advertir que as primeiras tentativas bibliográficas são anteriores ao século XV. A título exemplificativo, encontramos a conhecida autobiografia do médico Galeno (Séc. II), intitulada de "De Libris Propriis Liber". A obra constitui uma tentativa de bibliografia e nos mostra já uma divisão e classificação por matérias. Além de Galeno, surgiram outros autores, entre os quais, Beda, S. Jerónimo, Genádio de Marselha, ...

* Séc. XVI — Johann Trithem, abade alemão de Spahnein (1462-1516) é tido como pai da Bibliografia e autor de "Liber de Scriptoribus Ecclesiasticis" (1494), onde registou 7 mil títulos de 982 autores,

enumerados em ordem cronológica (bibliografia especializada). Pouco tempo depois, publica a primeira tentativa de repertório nacional, o "Catalogus Illustrium Virorum Germaniae", e ainda repertórios de escritos religiosos carmelitas e beneditinos.

Nas bibliografias especializadas, se destacam a "De Medicinae Claris Scriptoribus" (1506) do médico francês Champier; e o "Inventarium Librorum in Utroque Jure Hactenus Impressorum" do jurista piemontês Nevizzano (1522). Na bibliografia geral retrospectiva, registamos a "Bibliotheca Universalis", do suíço Konrad Gessner onde realizou a primeira tentativa de repertório universal. Malcès aponta-o como um dos humanistas iminentes a quem se deve o 1.º repertório de carácter geral e ao mesmo tempo europeu. Depois de K. Gessner e até à época da bibliografia, os repertórios gerais e multilingues (ou universais) são compilações obtidas dos catálogos das feiras dos livros, como por exemplo, a de Francfort, a partir de 1564, e de Leipzig, desde 1954.

Em Portugal, poderemos apreciar os Rós e Índices Ex-purgatórios — as primeiras espécies que merecem as atenções do estudioso da bibliogra-

(*) Bibliotecário—Arquivista na B.M.A., Investigador de História Local. Professor de "Bibliografia" no Curso de Esp. em Ciências Documentais da Universidade de Lisboa.

fia portuguesa. São conhecidos os seguintes róis e índices expurgatórios: "Proibição dos Livros Defesos" (1547), "Rollo dos Livros Defesos por o Cardenal Iffante Inquisidor Geral" (1551), "Index Librorum prohbitorum cum Regulis Confectis per Patres à Tridentina Synodo Delectos" (1581), entre outros.

* Séc. XVII — Os repertórios especializados que abarcam vastos domínios científicos não param então de crescer. O que importa sublinhar, é a qualidade dos seus autores que pertenciam à élite intelectual do seu tempo: teólogos, médicos, naturalistas, juristas, filósofos e filólogos. De Champier e de Navizzano a André Duchesne, são homens eruditos e curiosos de tudo o que se escrevia e se publicava sobre as ciências. Eles pesquisavam os trabalhos, e os interpretavam. Assim, encontramos, a título de exemplo, o "Catalogus Universalis" do livreiro de Amesterdão, Broer Jansz (1639/1651); o "Bibliographus Belgicus" do magistrado de Arras, nas antigas Flandres (1640/1642); a "Bibliographie Parisina" e "Bibliographia Gallica", do francês Luis Jacob de Saint-Charles; a "Bibliotheca Romana" de Prospero Mandoni (Roma, 1682/1693); a "Bibliotheca Napoletona", de Niccolò Toppi (Nápoles, 1688); a "Bibliotheca Hispana" de Nicolau António (1696)...

No nosso país, surgem alguns autores que tentaram bibliografias mais ou menos ordenadas, como por exemplo, Francisco Galvão de Medanha que compôs um catálogo com 677 autores, dispostos por ordem alfabética; Manuel Severim de Faria que elaborou um "Catalago de los Escritores Portugueses"; João Soares de Brito; o P.º Francisco da Cruz. É porém, D. Francisco Manuel de Melo quem, numa sua carta datada de 24.08.1650 e publicada pela primeira vez na edição romana das "Cartas Familiares" (1.ª parte, 1664), estabelece os critérios a que deve obedecer uma bibliografia nacional portuguesa, através de uma "Bibliotheca Lusitana dos Autores Modernos", aconselhando normas e que no século imediato, Barbosa Machado iria utilizar.

* Séc. XVIII — Até à Revolução Francesa em 1789, apareceram ao lado dos repertórios ainda de pura erudição, os primeiros levantamentos bibliográficos propriamente ditos.

No domínio da bibliografia sistemática e, de um modo geral, em todos os campos da técnica bibliográfica, se dão grandes progressos. Sistem-se, por exemplo, os dois "Annales Typographici" (1719/1789) de Michael Maitaire.

Em Portugal, o célebre bibliógrafo Diogo Barbosa, presbítero secular e abade de Sever é considerado o fundador da bibliografia portuguesa. Publica a

"Bibliotheca Lusitana" (1741/1759, 4 vols.), cuja recolha dos elementos iniciou-se a 31.03.1716, examinando as fontes e ainda fazendo distribuir um questionário pelos vivos. De facto, a "Bibliotheca Lusitana" constitui uma excelente obra de Bibliografia setecentista e ainda hoje, um bom repertório de informações, algumas nem sempre rigorosas, mas de maneira geral fundamentadas.

* 1789-1810 — A bibliografia da época da bibliofilia é caracterizada na Europa, em especial, na França, pela secularização das bibliotecas religiosas, após a Revolução Francesa e pela publicação dos primeiros tratados teóricos de bibliografia e dos dicionários bibliográficos de Cailleur e Duclos (1790) e Serna-Santander (1805/1807). A bibliografia atinge ponto alto nesse país com Charles Nadier (1780/1844) e no Reino Unido, com Thomas Froggall Dibdin (1776/1847). Funda-se em 1810, a "Bibliografia da França" repertório ainda hoje mantido.

Nas bibliografias especializadas, registamos as célebres "Bibliotecas", a "Bibliotheca Botânica" (1771/1772), a "Bibliotheca Chirurgica" (1774/1775), a "Bibliotheca Anatomica" (1774/1777), a "Bibliotheca Medicinae Practicae",...

* 1810-1914 — É uma época em que a Bibliografia atinge a maturidade, não só com a proliferação dos repertórios nacionais correntes, como também a publicação das últimas tentativas no campo dos repertórios universais, ainda hoje válidos instrumentos de trabalho. Destes repertórios, se salienta o "Tesouro de Livros Raros e Preciosos" do alemão Johan Georg T. Graesse (1814/1885) que completa Charles Brunet, em relação a livros alemães e orientais. Na bibliografia especializada, através do século XIX, e tendo em conta as múltiplas circunstâncias que transformaram as condições de trabalho intelectual, a bibliografia especializada sofreu alterações. A bibliografia especializada retrospectiva que foi rica durante os últimos três séculos, entra em declínio, em favor da bibliografia corrente. Desta maneira, vão coexistir dois tipos de repertórios: os retrospectivos e os correntes. Os últimos não param de crescer⁽³⁾.

Em Portugal, Inocêncio Francisco da Silva publica o "Dicionário Bibliográfico Português" de 1858 a 28 de Setembro de 1870. Inocêncio publicou o 1.º suplemento em 1867; e em 1870 o 2.º. A partir do 10.º volume o "Dicionário..." (1883), foi continuado por Brito de Aranha até ao 22.º, aparecido em 1923 e que já foi revisto por Gomes de Brito e Álvaro Neves. Em 1972, aparece o 23.º volume, por Ernesto Soares, e finalmente, os 2 útimos Tomos: "Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português" e

"Subsídios para um Dicionário de Pseudônimos", por Martinho Augusto da Fonseca.

A obra de Inocêncio da Silva foi subsidiada pelo governo de então e apoiada pelo próprio rei D. Pedro V, ainda hoje constituindo uma das fontes poderosas de informação para trabalhos de investigação literária.

* Desde 1920 — A Bibliografia da chamada época técnica é assinalada, à partida, pelo sério trabalho dos belgas Paul Otlet (1868-1964) e Henri La Fontaine (1853/1943) que haviam fundado em Bruxelas, o "Instituto Internacional de Bibliografia", tendo reunido mais de 13 milhões de fichas destinadas a formar uma espécie de catálogo colectivo mundial. Otlet trabalhou na normalização das regras catalográficas e organizou em 1910, o I Congresso Mundial de Bibliografia. Em 1931, o Instituto passou a ser de "Documentação" e em 1938 mudou o nome para "Federación Internacional de Documentación", transferindo-se para Haia.

Até ao primeiro quartel do século XX, a Bibliografia em Portugal se insere numa descrição histórica, salientando-se alguns nomes como Jorge César Figamière, Sousa Viterbo, o rei D. Manuel II... Do último monarca português, destacam-se os "Livros Antigos Portugueses 1489-1600", editado em Londres, pela Maggs Bros, em 3 volumes (1929/1935). É por esta altura que aparecem diversos catálogos de vendas, tais como, o de Samodães e de Ameal, publicados em 1921 e 1924, respectivamente. A "Bibliografia Geral Portuguesa — Séc. XV", editada em Lisboa em 1941-44, em 2 volumes — a qual não foi, até hoje, completada.

Ainda no período de renovação da bibliografia portuguesa, temos a registar o nome de Eduardo Alves da Sá, autor da "Bibliographia Juridica Portuensis", tendo introduzido já alguns princípios de Otlet e de La Fontaine. O autor defendeu

então a utilização da ficha móvel de formato internacional e da CDU, procurando uma organização científica do trabalho bibliográfico.

Raúl Proença, escritor, jornalista e erudito, é o autor que estabelece em Portugal, os alicerces de uma renovação técnica bibliográfica, na qualidade de conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa. Alguns trabalhos da sua autoria proporcionaram novas perspectivas à bibliografia portuguesa, tais como, a "Catalogação nas Bibliotecas Públicas. I — Regras para redacção, impressão e ordenação dos catálogos gerais, e respectivos modelos. A — Catálogo onomástico, didascálico e topográfico" (Lisboa, Biblioteca Nacional, 1919); de colaboração com Joaquim Anselmo publica diversos e valiosos trabalhos, entre os quais, a "Bibliografia dos Incunábulos Portugueses", "Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no século XVI", "Tentativa de um Dicionário de Biblioteconomia, Catálogo de Assuntos",...

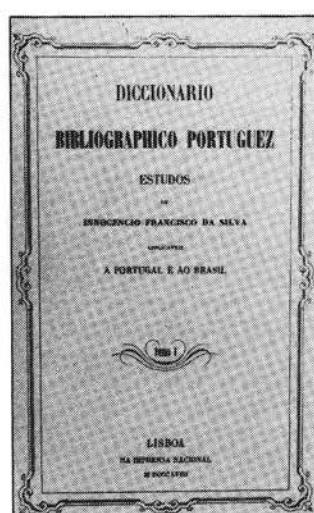
Jorge Peixoto, conhecido bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, já falecido, procurou também dar à Bibliografia um sentido científico, bebendo as técnicas usadas nos outros países da Europa. Realizou alguns trabalhos de pura técnica biblioteconómica, ainda hoje, considerados instrumentos de apoio (não obstante, a sua desactualização), tais como, a "Técnica Bibliográfica" — I e II partes, editados em Coimbra, em 1961 e 1962, respectivamente.

NOTA:

(No próximo n.º da Revista Almadan, será publicada a 2.ª parte deste artigo, com as Fones e Sistemas de Informação, Problemática e Importância da Bibliografia)

Referências bibliográficas:

- (1) Louise-Noe Ille Malcès — "La Bibliographie" Paris, Puf, 1956, p. 5
- (2) Jorge Peixoto — "Técnica Bibliográfica: subsídio para a bibliografia portuguesa. I Parte — Introdução". Coimbra, Atlântida, pp. 27-29
- (3) Louise-Noe Ille Malcès — "Manuel de Bibliographie". Paris, Puf, 1975, p. 28



Frontispício do 1.º tomo do "Dicionário Bibliográfico Português"

ACTIVIDADE EDITORIAL EM ALMADA

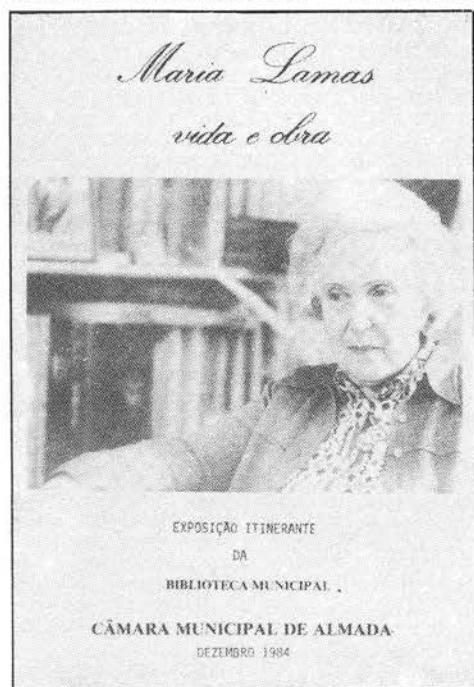
Em finais do ano passado e inícios do presente, Almada conheceu uma forte actividade editorial, fundamentalmente assumida pela Câmara Municipal mas contando com a colaboração de algumas Associações do Concelho.

Aqui registamos com agrado essas iniciativas, divulgando ainda um texto do nosso colaborador Alexandre Castanheira que constitui a sua apreciação a algumas das obras em epígrafe.

A Câmara Municipal de Almada continuou o seu esforço editorial, apresentando no último mês do ano de 1984, além do magnífico livro sobre as colectividades de Almada, duas brochuras ligadas a duas iniciativas de folego. Com efeito acaba de ser publicada uma pequena brochura dedicada à grande figura de mulher, de escritora e de combatente pela

Estas edições integram-se numa orientação definida pela Câmara e concretizada pelo seu pelouro cultural e pela vontade esforçada do respectivo vereador, Dr. Eduardo Costa. Mas devem-se muito ao trabalho de investigação e de escrita do actual director da Biblioteca Municipal, Dr. Alexandre Flores.

"A IMPRENSA DE ALMADA" tem, de resto, a indicação dos



liberdade e o socialismo que foi Maria Lamas. Ela destina-se a acompanhar na sua itinerância por escolas e associações uma bela exposição dedicada à vida apaixonante daquela democrata que esteve, entretanto, patente na Biblioteca Municipal, que foi quem a organizou.

A outra brochura — *A IMPRENSA DE ALMADA — BREVE PANORÂMICA* — é o complemento de outra exposição, organizada também pela Biblioteca Municipal, dedicada àquele tema, e que esteve aberta ao público na Oficina de Cultura.

EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

"Maria Lamas — vida e obra"
Texto de apoio à exposição itinerante da Biblioteca Municipal de Almada.
Edição da Câmara Municipal de Almada, Almada, Dezembro de 1984.

"Associativismo tradição e arte do povo de Almada"
Coordenação de texto da Associação Semear para Unir.
Edição da Câmara Municipal de Almada, Almada, 1984.

"A imprensa de Almada — breve panorâmica"
Por Alexandre M. Flores e Luís Pequito Antunes.
Edição da Câmara Municipal de Almada, Almada, Setembro de 1984.

"Os animatógrafos em Almada"
Colecção "Textos de Divulgação".
Biblioteca Municipal/Câmara Municipal de Almada, Almada, 1985.

autores e lá vem a indicação de que foram Alexandre Flores e Luís Antunes. É difícil saber a parte que coube a cada um deles, pelo que o elogio da obra cabe a ambos. E esta obra é, de facto, para elogiar. Estudiosos ou apenas almadenses com curiosidade pelas coisas da sua terra ficam com o terreno desbravado para conhecer melhor o que foi a imprensa de Almada ao longo dos últimos 176 anos, o tipo de jornalismo que por aqui se fez, e, através dos jornais — 79 títulos, desde a *Gazeta de Almada* (1808) até *Mar de Palha*, o jornal que os estudantes da Emídio Navarro publicaram em 1984 — conhecer a própria história destas antigas terras de Almada.

Romeu Correia, na sua obra "Homens e Mulheres vinculados às Terras de Almada (nas artes, nas letras e nas ciências)" tinha já feito uma primeira listagem dos jornais publicados em Almada e tecido considera-

ções sobre a importância de alguns. Mas são os autores de "A Imprensa de Almada" que sistematizam, aumentam, corrigem a lista de R. Correia, não esquecendo de acrescentar na nota prévia com que abre o volume, que mesmo a obra agora publicada "não dispensa um estudo mais exaustivo e melhor elaborado".

Não vamos analisar a brochura passo a passo. Queremos apenas destacar o estudo feito a dois dos títulos principais da lista apresentada: "O Almadaense" e "O Corticeiro". Fica-se com uma ideia clara do tipo de jornais e da sua caracterização temática ligada à época histórica vivida no concelho de Almada e no País e às ideias sociais e políticas que na mesma se confrontavam. Acabada a leitura lastima-se que o mesmo não tenha sido possível fazer pelos autores aos outros jornais. Aí está uma indicação para os jovens estudantes de comunicação social ou de história ou de sociologia: peguem nessa tarefa e contribuirão para um melhor conhecimento de Almada através dos tempos e do seu jornalismo.

Gostaríamos de assinalar a estreita ligação que ao longo desta brochura deparamos entre jornais e associações. Já na leitura das biografias dadas a conhecer por R. Correia verificámos que bastantes dos dirigentes associativos tinham sido jornalistas locais. No livrinho de A. Flores e L. Antunes essa ligação é ainda mais notória e é, pode afirmar-se, o primeiro complemento importante de informação a juntar à primeira parte (história) do notável livro sobre o movimento associativo que a "Semear para Unir" ergeu com o apoio da C.M.A., que o publicou.

Verifica-se que "O Almadaense" tem, entre outros principais objectivos "a luta pela defesa do associativismo". É este jornal, pela acção do seu redactor Eduardo Tavares, que lança o movimento que cria a

O Almadaense.
D'aquele dia hojentem abriu a França a via União
com Lisboa e o Rio, e Portugal, Portugal, Brasil,
e assim...
ALMADAENSE
em Lisboa, Portugal. O homem que apanhou
tão respeitável e vidente da sua terra São João
vive gravado na memória de todos os que
estiveram em contacto com o seu tempo.
O homem amado com Opere sua compreensão, aquela
que Legou-nos, e subtraeu-nos. O homem protegido com a
ponta das fendas, sob pena de o que quebrar. O homem
protegido com a paixão dos inimigos, prendido,
das tribunais, da polícia, e...
Sobretudo, o homem que lutou pelos
seus direitos de mortal. Imediatamente
se tornou dirigente: a população, organizada
com as junções da Rotina, apelo ao Maranhão e
federal, como a demonstração das 12000 famílias
de sequência das Ordens Paraguaiadas, dirigidas por mentes
de Deus. O General Amorim, o salteado, futebolista,
e conservador de Deus em mundos, no aquele
que magrou as abusas do Patriarca Português.
Biblioteca Municipal
Câmara Municipal de Almada

Associação dos Artistas Almadienses, a primeira (conhecida) associação de trabalhadores de Almada. A esse respeito são notáveis as transcrições de artigos que a obra faz. Ali está escrito claramente "o artista só, isolado, é sempre desgraçado: dá-se-lhe trabalho a troco de condições: ou há-de dar o seu voto para esta ou aquela eleição... ou então terá de morrer entre os horrores da fome (...). Pelo contrário, o operário reunido aos seus irmãos, concorrendo com eles, socorrendo-se mutuamente, é nobre, independente, e consegue mesmo destruir pela raiz esses elementos retroactivos que o opriam dantes"(...).

A ideia da ferocidade da luta de classes não era evidente, mas, extraíndo um certo romantismo político, ficam verdades que ainda hoje o são: "Não vem longe o dia da prosperidade; cada operário será um cidadão útil e apto para as funções públicas: terá a consciência do que é, do que vale, e do que pode; e quando o povo chegar a compreender o seu poder, quando associado, ele caminhará ligeiro e alegre para alcançar fulgente de suprema felicidade."

Têm 128 anos (1856) estas palavras de Eduardo Tavares, um jornalista almadiense com boa visão do futuro do associativismo, que declarava com a humildade dos cidadãos dignos: "O que nos falta em ciência, sobra-nos em vontade."

Quarenta e três anos depois surgiu *O Corticeiro*, o jornal que se intitulava "Semanário operário" e "órgão da indústria corticeira e do proletariado em geral". Dirigia-o um dos maiores vultos revolucionários de Almada, Manuel Fevereiro, dirigente da Associação de Classe dos Corticeiros do Concelho de Almada. O espírito associativo é o mesmo, mas

ganhou nova linguagem. A defesa do associativismo de classe é agora acompanhada do elogio do socialismo, uma "reorganização social" que deve "socializar o comércio, a agricultura, a indústria e a máquina". Esta, ao ser introduzida ao serviço exclusivo do patronato, traz problemas ao operariado, mas M. Fevereiro não condena a máquina (teoria muito em voga e que vem até aos dias de hoje, cada vez mais aplicada à introdução das novas tecnologias): "um dia em poder do operário, a máquina servirá para lhe poupar os esforços e os braços."

Para Manuel Fevereiro o associativismo é fundamental, chegando a afirmar que "ser socialista é empregar todos os possíveis meios para convencer as pessoas que ainda não compreenderam a utilidade das associações." (1889)

Num país que contava então 4 milhões de analfabetos, em Almada os responsáveis trabalhadores e jornalistas batem-se pelo associativismo e criam uma pléiade de homens com vontade de o pôr de pé. Assim nasceram as associações de classe, os socorros mútuos, as cooperativas e as colectividades de cultura e recreio. Com tanta força, tão enraizadas na vontade popular que nem mesmo o fascismo conseguiu acabar com elas. No campo profissional, o associativismo dos corticeiros formados por Manuel Fevereiro e seus continuadores, está na base das grandes lutas travadas pelas mulheres e homens da cortiça por melhores condições de vida e de trabalho e de resistência ao fascismo, inclusivamente no sindicato dos corticeiros que o salazarismo esvaziara da defesa dos interesses dos trabalhadores.

Parecem-me acertadas as conclusões que os autores ex-

trairam da imprensa almadiense que analisaram. Que o desenvolvimento da imprensa periódica no concelho foi apreciável, com jornalistas de vulto, parece-me indiscutível. Que o trabalho progressista realizado por "O Almadense" e "O Corticeiro" tiveram influência no voto progressista dos trabalhadores, na criação de associações e até na formação do operariado com espírito ou consciência de classe, também fica fora de dúvida, com os exemplos de artigos apontados ou transcritos.

Como disse anteriormente, há agora um caminho desbravado pelos trabalhos de Romeu Correia e de Alexandre Flores e Luis Antunes. Quem quererá agora percorrê-lo e descrever-nos o que por ele encontrado nos campos da história nacional, da história local, dos usos e costumes, da vida associativa, da evolução do comércio e da indústria, das festas tradicionais ou ocasionais, da vida musical, da literatura, eu sei lá... quanta riqueza informativa por descobrir ainda!

Duas críticas negativas,

agora. A primeira: penso que teria sido possível fazer referência mais larga à "Gazeta de Almada" (1808) e à divulgação que, graças a Romeu Correia, temos já, através do livro "Uma recordação dos tempos de Jupon", de Braz de Oliveira, que ele consultou e de que transcreveu passagens muito curiosas. Dado que a obra agora editada era sobretudo uma chamada de atenção para um trabalho mais profundo a fazer, não eram de desperdiçar aque-

las referências ao jornal mais antigo de Almada e tinha a vantagem de reunir, para os estudiosos, num só volume, aquilo que já foi descoberto.

A segunda nota negativa:

a má reprodução dos jornais.

Um maior cuidado técnico poderia ter dado reproduções tão boas como aquelas que vieram publicadas no "Homens e Mulheres vinculados às terras de Almada". Excelente no entanto o arranjo da capa.

Alexandre Castanheira

«FICHEIRO EPIGRÁFICO»

Prossegue a sua publicação a revista «Ficheiro Epigráfico», que é suplemento da revista «Conimbriga» (do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra), destinado a dar a conhecer as inscrições romanas inéditas da Península.

Saíram já, durante este ano, os n.º 7 e 8 — o que perfaz um total de 43 novas inscrições publicadas desde 1982.

Está no prelo o n.º 9, quase totalmente dedicado aos textos cristãos de Mértola. O n.º 10, a publicar talvez ainda em 1984, encerrará esta 1.ª série de fascículos, incluindo aditamentos e correções aos números anteriores, assim como os índices epigráficos.

E cada vez maior o ritmo de aparecimento de novos textos e já se tem material para mais dois fascículos, cuja publicação se iniciará assim que se dispuiser de verba para o efeito.

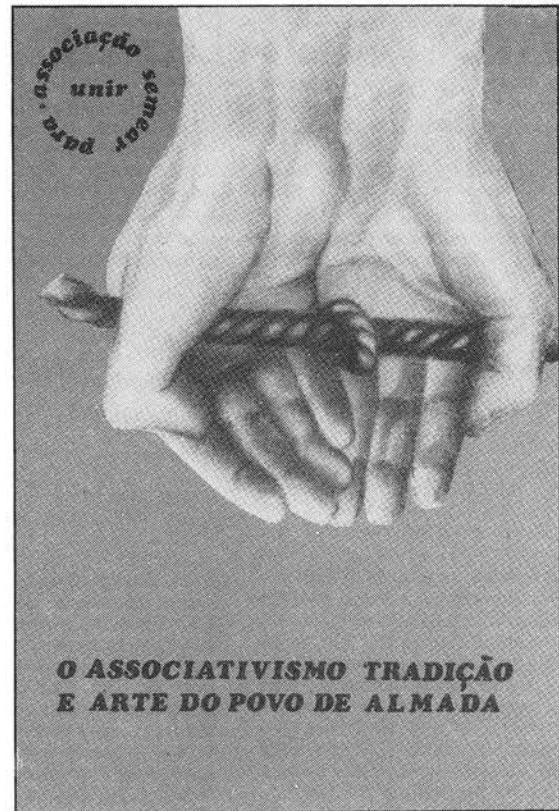
J.d'E.

OS ANIMATÓGRAFOS EM ALMADA



Biblioteca Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA



XXII CONGRESSO PRÉ-HISTÓRICO DE FRANÇA

Lille (França) — Mons (Bélgica)
2 a 7 de Setembro de 1984

por António José de Vilhena Diegues (*)

No passado mês de Setembro decorreu em Lille e Mons a 22.^a Sessão do Congresso Pré-histórico de França, organizado pela «Sociedade Pré-histórica Francesa», contando com a presença de numerosos especialistas europeus, entre os quais se encontravam alguns portugueses.

O Congresso teve como principais responsáveis os Senhores Henri Delport, Conservador em chefe do «Musée des Antiquités Nationales», Presidente do Congresso, e o Sr. Gilles Gaucher, encarregado da pesquisa do «Centre National de la Recherche Scientifique» e Presidente da Sociedade Pré-histórica Francesa.

O Congresso teve a sua Sessão de abertura em Mons (cidade fronteiriça belga) onde decorreu o colóquio organizado pelos especialistas belgas D. Cahen e P. Haesaerts subordinado ao tema: «Os Povos Caçadores da Bélgica Pré-histórica no seu quadro natural». Nele intervieram: No dia 2 de Setembro:

J. Cordy — A jazida de «La Belle-Roche» (Prov. de Liège-Bélgica) — Estado da questão.

R. Lauwers e Vermeersch — Um local do Paleolítico Médio em Kesselt-Limbourg, Bélgica.

M. Toussaint — Pesquisas recentes sobre o Paleolítico Superior nas grutas do «bassin mosan».

C. Bellier e P. Captelain — Escavações em Vaucelles (fouilles) — 1981-84: «Le Trou des Blaireaux».

A. Gob — Habitat mesolítico em Remouchamps, local arqueológico Leduc.

M. Sahloul-Lejeune — Aspectos pouco conhecidos da arte paleolítica e mesolítica na Bélgica.

A. Gob — A Cronologia mesolítica de C. 14 na Europa.

No dia 3

M. Otte — Escavações na gruta Scladina em Sclayn (Prov. de Namur — Bélgica) Pesquisas arqueológicas na Gruta de Scladina.

F. Gullentops e C. Deblaere — Sedimentologia da gruta de Sclayn.

M. Schneider — Estado actual das pesquisas palinológicas na Gruta de Scladina.

Dia 3 à tarde tiveram os Congressistas a oportunidade de participar em duas excursões que visitaram respectivamente locais do paleolítico médio e inferior da região de Mons — Cortes de Harmignies, Petit-Spiennes e Mesvin; e As Minas Neolíticas de Spiennes, tendo então os congressistas a oportunidade de descer um pouco de cerca de 20 metros que conduzia ao interior desta mina de Silex onde, sob a direcção de F.

Hubert e J. P. Joris, se inteiraram dos processos e condições de trabalho destes mineiros neolíticos.

Dia 4 o Congresso decorreu já na cidade de Lille ficando instalado no moderno complexo da Universidade onde se dividiu em dois colóquios internacionais subordinados aos seguintes temas: *Cronostatigrafia e facies culturais do Paleolítico Inferior e Médio na Europa do Nordeste e As Relações entre o Continente e as Ilhas Britânicas na Idade do Bronze*.

O primeiro destes colóquios foi dirigido por A. Tuffreau, e J. Sommè e contou com as seguintes comunicações:

Dia 4 — manhã

G. Bosinski — Cronostatigrafia do Paleolítico inferior e médio na Renânia.

E. Turner — As escavações de 1981/83 na pedreira de Karl Scheneider, Ariendorf, Alemanha Ocidental.

J. Kullemeyer — Kärlich, um local do Paleolítico inferior na Bacia do Neuwied.

K. Valoch — Diversos aspectos do Paleolítico inferior e Médio na Europa Central.

J. Holm — Descobertas recentes de acheulense na Dinamarca.

Dia 4 — Tarde

W. Roerbroeks — Arqueologia e estratigrafia do Plistoceno Médio: Maastricht-Bélvédère (Holanda).

D. Cahen e J. Michel — Mesvin IV — Uma Indústria do Paleolítico antigo.

W. Van Neer — A Fauna de Mesvin IV (Mons-Bélgica).

M. J. Aitken, J. Huxtable e N. C. Debenham — A Datação por Termoluminiscência no Paleolítico: pederneira, calcite estalagmítica e sedimento.

J. L. Monnier — Cronostatigrafia e facies culturais do Paleolítico inferior e médio na Bretanha — comparações com as regiões loéssicas.

O segundo dos Colóquios foi dirigido por J.-C. Blanchet com a colaboração de G. Bailloud, C. Burguess, Gilles Gaucher, J.-P. Mohen, C. Mordant e J. Briard.

Do segundo colóquio destacamos:

Dia 4 — Manhã

A. Gibson — Parecenças entre Taças de cerâmica doméstica do Mar do Norte.

J. Briard — Wessex e Armórica, uma revisão.

C. Mordant e J. Blanchet — Os Machados de rebordos e friso médio na Bacia parisiense e na Normandia. Semelhanças com a Inglaterra.

Dia 4 — Tarde

S. Needham, Os carregamentos comerciais na Idade do Bronze — Langdon Bay-Dover (Inglaterra).

J.-P. Mohen, M. Menu, L.-P. Hurtel e P. Glabek — Fort-Harrouard e as Ilhas Britânicas na Idade do Bronze.

C. Eleure — Os Ourives britânicos e continentais no Bronze final: influências e independência.

O dia 5 foi reservado da parte da manhã para visitar o museu de Douai onde foi apresentado um filme de reconstituição das várias épocas de ocupação humana do local onde se encontra hoje a cidade, com base em escavações realizadas por equipas do museu. O realizador explicou aos presentes a técnica utilizada (reconstituição em maquetes sucessivas) reproduzindo com exactidão as diferentes fases da escavação bem como os diferentes níveis estratigráficos da mesma.

A parte da tarde foi reservada à visita em Seclin, uma escavação do Paleolítico Médio em que foi utilizada a técnica de escavação em «fouilles», acompanhada de uma exposição e de um filme que elucidaram os presentes sobre o decorso dos trabalhos. Os congressistas tiveram ainda oportunidade de ouvir a Sr. Leroi-Gourhan explicar as importantes revelações dadas pelas análises palinológicas dos polens fósseis recolhidos na parte inferior do corte.

Os congressistas visitando a estação do Paleolítico Inferior de Cagny-la-Garenne.



notícias — actividade científica

Ao fim da tarde visitou-se em Lille «l'Hospice Contesse», onde nós portugueses pudemos apreciar tapeçarias portuguesas do século XVI que atestam as importantes relações comerciais estabelecidas pelas nossas feitorias nesta região da Flandres, para além do Museu contíguo onde nos pudemos inteirar das descobertas pré-históricas recentes na região, bem como os evoluídos processos de reconstituição, quer das técnicas de talhe do silex quer de outros materiais, nomeadamente cerâmicas, peças metalúrgicas, etc. Pudemos ainda constatar a importância e cuidado colocados na exposição dos diferentes espólios arqueológicos, havendo sempre a preocupação de explicar ao visitante a função da peça ou conjunto de peças exposto, bem como a sua área de difusão no seu contexto épocal.

No dia 6 de Setembro prosseguiram os Colóquios no Edifício C1 da Universidade de Lille.

No Colóquio reservado ao Paleolítico intervieram:

Dia 6 — Manhã

P. Callow — As indústrias Saalianas da costa de St. Brendale, Jersey.

C. Farizy, V. Krier e Ch. Leroyer, A jazida do Paleolítico médio de Champlost (Yonne).

G. Fosse, D. Cliquet, e G. Vilagrain, O Mustierense do Norte-Cotentin (Departamento da Mancha); primeiro resultado de três «fouilles» em curso.

P. Haesaerts e Ch. Dupuis, Pesquisas sobre o quadro cronostatigráfico das jazidas paleolíticas da Bacia do Somme.

S. Balescu, Contributos do estudo de minerais pesados para o estudo da estratigrafia das jazidas paleolíticas do Norte de França.

Dia 6 — Tarde

J. Sommè, N. Cunat, A. V. Munaut e J. J. Puisségur, Estratigrafia e significação climática da jazida paleolítica de Biache-Saint-Vaast (Pas-de-Calais).

A. Tufreau — Biache-Saint-Vaast e as Indústrias mustierenses do Plistoceno médio na França Setentrional.

C. Farizy e A. Tufreau, Indústrias e Horizontes Culturais do Paleolítico médio-recente na metade Norte da França.

E. Boëda — Primeiro estudo tecnológico do material lítico de Biache-Saint-Vaast.

S. Beyries — Aproximação funcional da utensilagem proveniente de uma estação do Paleolítico médio do Norte da França: Corbehem.

Na sessão reservada à idade do Bronze intervieram:

Dia 6 — Manhã

C. Burgess — Relações entre a França e a Grã-Bretanha na Idade do Bronze; problemáticas suscitadas pela cerâmica e locais de fixação.

Gilles Gaucher e G. Verron, A extensão da Cultura do Plainseau.

E. Wermenbol, Dois depósitos de machados descobertos na Província de Anvers: Reflexões sobre materiais do Bronze

de Plainseau encontrados na Bélgica.

D. Coombs, O Bronze antigo na Grã-Bretanha e a conexão com a França.

Dia 6 — Tarde

J.-C. Blanchet — O Opidum de «Camp César» em Catenoy (Oise). As relações entre a fachada atlântica e o grupo Helvético-Renano no Bronze final III.

P. Meniel, A fauna do Bronze final de Catenoy (Oise).

S. Briggs, Problemáticas suscitadas, pela tipologia, cronologia e tecnologia no Atlântico Norte. Potes e caldeirões da Série LBA.

Pelas 18 horas o reitor da Universidade de Lille presidiu à Sessão de encerramento do XXI Congresso Pré-histórico de França.

O dia 7 foi reservado a excursões que visitaram vários locais arqueológicos do Vale Somme e também a várias estações neolíticas e proto-históricas do Vale do Aisne.

III Congresso Internacional sobre Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental

por Clementino Amaro (*)

Teve lugar entre 8 e 13 de Outubro último o III Congresso Internacional sobre Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental que decorreu no Instituto de Biologia da Universidade de Siena (Itália), organizado por Ricardo Francovich. O I Congresso realizara-se em Valbonne (França), em 1978, e o II Congresso aconteceu em Toledo, em 1981. Lamentavelmente as actas referentes ao último Congresso não chegaram a ser publicadas.

As comunicações apresentadas circunscreveram-se apenas a três áreas de intervenção: Espanha, Itália e Sul de França.

No tocante à Espanha, refiram-se as comunicações sobre cerâmica islâmica (ou de tradição) com particular realce para os estudos em curso na região de Valência, nomeadamente a problemática ligada à produção e sistematização da «loja dourada» de Manises e Paterna. Quanto à cerâmica medieval em geral, destacaram-se os tra-

balhos em curso na Catalunha e ainda um estudo metodológico sobre a cerâmica medieval de 42 povoados situados em Terra de Campos (Valadolid).

Do conjunto de comunicações italianas, realce para os vários estudos empreendidos sobre a majólica arcaica.

Os trabalhos franceses apresentados restringiram-se à cerâmica da Alta Idade Média, sua produção, elementos comparativos e ensaio de interpretação, e à investigação sobre os centros de produção cerâmica na região do Ródano.

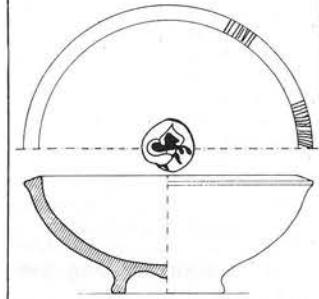
O Congresso foi complementado com visitas aos museus de Pisa e Montelupo e à escavação do castelo de Montarrenti.

As conclusões e o encerramento do Congresso decorreram no Museu Internacional de Cerâmica, na cidade de Faenza.

Em termos genéricos e num breve balanço, constatou-se que estão em curso algumas tentativas de classificação cerâmica, bem como ensaios de interpretação e sistematização da mesma.

III Congresso internazionale sulla Ceramica Medievale nel Mediterraneo Occidentale

Siena, 8-12 ottobre 1984
Faenza 13 ottobre 1984



Além disso, as atenções estão também viradas para os centros cerâmicos: sua origem, evolução, produção, tipologias das peças e circuitos comerciais.

A presença portuguesa a este Congresso (sem apresentação de comunicação) esteve limitada a Cláudio Torres, da Faculdade de Letras de Lisboa, e Clementino Amaro, do Departamento de Arqueologia do IPPC.

Espera-se que no IV Congresso, previsto para 1987, a arqueologia medieval portuguesa se encontre já representada de forma a integrar-se num espaço — Mediterrâneo Ocidental — do qual faz parte e para cujo conhecimento global muito poderá contribuir, tendo em conta o valor de alguns trabalhos arqueológicos em curso.



Siena, Praça "Il Campo". Inserida numa malha urbana criteriosamente conservada, esta praça mantém um forte cunho medieval.

(*) Arqueólogo ao serviço do Departamento de Arqueologia do IPPC

I COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE NOVA MUSEOLOGIA/ECOMUSEUS

por António C. M. Nabais (*)

O I Colóquio Internacional sobre Ecomuseus e Nova Museologia realizou-se no Canadá, de 7 a 13 de Outubro de 1984, com participantes dos seguintes países:

- Portugal.
- Canadá.
- França.
- Espanha.
- Noruega.
- Alemanha Federal.
- México.
- Bélgica.
- Estados Unidos da América.

Os trabalhos do I Colóquio Internacional realizaram-se em 3 locais diferentes da Província do Québec:

- Montreal (Universidade de Québec);

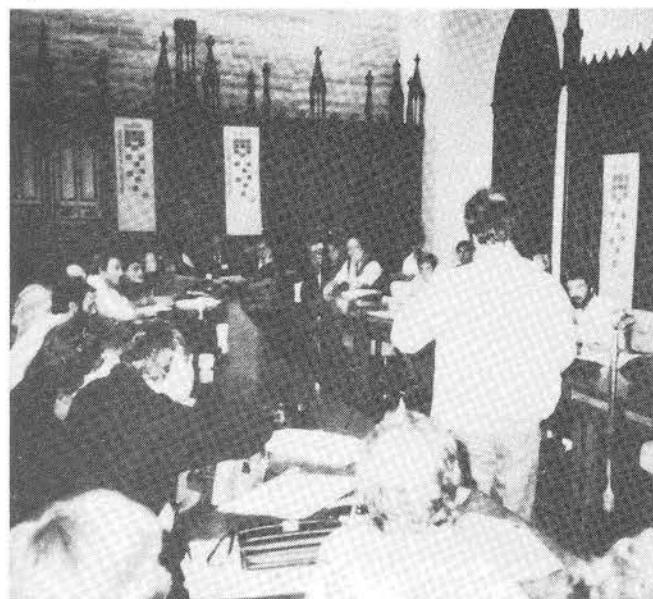
— Haute Beauce (visita ao Museu e ao Centro Regional de Interpretação de Haute Beauce);

— Québec.

O Colóquio tinha como objectivos principais:

- a) Dar informações sobre trabalhos em curso.
- b) Analisar as técnicas e filosofia da nova museologia.
- c) Organização de uma estrutura internacional.
- d) Contactos com a aplicação da Nova Museologia: visita ao Ecomuseu de Haute Beauce.
- e) Homenagem a Georges-Henri Rivière.

Aspecto de uma das sessões do Encontro



Durante a recepção de abertura oferecida pela Fundação McDonald Stewart e ICOM — Canadá, o senhor René Rivard apresentou a primeira prova da sua obra sobre nova museologia, na qual faz referência aos museus portugueses do Seixal e do Monte Redondo, situando-os no campo da nova museologia.

1 — Informação sobre trabalhos em curso — Nas várias reuniões de trabalho, os participantes e observadores, ao apresentarem as suas experiências, transmitiram ensinamentos e ofereceram dados que serviram de tema para vivos debates. Estes tornaram-se bastante ricos, dado que as experiências apresentadas eram de países e de realidades culturais diferentes o que permitiu tirar conclusões muito úteis.

Os participantes dos museus portugueses (Ecomuseu do Seixal e Museu Etnográfico de Monte Redondo), nos vários «ateliers» onde estiveram presentes, tiveram oportunidade de expor as suas experiências museológicas. Embora um e outro museu tenham seguido processos diferentes na sua organização e desenvolvimento, apresentam, no essencial, pontos comuns, tais

como, um território bem definido, a participação da população e das autarquias, trabalhos de investigação. A experiência museológica do Seixal foi apresentada, em sessão especial, a todos os participantes e observadores, durante o jantar da Sociedade dos Museus do Québec sob o patrocínio do Centro Português de Referência e Promoção Social.

2 — Análise das técnicas e filosofia da nova museologia — Em referência a este ponto, foi possível dar uma redacção à já denominada «Declaração do Québec» (Princípios de Base da Nova Museologia). Nesta declaração são expostos os fundamentos da Nova Museologia e o seu papel na defesa do património cultural dos povos e no desenvolvimento das comunidades.

3 — Organização de uma estrutura internacional — Foi criado o Comité Internacional da Nova Museologia encarregado de dar forma à Federação Internacional de Nova Museologia, a oficializar em 1985. A este Comité compete também desenvolver um plano trienal de encontros e promover a colaboração internacional no seio da Nova Museologia.

Foi eleito para este Comité o representante do Museu Etnológico do Monte Redondo (Dr. Mário Moutinho), juntamente com delegados do Canadá, França e Noruega.

Em reunião plenária, foi decidido que o segundo Atelier Internacional fosse realizado em Portugal (Novembro de 1985), o terceiro Atelier em Buenos Aires (1986) e o quarto na Bélgica (1987). A Comissão Organizadora ficou assim composta:

— António Nabais — Coordenador (Ecomuseu Municipal do Seixal);

— Maria Manuela Carrasco e Mário Moutinho (Museu Etnológico de Monte Redondo);

— Flauges de Varine (ex-presidente do ICOM e Director do Instituto Franco Português, em Lisboa);

— Pierre Mayrand (Québec);

— Evelyne Lahalle (França);

— Marc Maure (Noruega);

— Etienne Bernard (Bélgica).

No mesmo plenário foi criado um grupo de trabalho constituído por Mathilde Bellalaine Scalbert (Ecomuseu de Creusot), Jean-Yves Veillard (Museu de Bretagne), António Nabais

(Ecomuseu Municipal do Seixal), Etienne Bernard (Bélgica) e Marie-Odile de Barry (França) destinado a organizar a divulgação do Colóquio na revista da UNESCO «Museum».

4 — Contacto com a aplicação da Nova Museologia: Ecomuseu de Haute Beauce — A estadia em Haute Beauce permitiu um conhecimento directo com uma experiência onde se sente a participação da população e ao mesmo tempo se constata o aproveitamento adequado de todos os recursos da região: humanos e materiais.

5 — Homenagem a Georges-Henri Rivière — No plenário final, dedicou-se uma parte à homenagem ao grande museólogo do século XX, Georges-Henri Rivière, ao qual a nova museologia deve muito. Vários participantes, que tiveram a felicidade de trabalhar ou de conhecer Georges-Henri Rivière, fizeram intervenções salientando a sua obra extraordinária no campo da museologia.

Conclusão

Pelo que ficou exposto, julga-se poder afirmar que a participação portuguesa neste I Colóquio Internacional sobre Ecomuseus e Nova Museologia foi altamente positiva, pois permitiu aprofundarmos os nossos conhecimentos, divulgar duas experiências portuguesas, garantir o acesso ao organismo internacional da Nova Museologia e contribuir para que o nosso país possa receber, em 1985, os participantes do II Atelier International da Nova Museologia — Museus Locais.

De salientar também, a presença do cônsul de Portugal em Montreal na recepção de abertura do Atelier, que teve lugar na Fundação McDonald Stewart e ICOM-Canadá.

Durante a estadia em Montreal foi realizada pelos representantes portugueses (Dr.º Maria Manuela Carrasco, Dr. Mário Moutinho e Dr. António Nabais), uma conferência na Universidade de Concórdia e duas conferências, pelo Dr. António Nabais, na Universidade do Québec.

(*) Investigador de História Regional, Museólogo.

notícias – actividade científica



MAIO/85

Israel, Tel-Aviv, *Symposium Internacional sobre "O Desenvolvimento e manutenção da imagem e da identidade Nacionais"*.

MAIO/85

23 a 24, França, Nancy, *Colóquio sobre a arqueologia subterrânea* (hipogeus naturais e artificiais), organização da Federação Francesa de Espeleologia.

Para informações:
Gérard Aimé, 1 Rue de l'Epi-tape 25000 Besançon, France.

MAIO/85

24 a 26, Portugal, Setúbal, *Encontro Nacional sobre Arqueologia Urbana*.

Informações:
Dr. Tavares de Silva, Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, Av. Luísa Todi, 126, 2900 Setúbal, Portugal.

MAIO/85

26 a 31, U.S.A., New York, *Reunião Anual do Comité do ICOM para as colecções de instrumentos musicais*.

Para informações:
Laurence Libin, Metropolitan Museum of Art, Fifth Avenue at 82nd St, New York, NY10028, U.S.A.

JUNHO/85

França, Paris, *Reunião Anual do Comité do ICOM para as colecções de vidro*.

Para informações:
Jan Kock, Alborg Historiska Museum, Algade 48, Postbox 805, 9100 Alborg, Danemark.

JUNHO/85

13 a 15, Portugal, Castelo de Vide, *1.º Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, organização da comissão de Turismo de S. Mamede.

Para informações:
Comissão Regional de Turismo, Rua 1.º de Maio, 7, 3.º Esq., 7300, Portalegre, Portugal.

JUNHO/85

13 a 15, Portugal, Castelo de Almourol, Vila Nova da Barquinha, *Primeiros Encontros de História*.

Organização de Património XXI e APAC.

Para informações:
Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, Rua da Rocha, 71, 1.º-Dto., 1300 Lisboa, Portugal.

JUNHO/85

21 a 23, Portugal Distrito de Setúbal, *5.º Jornadas Regionais sobre Monumentos Militares*.

Para informações:
Junta Regional de Setúbal da APAC, Av. D. João I, 25, 1.º Esq. 2800 Almada, Portugal.

JUNHO/85

22 a 24, U.S.A., Grinnell, Iowa, *5.ª Conferência Internacional sobre os bancos de dados relativos às Ciências Humanas e Sociais*.

Para informações:
Mr. F. Moberg, ICDHSS/85 Coordinator, Grinnell College, P.O. Box 805, Grinnell, IA 50112-0810, U.S.A.

JUNHO/85

24 a 26, Noruega, Thronheine, *12.ª Conferência Internacional do Radiocarbono*.

Para informações:
Pat Yeland, Studies and Academic Administration, the Norwegian Institut of Technologie, N-7034, Thronhein-NTH Norway.

JUNHO/85

24 a 29, Portugal, Castelo da Feira, *III Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses*.

Para informações:
Associação dos Amigos dos Castelos, Rua Coelho da Rocha, 71-1.º Dto., 1300 Lisboa, Portugal.

JUNHO/JULHO/85

24 a 5, Jugoslávia, Skopje, *Curso Internacional sobre Medidas de Prospecção dos bens culturais em regiões sísmicas*.

Para informações:
Earthquake Course Skopje, ICCROM, via San Michele, 13-I-00153 ROMA Italy.

JULHO/85

1 a 5, Danemark, Moesgard, *8.ª Conferência Internacional de Arqueólogos Sud-asiáticos na Europa Ocidental*.

Para informações:

Karen Frifelt, Moesgard Museum, DK-8270 Hjørring, Danemark.

JULHO/85

27 a 30, Portugal, Minho, Espanha, Galiza, *II Simposium sobre Castelos Raianos de Portugal e Espanha*.

Para informações:

Junta Directiva do Norte da APAC, Biblioteca Pública Municipal, Rua de Angola, 4400 Vila Nova de Gaia, Portugal.

INÍCIOS SETEMBRO/85

Noruega, *Reunião Internacional de ICOM para a Segurança nos Museus*.

Para informações:

Dr. Kristina Ambrosiani, Statens Kutulrrada, Box 7843, S-103 98 Stockholm, Suede.

SETEMBRO/85

2 a 6, Portugal, Lisboa, *1.º Reunião Ibérica do Quaternário*.

Temos gerais propostas: glaciário, margem continental — linhas de costa e pré-história da parte ocidental da Península. Aceitam-se também comunicações livres. Além de uma excursão pré-reunião (30/8 a 1/9 de 85), abrangendo a Serra da Estrela e o litoral ocidental, outras estão previstas no período da Reunião.

Para informações:

Secretariado da 1.ª Reunião do Quaternário Ibérico, Travessa Conde da Ribeira, 9, 1300 Lisboa.

SETEMBRO/85

2 a 8, U.S.A., *Conferência da Associação para a Conservação e suas Técnicas*.

Para informações:

APTWestern Chapter, Box 42458, San Francisco CA94142, U.S.A.

SETEMBRO/85

9 a 13, Grã-Bretanha, Londres, *16.º Congresso Internacional da Sociedade Internacional das Bibliotecas e Museus das Artes dos Espetáculos (SIBMAS) sobre: O Teatro e as colecções teatrais — relações entre criação teatral e documentação*.

Para informações:

Alexander Schouvaloff, Victoria and Albert Museum, London SW7 2RL, U.

SETEMBRO/85

18 a 21, Áustria, Linz, *Reunião do Comité Internacional do ICOM para os Museus Regionais e as organizações de turismo*.

Para informações:

Mr. Bengt-Arne Person, Hallands Länsmuseer, S-43200 Varberg, Suede.

SETEMBRO/85

30 a 4 de Outubro, Canadá, Parc National de Banff, *Congresso Mundial sobre: A apresentação e interpretação do Património*.

Para informações: The Society to Promote the first world congress on heritage presentation and interpretation, Old St. Stephens College, 88200 112nd st, Edmonton, Alberta T6G 2P8, Canadá.

OUTONO/85

Itália, *Curso de Conservação de papel*. Com a duração prevista de 8 semanas, este curso versará os seguintes temas: Química da celulose, climatologia do papel, métodos japoneses de conservação de obras de arte em papel, conservação de documentos, manuscritos, etc., conservação de livros e fotografias.

Para informações:

Training Section at ICCROM, 13 Via di S. Michele, 00153 OUTONO/85.

R.F.A., Munique, *Reunião anual do Comité do ICOM para Egiptologia*.

Para informações:

Rolf Gundlach, Heinrich Delp Strasse 243E, 6100 Darmstadt, R.F.A.

OUTONO/85

Jugoslávia, *Symposium do Comité Internacional do ICOM para a Museologia sobre: Originais e Reproduções — a utilização de cópias, reproduções e maquetes nos museus*.

Para informações:

Dr. V. Sofka, Department of Coordination and Museum Development, Statens Historiska Museum, Box 5405, S-114 84 Stockholm, Suécia.

OUTUBRO/85

4 a 6, França, Paris, *Encontro sobre fabrico, comercialização e utilização da cerâmica dos séculos V ao XIX. Organização do Centro de Pesquisas Arqueológicas Medievais*.

Para informações:

Jacqueline Pilet-Lemière, Congrès D'Archéologie Médiévale, Université de Caen — 14032 Caen Cedex, France.

NOVEMBRO/85

3 a 9, *II Colóquio Internacional sobre nova Museologia*.

Para informações:

Dr. António Nabais, Departamento de Museus do I.P.C., Rua Ocidental ao Campo Grande n.º 83-1.º piso, 1700 Lisboa.

NOVEMBRO/85

4 a 6, Grã-Bretanha, Londres, *3.º Simpósio Internacional sobre a história dos materiais e as técnicas empregues em joalharia*.

Para informações:

Mr. Jack Ogden, 42 Duke Street, St. James, London SW1Y 6DJ, U.K.

NOVEMBRO/85

6 a 13, Espanha, Barcelona, *Reunião do Comité Internacional do ICOM para a Educação sobre: O pessoal educativo dos museus e a investigação*.

Para informações:
Dr. Cornelia Bruninghaus-Knubel, Wigstrasse 9, 4300 Essen, R.F.A.

NOVEMBRO/85

7 a 8, Grã-Bretanha, Londres, Simpósio sobre: Os metais preciosos na arte e na arqueologia: conservação e tecnologia.

Para informações:
Mrs. H. Lane, Conservation Division, The British Museum, London WC1B 3DG, U.K.

PRIMAVERA/86

Portugal, Vila Nova de Gaia, Congresso Internacional sobre o rio Douro.

Para informações:
Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Edifício da Biblioteca Municipal, Rua de Angola, 4400 Vila Nova de Gaia, Portugal.

MAIO/86

Grécia, Agta Paraskevi, Simpósio Internacional de arqueometria. Temas: Prospecção, Estudo de Localização, Metais antigos e Metalurgia, Tecnologia Antiga, Não Metais, Datação de matérias orgânicas e materiais inorgânicos.

Para informações:
Dr. Yannis Mamatis, Archaeometry Symposium, NRC Demokritos, 153 10 GR, Agta Paraskevi, Ahiki, Greece.

SETEMBRO/86

1 a 7, Grã-Bretanha, Londres, Southampton, XI.º Congresso da União Internacional das Ciências Pré-históricas e Proto-históricas.

Para informações:
The National Secretary, Prof. P. J. Ucko, Department of Archaeology, University of Southampton SO95NH, U.K.

SETEMBRO/86

23 a 30, XI.º Congresso Internacional de Arqueologia Cristã.

Para informações:
Mme. Boucharlat, Direction des antiquités historiques de la région Rhône-Alpes, 23, Rue Roger Radison, 69005 Lyon-France.

JULHO/AGOSTO/87

Canadá, Otava, 12.º Congresso da União Internacional para a Pesquisa do Quaternário.

Para informações:
Alan V. Morgan, Department of Earth Sciences, University of Waterloo, Ontario, Canadá N2L 3G1.

ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARQUEOLOGIA URBANA

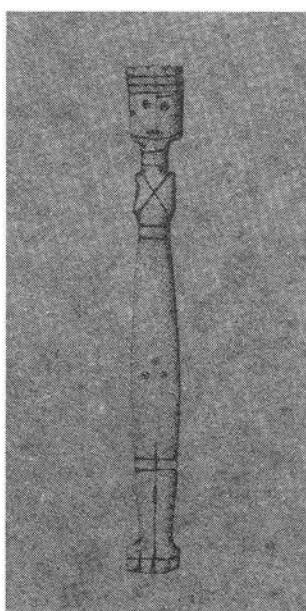
De 24 a 26 de Maio realiza-se no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal o I Encontro Nacional sobre Arqueologia Urbana. Organização deste Museu, a iniciativa é assim apresentada pelos seus promotores:

"As intervenções arqueológicas em áreas urbanas revestem-se habitualmente de condicionalismos bastante desfavoráveis devido em grande parte à inexistência de legislação adequada. E embora se venha recomendando nas conferências gerais da Unesco, de forma bem explícita, desde 1968, a criação pelos Estados membros de legislação que proteja o património arqueológico e cultural, a prática arqueológica encontra, entre nós, a maior dificuldade em se efectivar nas áreas onde talvez mais

se justifique, onde a memória colectiva, como principal referência da esfera social, se comporta como a argamassa de uma estrutura tão heterogénea e complexa como a da população de uma cidade.

Possuímos já a nível nacional um conjunto de intervenções no domínio da Arqueologia Urbana que importa analisar e dai extrair as directrizes de actuação futura, informadas por todas as experiências cujos processos de desenvolvimento permanecem desconhecidos de grande parte dos arqueólogos e do público em geral.

No decorrer do Encontro devem ser tratados a legislação, a metodologia e especialmente os resultados concretos de escavações arqueológicas efectuadas em perímetros urbanos. Reivindica-se hoje para simples conjuntos arquitectónicos orgânicos o estatuto até há poucos anos reservado à chamada arquitectura monumental. Esta reivindicação surge num contexto de valorização do "normal", do "quotidiano", do que foi produzido não como forma de "ostentação" mas que surgiu em consequência da satisfação de simples e comuns necessidades históricas. E é aqui que a Arqueologia, mais do que qualquer outra disciplina, poderá tornar inteligível quer o património construído quer o móvel e, de forma mais globalizante, refazer o percurso histórico da cidade."



II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE NOVA MUSEOLOGIA/MUSEUS LOCAIS

O II Colóquio Internacional sobre Nova Museologia, que se irá realizar em Portugal de 3 a 9 de Novembro de 1985, terá como tema «Museus Locais» dada a importância que este tipo de museus tem no desenvolvimento das pequenas comunidades (bairros, aldeias, vilas...).

O Colóquio contemplará os seguintes objectivos:

1 — Estudar as relações entre os museus e os poderes públicos e definir em particular o papel das autarquias na organização e desenvolvimento dos museus locais.

2 — Aprofundar o papel dos museus locais na investigação científica.

3 — Afirmar a importância dos museus locais na defesa do património cultural dos povos e no desenvolvimento das co-

munidades (exposição: Nova Museologia/Museus Locais).

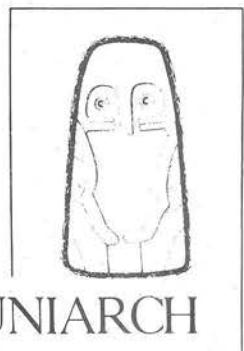
4 — Apresentar a Declaração do Québec com vista à sua adopção.

5 — Formalizar a Federação Internacional da Nova Museologia.

Durante o Colóquio está prevista a divulgação de experiências da Nova Museologia dos países que se fizerem representar e, ao mesmo tempo, colocar os participantes em contacto com os museus portugueses onde a museologia activa estejaposta em prática.

Enfim, será uma reunião de reflexão e estudo que reforçará o movimento museológico que se tem desenvolvido em Portugal nos últimos anos.

**Maria Manuela C. Moutinho
Mário C. Moutinho
António Nabais**



A IDADE DO COBRE NO CENTRO/SUL DE PORTUGAL

Fruto do intenso intercâmbio existente entre a Unidade de Arqueologia do Centro de História da Universidade de Lisboa (UNIARCH) e o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), decorreu neste último um Encontro subordinado ao tema "A Idade do Cobre no Centro/Sul de Portugal".

Preenchido nos seus dois primeiros dias (25 e 26 de Abril) com uma visita de estudo a alguns sítios do Calcolítico do Sul de Portugal (Santa Justa, Monte da Tumba, Pedra Longa e Escoural), o Encontro teve a sua sessão principal no dia 27. Ali foram apresentados e debatidos os seguintes textos e documentos (a incluir na revista CLIO/Arqueologia, edição da UNIARCH):

— Cerro do Castelo de Santa Justa: Victor Gonçalves e Ana Margarida Arruda;

— Monte da Tumba: Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares;

— Cabeço do Cubo: Ana Carvalho Dias;

— Escoural: Mário Varela Gomes, Rosa V. Gomes, M. Fariahina dos Santos;

— Pé da Erra: Victor Gonçalves;

— Leceia: João Cardoso, Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva.

Paralelamente, esteve também patente no Museu de Arqueologia de Setúbal uma exposição onde se reuniram materiais arqueológicos e informação gráfica sobre os sítios arqueológicos objecto do Encontro.

Decididas a manter regularmente estas iniciativas, a UNIARCH e o MAEDS promoverão em 1986 o seu II Encontro, tendo como tema proposto "A Idade do Ferro no Centro-Sul de Portugal e a consolidação da Ocupação Romana".

TOMAR

Uma proposta de recuperação do passado arqueológico

1. Preâmbulo

Esta cidade é largamente conhecida pela riqueza dos seus monumentos e pela beleza da paisagem telúrica que a afaga com singeleza e harmonia. O núcleo medieval (topo sul e ocidental) contrasta com o novo espaço urbano (topo norte e oriental) que se projecta numa acção urbanística em desenvolvimento. Digamos que o primeiro tem sido poupado, até ao momento, a renovações arquitectónicas atentatórias do equilíbrio físico e ambiental do património construído; no segundo, a presença ténue do passado histórico monumental enquadra-se, pontualmente no actual plano urbanístico, sem que este obedeça a um vector integrador de todo o património arqueo-histórico aí existente.

2. O subsolo reserva do passado histórico

As obras de planeamento urbanístico avançam desinteressadas da realidade histórica nesta zona em extensão (fig. 1). O salvamento e a preservação do passado humano tornou-se numa preocupação constante para todos aqueles que pretendem recuperar o espaço ambiental de outras culturas.

A descoberta do Forum de "Sellium" (fig. 2) permitiu, recentemente, despoletar uma série de acções tendentes à classificação da área perimétrica que lhe está adstrita. Essas acções ajustam-se ao plano director integrado do Município que está, por ora, em fase de projecto-tipo. A Câmara, entretanto, decidiu, para já, retardar todos os projectos de construção pública e privada, previstos para a área adstrita ao Forum (fig. 1).



Fig. 1 — Área perimétrica da zona envolvente ao Forum, assinalado no interior de um logradouro.

3. Proposta de intervenção integrada

A área envolvente do Forum deverá ser classificada, urgentemente pelo Instituto Português do Património Cultural, como espaço de valor arqueo-

lógico. As obras de construção previstas para este sítio deverão ser imediatamente retardadas ou até anuladas, enquanto o Departamento de Arqueologia — orgão dependente do I.P.P.C. — não definir com o órgão Autárquico a política de preservação e consequente intervenção nessa área.

A prospecção actuante nestas áreas arqueológicas, constituirá, por assim dizer, uma das medidas preventivas de grande eficácia. A morosidade desta política provocará, entretanto, a destruição ambiental do tecido urbano subjacente ao actual espaço social; perder-se-á, também, o único vector capaz de definir a articulação funcional entre o Forum e a área periférica.

A conservação é revalorização do Forum provocarão, por outro lado, a criação de um projecto-piloto adequado ao espaço arquitectónico e urbano do presente. A força da nova imagem arquitectónica do presente tem vindo a provocar, ocasionalmente, a descoberta de um passado enterrado há tantas gerações. A coexistência harmoniosa do passado e do presente criarião, para esse espaço social, uma nova ordem de valores culturais.

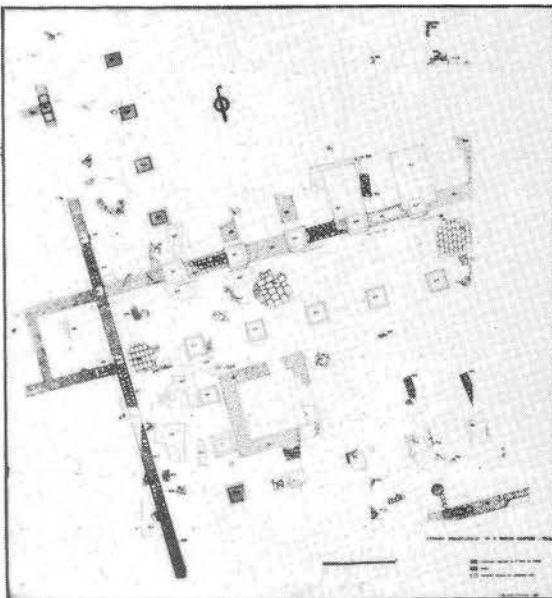


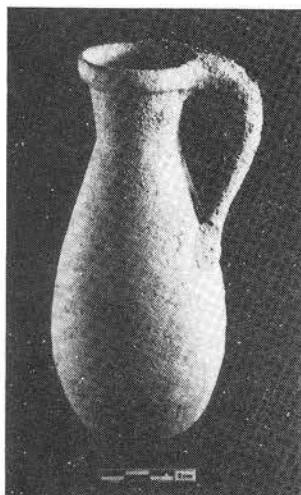
Fig. 2 — Levantamento Topográfico do Forum.



Fig. 3 — Panorama aéreo do Forum.

SEPULTURA ALTO — MEDIEVAL NO MONTE DO SEIXO BRANCO

(Amareleja-Moura)



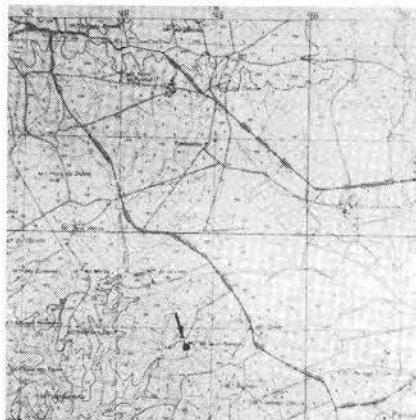
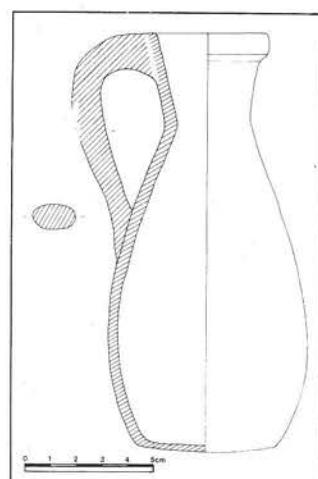
No decorrer das prospecções de campo, que com frequência levamos a efeito no concelho de Moura (Verão de 1980), fomos informados do aparecimento de uma "jarrinha numa sepultura", no Monte do Seixo Branco, freguesia de Amareleja (vd.L.1). A peça que se encontrava na posse do professor Luciano Soares, residente naquela aldeia, foi-nos prontamente cedida para estudo, encontrando-se já no Museu de Moura.

Dirigimo-nos então ao Monte (C.M.P. 502 de 1965, Q.quil. 272-136; longitude — $1^{\circ}49'52''$, latitude — $38^{\circ}11'25''$). A cerca de trinta metros para SE da entrada do monte, ao abrir-se uma pequena passagem, surgiu, segundo a explicação que nos deu o rendeiro presente, uma sepultura, de grande dimensão, toda forrada com lajes de xisto e coberta por enorme tampa. Desta, ainda pudemos observar alguns fragmentos. Dentro da sepultura, e ainda segundo a descrição que nos foi feita, já não havia ossos, mas a "jarrinha" lá estava, junto do canto NW da caixa tumular, que se desenvolvvia no sentido norte-poente.

Não nos permitiu a rápida visita à herda (até porque já tinham decorrido largos meses sobre o achado), observar mais do que o local da sepultura, alguns fragmentos da tampa junto do tronco de uma árvore próxima e a cerca de 50 metros para SE, alguns blocos dioríticos afeiçoados, como que a formar o início de um muro semi-circular. Dada a ausência de cerâmicas ou de quaisquer outros elementos foi impossível identificar a estrutura, quer sobre o ponto de vista cronológico quer funcional.

Empregamos na descrição da peça uma adaptação da obra de A. Bazzana, "Cerâmiques Médiévales: les méthodes de la description analytique appliquées aux productions de l'Espagne Oriental", por nos parecer ser útil o seu progressivo emprego e adaptação ao estudo das cerâmicas medievais portuguesas.

Neste caso, quer a orientação descrita da sepultura, quer a colocação da bilha dentro dela, quer as suas características técnico-morfológicas, apontam para a alta Idade Média, pelo que poderíamos situar o achado nos séc. VI/VII da nossa Era.



L. 1 — Carta Militar Portuguesa N.º 502. Localização do achado no Monte do Seixo Branco.

Arqueologia no concelho de Cascais

Levantamento arqueológico piloto

Por iniciativa do Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, com a colaboração do Município local, foi levado a efeito, em 1983, um levantamento arqueológico piloto. Tratando-se de um concelho que detém, por um lado, um ritmo de crescimento urbano muito rápido e que, por outro, conserva zonas de agricultura no seu interior, esse levantamento visava testar os vários tipos de actuação a considerar em situações bem diferenciadas.

Assim, uma equipa do Departamento, chefiada por Luís Pascoal, percorreu todo o concelho, anotando todos os aspectos patrimoniais de interesse.

As inundações de Novembro impediram, no entanto, que o projecto fosse completado, designadamente com uma exposição documental e fotográfica dos resultados obtidos e, também, com a abertura ao público das grutas do Poço Velho, sítios em plena vila.

Carta arqueológica

No entanto, a carta arqueológica de Cascais vem sendo laboriosamente levantada e dos seus resultados tem dado público conhecimento Guilherme Cardoso, em sínteses que insere, por áreas geográficas, no quinzenário local, o *Jornal da Costa do Sol*: em 17.2.1982, freguesia de Alcabideche; em 27.5.1982, região noroeste; em 28.4.1983, Murches e Aldeia de Juso; em 21.7.1983, Manique de Baixo; em 27.9.1984, S. Domingos de Rana.

Na sequência das inundações

O arranjo da baixa de Cascais, semidestruida pelas inundações, determinou a execução de obras. Guilherme Cardoso teve o cuidado de as acompanhar. Dos elementos de interesse arqueológico que detectou deu notícia em quatro apontamentos no *Jornal da Costa do Sol*.

A 29 de Março deste ano, referiu-se aos vestígios dos séculos XVII e XVIII, apresentando também um ceitil de D. Afonso V e dois cachimbos de cerâmica, um deles holandês do século XVII.

A 12 de Abril, deu a conhecer duas mós, um peso de rede, um peso de tear romano e uma pequena colher em bronze.

Os apontamentos de 9 e 24 de Maio aludiram sobretudo às estruturas urbanas antigas.

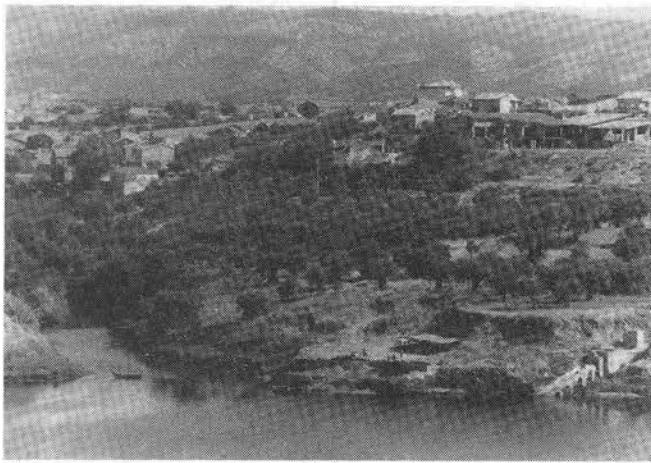
José O. Caeiro

J. d'E.

Foz do Enxarrique-1984

Realizou-se em 1984 (Setembro) a 3.ª Campanha de escavações na estação paleolítica da Foz do Enxarrique. O objectivo fundamental desta campanha — para além da continuação da decapagem do nível arqueológico descoberto no corte natural junto ao Tejo — visava uma melhor definição dum horizonte arqueológico detectado na zona interior da estação, na base duma sondagem mecânica realizada em 1983.

Para a concretização deste objectivo foi aberta uma nova zona de escavação, a qual viria a apresentar resultados muito para além do esperado. Assim, confirmando suspeitas baseadas em vestígios anteriores muito fragmentários, foi possível detectar um solo de ocupação paleolítico, ao ar livre, em associação a restos faunísticos, relativamente abundantes e bem conservados, o que no nosso território, é absolutamente inédito.



Como primeiras e sumárias conclusões do início da escavação desta nova zona, podemos referir:

— a indústria detectada enquadra-se perfeitamente nas características morfo-técnicas observadas no conjunto lítico desta estação, ou seja, uma indústria «mustierense» com uma elevada presença de técnicas «levallois».

— apesar da presença de restos faunísticos — cujo estudo se encontra ainda em curso — não existem dados que permitem concluir da existência de estruturas de «habitat», embora a quantidade e qualidade do material arqueológico (lítico ou ósseo) possam fazer crer numa ocupação relativamente «en place». Só a intensificação dos trabalhos nesta zona, associada às indispensáveis medidas de protecção do sítio poderão responder a esta e outras importantes questões.



Paralelamente aos trabalhos de escavação, a equipa presente em V.V. Ródão no mês de Setembro colaborou activamente na montagem da sala de arqueologia integrada no Centro Cultural de Vila Velha de Ródão, a qual seria solenemente inaugurada em 6 de Outubro, com a presença do Sr. Presidente da República. A concretização deste projecto, resultou fundamentalmente do

espírito de cooperação existente entre a Câmara local e os responsáveis pelos trabalhos arqueológicos em V. Velha de Ródão, que pensam ter dado com esta acção, um importante passo no sentido da indispensável componente cultural e didática da actividade arqueológica.

**António Carlos Silva
Luís Raposo**

1984 — ACTIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

Num balanço sumário sobre o trabalho desenvolvido ao longo do ano de 1984 pelos Serviços de Arqueologia do IPPC, ressalta o arranque definitivo do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, facto especialmente relevante, se tivermos em conta que se trata duma região, nomeadamente a sua faixa interior, sistematicamente esquecida em termos de arqueologia. A intervenção deste Serviço, apesar das limitações comuns aos restantes Serviços de Arqueologia, representou ao longo do ano que findou, uma presença eficaz junto de dezenas de autarquias, sempre que tal lhe foi solicitado, numa actuação que, sem desmerecimento para os restantes Serviços, presti-

giou o IPPC junto dos representantes do Poder Local.

Um outro aspecto que desejariamos ressaltar em hora de balanço, é o da ligeira alteração verificada na estratégia de actuação dos Serviços de arqueologia, tendo em conta a experiência acumulada desde finais de 1980. A criação do Departamento de Arqueologia e respectivos Serviços Regionais, preenchendo pela primeira vez uma grave lacuna nos meios de actuação estatais em prol da defesa do património arqueológico, gerou nos respectivos responsáveis uma natural — se bem que nem sempre ponderada — preocupação de intervenção directa no maior número possível de situações de ameaça para o património ar-

queológico. Desmultiplicaram-se os Serviços em variadíssimas intervenções de campo (escavações de emergência) todas elas jutificáveis, mas arrastando consigo — face às dificuldades estruturais inegáveis — situações complexas e de difícil resolução: acumulação de materiais arqueológicos por estudar e publicar; atrasos nos relatórios; dispersão de esforços com resultados muitas vezes discutíveis. Assim e não ignorando a indispensabilidade das escavações de emergência em situações específicas, a actuação dos Serviços tem-se vindo a pautar, cada vez mais, pelos seguintes critérios:

— primazia ao inventário sistemático do património arqueológico;

— primazia à actuação preventiva, isto é, determinação antecipada das eventuais acções de perigo para o património arqueológico através da

cooperação com outros organismos, nomeadamente os de planeamento;

— procura de soluções que não impliquem a escavação imediata; — prioridade às acções de conservação do património arqueológico já classificado ou em vias de ser, através duma planificação cuidada.

Embora ainda longe de resultados globalmente perceptíveis, a intervenção dos Serviços de arqueologia tem contribuído, em situações localizadas que pouco a pouco se vão multiplicando, para o encontrar de soluções capazes de darem aos vestígios arqueológicos a importância que os mesmos merecem no conjunto do nosso património cultural.

Extracto do Relatório de Actividades/84 do Departamento de Arqueologia do IPPC.

1985 —

INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS PROPOSTAS NA ZONA SUL

Albufeira — *Carro da Vila* (Vila Moura): José Luís de Matos; *Castelo de Paderne*: Cláudio Torres

Alcácer do Sal — *Cabeço das Amoreiras*: José Morais Arnaud; *Monte da Tumba*: Joaquina Soares; *Castelo de Alcácer do Sal*: António C. Paixão; *Castelos — Torrão*: Joaquina Soares

Alcochete — *Herdade de Rio Frio*: Clementino Amaro, Luís Barros e Ana Luísa Duarte

Alcoutim — *Santa Justa*: Victor Gonçalves; *Castelo de Alcoutim*: Helena Catarino; *Castelo Velho de Alcoutim*: Helena Catarino

Marvão — *Anta da Bola de Cera*: Jorge Oliveira; *Necrópole do Monte da Herdade dos Pombais*: Isabel Cristina Fernandes; *Povoado dos Pombais*: Jorge Oliveira

Mértola — *Alcáçova de Mértola*: Cláudio Torres, Jorge Pujido Valente e José Carlos Oliveira

Monforte — *Torre de Palma*: José Caeiro e Stephanie Maloney

Salvaterra de Magos — *Cova da Onça*: Ana Maria Flores

Santiago do Cacém — *Miróbriga*: José Caeiro, W.R. Biers e David Soren

Serpa — *Cidade das Rosas*: José Caeiro; *Jardim do Museu de Ficalho*: A. Monge Soares; *Povoado do Passo Alto*: A. Monge Soares

Silves — *Cerro da Rocha Branca*: Rosa Varela Gomes; *Castelo de Silves*: Rosa Varela Gomes

Sines — *Samouqueira*: Carlos T. Silva

Vidigueira — *S. Cucufate*: Jorge Alacrão, Robert Étienne e Françoise Mayet; *Monte da Cegonha*: Rafael Alfenim e Maria Conceição Lopes

Vila do Bispo — *Milreu e Padrão*: Mário Varela Gomes; *Praia do Castelojo*: Carlos T. Silva

Faça férias fazendo ARQUEOLOGIA!

Almada — *Igreja da Misericórdia*: Luís Barros e Ana Luísa Duarte

Almeirim — *Vale da Fonte da Moça*: M. Farinha dos Santos

Barrancos — *Alcáçova de Noudar*: José O. Caeiro

Barreiro — *Mata da Machada*: Cláudio Torres; *Fábrica de Vidros de Coina*: Cláudio Torres e Jorge Custódio

Campo Maior — *Cabeço do Cubo*: Ana Carvalho Dias

Castro Marim — *Castelo de Castro Marim*: Ana Arruda

Castro Verde — *Castelinho dos Mouros*: Manuel Maia e Maria Maia

Estremoz — *Tanque dos Mouros*: José Caeiro, Carlos T. Silva; João Cardoso e José M. Mascarenhas

Ferreira do Alentejo — *Monte da Chaminé*: Manuel Barreto e Clementino Amaro

Loulé — *Castelo de Salir*: Cláudio F. Torres, José Luís de Matos e Isilda Pires Martins

Montemor-o-Novo — *Cromeleque dos Cuncos*: Mário Varela Gomes; *Castelo de Montemor*: Tatiana Kuznetsova, J.L. Matos, Pedro Barbosa, A.B. Coelho, H. Resende e J. Fragoso

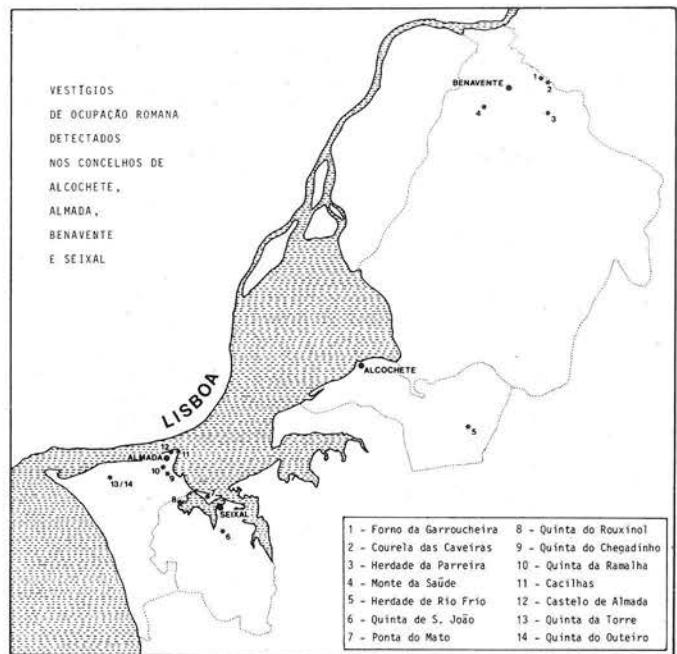
Odemira — *Palheiros do Alegre*: Luís Raposo e Carlos Penalva; *Medo Tojeiro*: Carlos T. Silva e Carlos Penalva

Ourique — *Favela Nova*: Maria Manuela Alves Dias; *Povoado de Fernão Vaz*: Caetano Mello Beirão

Portalegre — *Povoado do Velo*: Jorge Oliveira e Carmen Balesteros



PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO OCUPAÇÃO ROMANA NA MARGEM ESQUERDA DO ESTUÁRIO DO TEJO



De alguns anos a esta parte tem o CAA sido solicitado a apoiar iniciativas de divulgação arqueológica em Almada e Concelhos limítrofes (Seixal, Moita, Alcochete). Exemplo disso é o que se escreveu na "al-madan" n.º 3, nomeadamente referindo as acções desenvolvidas junto do Núcleo de Arqueologia da Esc. Sec. de Amora e do Grupo de Arqueologia da Baixa da Banheira. Aqui deve ainda acrescentar-se a colaboração prestada à Câmara Municipal de Alcochete no levantamento arqueológico do Concelho que, para já, con-

duziu à identificação de um complexo de fornos romanos.

Enfim, é agora quase "impossível" executar intervenções arqueológicas: os jovens querem praticar uma actividade para a qual estão motivados, as Autarquias querem recolher materiais para os seus Museus regionais, já instalados ou em fase de instalação. Neste contexto e conhecendo as condições de trabalho do CAA, facilmente se constata a completa impossibilidade de corresponder simultaneamente a todos estes pedidos com um mínimo de qualidade científica.

Assim, o CAA propôs uma acção conjunta que possibilite o enquadramento de jovens de vários Concelhos e o empenhamento das respectivas Autarquias, correspondendo também às necessidades da investigação regional — deste modo nasce o projecto "OCUPAÇÃO ROMANA NA MARGEM ESQUERDA DO ESTUÁRIO DO RIO TEJO".

Desde o início apoiado pelo Dr. Clementino Amaro (arqueólogo do Departamento de Arqueologia do IPPC que, juntamente com os membros do CAA Luis Barros e Ana Luisa

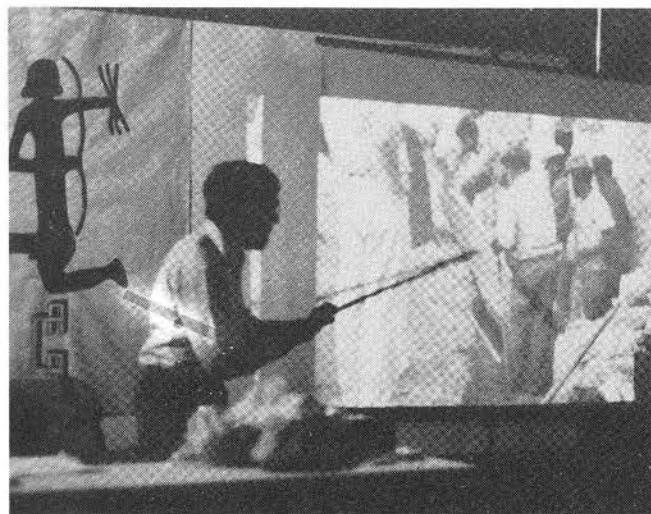
Duarte, assumirá a responsabilidade científica da investigação), este projecto surge na sequência de recentes estudos sobre a "outra banda", alguns deles publicados na nossa "almadan". Destes ressalta a importância, no século XII, de toda esta região na cultura do trigo e do milho paíño e na produção de azeite e vinho. A pesca e a exploração do sal ocupam igualmente lugar de destaque.

Será esta realidade económica medieval prolongamento lógico e natural duma situação que já se verificava na época romana?

Isso mesmo parecem indicar os vestígios de ocupação romana identificados até ao momento, razão motivadora do presente projecto de investigação. No planeamento estabelecido abordar-se-á inicialmente a produção de vasilhame, vindo depois a proceder à sua provável ligação com os centros de conserva de peixe. Assim, em 1985 concentrar-se-ão esforços no complexo de fornos romanos da Herdade de Rio Frio (Alcochete). Os trabalhos arqueológicos terão o apoio logístico da Câmara de Alcochete e de outras Autarquias da região, sendo também aguardado o indispensável subsídio.

O projecto é ainda complementado com a prévia organização pelo CAA de um Curso de Introdução à Prática da Arqueologia que, visando fundamentalmente a formação dos jovens que participarão na intervenção arqueológica, preenche as tardes de sábado dos meses de Abril, Maio e Junho.





Curso de Introdução à Prática da Arqueologia

Ultrapassando largamente as previsões, está já a decorrer o I Curso de Introdução à Prática da Arqueologia promovido pelo Centro de Arqueologia de Almada. Tendo como limite de programa a inscrição de 30 pessoas, o interesse manifestado por esta iniciativa "obrigou" no entanto à admissão de 72, número a partir do qual tivemos mesmo que parar dada a impossibilidade física de meter mais gente na sala em que se realizam as sessões.

Assim, desde 6 de Abril, jovens de Almada, Seixal, Alcachete, Sintra, Lisboa, etc., aqui se reúnem, muitos deles numa primeira familiarização com técnicas e métodos da Arqueologia.

No momento em que escrevemos este texto decorrem já três das sessões: noções de Geologia (Dr. Fernando Real), Paleolítico/Mesolítico (Dr. Luís Raposo) e Neolítico/Calcolítico (Dr. Carlos Tavares da Silva). Extremamente participadas, apoiadas em exibição de diapositivos e distribuição de textos de apoio, pensamos ter com elas atingido os objectivos pretendidos.

Em organização está também uma visita de estudo aos vestígios da ocupação romana de Setúbal e Troia.

em cima:

sessão orientada por Luis Barros (CAA).

ao lado:

aspecto da sessão orientada pelo dr. Luis Raposo.

Curso de introdução à prática da arqueologia

Dia 8/6/85: CONSERVAÇÃO E RESTAURO — II — Dr.ª Adília Alarcão (Museu Mon. de Conimbriga);

Programa

Dia 6/4/85: NOÇÕES DE GEOLOGIA — Dr. Fernando Real (Museu Nacional de Arqueologia);

Dia 13/4/85: PALEOLÍTICO/MESOLÍTICO — Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia); **CICLO DE CINEMA ARQUEOLÓGICO**

Dia 20/4/85: NEOLÍTICO/CALCOLÍTICO — Dr. Carlos Tavares da Silva (GTA do GAS);

Dia 27/4/85: BRONZE/FERRO — Dr. António Cavaleiro Paixão (Dep. de Arq. do IPPC);

Dia 4/5/85: ROMANO — Dr. Clementino Amaro (Dep. de Arq. do IPPC);

Dia 11/5/85: PROSPECÇÃO — Luís Barros (Centro de Arqueologia de Almada);

Dia 18/5/85: ARQUEOLOGIA DE CAMPO — Dr. Amílcar Guerra (Univ. Nova de Lisboa);

Dia 25/5/85: FOTOGRAFIA E DESENHO — Luís Pequito Antunes (CAA) e Jorge Raposo (CAA);

Dia 1/6/85: CONSERVAÇÃO E RESTAURO — I — Ana Luisa Duarte (CAA);

Dia 22/6/85: "O primeiro homem e o seu meio ambiente", "A gruta de Hortus", "A aventura humana nas margens do Mediterrâneo", "Revolução Neolítica";

Dia 29/6/85: "Fotografia aérea, visão fantástica do passado", "Síntese arqueológica", "Métodos modernos em escavações arqueológicas", "Arqueologia em laboratório".

VISITAS DE ESTUDO

No âmbito do Curso e em dias a combinar entre os participantes serão organizadas visitas a algumas estações arqueológicas, preferencialmente do período romano.

A inscrição nestas visitas é facultativa e aberta a não participantes no Curso, sendo o seu valor monetário dependente do custo do aluguer do autocarro.



NOVO CATÁLOGO DAS RUÍNAS DE CONÍMBRIGA PARA DEFICIENTES VISUAIS

Em Junho de 1984 o Museu de Conimbriga foi contactado pelos responsáveis do Acampamento Nacional de Paralisia Cerebral com o objectivo de preparar uma visita especial para cerca de 40 crianças com mais de 12 anos e 30 acompanhantes.

Após os primeiros contactos decidiu-se planear uma acção de trabalho em duas fases. A primeira incluiu a divulgação de textos, diapositivos e ilustrações sobre Conimbriga; a segunda contou com o acompanhamento mais directo dos Serviços de Animação do Museu. Esta tarefa centrou-se sobretudo no grupo dos deficientes motores com desenvolvimento e dos invisuais.

No primeiro caso colhemos a experiência das dificuldades sentidas no percurso acidental das Ruínas.

Para o grupo de invidisuals que contava com alguns amblíopes, foi possível preparar com antecedência a visita quer às ruínas quer às reservas do Museu.

Estudou-se o percurso mais apropriado de forma a alcançar percepções de espaços e funções dentro das casas, pormenores do seu arranjo (mosaicos, colunas, tanques), sons (repuxos), bem como do dimensionamento das grandes construções (Forum, aqueduto, muralhas).

Foi construída uma maquete da cidade à escala de 1:1000 e com o seu manuseamento



percepcionou-se a topografia do terreno e a implantação das principais construções (muralhas, casas, termas, aqueduto, anfiteatro e vias de acesso).

Na reserva do Museu foram também tacteados vários objectos provenientes das escavações, em pedra (esculturas, inscrições, elementos arquitectónicos), de cerâmica (lucernas, tijolos, telhas, bilhas, potes, pesos de tear), de metal (mascarões de situla, peças de decoração, moedas) e de osso (fusos, alfinetes, agulhas).

O texto — em forma de desdobrável — das Ruínas foi, na altura impresso em Braille graças à colaboração de elementos do Centro de Produção

de Braille, da Escola Secundária D. Duarte de Coimbra e do Instituto de Cegos do Loreto de Coimbra.

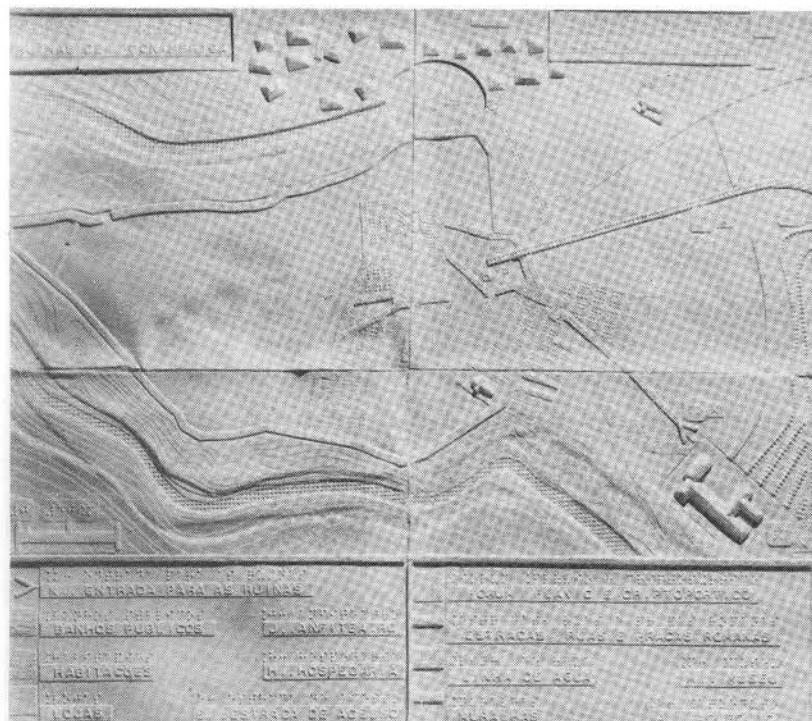
Esta iniciativa constituiu o primeiro passo importante para que este público (1) passasse a dispôr de um Roteiro que lhes permita percepcionar como se articulavam as construções do espaço vivo da cidade.

A presente edição do Centro de Recursos de Educação Integrada de Coimbra com textos em Braille em Língua Portuguesa e plantas em relevo adaptado para deficientes visuais foi, também, retrovertida para Língua Francesa e Inglesa, ao fim de alguns meses de estreita e frutuosa colaboração que nos apraz registrar. Os trabalhos agora executados pelo Centro serão mesmo objecto de apresentação em pormenor na Galeria de Exposição Temporária do Museu.

Esta nova experiência no âmbito da Animação dos Museus de Sítio em Portugal é já um progresso pedagógico gratificante em apoio de uma educação cada vez mais integradora.

NOTA:

(1) Existem em Portugal cerca de 25 000 deficientes visuais.



em cima:
capa do catálogo

ao lado:
planta das ruínas de Conimbriga e espaço envolvente.

Em 1979, nos 150 anos da primeira publicação em Braille, os Correios do Brasil editaram um selo em Braille cuja legenda tinha a seguinte legenda: "Ao tocar os relevos do papel o cego participa da evolução do mundo".

Miguel Pessoa

MUSEU MUNICIPAL DE ALMADA

Iniciou-se em 1984 a fase de estruturação e instalação do Museu Municipal de Almada. Nesta fase foram definidas como prioridades a criação de espaços para guardar o acervo museológico (Reservas) e a criação de condições para conservação e restauro do espólio (Laboratório de Conservação e Restauro).

As reservas, localizadas no Convento dos Capuchos e na Quinta dos Pianos, foram dotadas de equipamento que permite a criação de um ambiente climatizado apropriado à conservação de materiais, estando também em fase de instalação, no Convento dos Capuchos, um sistema de detecção de incêndio.

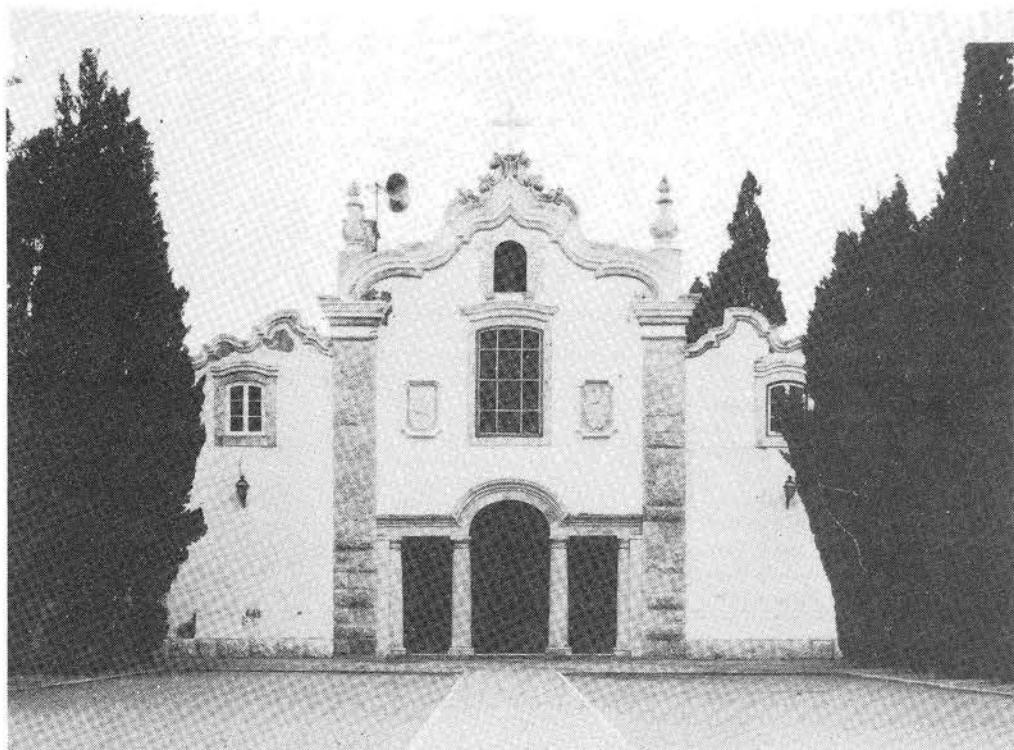
O laboratório de Conservação e Restauro está a ser dotado de equipamento que permita a conservação mais imediata dos materiais entregues ao cuidado do Museu e nalguns casos, existe já um grande avanço em relação aos laboratórios existentes no Distrito. Neste momento estão a ser consolidados a vazio algumas peças provenientes das escavações realizadas nos Paços do Concelho. Iniciativa do Museu que contou com o apoio do Centro de Arqueologia de Almada, dela resultou o achado de grande quantidade de espólio cerâmico e de vidro cujo trabalho de restauro está ainda longe do fim.

O inventário do acervo museológico tem sido outra prioridade, dificultada não só pela quantidade já existente como pela sua diversidade. Tratando-se de um Museu Regional, onde se pretende transmitir uma imagem da região, o espólio é muito diverso, tendo-se organizado já colecções de arqueologia, etnografia, arqueologia naval, medalhistica, malacologia e pinacoteca.

O Museu perspectiva-se como polinucleado, prevenindo-se para breve a inauguração do seu primeiro núcleo, o núcleo museológico de Murfacém, dedicado à arqueologia e influências árabes. Nos núcleos previstos a médio prazo encontram-se o Convento dos Capuchos, agora a servir de núcleo-sede e que será dedicado à arqueologia, e o da Quinta dos Pianos, onde se abordará a tradição agrícola do Concelho.

Para o corrente ano está prevista a realização de uma Exposição na Oficina da Cultura (Almada), onde será mostrado parte do já importante acervo do Museu.

Luis Barros



Convénio com o Museu Municipal

Com a aprovação por unanimidade em sessão de Câmara de 1 de Fevereiro concluiu-se o processo de elaboração do Convénio Museu Municipal de Almada/ /Centro de Arqueologia de Almada.

Na proposta aprovada diz-se: "o Centro de Arqueologia de Almada recolheu, ao longo dos seus doze anos de actividade, um valioso espólio imprescindível ao conhecimento da história antiga do Concelho e a criação do Museu Municipal [...] beneficiará com a utilização do referido espólio, considera-se de mútuo interesse definir a ligação entre o Museu Municipal e o CAA, de modo a materializar formas de cooperação e iniciativas conjuntas".

Resumindo o articulado desta mesma proposta temos, em termos gerais:

a) o CAA dispõe-se a ceder o seu espólio ao Museu Municipal (a título definitivo ou colocando-o em depósito) desde que isso não prejudique os seus projectos de investigação;

b) o CAA mantém a prioridade científica sobre o estudo desse espólio;

c) o CAA acompanhará e apoiará (na medida do possível)

acções de conservação e restauro nos materiais colocados no Museu;

d) o planeamento de intervenções arqueológicas no Concelho será feito conjuntamente, constando dos respetivos Planos de Actividade.

e) o Museu assumirá a responsabilidade pelas intervenções de emergência, acções que o CAA apoiará de acordo com as suas capacidades. Nestes casos o espólio reverterá directamente para o Museu Municipal;

f) o CAA mandará um dos seus membros para efeito de ligação ao Museu, tendo em vista a planificação e desenvolvimento de actividades conjuntas.

Dando cumprimento a este acordo, foi já colocada em depósito uma primeira série de materiais recolhidos pelo CAA: Paços do Concelho de Almada, Rua Rodrigues de Freitas e Murfacém. Este espólio irá permitir a abertura do primeiro núcleo do Museu Municipal, a localizar no Morábito (?) de Murfacém.

Convento dos Capuchos.

MILREU

No Museu de Faro está patente uma exposição sobre as ruínas romanas de Milreu, que distam de Faro poucos quilómetros. Desde os primeiros trabalhos arqueológicos realizados por Estácio da Veiga até aos que se estão a realizar actualmente por uma equipa do Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa, pode-se observar por meio de fotografias e desenhos a grandiosidade deste local arqueológico. Uma exposição e visita a não perder.

A.L.

V.M.S.

"MOVIMENTO CULTURAL"

Está para breve a saída de Distrito de Setúbal.

Iniciativa da Associação de Municípios deste Distrito, a revista, que se intitula "Movimento Cultural", terá periodicidade semestral e colaborações de eleitos, técnicos e outros funcionários das autarquias, dirigentes associativos, artistas, escritores, professores, jornalistas, investigadores, etc.

Para o seu primeiro número estão já em agenda textos de Modesto Navarro, Antunes Dias, Fernando Miguel Bernardes, Carlos Canhão, Eufrázio Filipe, Eurico da Fonseca, etc.

Aguardemos pois...

AL

AL



EXPOSIÇÃO DE ARQUEOLOGIA NAVAL

No pavilhão da Assembleia Distrital de Setúbal abriu ao público no passado dia 25 de Abril a exposição itinerante "Arqueologia Naval". Organização da Associação de Municípios deste distrito, a exposição "pretende dar uma ideia da importância [do] património [naval] e da acção que as autarquias e as populações vêm desenvolvendo. Assim, ver-se-á parte da depredação a que foi sujeito, bem como o que foi salvaguardado e refuncionalizado, com destaque para as embarcações tradicionais — fragata, varino e falua — e ainda algumas medidas imediatas, previstas ou em execução, destinadas a proteger e a recuperar este inestimável património cultural".

Esta exposição irá agora circular por todos os Concelhos do Distrito de Setúbal.

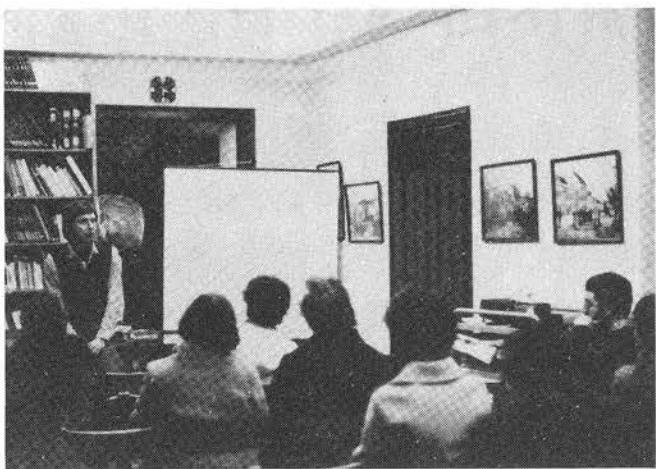
JR

JEAN FRANÇOIS MALATERRE EM ALMADA

Integrada num programa de "Sessões de Divulgação Arqueológica", organização do Centro de Arqueologia de Almada a concretizar durante todo o corrente ano, decorreu no passado dia 19 de Janeiro um colóquio com o geólogo francês Jean François Malaterre.

Com a sala de leitura da Biblioteca Municipal de Almada bem recheada de público, Jean François apresentou uma excelente coleção de diapositivos relacionados com a estação paleolítica de Soleihac e outros sítios arqueológicos do chamado Maciço Central de França.

Para 1986 ficou já combinada a visita a Portugal de um grupo de arqueólogos franceses, acção que será apoiada pelo Centro de Arqueologia de Almada.



Aspecto da sessão orientada por Jean François Malaterre.

A ESCOLA E A ARQUEOLOGIA — II

Tal como aconteceu no passado ano lectivo, o Núcleo de Arqueologia da Escola Secundária de Amora tem vindo a desenvolver várias actividades destinadas a interessar os jovens por novas ocupações.

Realizaram-se já na escola colóquios sobre Património Histórico do antigo Termo de Almada (Fernando Falcão — Museu Municipal do Seixal), sobre o papel, objectivos e trabalho do IPPC (Dr. Clementino Amaro — Departamento de Arqueologia do IPPC) e ainda sobre a utilização da banda desenhada na História (com a colaboração de José Ruy). Em conjunto com estas actividades, outras se têm desenvolvido no âmbito mais restrito da História: na escola esteve patente a exposição "os Descobrimentos e a Outra Banda" (organização do Centro de Arqueologia de Almada com o apoio do Museu

Municipal do Seixal), abrindo em breve um concurso sobre o tema "A Juventude e a Defesa do Património Histórico", cujos trabalhos contamos apresentar durante as festas de S. Pedro, integrados na grande exposição das actividades das escolas do Concelho do Seixal.

Os apoios do Conselho Directivo da escola e da Autarquia têm sido relativamente contínuos e a participação dos alunos, alguns dos quais se integraram numa prospecção de superfície realizada no Concelho do Seixal nas férias da Páscoa e se inscreveram no projecto "Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Rio Tejo", tem sido razoável. Solicitados para várias actividades e mais sensibilizados para outras, o trabalho que neste âmbito está a ser feito na Esc. Sec. de Amora não tem sido fácil mas é merecedor de

atenção, principalmente por não ser frequente nos nossos estabelecimentos de ensino.

Uma palavrinha porém deve ser dita a quem se julgue no dever de a aceitar: a Arqueologia, parente pobre da História tal como é interpretada ainda hoje nas Escolas, continua a ser uma ciência "marginal" para quem, por lei, é responsável pelos programas escolares de História. E não só!... Desde os professores que não têm conhecimentos de como se faz a História, até aos órgãos responsáveis de cada escola, o importante continua a ser qualquer actividade em que intervém a quantidade e não a qualidade.

A Arqueologia, senhores professores, não é só uma ciência "auxiliar" da História... A Arqueologia, Conselhos Directivos, Conselhos Pedagógicos, Secções Culturais, não é só um meio para desviar os alunos de comportamentos pouco ortodoxos, empurrando-os para a falsa ideia de que a Escola pode substituir a chamada "escola paralela" (o mundo exterior).

Quase no séc. XXI, a Arqueologia corresponde também às preocupações internacionais que se concentram na educação, na preservação do meio ambiente e na investigação do passado da Humanidade.

No entanto, o trabalho continua. E o apoio do Centro de Arqueologia de Almada e do Museu Municipal do Seixal são de salientar mais uma vez.

M.F.G.



COLÓQUIO SOBRE AS FONTES DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA

Decorreu nos dias 3 e 4 de Outubro de 1984, nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, um colóquio promovido pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa e cuja temática tratava de *Fontes da História Contemporânea Portuguesa*. Muito participado e de inegável interesse, o colóquio abriu no dia 3 com uma sessão única: TEMAS GERAIS, tendo como moderador Albert Silbert. Da parte da tarde e no dia seguinte decorreram várias sessões simultâneas: HISTÓRIA COLONIAL E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (moderador: Valentim Alexandre); HISTÓRIA LOCAL (moderador: Nuno G. Monteiro); HISTÓRIA INSTITUCIONAL E POLÍTICA (moderador: João B. Serra); HISTÓRIA SOCIOCULTURAL (moderador: Carlos C. Maurício); HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL (moderadores: António Costa Pinto e Maria Carlos Radich).

De entre as comunicações apresentadas houve as que trataram dos "desafios que se colocam aos arquivistas" de Maria João Leal, "a articulação entre a política arquivística e a investigação histórica" de Miriam Halpern Pereira, "documentação diplomática" de Álvaro Fernand d'Almeida, entre outras. De salientar a apresentação de relatórios sobre diversos arquivos.

As conclusões apresentadas foram as seguintes:

1. Criação de uma comissão de arquivistas e historiadores, a funcionar junto do Ministério da Cultura, para a definição de uma política arquivística.

2. Criação no Instituto do Património Cultural de uma Comissão Consultiva Permanente para a selecção da documentação a preservar.

3. Preenchimento dos quadros técnicos dos arquivos e bibliotecas existentes.

4. Solicitação aos arquivos de um esforço de preservação da documentação referente aos séculos XIX e XX.

5. Urgente transferência do Arquivo da Amora para local seguro. Retomar urgente do

tratamento do que já está depositado na Biblioteca Nacional.

6. Revisão da regulamentação da acessibilidade da documentação recente, nomeadamente do prazo de sigilo, particularmente das fontes relativas ao Estado Novo.

7. Garantia de funcionamento dos arquivos distritais.

8. Incentivar a preservação da documentação local proveniente da administração pública ou de origem privada.

9. Estimular e apoiar a criação de arquivos de associações, sindicatos e partidos políticos, bem como doutras associações privadas.

10. Encontrar os meios de garantir a preservação e a acessibilidade da documentação que se encontra à guarda das instituições eclesiásticas.

11. Promover o intercâmbio de informação e microfilmes entre os arquivos portugueses, brasileiros e de países africanos de expressão oficial portuguesa, bem como doutras regiões do mundo mais estreitamente ligadas à História Portuguesa.

L.P.A.

SEMINÁRIO SOBRE DEFESA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Decorreu no passado dia 17 de Novembro, um Seminário sobre "Investigação e defesa do património arqueológico", cuja organização esteve a cargo do Gabinete de Arqueologia da Universidade do Algarve e contou com a colaboração de diversos especialistas.

Neste Seminário foi dado a conhecer não só o estado actual dos conhecimentos sobre cada época, mas também as dificuldades que se colocam aos investigadores, porque grandes lacunas ainda há sem resposta convincente, sucedendo por vezes que por cada resposta dada a uma questão outras tantas se levantam, deixando os investigadores sem respostas definitivas. De salientar as comunicações feitas pelos Drs. Luís Raposo (Problemas actuais sobre o Paleolítico Português), Cláudio Torres (Arqueologia medieval: recuperação integrada) e António Carlos Silva (Protecção e defesa do património arqueológico).

Na primeira, foi apresentado um quadro sobre os conhecimentos que há do paleolítico português, onde é notória a enorme lacuna que existe sobre este tão vasto período. Com base em certos parâmetros, o autor fez um quadro (subjectivo mas optimista) dos conhecimentos adquiridos sobre este período. O Dr. Cláudio Torres mostrou o trabalho que se está a realizar em Mértola como exemplo das possibilidades que se abrem quando há um empenhamento em projectos de recuperação integral dum local. Por fim, o director do Departamento de Arqueologia do IPPC focou os problemas que se preparam para a execução dos trabalhos arqueológicos em áreas urbanas, problemas específicos e complexos onde nem sempre o interesse científico é compreendido. Um tema interessante que levou a uma boa participação por parte da assistência e é certamente um bom prenúncio para o Seminário de Arqueologia Urbana que se realizará em Maio em Setúbal.

Para finalizar, a referência dada pela responsável do Gabinete de Arqueologia da U.A. de que serão publicadas as comunicações deste Seminário e que anualmente haverá encontros deste género.

ARQUEOLOGIA NA PENITENCIÁRIA?

Desviamo-nos um pouco do tema geral desta revista e perguntemos ao leitor:

Quem não leu já um livro policial? Bom ou mau, com menor ou maior atenção?

Todos! Dir-se-á! E ficção policial que se preze acaba sempre com a prisão do(s) criminoso(s)!

Mas, na vida real, a história não acaba aí porque criminoso também é gente.

E o que lhe acontece durante a sua estadia na prisão? Normalmente conclui a sua "formação superior" em criminalidade, abandonando "perdido" para a sociedade, "marginal" e marginalizado.

Já existem no entanto instituições de reclusão interessadas num percurso diferente para os seus presos, nomeadamente através da organização de trabalho voluntário, de forma a que, por exemplo, os reclusos possam aprender um ofício.

A notícia que se segue é uma insólita (?) mas bonita iniciativa que bem poderá transformar a vida de uns quantos homens: e todos nós ganharemos com isso!

"UMA ESCOLA DE ARQUEÓLOGOS EM PENITENCIÁRIA FRANCESA"

"Todas as manhãs, vários detidos da prisão central de Vileneuve-sur-Lot vêem realizar-se o mais caro sonho de todos os presos: cada um deles recebe, das mãos da própria polícia, uma pá e uma picareta, para cavar e esburacar as paredes da antiga cidade galo-romana de

Habitualmente proibidos por toda a administração penitenciária e prisional, que se preze, pá e picareta servem, neste caso muito particular, para que os detidos, em vez de fugir, possam praticar uma boa ação e contribuir para a cultura francesa: a prisão transformou-se numa penitenciária de presos-arqueólogos.

Com efeito, uma dúzia de presos oferece-se, como voluntários, para trazerem à luz do Sol (sem ser visto aos quadrinhos...), durante o mês de Julho, uma das paredes da antiga cidade galo-romana de Ex-

"Diário de Notícias", 27/7/84

P.E.S.

V.M.S.

Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal

Seminário sobre:

O TEMPO DA ESCRITA ORIGEM E EVOLUÇÃO DA ESCRITA NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

**data: 26 de OUTUBRO
84**

programa:

- 10.30 — ESTRELAS EPIGRAFADAS DA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL — Doutor Caetano de Melo Beirão (Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul).
- 11.30 — VISITA DA EXPOSIÇÃO "O ESPAÇO DO LIVRO". (Colaboração do Instituto Português do Livro).
- 12.30 — Almoço.
- 14.30 — EPIGRAFIA ROMANA — Dr. José d'Encarnação (Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra).
- 16.00 — A ESCRITA PÓS-ROMANA — Dr. António Joaquim Ribeiro Guerra (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).



SEMINÁRIO SOBRE A ESCRITA

Realizou-se no passado dia 26 de Outubro, um Seminário sobre "O Tempo da escrita: origem e evolução da escrita no território português", organizado pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e dedicado quase exclusivamente a professores do ensino secundário. Nele foram apresentados três comunicações:

- "Estrelas epigrafadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal" pelo Dr. Caetano Beirão.
- "Epiografia romana" pelo Dr. José d'Encarnação.
- "A escrita pós-romana" pelo Dr. António Ribeiro Guerra.

O Dr. Caetano Beirão integrou as estrelas epigrafadas recolhidas no Baixo Alentejo e Algarve nos vestígios civilizacionais que lhes deram origem e que tornaram possível conhecer esta civilização que floresceu entre os séculos VIII e V a.C. No decurso da exposição foram apresentados os dados obtidos durante as escavações realizadas em povoados e necrópoles desta época e que possibilitaram dar a cronologia referida.

A integração e origem deste alfabeto nos demais é um problema para o qual os investigadores têm apontado diversas soluções. Uma

coisa no entanto é certa: este alfabeto não é indígena porque até ao momento não se conhece nada na Idade do Bronze e é o mais antigo de todos os alfabetos ocidentais, tendo em conta os vestígios arqueológicos que lhes estão associados.

O Dr. José d'Encarnação numa breve alocução, pôs em realce o papel importante que pode ter o estudo epigráfico (grafia em materiais ríos) no conhecimento integral dumha sociedade. Exemplificando com casos simples, mostrou que com uma análise atenta e exaustiva se pode conhecer a fundo a vida social e económica dumha época.

Por fim o Dr. Ribeiro Guerra focou a escrita pós-romana, reflexo da época em que é produzida, sendo funcional ou artística conforme a moda da altura. Pelo seu estudo é possível conhecer em pormenor toda a sociedade em que está inserida, uma vez que torna-se prática corrente a escrita como força de lei.

Com este Seminário esteve patente ao público uma exposição sobre o livro, actividade integrada no programa cultural do Museu.

V.M.S.

INAUGURADA EM BORDÉUS A MAISON DES PAYS IBÉRIQUES

Com a presença dos ministros dos Negócios Estrangeiros de França, Espanha e Portugal, foi inaugurada em Bordéus, a 25 de Janeiro de 1985, a Maison des Pays Ibériques, unidade do Centre National de la Recherche Scientifique cujo objectivo primordial é aprofundar os laços entre os investigadores dos três países que se dedicam ao estudo da cultura ibérica (portuguesa, espanhola e latino-americana).

A par da geografia, da história moderna e da literatura, a arqueologia ocupa lugar de relevo na Maison.

O edifício, sito ao lado da Universidade de Bordéus III, em Talence, dispõe de ampla informação bibliográfica informatizada, biblioteca, salas para reuniões e seminários e, inclusive, de alojamento para os investigadores.

J.d'E.

DR. JOSÉ D'ENCARNAÇÃO DOUTORADO NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Um júri constituído pelos professores Ludwig e Robert Étienne, da Universidade de Bordéus, Rui Alarcão, reitor da Universidade de Coimbra, e Celso Furtado de Almeida e Walter Medeiros aprovou "com distinção e louvor" a tese de doutoramento apresentada na Universidade de Coimbra pelo Dr. José d'Encarnação.

Colaborador de "al-madan" em vários dos seus números, o Dr. José d'Encarnação elaborou um trabalho de Epigrafia onde são pormenorizadamente estudadas cerca de 700 inscrições romanas provenientes do território português (região entre os rios Tejo e Guadiana).

Cientes da importância deste estudo para a História Local, quase todas as Câmaras do Sul de Portugal patrocinaram a sua edição, iniciativa de que se encarregou o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra que assim apresenta a obra:

"Tal estudo, pela primeira vez empreendido em língua portuguesa, assume incontestável interesse, porque os textos são agora interpretados à luz dos mais modernos conceitos de

Epiografia europeia. Fez-se, além disso, um grande esforço de pesquisa para se identificarem in loco (museus, herdades, igrejas...) todos os monumentos referidos bibliograficamente ou em manuscritos antigos, bom número dos quais estavam inéditos. [...]

Completam a obra exaustivos índices epigráficos e gerais (de fontes, onomástico e geográfico) e — pela primeira vez em trabalhos deste género — é apresentada em microfichas toda a documentação fotográfica disponível, incluindo a retirada de manuscritos."

Ao novo doutorado apresenta o Centro de Arqueologia de Almada os seus parabéns, desejando-lhe a continuação do seu excelente trabalho.

"Inscrições Romanas do Convento Pacensis", José d'Encarnação.
Edição do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1984.
2 volumes, 940 págs., 16 págs. de fotografias, 3 microfichas (mais de 700 fotos).

J.R.

JORGE ALARCÃO DOUTORADO «HONORIS CAUSA» EM BORDÉUS

Jorge Alarcão, catedrático de Arqueologia na Faculdade de Letras de Coimbra, foi doutorado «honoris causa» na Universidade de Bordéus III, a 25 de Janeiro de 1985.

Apresentou o doutorando o Professor Robert Étienne, director do Centro Pierre Paris, que sublinhou a importância científica dos trabalhos de Jorge Alarcão no domínio da Arqueologia Romana, designadamente do vidro (de que é um dos mais conceituados especialistas) e da cerâmica comum. Referiu-se, ainda, à projeção internacional das escavações de Conímbriga e, agora, da «villa» romana de S. Cucufate, no âmbito de um programa luso-francês, precisamente com o Centro Pierre Paris.

Antes da cerimónia solene da imposição das insignias, Jorge Alarcão proferiu uma conferência subordinada ao título: «Sites Archéologiques au Portugal».

O Professor Jorge Alarcão é assim, o primeiro arqueólogo português a ser homenageado com o doutoramento «honoris causa» numa universidade estrangeira. Congratulamo-nos.

J.d'E.

"DESCOBERTO MONUMENTO BALNEÁRIO"

O responsável pela Área Arqueológica do Freixo, Marco de Canavezes, disse ter sido descoberto um monumento balneário junto das termas romanas daquela vila.

Esta descoberta vem confirmar a área arqueológica do Freixo como uma imensa reserva científica, resultado da interligação entre as ocupações da chamada 'cultura castreja' e a influência romana".

"*Diário de Notícias*", 19/8/84

"VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS ÁRABES FORAM DESTRUÍDOS POR VÂNDALOS"

"Actos de vandalismo provocaram perdas irreparáveis em escavações arqueológicas em curso no Castelo de Silves. Vestígios pertencentes a depósitos arqueológicos árabes e nomeadamente um esqueleto que fora descoberto na sexta-feira foram destruídos na noite de sábado após a realização de um festival de canções, para o qual o Silves Futebol Clube conseguira da Câmara Municipal a cedência do castelo."

"*Diário de Notícias*", 22/8/84

"PROTO — HOMINÍDEOS DESCOBERTOS NO QUÉNIA"

"Nairobi — Uma equipa de investigadores norte-americanos acaba de descobrir, no Quénia, um local pré-histórico contendo milhares de ossadas com 18 milhões de anos — revelou, quarta-feira, um porta-voz da expedição. [...]

Os fósseis encontrados incluem parte do esqueleto de dois adultos, um 'jovem adulto', um adolescente e duas crias. [...]

Também foram descobertos, nesta ocasião, esqueletos de serpentes, lagartos e outras espécies animais já extintas ou que nunca tinham sido identificadas."

"*O Diário*", 28/8/84

"HABITAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS DESCOBERTAS EM CHAVES"

"Vinte e quatro habitações pré-históricas foram descobertas em Curalha (Chaves) por uma equipa de arqueólogos [...]

As escavações arqueológicas na zona duram há cerca de 10 anos e foram intensificadas pela Câmara Municipal de Chaves.

O castelo encontra-se praticamente arruinado, não só pelo tempo como pelos populares que ai vão buscar pedras para novas habitações ou calcetamento de ruas".

"*A Capital*", 10/9/84

"ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM BARCARENA"

"Os arqueólogos João Cardoso, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, acompanhados por um pequeno grupo de estudantes universitários, descobriram recentemente vestígios do Calcolítico (a partir de 2.600 a.C.) nos arredores de Barcarena, localidade situada a dois passos de Lisboa".

"*O Dia*", 5/9/84

"FRESCO ROMANO DESCOBERTO EM ÉVORA"

"Um fresco romano do século I acaba de ser descoberto em Évora, durante as escavações de um edifício da parte antiga da cidade [...]

Nas mesmas escavações foram encontrados níveis dos séculos XVI e XVII, renascentistas, e cerâmicas da mesma época — e ainda cerâmicas do período muçulmano. [...]

A tudo isto terá de se acrescentar a descoberta de parte dos frescos árabes e ainda parte de uma canalização romana de chumbo, que ainda ostenta a marca do fabricante e é considerada peça única em Portugal."

"*Diário de Notícias*", 24/9/84

"DESCOBERTA 'VILLA' ROMANA NOS ARREDORES DE CONIMBRIGA"

"Trabalhos arqueológicos de sondagem e levantamento topográfico recentemente realizados conduziram à descoberta de mais uma 'villa' romana nos arredores de Conimbriga.

As escavações [...] puseram a descoberto diversos pavimentos de mosaicos polícromos com mais de uma dezena de enfeites decorativos, bem como tijolos, colunas, talhas e outros materiais da época romana.

Permitiram vislumbrar, ainda, a área urbana ou residência senhorial com a comodidade de uma 'domus' da cidade. [...]

"*Diário de Notícias*", 19/10/84

"VESTÍGIOS ROMANOS E ÁRABES DESCOBERTOS EM LOULÉ"

Os achados arqueológicos encontrados na Quinta do Lago (Loulé) são romanos e árabes, segundo o Centro de História da Universidade de Lisboa, que está a investigar e a estudar as peças.

O primeiro núcleo já descoberto forneceu materiais arqueológicos datados dos séculos VIII e IX."

"*Diário de Notícias*", 6/12/84

"ESTATUETA COM 17 MIL ANOS FOI DESCOBERTA NO ESCOURAL"

"A estatueta minúscula de uma esquelética 'avezinha' com 17 mil anos de idade, foi descoberta no Escoural (Monteiro-Novo, Alentejo) pelos arqueólogos Veiga Ferreira e G. Zbyszewski.

Esculpida em osso de rena, a estatueta é uma peça de extraordinário valor arqueológico, na medida em que em todo o mundo se conhecem apenas dois outros exemplares semelhantes, uma encontrada em Istrutiz e outra em Langeris Basse, ambas em França. [...]

A figurinha representa uma mulher, [...] de acordo com os especialistas seria já de um madalenense decadente [...]"

"*Diário de Notícias*", 3/11/84

"ANIMAIS PRÉ-HISTÓRICOS SOBREVIVEM NA VENEZUELA"

"Poucos são aqueles que têm conhecimento da misteriosa montanha designada por Neblina, situada a sul da Venezuela, quase na fronteira com o Brasil, e que encerra um material único para o conhecimento da vida e da história do seu desenvolvimento no nosso planeta. [...]

Uma expedição internacional [...] decidiu finalmente ir até Neblina, numa investida decidida a descobrir os segredos do mundo perdido.

As primeiras notícias [...] surpreenderam até mesmo os especializados cientistas na defesa da fauna e da flora. Efectivamente, foram descobertos na montanha rãs pré-históricas, morcegos, tarântulos gigantes, lagartos e também plantas e árvores desconhecidas da ciência...."

"*Jornal de Almada*", 28/12/84

"PEÇAS DA IDADE DO BRONZE DESCOBERTAS NUM NAVIO"

"A mais importante coleção de objectos datando da Idade do Bronze foi descoberta, recentemente, ao largo da Turquia, nos escombros de um navio que teria naufragado no ano 1400 antes da nossa Era, anunciou a National Geographic Society.

Os restos do navio e a respectiva carga — a qual mostra a influência de três culturas, a Miceniana, a Fenícia e a Cipriota — constituem "uma descoberta capital" no âmbito da arqueologia marítima, declarou Georges Bass, Professor da Universidade do Texas, que chefiava a equipa de cientistas envolvida nesta expedição submarina. [...]"

"*Diário de Notícias*", 25/1/85

"TRATADO DE TORDESILHAS"

"UMA EDITORA espanhola especializada em edições fac-similadas prepara a publicação de uma edição bilíngue com textos do Tratado de Tordesilhas, informaram à Anop fontes da empresa. [...] Serão editados apenas mil exemplares. Uma equipa de técnicos viajará nos próximos dias a Lisboa para fotografar o texto original em espanhol, que se encontra depositado no Arquivo da Torre do Tombo. [...]

"*Diário de Notícias*", 31/1/85

"VIANA DO CASTELO"

"ZONA ARQUEOLÓGICA — A parte antiga da cidade de Viana do Castelo vai ficar reservada a peões por decisão da Câmara que, contudo, terá ainda de ser submetida à Assembleia Municipal."

"*O Diário*", 28/2/85

"PRIMEIRO MILHO VEIQ DO MÉXICO"

"A existência de um documento que permite pela primeira vez, situar a introdução do milho em Portugal foi anunciada pelo Professor Mendes Ferrão no colóquio de 'História da Ciência em Portugal', organizado pela Academia das Ciências de Lisboa.

Aquele professor do Instituto Superior de Agronomia disse que o milho [...] foi introduzido em Portugal pelo clérigo João Gaspar, na freguesia de Santiago de Lobão, Bispo do Porto [...]

O documento citado por Mendes Ferrão, cujo original pertence a um particular e não ao arquivo da Torre do Tombo, é um manuscrito publicado em 1764 e assinado por Manuel da Silva Tadim. [...]

"*O Diário*", 19/4/85

"ACHADO ARQUEOLÓGICO NA QUINTA DO LAGO"

"CENTENAS DE VESTÍGIOS romanos e árabes foram recolhidos numa área de um campo de golfe, na Quinta do Lago, por uma equipa de arqueologia do Centro de História da Universidade de Lisboa.

Entre as descobertas constam-se fragmentos de âncoras, moedas dos séculos III a IV e diversos metais, entre os quais anóis e cerâmica. [...]"

"*Diário de Notícias*", 20/4/85

...à descoberta do passado!

através da arqueologia...
do património construído...
da história local...



pedidos a:
centro de arqueologia de almada
apartado 103 (torcatas)
2801 almada codex

«...a defesa do património arquelógico e a sua recuperação socio-turística e a divulgação pública dos resultados da acção arqueológica em Portugal, foram considerados como prioridades no sentido da aceitação social do papel do arqueólogo. ...»

debate «A Arqueologia que temos, a Arqueologia que queremos»
organização do CAA, 6/11/82

«... não basta a preservação do património existente – é necessário recriá-lo quotidianamente, transformando a herança cultural recebida de forma a entregá-la viva em termos colectivos à sociedade futura...»

debate «(Re) Pensar o património»
organização do CAA, 14/11/82

«... cometemos erros mas, a nosso ver, estes corrigem-se através da opinião crítica e é isso que esperamos de quem nos lê – «Al-madan» será fundamentalmente aquilo que os seus leitores e colaboradores quiserem que seja.»

editorial de «Al-madan», N.º 0
edição do CAA, Novembro de 1982

Contribua para que tudo
isto seja possível...

Colabore

connosco

ESTATUTO DO COLABORADOR

– «Al-madan» é uma publicação semestral fundamentalmente dedicada à informação e divulgação de temas relacionados com Arqueologia, Património e História Local.

– Com ela se pretende atingir um público o mais vasto possível, o que pressupõe uma linguagem não especializada, respeitando porém as exigências de rigor científico de cada tema particular.

– Por questões de operacionalidade e sistematização, o seu interior será subdividido em campos específicos de intervenção.

– Artigos de opinião, entrevistas e reportagens, trabalhos de divulgação histórico-arqueológica, noções elementares de diversas disciplinas, roteiro cultural (monumentos, museus, sítios arqueológicos, etc), crítica literária, noticiário da actualidade nacional e estrangeira, etc, são algumas rúbricas com que se pretende atingir os objectivos acima enunciados.

– A colaboração nas suas páginas está aberta a todos, embora sujeita a critérios de qualidade e prioridade de publicação.

– Arqueólogos, investigadores, grupos ou associações de defesa do património, aqui encontrarão espaço para uma livre e aberta troca de opiniões e experiências.

– Artigos de fundo poderão ter um máximo de 10 páginas dactilografadas, acompanhadas de uma ilustração por página (caso existam ilustrações não passíveis de grande redução tipográfica, o seu número deverá ser inferior).

– Artigos de grande extensão poderão, de acordo com o autor, ser publicados em vários números.

– Notícias, roteiro, glossário de palavras, crítica literária, etc, poderão ir até duas páginas dactilografadas, acompanhadas de duas ilustrações.

– Casos excepcionais serão apreciados pelo corpo redatorial.

– Para cada número de «Al-madan» serão considerados os artigos recebidos até cerca de 45 dias antes da data prevista para o seu lançamento.

– Toda a colaboração é gratuita.

– Os originais serão devolvidos caso o autor o solicite.



esgotado

Al-madan N.º 0
Novembro de 1982
preço 100\$00

Valcamónica — 10 000 anos de história reencontrados.
Defesa do património arqueológico na área de Sines.
Casa dos Bicos — seu historial.
Os dez anos de actividade do Centro de Arqueologia de Almada — Questões da Arqueologia nacional
Os dez anos de actividade do Centro de Arqueologia de Almada.
Questões da Arqueologia Nacional — entrevista com o dr. Francisco Alves.
Tróia (de Setúbal).
III encontro nacional de associações de defesa do património.
Vila romana do Monte da Chaminé — seu enquadramento arqueológico.
Cacilhas — uma experiência de arqueologia urbana.



Al-madan N.º 1
Maio de 1983
preço 100\$00

Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal.
Casa dos Bicos — exposição de arqueologia na poética renascentista.
Métodos geofísicos aplicados na prospecção geológica de terrenos.
Indústrias romanas de salga em Portugal.
Três elementos arquitectónicos medievais no Alentejo.
Entrevista com o dr. António Carlos Silva.
Introdução à arqueologia — II.
Garvão — pretexto para visitar os bastidores de um museu.
Em debate — os descobrimentos e a outra banda.
Igreja de S. Sebastião.
Monumento aos 40 mártires.
Os homens de Sesimbra e os descobrimentos.
Museu municipal do Seixal.



Al-madan N.º 2
Novembro de 1983
preço 150\$00

Batalha da Cova da Piedade: 23 de Julho de 1833.
Recordando a implantação da República em Almada.
Alguns aspectos de uma escavação: método, técnica e registo.
1.100 anos na história do local de S. Vicente de Fora.
Técnicas de datação.
O "Homem de Orce": seu significado e importância.
Escavações arqueológicas na Ilha do Pessegueiro.
Aconteceu na freguesia de S. Teotónio.
Entrevista com Yoro Fall.
Introdução à arqueologia — III.
Em reportagem: XVII.ª Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura.
Especial: os descobrimentos e a outra banda.
Igreja da Misericórdia de Almada.
Levantamento fotográfico do património.
Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.



Al-madan N.º 3
Maio de 1984
preço 150\$00

Na procura das origens de Setúbal.
Um ex-voto lusitano-romano.
As vias modernas do estudo tipológico dos artefactos líticos.
1383/85: e em Almada como foi?
1383/85: cronologia.
Igreja de Santa Maria do Castelo:
Um monumento desaparecido.
Trabalhos arqueológicos nos Paços do Concelho de Almada.
Intervenção arqueológica na Igreja Paroquial de Corroios.
1974/1984: dez anos de associativismo em liberdade.
Ramalha: zona arqueológica em perigo.
Largo das Vítimas do 26 de Agosto de 1931.
A arquitectura corrente de Macau.

al-madan

para não danificar a revista pode fotocopiar este cupão.

Queiram considerar-me assinante da revista AL-MADAN a partir do n.º
(inclusivé) e pelo período de um ano, (2 números), para o que envio:

cheque n.º s/o banco
vale do correio n.º

nome
profissão idade
morada
localidade telefone
código postal
assinatura

Condições válidas no Continente:
assinatura anual (2 números) — 330\$00

Condições especiais para sócios do CAA:
assinatura anual (2 números) — 270\$00

pedidos para:
Centro de Arqueologia de Almada
Apartado 103 (Torcatas)
2801 ALMADA CODEX

